

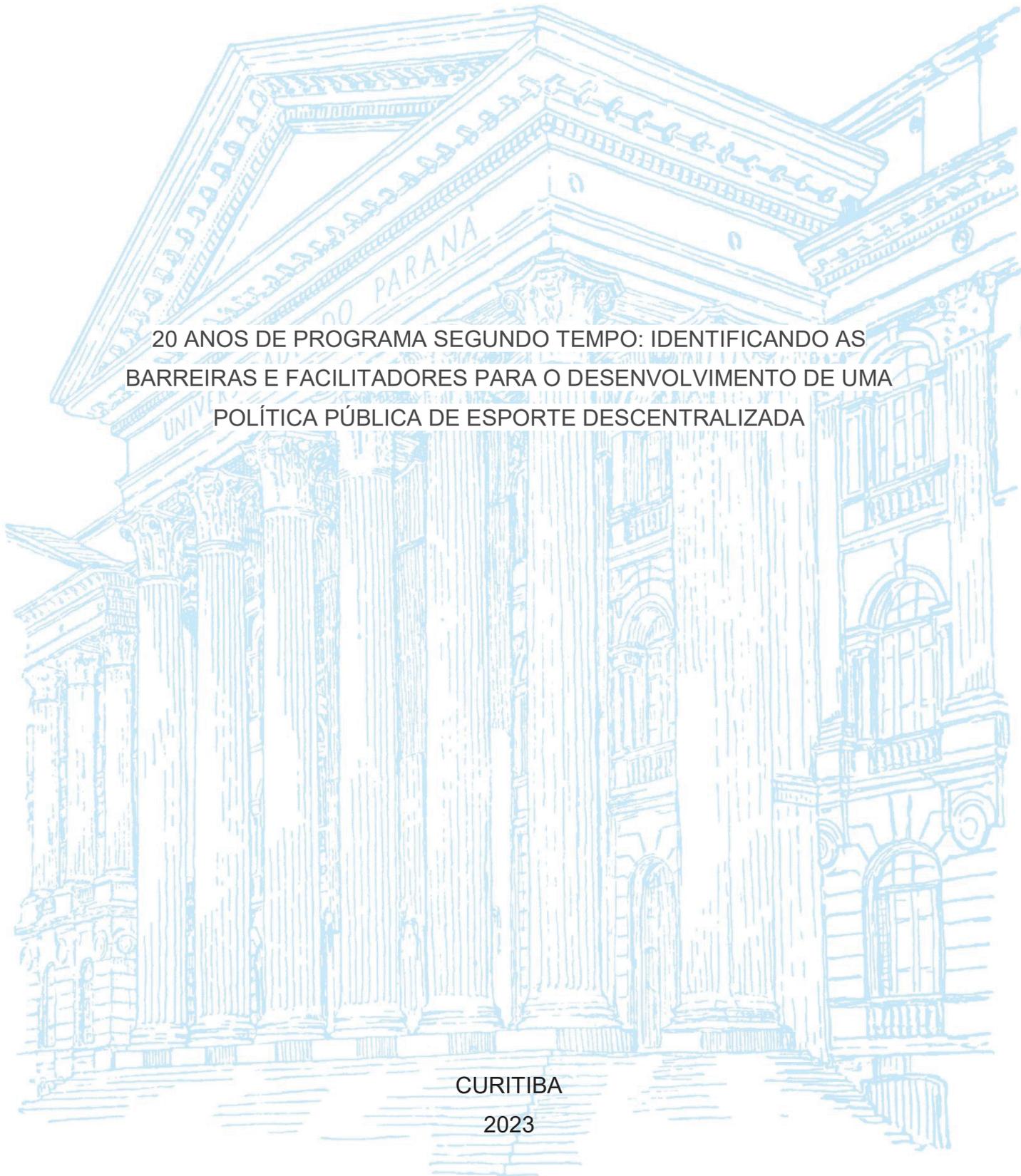
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAIO JULIO ZAMBONI

20 ANOS DE PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: IDENTIFICANDO AS
BARREIRAS E FACILITADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE DESCENTRALIZADA

CURITIBA

2023



KAIO JULIO ZAMBONI

20 ANOS DE PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: IDENTIFICANDO AS
BARREIRAS E FACILITADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE DESCENTRALIZADA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Zamboni, Kaio Julio

20 anos de Programa Segundo Tempo : identificando as barreiras e facilitadores para o desenvolvimento de uma política pública de esporte descentralizada / Kaio Julio Zamboni. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli. .

1. Política pública. 2. Esportes. 3. Programa Segundo Tempo. I. Cavichioli, Fernando Renato. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA -
40001016047P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **KAIO JULIO ZAMBONI** intitulada: **20 ANOS DE PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: IDENTIFICANDO AS BARREIRAS E FACILITADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE DESCENTRALIZADA**, sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO RENATO CAVICHIOLLI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 15 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

11/10/2023 18:28:16.0

FERNANDO RENATO CAVICHIOLLI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/11/2023 11:53:05.0

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/10/2023 17:10:50.0

ANA PAULA CABRAL BONIN MAOSKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Novo Edifício do Departamento de Educação Física - Campus Centro Politécnico - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81531-980 - Tel: (41) 3361-3072 - E-mail: pgedf@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 315607

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 315607

Dedico o maior trabalho que já tive na vida à minha querida avó, dona Nilza, por ter trabalhado uma vida inteira para me permitir chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

É com grande satisfação e profunda gratidão que dedico este momento especial para expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso desta dissertação de mestrado. Em primeiro lugar, agradeço de coração à minha mãe Silvia, meu Pai Paulo e meu irmão Kauê. Seu amor incondicional, apoio constante e compreensão foram fundamentais em cada etapa desta jornada acadêmica. Suas palavras encorajadoras e o incentivo contínuo foram uma fonte de força e inspiração, motivando-me a nunca desistir, mesmo diante dos desafios mais difíceis. Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, o Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli, pela sua dedicação e orientação exemplares. Sua experiência, sabedoria e entusiasmo pela pesquisa foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, agradeço por sua paciência e disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas e por me guiar rumo à excelência acadêmica. Não posso deixar de mencionar meu grupo de pesquisa, Mayara, Isa, Carol, Cristiano, Emerson, Emília, cuja colaboração foi imprescindível para o crescimento do meu conhecimento e para a concretização deste projeto. A troca de ideias e o trabalho em equipe proporcionaram um ambiente estimulante, no qual pude aprender e evoluir constantemente. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos, Bruna, Careimi, Jean e Matheus, cujo apoio e companheirismo tornaram essa jornada ainda mais significativa. Sua presença enriqueceu minha vida durante esses anos de estudo, e sou grato por cada momento compartilhado e por serem uma fonte de alento e diversão nos momentos mais desafiadores. A todos vocês, meu mais profundo obrigado por fazerem parte desta conquista. Que nossos laços de amizade e cooperação sigam firmes e que possamos continuar crescendo juntos, em busca do conhecimento e do desenvolvimento acadêmico e pessoal. Por último, é importante destacar que este trabalho não seria possível sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Revolução na sua vida você pode
você faz, quem sabe mesmo é quem
sabe mais” – Não é sério. Charlie
Brown Jr. (part. Negra Li).

RESUMO

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva, realizada com o objetivo de identificar as barreiras e facilitadores presentes no desenvolvimento de uma política de esporte descentralizada, tendo como base os processos de gestão, implementação e avaliação realizados no Programa Segundo Tempo. Por considerar a análise de sua gestão organizacional, o diagnóstico da implementação de seus Núcleos de Esporte Educacional e as observações sobre o funcionamento de seus mecanismos de avaliação metodológica, trata-se de um estudo de caso, formulado para descrever um contexto específico, explorando suas potencialidades e limitações. Cada uma das perspectivas predeterminadas foi analisada por meio de um delineamento metodológico específico. Na perspectiva da gestão, foi realizada uma análise documental sobre o histórico legislativo, as diretrizes, fundamentos e manuais de operacionalização do Programa Segundo Tempo. Na perspectiva da implementação, o diagnóstico foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica envolvendo 52 estudos que analisaram a atuação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo. Por último, a perspectiva da avaliação foi abordada através de entrevista semiestruturadas desenvolvidas junto a gestores que atuaram diretamente nas Equipes Colaboradora do Programa Segundo Tempo, como membros das Equipes de Coordenação Geral e Avaliação do programa ou coordenadores das Equipes Colaboradoras. Após a realização do estudo, foi possível considerar que o Programa Segundo Tempo chegou a ser a maior política pública de esporte educacional à nível federal, após ter enfrentado vinte anos de tentativas, erros, replanejamentos e adequações. Considerando a dimensão territorial do país, a utilização de gestão descentralizada nas ações que visam atender toda a população se tornaram uma tendência. Pensando que outros programas esportivos possam vir a atuar nessa direção, o estudo ressalta os fatores que puderam ser considerados como barreiras ou facilitadores ao longo do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, oferecendo um conteúdo que pode contribuir para o planejamento de ações futuras.

Palavras-chave: Políticas públicas; esporte educacional; Programa Segundo Tempo;

ABSTRACT

This work is characterized as a research with a qualitative and descriptive approach, carried out with the objective of identifying the barriers and facilitators present in the development of a decentralized sports policy, based on the processes of management, implementation and evaluation carried out in the Segundo Tempo Program. Considering the analysis of its organizational management, the diagnosis of the implementation of its Educational Sports Centers and the observations on the functioning of its methodological evaluation mechanisms, this is a case study, formulated to describe a specific context, exploring its potentialities and limitations. Each of the predetermined perspectives was analyzed using a specific methodological design. From a management perspective, a document analysis was carried out on the legislative history, guidelines, fundamentals and operational manuals of the Segundo Tempo Program. From the perspective of implementation, the diagnosis was developed from a bibliographic review involving 52 studies that analyzed the performance of the educational sports centers of the second half program. Finally, the evaluation perspective was approached through semi-structured interviews developed with managers who worked directly in the collaborating teams of the second half program, as members of the general coordination team or coordinators within their respective teams. After carrying out the study, it was possible to consider that the Segundo Tempo Program became the largest public policy of educational sport at the federal level, after having faced twenty years of attempts, errors, replanning and adaptations. Considering the country's territorial dimension, the use of decentralized management in actions aimed at serving the entire population has become a trend. Thinking that other sports programs may act in this direction, the study highlights the factors that could be considered as barriers or facilitators throughout the development of the Segundo Tempo Program, offering content that can contribute to the planning of future actions.

Keywords: Public policies; educational sport; Programa Segundo Tempo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS DE TRABALHO – PÁGINA 26.

FIGURA 2: ETAPAS DA COLETA DE DADOS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
– PÁGINA 85.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RESULTADOS ENCONTRADOS EM CADA ETAPA DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – PÁGINA 86.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS COM BASE NAS REGIÕES BRASILEIRAS – PÁGINA 87.

GRÁFICO 3 – NÚMERO DE ESTUDOS QUE UTILIZARAM CADA ESTADO COMO OBJETO DE ANÁLISE – PÁGINA 89.

GRÁFICO 4 – NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS EM CADA ANO – PÁGINA 90.

GRÁFICO 5 – NÚMERO DE ESTUDOS EM QUE CADA INDICADOR FOI IDENTIFICADO – PÁGINA 91.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO NAS TEMÁTICAS DE TRABALHO – PÁGINA 50.

QUADRO 2 – PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.497/2003. – PÁGINA 64.

QUADRO 3 – PORTARIAS PROMULGADAS ENTRE 2005-2008– PÁGINA 67.

QUADRO 4 – PLANOS PLURIANUAIS – PÁGINA 74.

QUADRO 5 – PORTARIA Nº 26/2023 – PÁGINA 76.

QUADRO 6 – OBJETIVOS – PÁGINA 79.

QUADRO 7 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS – PÁGINA 80.

QUADRO 8 – NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL – PÁGINA 82.

QUADRO 9 – PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO – PÁGINA 88.

QUADRO 10 – MÉTODOS DE ENSINO PARA O ESPORTE EDUCACIONAL – PÁGINA 91.

QUADRO 11 – TEMAS TRANSVERSAIS – PÁGINA 93.

QUADRO 12 – MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL – PÁGINA 93.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAAE - CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO PARA APRECIÇÃO ÉTICA.

CAPES - PERIÓDICOS DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

CBD - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS.

CEV - CENTRO ESPORTIVO VIRTUAL.

CGES - COORDENAÇÃO GERAL DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA.

CND - CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS.

CONFED - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

DR (A). – DOUTOR (A).

EC'S – EQUIPES COLABORADORAS.

FUB/UNB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

GTINF - GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

JBI - JOANNA BRIGGS INSTITUTE.

LILACS - LITERATURA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE.

LUME - REPOSITÓRIO DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

ME – MINISTÉRIO DO ESPORTE.

MP – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

NED – NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL

ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

PPA – PLANO PLURIANUAL.

PROF (A). – PROFESSOR (A).

PTP - PROJETO TÉCNICO PEDAGÓGICO

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE.

SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO.

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO.

SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA.

SIAPA - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL.

SICAPP - SISTEMA DE CADASTRO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS

SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DO GOVERNO FEDERAL.

SINESP - SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE.

SNELIS – SECRETARIA NACIONAL DO ESPORTE, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL.

SNIIE - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES ESPORTIVOS.

SOF - SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL.

SPI - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS.

SPI - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS.

LISTA DE SÍMBOLOS

@ - arroba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Estrutura da dissertação	22
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 Análise documental	27
2.2 Pesquisa bibliográfica	30
2.3 Entrevistas semiestruturadas	34
3 CONTEXTUALIZANDO O ÂMBITO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS NO BRASIL	44
3.1 As políticas públicas de esporte e os programas governamentais.....	48
3.2 Os processos de gestão	52
3.3 Os processos de implementação	55
3.4 Os processos de avaliação	59
4 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	63
4.1 Histórico legislativo do Segundo Tempo	63
4.2 Diretrizes, fundamentos e manuais do Programa Segundo Tempo.....	78
4.3 Síntese sobre a gestão	99
5 DIAGNÓSTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL	101
5.1 Caracterização da amostra	103
5.2 Categorias de Análise	106
5.3 Síntese sobre a implementação	133
6 ANÁLISE SOBRE OS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	135
6.1 Coordenação do Programa Segundo Tempo	135
6.2 Coordenadores das Equipes Colaboradoras	149

6.3 Síntese sobre a avaliação.....	166
7 DISCUSSÃO	168
7.1 A perspectiva da gestão.....	168
7.2 A perspectiva da implementação	172
7.3 A perspectiva da avaliação	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	203
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A ENTREVISTA PILOTO	207
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	209
APÊNDICE 4 – BASES E REVISTADOS DOS ESTUDOS NA AMOSTRA SELECIONADA PARA A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	211
APÊNDICE 5 – RELAÇÃO ENTRE O ANO DE PUBLICAÇÃO E O RECORTE TEMPORAL UTILIZADO PELOS ESTUDOS NA AMOSTRA SELECIONADA PARA A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	213
APÊNDICE 6 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO ENCONTRADOS EM CADA ESTUDO DA AMOSTRA .	215

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida para o trabalho registrado nesta dissertação se encontra no interesse do pesquisador em verificar as barreiras e facilitadores no desenvolvimento de uma política de esporte com gestão descentralizada, que utiliza o esporte como uma ferramenta educacional e social. De acordo com Kravchychyn e Oliveira (2016), o reconhecimento do esporte como um direito social pela Constituição Federal de 1988, a promulgação da Lei Zico e da Lei Pelé durante a década de 1990 e a criação do Ministério do Esporte no início do século XX, são fatores que favoreceram a criação e modernização de projetos e programas esportivos no Brasil. Entre eles encontra-se o Programa Segundo Tempo, uma ação que visa democratizar o acesso de crianças e adolescentes às práticas esportivas de caráter educacional, como uma forma de minimizar os efeitos das situações de vulnerabilidade social (Brasil, 2003).

Entre 2003 e 2023, o Programa Segundo Tempo superou a marca de quatro milhões de atendimentos – um mesmo aluno pode ser atendido mais de uma vez pelo mesmo programa -, incluindo crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e alunos universitários (Brasil, 2022). A princípio, as ações deveriam ser concebidas por intermédio da oferta de práticas esportivas no contra turno escolar, o que deu origem ao nome “Segundo Tempo” (Kravchychyn; Oliveira, 2016). Todavia, sua implementação era inviabilizada na maior parte dos núcleos escolares, tendo em vista que as instituições podem atuar em ambos os turnos. Isto fez com que o Programa Segundo Tempo fosse reorganizado para também ser desenvolvido em outros espaços comunitários (Ferreira; Cassiolato; Neto, 2009).

O programa surge como um realinhamento estratégico dos programas Esporte da Escola e Esporte Solidário, por meio de uma colaboração entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação. Apesar de ter sido tratado como uma ação bem consolidada e de destaque entre as políticas públicas esportivas federais, o Programa Segundo Tempo sofreu críticas e transformações ao longo de seus vinte anos de existência. Pela sua descendência com o Esporte da Escola, o programa foi equivocadamente associado ao âmbito das manifestações esportivas de alto rendimento, e por ser

pautado nas bases do Esporte Solidário, seu modelo de gestão descentralizada também foi contestado (Kravchychyn; Oliveira, 2016).

Para realizar a democratização do acesso ao esporte educacional, a estratégia operacional que o Programa Segundo Tempo utiliza é a de gestão descentralizada. Essa estratégia tem o intuito de ampliar a equidade no direcionamento de recursos e aumentar o número de serviços públicos e a autonomia dos gestores, flexibilizando a gestão estatal (Engelman; Oliveira, 2012). Em seu desenvolvimento, programas que utilizam essa estratégia necessitam da colaboração entre entidades subnacionais, governos estaduais e municipais e de parceiros da sociedade civil, como organizações privadas não governamentais sem fins lucrativos (Santos, 2019). No caso do Programa Segundo Tempo, essa colaboração é concebida por meio da formalização de convênios e da implementação dos Núcleos de Esporte Educacional (NED's).

Sobre a utilização do modelo de gestão descentralizada no âmbito das políticas públicas, é importante lembrar que um dos princípios que caracterizou a Constituição Federal de 1988 foi a democratização da gestão pública, visando garantir a participação de diferentes entidades na formulação e controle das políticas públicas, em todos os níveis da gestão administrativa (Brasil, 1988). Como efeito da inclusão de novos mecanismos e novas entidades, foi observada a adesão de uma nova configuração na gestão das políticas públicas, caracterizada pela descentralização das ações (Rocha, 2009).

A utilização do modelo de gestão descentralizada fez parte do processo de redefinição do papel do Estado no contexto político e social brasileiro durante as duas últimas décadas do século XX. O período foi marcado pela universalização dos direitos de cidadania e regulamentação do modelo de gestão descentralizada em diferentes áreas sociais, como na saúde, na educação e no esporte, por exemplo (Santos Júnior, 2001). Esse movimento difere das práticas de gestão pública observadas no contexto brasileiro até o início da década de 1980, onde as tomadas de decisão e os recursos de financiamento ficavam centralizadas na esfera do governo federal, enquanto os estados e municípios tinham a responsabilidade de executar as políticas públicas formuladas. Esse modelo de gestão tendia a estabelecer uma relação clientelista entre os governos estaduais e municipais e a esfera federal (Draibe, 1992). Além disso, a estrutura também estabelecia implicações para a eficiência das políticas

públicas, uma vez que não possibilitava o atendimento das especificidades da população nas diferentes regiões do país.

Diversos fatores podem exercer influência sobre o desenvolvimento de uma política pública que utiliza o modelo de gestão descentralizada, tanto no que tange seu financiamento e administração política, como também a aplicação de seus recursos e a estruturação de seus núcleos. De acordo com Dulci (2012), a descontinuidade administrativa, a alternância de gestores políticos e as variações de diretrizes podem ocasionar sérios desperdícios de recursos para as políticas públicas descentralizadas. Além disso, fatores externos também podem incidir sobre a atuação das intervenções, como o quadro de distanciamento social causado pela pandemia do Corona vírus, registrado entre os anos de 2020 e 2021. Uma forma de minimizar esse problema pode estar na obtenção de dados que contribuam para os processos de gestão, implementação e avaliação das políticas descentralizadas.

Assim como a capacitação dos gestores políticos e a construção de sistemas de informações e banco de dados, a produção de pesquisas acadêmicas sobre os projetos esportivos que envolvem a sociedade é um fator que pode contribuir para o aprimoramento dessas ações. Nesse sentido, encontram-se na literatura outros estudos que também buscaram destacar as barreiras e os facilitadores encontrados no contexto de projetos sociais. De acordo com a síntese de Souza, Castro e Vialich (2012), diferentes estudos apontam que a carência de recursos materiais e equipamentos, a indisponibilidade de profissionais capacitados, a figura ausente dos coordenadores, a falta de segurança e a dependência de ações voluntárias podem ser consideradas barreiras para esse tipo de política pública. Por outro lado, a promoção de sociabilização entre os alunos, o acesso a atividades físicas e esportivas em ambientes educacionais, a oferta de entretenimento, diversão, lazer, segurança e ocupação do tempo livre, além da possibilidade de profissionalização por meio do esporte, são fatores que podem ser considerados como facilitadores para a implementação das ações.

Diante da conjectura apresentada, o **problema central** que o presente trabalho aborda é: tendo como base os processos de gestão, implementação e avaliação realizados no Programa Segundo Tempo, quais são as barreiras e facilitadores para o desenvolvimento de uma política de esporte

descentralizada? Desta forma, o **objetivo geral** deste trabalho está direcionado a identificar as barreiras e facilitadores presentes no desenvolvimento de uma política de esporte descentralizada, tendo como base os processos de gestão, implementação e avaliação realizados no Programa Segundo Tempo. Para tanto, foram definidos como **objetivos específicos** na realização do trabalho:

- A) Conceituar as temáticas que estruturam o contexto no qual este trabalho se desenvolve, abordando a relação entre o governo brasileiro e o âmbito esportivo a partir de meados do século XX, juntamente às definições sobre gestão, implementação e avaliação, extraídas do campo de conhecimento teórico das políticas públicas.
- B) Apresentar o histórico legislativo, as diretrizes, os fundamentos e os manuais operacionais envolvidos no desenvolvimento da gestão do Programa Segundo Tempo, destacando os aspectos positivos e negativos que fizeram parte desse processo.
- C) Realizar uma revisão bibliográfica envolvendo estudos que observaram o funcionamento de um ou mais Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, para obter um diagnóstico sobre o processo de implementação da política pública.
- D) Compreender quais fatores favoreceram ou desfavoreceram a operacionalização dos mecanismos de avaliação metodológica desenvolvidos para o Programa Segundo Tempo, por meio de entrevistas semiestruturadas junto a gestores que atuaram diretamente na coordenação do programa ou como coordenadores das Equipes Colaboradoras.

De modo pessoal, o interesse por estudar a formulação e o desenvolvimento de projetos, programas e ações voltadas à promoção de práticas esportivas socioeducativas, surge a partir das experiências que o autor teve na infância, participando como aluno em um dos núcleos do Programa Segundo Tempo no estado do Paraná, durante a primeira década dos anos

2000. Vivendo em um pequeno município litorâneo, em que as políticas públicas formuladas no âmbito federal do governo político dificilmente eram executadas, e cujo os projetos esportivos realizados na praia contemplavam, majoritariamente, o turismo local, não haviam muitas ações esportivas direcionadas ao público infantil. Por esta razão, a implementação do Programa Segundo Tempo representou não apenas a oferta de novas práticas corporais no contraturno escolar, mas sim o atendimento de um direito, que, como tal, deve ser proporcionado a toda sociedade de forma integral, e não de maneira esporádica, como aconteceu nessa situação.

Academicamente, encontramos diversas pesquisas que investigam o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Seja através das perspectivas sociológica, educacional ou política, é fato que este tipo de ação pode embasar o desenvolvimento de pesquisas para diferentes áreas do conhecimento. Aproveitando este aporte teórico, este trabalho pretendeu reunir apontamentos sobre o programa a partir de três diferentes perspectivas sobre o seu desenvolvimento. Apesar dos resultados não serem generalizáveis, a correlação destas informações com os dados encontrados pode contribuir para o desenvolvimento de outras políticas públicas de esporte que utilizem o modelo de gestão descentralizada.

Como contribuição para a sociedade, o que se pretende é analisar o modo com que os programas esportivos de caráter descentralizado são administrados e desenvolvidos nas diferentes esferas da gestão governamental, tomando como base a política pública que obteve o maior número de atendimentos no segmento das manifestações esportivas sócio educacionais. Com isto, acredita-se que o estudo possa oferecer subsídios para o aprimoramento de outras ações governamentais que busquem fomentar as manifestações esportivas educacionais.

1.1 Estrutura da dissertação

As etapas que compõe a estrutura do presente trabalho foram organizadas para desenvolver uma análise que começa considerando a perspectiva da gestão do Programa Segundo Tempo, para depois tratar dos fatores que

envolvem o diagnóstico de implementação de seus Núcleos de Esporte Educacional e a operacionalização dos seus mecanismos de avaliação.

Tendo em vista que o Programa Segundo Tempo se trata de uma política pública que ainda está em desenvolvimento, as eventuais referências ao órgão máximo de controle do programa foram designadas como “Ministério do Esporte”. Essa justifica se apresenta em função do histórico recente de transformações que envolveram a estrutura administrativa do esporte em âmbito nacional. Entre os anos de 2019 e 2022, o Ministério do Esporte foi rebaixado a Secretaria Especial do Esporte, tornando-se uma pasta alocada dentro do Ministério da Cidadania. No ano de 2023, com as trocas na gestão presidencial, o esporte voltou a ser instituto como um Ministério. No que remete especificamente ao Segundo Tempo, o programa permaneceu entre as ações governamentais até o Plano Plurianual 2016-2019. Em 2022, o então Ministério da Cidadania começou a divulgar as ações do “Programa Vem Ser!”, uma política pública que seria implementada a partir de reformulações nas bases do Programa Segundo Tempo. Todavia, a proposta não teve continuidade e as ações do Segundo Tempo retornaram a ser desenvolvidas no ano de 2023.

Inicialmente, o estudo abordou alguns elementos fundamentais na discussão que envolve as políticas esportivas no Brasil, entre eles, a relação do governo brasileiro com o âmbito do esporte e conceitos fundamentais do campo de conhecimento das políticas públicas. Em seguida, o Programa Segundo Tempo foi apresentado considerando seu histórico legislativo, suas diretrizes, fundamentos e materiais didáticos. Com isso, a interpretação dos dados encontrados nas etapas subsequentes pôde acontecer de forma mais concisa e eficiente. Por esta razão, os delineamentos de pesquisas selecionados foram a análise documental, a revisão bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas, respectivamente.

O **capítulo um** apresentou a introdução do trabalho, registrando o contexto, o problema, os objetivos, as justificativas e a estrutura da dissertação. Em seguida, tem-se a caracterização dos encaminhamentos metodológicos no **capítulo dois**, em que se apresentou a forma como os delineamentos selecionados foram utilizados para a realização do estudo.

O **capítulo três** correspondeu ao objetivo específico A, servindo para conceituar as temáticas que envolveram o objeto da pesquisa. O conteúdo dessa

seção buscou facilitar a compreensão do leitor sobre a discussão que se desenvolve nos capítulos subsequentes. Essa contextualização foi estruturada através de uma síntese dos apontamentos que a literatura sobre a temática apresenta.

O **capítulo quatro** correspondeu ao objetivo específico B, apresentando o Programa Segundo Tempo com base nos fatores que envolveram o desenvolvimento da sua gestão, enquanto programa esportivo federal. Tendo como base o histórico legislativo, juntamente ao histórico das transformações realizadas sobre suas diretrizes, fundamentos e manuais, esse capítulo teve o objetivo de destacar as barreiras e os facilitadores encontrados no desenvolvimento das etapas de trabalho que antecederam a implementação das ações do programa.

O **capítulo cinco** correspondeu ao objetivo específico C, trazendo uma revisão sobre os apontamentos bibliográficos dos estudos que observaram o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo. Para tanto, as categorias de análise foram baseadas nos indicadores de desempenho propostos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo. Com isso, foram apresentadas as evidências encontradas com relação aos elementos que podem ter influenciado, positivamente ou negativamente, o processo de implementação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo.

O **capítulo seis** correspondeu ao objetivo específico D, etapa do estudo que realizou uma análise sobre o principal mecanismo de avaliação metodológica propostos para o Programa Segundo Tempo: as Equipes Colaboradoras. Para tanto, utilizou-se como delineamento de pesquisa as entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados selecionados foram professores de instituições de ensino superior, que atuaram diretamente na coordenação geral do Programa Segundo Tempo ou como coordenadores nas Equipes Colaboradoras. Nessa etapa do trabalho, a intenção foi discutir a influência dos processos de avaliação para a capacitação dos recursos humanos e continuidade das ações do programa.

Por último, no **capítulo sete** aconteceu a discussão dos dados obtidos por meio dos três encaminhamentos metodológicos aplicados no estudo. Nessa

etapa, todas as informações foram confrontadas, com o intuito de estabelecer uma reflexão acerca do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo a partir das três diferentes perspectivas de análise. Nas considerações finais, os apontamentos estão organizados de modo a contribuir para a formulação de outras políticas de esporte descentralizadas.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

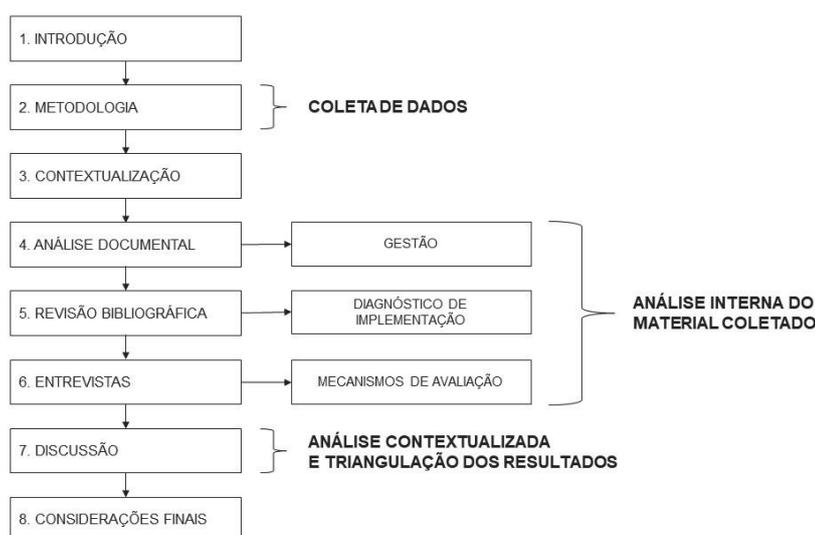
Para atingir os objetivos preestabelecidos no presente estudo, os encaminhamentos metodológicos selecionados seguiram uma abordagem qualitativa e descritiva (Gil, 2008). A abordagem qualitativa permite a análise de fatores que abrangem as subjetividades do ser humano e de suas relações na sociedade. As evidências qualitativas são provenientes da experiência humana e dos fenômenos culturais e sociais, possuindo um valor significativo para as metodologias de pesquisas etnográficas e fenomenológicas, bem como para as investigações qualitativas e análises de discurso (Jordan; Pittman, 2006). Aliado a isso, o método descritivo pode ser utilizado pelos pesquisadores das ciências sociais para estabelecer relações entre variáveis e, com isso, verificar a atuação prática de um determinado fenômeno (Gil, 2008).

Tendo em vista que o estudo foi realizado com a intenção de analisar o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo por meio de diferentes perspectivas, se trata de um estudo de caso, formulado para descrever um contexto específico, explorando suas potencialidades e limitações (Gil, 2008). A coleta de dados utilizou a combinação de diferentes métodos de pesquisa para expandir a compreensão sobre o objeto de estudo em questão, em uma perspectiva de complementariedade projetada para combinar elementos de múltiplas fontes de informação (Axinn; Pearce, 2006; Duarte, 2009). A estratégia de triangulação de métodos auxilia o pesquisador a integralizar informações de diferentes perspectivas de análise, promovendo a articulação entre o conteúdo do ponto A e do ponto B para identificação de um ponto C (Minayo; Assis; Souza, 2005; Duarte, 2009). No caso desta dissertação, os delineamentos utilizados para a coleta de dados foram análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

Na análise dos resultados, o modelo adotado para interpretação dos dados obtidos pela triangulação de métodos se deu em dois momentos distintos, envolvendo a análise interna do material, realizada separadamente nos capítulos 4, 5 e 6, e, em seguida, a análise contextualizada e triangulada dos resultados, que aconteceu no capítulo 7 (Gomes; Amitrano, 2005; Meneses; Fuentes-Rojas; D'Antona, 2018). No primeiro momento, desenvolveu-se a leitura completa do material selecionado, para compreender o objeto de estudo e apreender sobre

as particularidades existentes, juntamente a organização das estruturas de análise. Já o segundo momento envolveu a interpretação propriamente dita dos resultados, para sintetizar uma construção criativa de possível símbolos e significados (Gomes; Amitrano, 2005). A figura 1 ilustra a organização das etapas de trabalho nos capítulos da dissertação.

Figura 1: organização das etapas de trabalho.



Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

2.1 Análise documental

Na pesquisa documental, a coleta de dados foi baseada em fontes de dados primários, como documentos oficiais de primeira mão, logo, que não receberam tratamento analítico (Gil, 2008). De acordo com Lakatos e Marconi (2003), estes documentos podem servir como fontes contemporâneas (documentação de arquivo público, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas de censos, documentos de arquivos privados, cartas e contratos) ou retrospectivas (diários, autobiografias, relatos de visitas a instituições e relatos de viagem). Além disso, os registros podem ser encontrados em formato escrito ou oral (Lakatos; Marconi, 2003).

Na primeira etapa da análise documental, o trabalho envolveu o histórico legislativo do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Parte dos dados

foi extraído do antigo site do Ministério do Esporte, que era utilizado pelo governo federal para armazenar as principais normativas do Programa Segundo Tempo entre os anos de 2003 e 2018, na aba “Legislação”, dentro da pasta que corresponde ao programa (Ministério do esporte, 2018). A outra parte dos dados, referente as publicações realizadas entre 2019 e 2023, foi extraída do Diário Oficial da União, servindo como fonte primária para o desenvolvimento do trabalho. A sessão incluiu apenas as normativas que envolveram a entidade máxima de representação do esporte na esfera federal. Utilizando a ferramenta de pesquisa avançada na plataforma devida, os filtros aplicados foram: qualquer resultado, para o tipo de pesquisa; pesquisa ato-a-ato, para a forma de pesquisa; tudo, para onde pesquisar; por data, para a ordenação dos resultados; qualquer período, para a data; seção 1 (atos normativos), para jornais. Entre os 53 resultados encontrados, foram selecionadas as normativas que instituíram ou modificaram os objetivos, diretrizes e sistematização das demandas do Programa Segundo Tempo ao longo de seu desenvolvimento. O conteúdo extraído de pautas e atas de reuniões não foram considerados na análise, assim como as normativas que não corresponderam ao Programa Segundo Tempo nas modalidades Padrão e Universitário, como acontece no caso do Forças no Esporte.

Além do conteúdo coletado a partir das publicações do Diário Oficial da União, a amostra também incluiu os Planos Plurianuais publicados entre os anos de 2004 a 2019, os quais incluíram o Programa Segundo Tempo entre as diretrizes de seu planejamento. O Plano Plurianual 2020-2023 não fez referência ao Programa Segundo Tempo entre as políticas públicas destinadas ao esporte, por essa razão, não foi incluído na amostra. Dessa forma, a primeira etapa da análise considerou as seguintes normatizações:

- **Portaria interministerial nº 3.497/2003** – Institui o Projeto Segundo Tempo, iniciativa governamental de fomento a prática esportiva, de natureza sócio educacional, em benefício de estudantes de estabelecimentos de ensino público do Brasil.
- **Plano Plurianual 2004 – 2007;**
- **Plano Plurianual 2008 – 2011;**
- **Plano Plurianual 2012 – 2015;**

- **Plano Plurianual 2016 – 2019;**
- **Portaria nº 32/2005** - Assinada pelo Ministro do Esporte, estabelece normas e diretrizes, com a finalidade de regulamentar a implementação do “Programa Segundo Tempo”.
- **Portaria nº 135/2005** - Atualização sistemática das bases de dados do Programa Segundo Tempo.
- **Portaria nº 167/2006** – Aprovar os critérios para seleção e formalização de convênios.
- **Portaria nº 183/2006** - Uniformizar os procedimentos para possibilitar a descentralização de recursos para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União.
- **Portaria nº 200/2007** - Dispõe sobre o custo referente aos itens “Reforço Alimentar” e estabelece parâmetros balizadores dos preços de passagens aéreas.
- **Portaria nº 137/2008** - Dispõe sobre a implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo.
- **Portaria nº 26/2023** - Institui os Programas Segundo Tempo - PST, nas modalidades Padrão e Universitário, e aprovar suas Diretrizes.

Na segunda etapa da análise documental, o trabalho envolveu os documentos e materiais didáticos que embasaram o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, disponibilizados nas plataformas oficiais do governo federal, logo, fontes de domínio público, que podem ser consultadas sem autorização prévia. Foram selecionados os documentos produzidos entre os anos de 2003 e 2023, correspondendo ao recorte temporal da análise documental:

- Diretrizes do Programa Segundo Tempo (2011, 2014, 2016, 2018, 2021 e 2023-2026).
- Fundamentos do Programa Segundo Tempo (2008 e 2009).
- Manual de orientações para estruturação dos núcleos do Programa Segundo Tempo (2009).

Nas diretrizes do programa, a análise considerou o conteúdo que se refere aos objetivos, objetivos específicos e Núcleos de Esporte Educacional, apresentadas em cada versão do documento. Com relação às diretrizes, parte das dissertações e teses encontradas pela revisão bibliográfica faz referência a uma versão do documento que supostamente teria sido publicada em 2005 (Bezerra, 2014; Pereira, 2014), todavia, esse arquivo não foi localizado em nenhuma das bases ou fontes utilizadas no presente estudo. Referente aos fundamentos, os temas analisados envolveram o planejamento e organização do trabalho, os métodos de ensino para o esporte educacional e os temas transversais abordadas nas duas edições. Por último, a análise do manual de orientações para estruturação dos Núcleos de Esporte Educacional considerou o que a única versão do documento aponta sobre a vigência dos convênios, estruturação dos projetos, organização dos recursos humanos, cadastramento dos beneficiados, liberação de recursos financeiros, esportivos e suplementares, infraestrutura e, por último, sistema de acompanhamento pedagógico.

A estrutura utilizada para a apresentação e análise dos resultados em ambas as etapas foi baseado na sistematização realizada pela Prof. Dr. Leticia Godoy em sua tese “O Sistema nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos”, defendida no ano de 2013. Ao escrever sobre o ordenamento jurídico desportivo brasileiro do Sistema Nacional de Esporte, a autora aborda as normativas selecionadas seguindo a cronologia de suas respectivas promulgações, montando quadros descritivos para o conteúdo de cada documento e contextualizando as informações obtidas com considerações provenientes do campo teórico (Godoy, 2013).

2.2 Pesquisa bibliográfica

A revisão bibliográfica foi desenvolvida com base em estudos científicos, o que permite ao investigador cobrir uma gama ampla de informações, vantagem interessante quando o problema de pesquisa envolve dados dispersos (Gil, 2008). A busca nos estudos qualitativos baseia-se nos temas, metáforas ou conceitos identificados pelos pesquisadores responsáveis por cada estudo, com a intenção de reunir o máximo de informações sobre o fenômeno de interesse, ao invés de destacar um aspecto unidimensional (Lockwood *et al.*, 2020). Assim,

o pesquisador pode adquirir uma maior proximidade com o material escrito sobre o seu objeto de estudo (Lakatos; Marconi, 2003).

Nesta dissertação, a revisão foi utilizada para a construção do capítulo 5. Essa parte do estudo se baseou no método de revisão integrativa, abordagem metodológica que proporcionou a síntese do conhecimento por meio da utilização de métodos diversos (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A pretensão foi obter um diagnóstico sobre a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, para verificar quais fatores podem ser considerados barreiras e facilitadores desse processo, a partir das observações de pesquisados e colaboradores que atuaram diretamente nos Núcleos de Esporte Educacional, podendo ser útil para desenvolver recomendações direcionadas a políticas públicas semelhantes. Dessa forma, essa parte do trabalho não esteve centrada em descrever todas as etapas do processo de implementação, tendo em vista que a explanação sobre os manuais de funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, registrado na sessão 4.2.3 do capítulo 4, contemplou esse conteúdo.

A estratégia de busca utilizada foi baseada no *JBI Manual For Evidence Synthesis*, uma organização internacional de pesquisa na área da saúde que desenvolve guias didáticos para conduzir revisões sistemáticas através de diferentes abordagens. Nessa dissertação, a revisão seguiu parte das considerações do manual para revisões envolvendo evidências qualitativas, em uma sequência de três etapas. A primeira englobou a definição das palavras-chave e das bases de dados que foram utilizadas para realização das buscas. Em seguida, aconteceu a pesquisa propriamente dita, com a aplicação das palavras-chave nas bases selecionadas, de forma individual ou combinada. Por último, a terceira etapa envolveu a revisão da lista de referências de todos os estudos selecionados, para recuperar os trabalhos da mesma temática registrados em outros bancos de dados (Lockwood *et al.*, 2020).

A formulação do problema que conduziu a revisão foi baseada no mnemônico PICo – População, fenômeno de interesse e contexto (traduzido pelo autor) – para uma síntese qualitativa (Lockwood *et al.*, 2020). Assim, foram definidos: população – pesquisadores; fenômeno de interesse – implementação; e contexto – Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo. Diante desses pressupostos, a questão norteadora para a revisão bibliográfica

foi: quais são os apontamentos apresentados pelos pesquisadores sobre a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo? Com isso, as palavras-chave definidas para conduzir a revisão foram “Programa Segundo tempo, Esportes e Avaliação de programas”. Na última palavra chave, o termo “avaliação” foi utilizado no lugar de “implementação”, considerando que uma análise sobre o processo de implementação de uma política pública pode tomar a forma de pesquisa avaliativa, caso a orientação esteja voltada a entender os fatores que podem causar falhas ou acertos na prática (Secchi, 2012), sendo este o objetivo da revisão bibliográfica desenvolvida para o presente estudo.

Foram utilizadas como base de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME). Essas bases foram escolhidas em função do amplo acervo de artigos publicados e pelo rigor que envolve seus respectivos processos de avaliação. A LILACS possui um reconhecimento relevante no âmbito acadêmico da área da saúde na América Latina, enquanto a SCIELO proporcionou o acesso facilitado a estudos de diversas temáticas, relacionados a uma grande variedade de revistas científicas (Pereira, 2014). Por sua vez, o acervo dos periódicos da CAPES disponibilizou estudos multidisciplinares provenientes de diferentes contextos globais (Borba; Murcia, 2006). Já o repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi selecionado pela ligação da instituição com o programa, estabelecida em função dos professores que atuaram na coordenação do Programa Segundo Tempo e/ou nas Equipes Colaboradoras (Starepravo *et al.*, 2012). Além das fontes citadas, também foi consultado o Centro Esportivo Virtual (CEV) do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), base de dados reconhecida pelo antigo Ministério do Esporte como portal de divulgação de produções relacionadas ao programa.

A revisão bibliográfica foi desenvolvida entre os meses de janeiro e fevereiro de 2023. O recorte temporal aplicado na pesquisa correspondeu aos dois primeiros decênios de existência do programa (2003-2023). A primeira busca foi realizada utilizando “Programa Segundo Tempo” em cada uma das bases, de maneira isolada. Em seguida, aplicando o termo booleano “AND”, o

nome do programa foi combinado com as outras palavras-chave, separadamente. Os resultados encontrados incluíram estudos primários, em formato de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicados em português e inglês, que desenvolveram metodologias qualitativas, quantitativas e mistas.

Foram selecionados os estudos que contêm a combinação de duas das três palavras-chave em seus títulos ou resumos. Com relação ao fenômeno de interesse e ao contexto da revisão, foi verificado se os trabalhos apresentavam apontamentos dos autores sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa Segundo Tempo, com base em observações sobre um ou mais Núcleos de Esporte Educacional. Não houve exclusões baseadas nas características dos autores responsáveis pelos estudos selecionados. Foram excluídos os estudos que não desenvolveram observações sobre o trabalho prático realizado nos núcleos. Além disso, também foram excluídos os trabalhos sem cunho científico e os estudos duplicados.

A definição dos tópicos de análise para a revisão bibliográfica foi inspirada na matriz de indicadores de desempenho proposta pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo. Esse trabalho surge a partir de uma demanda solicitada pelo antigo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SPI/MP), no ano de 2005, que percebeu a necessidade de uma proposta metodológica para avaliação de programas do Plano Plurianual (PPA), em função das deficiências significativas encontradas na concepção e no gerenciamento de maior parte dos programas. Tratava-se da elaboração de um referencial teórico que pudesse oferecer as bases metodológicas para avaliar a atuação desta política pública. Essa demanda foi atribuída à Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação, grupo que contava com representantes da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (SEGES), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009).

Seguindo a metodologia de Exame de Avaliabilidade como instrumento de pré-avaliação (Wholey *et al.*, 2004), a intenção do modelo proposto pelo IPEA seria proporcionar uma avaliação menos complexa e de baixo custo, que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento do desenho utilizado no Programa

Segundo Tempo. Essa necessidade se deu em razão dos apontamentos provenientes das avaliações anuais executadas pelo órgão central de planejamento, que indicaram problemas relacionados ao gerenciamento dos programas, afetando os resultados obtidos. Dessa forma, o modelo propõe um quadro com 16 indicadores de desempenho direcionados a verificar aspectos de sua implementação, no que se refere aos elementos favoráveis ou obstáculos para o alcance dos resultados desejados, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009).

Tendo como base os indicadores de desempenho que o Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo propõe, os pontos de análise definidos foram: a) número de núcleos implementados; b) material esportivo adequado à demanda; c) número de monitores e coordenadores desenvolvendo atividades nos núcleos educacionais; d) número de monitores e coordenadores capacitados atuando nos núcleos; e) eventos de esporte educacional realizados; f) espaços físicos esportivos e equipamentos implantados em áreas de risco social; g) projetos esportivos, financiados com recursos do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente; h) campanhas realizadas; i) núcleo abastecido com material esportivo e suplementar; j) ampliação de profissionais atuando na área do esporte educacional; k) aumento do interesse e permanência das crianças e adolescentes no programa; l) melhoria da qualificação dos profissionais e monitores núcleos do PST; m) promoção da troca de experiência entre os participantes do programa; n) ampliação e melhoria da capacidade de atendimento de crianças e adolescentes em áreas de risco social; o) adesão ao programa por famílias de comunidades pobres; p) crianças e adolescentes expostos a situações de risco social, praticando regularmente esporte educacional no tempo ocioso (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009).

2.3 Entrevistas semiestruturadas

Na última etapa de trabalho antes da discussão dos resultados, a pesquisa de campo foi selecionada como encaminhamento para analisar o desenvolvimento da etapa de avaliação do Programa Segundo Tempo. Aqui, a pretensão do trabalho não foi desenvolver uma avaliação sobre a política pública

propriamente dita, por entender que essa demanda necessita de um trabalho colaborativo e multidisciplinar de uma equipe de profissionais, como será explicado no próximo capítulo. Na verdade, o que se pretende é analisar a operacionalização dos mecanismos de avaliação do programa, para identificar quais são as barreiras e facilitadores presentes nesse processo.

Por meio do método das entrevistas semiestruturadas, o pesquisador pode diagnosticar questões sociais, com o objetivo de averiguar “fatos”, opiniões e sentimentos (Lakatos; Marconi, 2003). Para tanto, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e pesquisas da Universidade Federal do Paraná, CAAE nº 88770618.4.0000.0102, parecer nº 5.414.934. Entre os diferentes tipos de entrevista existentes, compreendeu-se que a entrevista semiestruturada poderia contemplar os objetivos preestabelecidos para essa etapa do trabalho. O método se baseia na formulação de um roteiro de pesquisa, elaborado para pessoas selecionadas em função dos interesses do pesquisador. Desta forma, o pesquisador tem a liberdade de adaptar as perguntas para situações específicas, proporcionando uma flexibilização ao processo de coleta de dados (Lakatos; Marconi, 2003).

Os entrevistados incluídos na amostra foram selecionados intencionalmente pelo autor, em um processo de amostragem por conveniência (Gil, 2008), utilizando como critério o histórico de participação do entrevistado no Programa Segundo Tempo. Na busca para obter informações a partir de diferentes perspectivas, foram selecionados: um gestor que atuou diretamente na Equipe de Coordenação Geral do Programa Segundo Tempo; um gestor que atuou diretamente na Equipe de Avaliação do Programa Segundo Tempo; cinco gestores que atuaram como coordenadores nas Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo, sendo um representante para cada região nacional – Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Para uma padronização do texto e visando manter a confidencialidade assegurada pelo termo de consentimento livre e esclarecido, os entrevistados foram identificados com pronome masculino, independente do sexo. Ao serem citados ao longo da discussão, serão referenciados como Vice Coordenador EC (PILOTO), Equipe de Coordenação Geral, Equipe de Avaliação, ECNORTE, ECNORDESTE, ECCENTRO-OESTE, ECSUDESTE E ECSUL.

No processo de construção da amostra, o contato inicial com os gestores foi realizado via e-mail, com a intenção de apresentar os objetivos do trabalho e a justificativa para a escolha do entrevistado em questão. Em seguida, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1), documento que garante a preservação dos dados pessoais dos participantes durante o estudo, além do respeito às normas éticas de pesquisas que envolvem seres humanos. Com a resposta positiva dos participantes, o próximo passo foi a escolha pela data e pelo horário para realização das entrevistas. As reuniões foram desenvolvidas por meio da plataforma *Teams*, tendo em vista que a plataforma disponibiliza a ferramenta de transcrição das conversas, o que facilitou o tratamento dos dados.

Todas as entrevistas aconteceram entre os meses de março e abril do ano de 2023. A escolha pela data e o horário para o agendamento da reunião online ficou a critério dos entrevistados, dessa forma, as entrevistas foram realizadas em horários distintos, sendo cinco no período da manhã (Equipe de Coordenação Geral, Equipe de Avaliação, ECCENTRO-OESTE, ECSUDESTE e ECSUL), duas no período da tarde (Vice Coordenador EC e ECNORDESTE) e uma no período da noite (ECNORTE). Nenhuma das reuniões aconteceu em finais de semana. Com relação ao tempo de duração das entrevistas, a entrevista com o Vice Coordenador EC foi a de menor duração, levando em torno de 18 minutos. Maior parte das outras entrevistas durou entre 25 e 45 minutos (Equipe de Coordenação Geral – 26 minutos; ECNORTE – 32 minutos; ECSUDESTE – 32 minutos; ECCENTRO-OESTE – 33 minutos; ECNORDESTE – 45 minutos). Apenas duas entrevistas estiveram próximas ou superaram a duração de uma hora (Equipe de Avaliação – 54 minutos; ECSUL – 74 minutos).

O material transcrito das entrevistas passou por um processo de filtragem e formatação, para correção dos erros ortográficos e das frases transcritas erroneamente. As falas dos entrevistados foram agrupadas em extratos de transcrição, decorrentes da aplicação das temáticas abordadas. O conteúdo proveniente das entrevistas foi dividido com base na função que o entrevistado desempenhou dentro do Programa Segundo Tempo. Dessa forma, a primeira parte considerou as entrevistas realizadas junto aos representantes da Equipe de Coordenação Geral e Avaliação, enquanto a segunda parte englobou os representantes das Equipes Colaboradoras. Dentro dos grupos, ainda aconteceu

um segundo processo de divisão, em que as respostas foram divididas em função da pergunta realizada, o que facilitou a visualização e a comparação sobre os diferentes pontos de vista.

Tratando-se de uma entrevista semiestruturada, o processo seguiu um roteiro de perguntas formuladas a priori, que foi testado através de um estudo piloto (APÊNDICE 2) e aplicado a um gestor que atuou como Vice Coordenador em uma das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo. O estudo piloto, ou pesquisa-piloto, tem a função de permitir que o pesquisador avalie o seu roteiro de pesquisa na prática, observando as reações do entrevistado, o nível de dificuldade de compreensão das perguntas, entre outros fatores, o que pode contribuir para a realização de ajustes no instrumento, caso apresente limitações. (Lakatos; Marconi, 2003). Após a realização dessa etapa, o roteiro foi revisado para ser utilizado nas entrevistas aos gestores que atuaram diretamente na coordenação ou nas Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo (APÊNDICE 3). Importante ressaltar que, assim como todas as outras, a entrevista piloto foi realizada após o desenvolvimento da análise documental e da revisão bibliográfica, visando garantir que as questões que surgissem nas primeiras etapas de trabalho também pudessem ser incluídas ao roteiro de perguntas das entrevistas semiestruturadas. Por esse motivo, o conteúdo do tópico a seguir envolve alguns pontos que foram abordados com maior profundidade nos próximos capítulos.

2.3.1 Entrevista piloto

A elaboração do roteiro de perguntas teve como base os resultados da entrevista piloto, momento em que as perguntas formuladas a priori foram testadas para que pudessem ser incluídas no roteiro definitivo (Lakatos; Marconi, 2003). A primeira versão desse instrumento incluiu 10 questões, divididas em três blocos temáticos de perguntas (APÊNDICE 2): i) histórico do entrevistado durante o período em que atuou como colaborador do programa; ii) a organização do seu trabalho dentro das Equipes Colaboradoras e nos eventos de capacitação; iii) barreiras e facilitadores para o desenvolvimento e avaliação do Programa Segundo Tempo.

Com a formulação do roteiro prévio, o primeiro gestor selecionado foi contatado para realização da entrevista piloto. Verificou-se que o entrevistado já havia atuado no Programa Segundo Tempo como Vice Coordenador de uma das Equipe Colaboradoras, o que o tornou apto a participar da pesquisa. Na entrevista, o primeiro bloco de perguntas abordou o contato inicial do gestor com o Programa Segundo Tempo, questionando se algum outro gestor intermediou esse processo, quais funções foram desempenhadas e qual seu tempo de atuação no programa.

Eu comecei em 2004, fiquei até 2011 [...] foi a professora [ECSUL] que me convidou. Ela foi coordenadora, me chamou para ser coordenadora junto com ela, então vice coordenadora. Então todo esse tempo eu trabalhei com ela como vice coordenadora. [...] nossa equipe era Santa Catarina e metade do Paraná. [...] acho que chegamos a ter 10 membros ali para ajudar (VICE COORDENADOR EC).

Ficou claro que não houve um aprofundamento no conteúdo do primeiro bloco de perguntas. De acordo com o Vice Coordenador EC, sua entrada aconteceu no ano de 2004, momento em que o trabalho das Equipes Colaboradoras não havia sido iniciado. Ainda assim, o gestor indicou não ter desempenhado outra função dentro do programa, o que pode sinalizar uma incoerência sobre essa informação. Também foram encontrados indícios sobre a proporção equipe/trabalho, ao relatar que cerca de 10 professores seriam responsáveis pelos convênios estabelecidos em dois estados.

Esperava-se que a sistematização das questões em blocos de perguntas pudesse permitir que o entrevistado desenvolvesse sua resposta com maior liberdade, tendo em vista que o tema não foi limitado a uma questão específica. Contudo, a abordagem levou a uma resposta sucinta e rasa de informações relevantes, por isso, a primeira consideração para o roteiro definitivo foi dividir as perguntas em momentos diferentes, no intuito de atingir um maior aprofundamento das respostas.

Considerando a primeira fala do Vice Coordenador EC sobre o território pelo qual sua Equipe Colaboradora era responsável, e pensando também na temática do segundo bloco de perguntas (organização do trabalho nas Equipes Colaboradoras e participação nos eventos de capacitação), no momento

seguinte o gestor foi questionado sobre a forma como acontecia a divisão das demandas de trabalho dentro da Equipe Colaboradora.

A gente fazia as visitas, né? Dependendo do convênio, tinha uma porcentagem de núcleo que a gente tinha que visitar. Daí a gente escalava os membros da equipe, você fica com tal convênio, com tais núcleos, para fazer as avaliações in loco. A gente dava a capacitação também. Em cada convênio novo, a gente capacitava o pessoal que ia trabalhar. A gente mesmo participava de capacitação do Ministério, era uma capacitação para os coordenadores e vice das equipes. [...] o Relatório Consolidado sempre eu que fazia, pegava as avaliações in loco. E eu que fazia o consolidado para encaminhar para o Ministério (VICE COORDENADOR EC).

Ao contrário do primeiro momento, nessa etapa o entrevistado ofereceu mais informações além do que foi propriamente perguntado. Essa observação corrobora com a ideia de que a pergunta isolada pode favorecer o aprofundamento do conteúdo na resposta. Nota-se a presença de um grau de liberdade na organização interna do trabalho das Equipes Colaboradoras, considerando o fator amostral na avaliação dos convênios (apenas um percentual dos núcleos era visitado) e a divisão dos profissionais por escalas de trabalho.

Além das visitas in loco, que implicavam no preenchimento e submissão dos Relatórios Consolidados para o Ministério do Esporte, percebe-se também a participação dos membros das equipes nos processos de capacitação do Programa Segundo Tempo, tanto no que remete a capacitação ofertada pelas Equipes Colaboradoras para os profissionais que atuaram nos Núcleos de Esporte Educacional, como também nas capacitações que o Ministério do Esporte ofereceu para os membros das Equipes Colaboradoras. Apesar dos indícios dessa participação, pouco se pôde saber sobre a forma como a sistematização do conteúdo era organizada. Com relação à adesão dos profissionais a esses eventos, foi questionado se o público que participava das capacitações incluía os monitores e professores dos núcleos, além dos coordenadores dos convênios.

As vezes tinham monitores, mas a maioria eram coordenadores. A gente fazia com os monitores, já íamos ensinando a eles como preencher e fazer o cadastro. Que nem esse *Instituto Contato*, nós fizemos até três capacitações para os monitores lá. Em Itajaí também. A gente fez capacitações com monitores, porque os coordenadores

faziam geralmente uma capacitação lá em Brasília, organizada pelo Ministério (VICE COORDENADOR EC).

Percebeu-se que as capacitações representavam um fator relevante para a organização do trabalho das Equipes Colaboradoras, tanto é que o entrevistado relata o estabelecimento de parcerias com uma organização sem fins lucrativos para consolidar essa etapa do trabalho. Quando questionado se o entrevistado havia participado dos dois formatos de capacitação (presencial e online), a resposta foi objetiva: “Só presencial” (VICE COORDENADOR EC). Assim, não foi possível encontrar diferenças entre as duas abordagens por meio da entrevista piloto. Depois, sobre os materiais que eram utilizados nas capacitações, o entrevistado citou apenas as diferentes edições do livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo (Oliveira; Perim, 2009). “Aquele caderno verde foi o primeiro. Depois teve um outro branquinho. E depois os outros quatro volumes. Era o que a gente trabalhava, produzimos para usar nas capacitações” (VICE COORDENADOR EC).

Pode-se dizer que a sistematização dos eventos de capacitação ajudava a conectar o trabalho dos profissionais nos Núcleos de Esporte Educacional a dimensão política do programa. Dessa forma, parece que, além de tratar dos processos de monitoramento, capacitação e avaliação do Programa Segundo Tempo, as Equipes Colaboradoras realizavam principalmente a articulação entre as diferentes partes envolvidas. Como única ressalva, na revisão bibliográfica desta dissertação foram encontrados estudos que criticaram o modelo de capacitação “em cascata”, no qual o conteúdo era repassado verticalmente entre as diferentes instâncias. De acordo com os autores, muito se perde com relação ao esclarecimento dos fundamentos, diretrizes, objetivos e da abordagem pedagógica pensada para o programa.

Referente a outra demanda de trabalho das Equipes Colaboradoras, já encaminhando a conversa para o terceiro bloco de perguntas predefinidas para a entrevista piloto, na sequência o entrevistado foi questionado sobre as possíveis barreiras no atendimento da Equipe Colaboradora aos municípios do seu território, por exemplo, a existência de dificuldade na logística de acesso a alguma região específica.

Não, tinha lugar que era difícil chegar. Mas acho que teve um ou 2 núcleos, a maioria foi bem tranquilo. A gente achou tudo, fomos bem recebidos, apesar de que tinha núcleo que não funcionava, que não tinha nada. A gente chegava lá, e não tinha nada, mas em princípio assim foi bem tranquilo (VICE COORDENADOR EQ).

A resposta do Vice Coordenador EC vai de encontro a parte das considerações encontradas nos estudos incluídos na revisão bibliográfica. Mesmo que a questão logística não tenha sido uma barreira para o trabalho de todas as Equipes Colaboradoras, alegações sobre núcleos fora de funcionamento, ou funcionando como escolas de iniciação esportiva, parecem ser recorrentes entre os estudos que se propõe a analisar o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.

Sobre as barreiras encontradas por meio da análise documental e da revisão bibliográfica¹, o primeiro problema identificado remeteu ao tempo de duração dos convênios e o fator da continuidade para as ações desenvolvidas pelo programa. A pergunta realizada procurou compreender a perspectiva do Vice Coordenador EC sobre o tempo para a realização das etapas de trabalho, dentro do prazo de dois anos estabelecidos para os convênios do Programa Segundo Tempo, antes da possibilidade de renovação.

Uma coisa complicada era a licitação do lanche. O material o Ministério mandava, então eles tinham material esportivo para começar. O que a gente percebia era a influência da licitação do lanche, que o convênio fazia. Era difícil, tinha que ter ali um suco, uma bolacha. Por 99 centavos? Era difícil. Então, um empecilho que a gente sentia era essa questão. Agora tinha núcleo que era em escola, daí tinha merendeira, eles davam merenda, lanche para as crianças, sabe? Esta questão da gestão do lanche. Mas dava tempo de a gente capacitar os professores e monitores. Depois de uns 2 ou 3 meses a gente já ia fazer a primeira visita, orientava e eles tocavam dali. O problema depois desses dois anos, era a continuidade. Tinha muito convênio que não conseguia fazer a prestação de contas para fazer um novo pedido, então isso atrasava também (VICE COORDENADOR EC).

Observa-se a presença de outro problema identificado na análise documental e em alguns estudos da revisão bibliográfica: a dificuldade no tratamento das demandas burocráticas dentro das diferentes instâncias de trabalho. É possível que as diretrizes planejadas não tenham considerado as

¹ A entrevista piloto foi realizada após a conclusão dos capítulos 4 e 5, que correspondem a análise documental e a revisão bibliográfica, respectivamente.

dificuldades que seriam encontradas dentro de cada contexto incluído pelo modelo de gestão descentralizada do Programa Segundo Tempo.

O entrevistado também foi convidado a falar sobre a existência de um possível mal direcionamento no processo de descentralização do Programa Segundo Tempo. Na revisão bibliográfica, parte dos estudos considerou que a aderência às ações do programa acontecia, predominantemente, entre os municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), os quais registram situações de vulnerabilidade em menores proporções. Com isto, foi perguntado se o Vice Coordenador EC poderia confirmar essa informação, com base nas suas experiências de campo.

Tinha lugar que era muito difícil chegar, mas assim, o pessoal queria que a gente fosse, queria orientação. Então a gente não teve problema que nem para chegar a logística ali. Era difícil e na época assim não tinha *Waze*, a gente tinha que ir perguntando, mas para nós aqui eu achei tranquilo, eu fiz bastante visita. Santa Catarina praticamente toda e não, não tive assim problema nenhum (VICE COORDENADOR EC).

Nesse momento da entrevista, a resposta obtida não correspondeu a intenção da pergunta. Em outra tentativa de conseguir uma explanação mais aprofundada sobre o tema, questionou-se sobre o local de implementação dos Núcleos de Esporte Educacional, se estes estariam nas comunidades mais vulneráveis. Novamente, a resposta foi objetiva: “a maioria, sim” (VICE COORDENADOR EC). As informações foram similares ao conteúdo discutido a partir das perguntas anteriores, o que dificultou o estabelecimento de uma reflexão sobre o primeiro problema levantado. Observou-se a necessidade da formulação de outras perguntas sobre o tema, na tentativa de se obter uma melhor caracterização sobre um fator que pode representar uma barreira ou um facilitador para as ações do programa. Com isso, a segunda consideração destacada para o roteiro definitivo foi a formulação de perguntas mais específicas com relação a cada temática.

Na última questão da entrevista, o entrevistado foi questionado sobre seu conhecimento com relação ao Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo, produzido pelo IPEA. Como visto anteriormente, essa demanda representou a primeira tentativa de sistematizar uma ferramenta de avaliação para as ações do programa, antecedendo o trabalho das Equipes

Colaboradoras. Dessa forma, a entrevista procurou compreender se existiu alguma conexão entre os dois mecanismos de avaliação. Sobre esse tema, o Vice Coordenador EC respondeu apenas que não havia tido nenhum contato com esse material.

Após a realização da entrevista piloto, foi possível reunir considerações importantes para a formulação do roteiro de perguntas definitivo. A primeira remeteu à separação das perguntas em momentos diferentes para tentar obter um maior aprofundamento das respostas, evitando levantar muitas questões de uma só vez, mesmo que o roteiro continue dividindo as perguntas em blocos temáticos. Também se notou a necessidade de desenvolver perguntas mais específicas sobre os assuntos de interesse que não foram bem explorados, principalmente, com relação à outros fatores que podem ter causado influência no desenvolvimento do programa, a partir da experiência do entrevistado. Por último, sobre um ponto mais específico, optou-se por deslocar a questão que remete ao conhecimento do entrevistado sobre o modelo avaliativo produzido pelo IPEA, realocando-a no segundo bloco de perguntas, tendo em vista que esse tema está mais relacionado com os processos de capacitação do que com o eixo das barreiras e facilitadores do Programa Segundo Tempo.

Foi possível verificar que determinados temas geraram explicações mais aprofundadas por parte do entrevistado, como, por exemplo, com relação as experiências adquiridas nas visitas in loco, a organização dos processos de capacitação e as demandas burocráticas designadas para os convênios e para as Equipes Colaboradoras. Por outro lado, o mesmo resultado não foi alcançado quando as questões se referiram ao direcionamento da descentralização do Programa Segundo Tempo e as observações sobre os locais de implementação dos Núcleos de Esporte Educacional. Dessa forma, outras seis questões foram incluídas ao roteiro de perguntas definitivo (APÊNDICE 3), na tentativa de ampliar e enriquecer o conteúdo obtido por meio das entrevistas semiestruturadas.

3 CONTEXTUALIZANDO O ÂMBITO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS NO BRASIL

Para compreender o processo de institucionalização do esporte, é preciso refletir sobre a relação da sociedade com este fenômeno cultural. Desde seu surgimento nas “*public schools*” da burguesia inglesa do século XIX, este fenômeno tem se moldado em função das transformações que acontecem na sociedade, um processo de expansão e internacionalização global (Marchi Júnior, 2015). A partir desta apropriação, o esporte passou a ser caracterizado como um fenômeno que se transforma junto com a sociedade, portanto, um estudo acerca do esporte também deve se tratar de um estudo sobre a sociedade (Elias; Dunning, 1986).

De acordo com Bueno (2008), até o final do século XIX, não existia uma normatização para o gerenciamento e desenvolvimento das práticas esportivas, que eram constituídas por passatempos e atividades para a elite local. A primeira legislação a considerar a formulação de uma base organizacional do esporte no Brasil, surgiu durante o governo de Getúlio Vargas. A institucionalização do “Estado Novo”, por meio da aprovação do Decreto-Lei número 3.199/1941, passou a considerar o esporte como uma demanda política de responsabilidade do Estado (Brasil, 1941). Diante da existência de conflitos entre clubes, ligas e federações pelo controle do esporte nacional, a primeira legislação tinha o objetivo de unificar e sistematizar as diferentes modalidades esportivas, além de diminuir o monopólio dos imigrantes europeus sobre a gestão destas práticas (Moraes E Silva, 2011). Para tanto, o Governo Federal utilizou um modelo de gestão que tinha como elemento central a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) (Mezzadri *et al.*, 2015). Com a nova legislação, o Estado fez com que um fenômeno social, que, até então, resguardava interesses particulares de grupos sociais específicos, recebesse a conotação de bem público (Starepravo, 2014).

Após o final do “Estado Novo” de Getúlio Vargas em 1945, inicia-se o primeiro período democrático da sociedade brasileira. O Estado permaneceu como a figura central no controle das relações que aconteciam neste âmbito, atendendo às entidades e organizações esportivas de forma clientelista, oferecendo recursos em troca de favores políticos (Starepravo, 2011). Nesse

sentido, o esporte ainda não tinha sido consolidado como um direito social. Posteriormente, entre os anos de 1964 e 1985, se estabeleceu no Brasil o período da ditadura militar. Este movimento ficou marcado pela forte tendência tecnocrata de governo, que obtinha o monopólio do poder por meio da força física (Mezzadri *et al.*, 2015).

Em meio a ditadura, o projeto “Análise de Educação Física e Esportes no Brasil” (Da Costa, 1971), coordenado pelo professor Lamartine Pereira da Costa, analisou o desenvolvimento da política esportiva brasileira, que, até então, ainda sustentava a legislação estabelecida na década de 1940 pelo “Estado Novo”. Esse trabalho ofereceu respaldo para o desenvolvimento do Decreto-Lei número 6.251/1975, regulamentado pelo Decreto número 80.228/1977, para instaurar a “Política Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Esporte” (Brasil, 1977). Pela primeira vez, a influência dos apontamentos produzidos pelo campo acadêmico embasou a realização de alterações na legislação esportiva nacional. O projeto trouxe a primeira evidência de um reconhecimento por parte do Sistema Esportivo Nacional sobre a pluralidade das manifestações esportivas, promovendo a discussão sobre as categorias comunitária, estudantil, militar e classista (Veronez, 2005).

No ano de 1985, o Governo Militar foi substituído pela “Nova República”, fato que representou o segundo período democrático brasileiro no século XX. Até então, o esporte ainda não tinha sido tratado como um tema constitucional (Godoy, 2013), mesmo que sua administração permanecesse sobre a tutela exclusiva do Estado (Tubino, 1996). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, novos agentes foram incluídos ao âmbito esportivo, considerando que a legislação proporcionou aos órgãos e entidades esportivas uma autonomia organizacional para selecionar seus próprios gestores (Godoy, 2013). Neste sentido, destacam-se as mudanças que aconteceram na gestão das manifestações de alto rendimento, que passou a incorporar os interesses do setor privado (Mezzadri *et al.*, 2015). O artigo 217 desta legislação, que trata especificamente sobre o esporte, serviu como meio para institucionalização deste fenômeno. De acordo com o texto da Lei:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (Brasil, 1988).

Apesar do reconhecimento formal do fenômeno esportivo pela legislação brasileira, até aquele momento ainda não existia uma normatização específica para as demandas do Esporte (Godoy, 2013). Na década de 1990, em função de mudanças no governo político da época, ocorreu a criação da Secretaria de Esporte, vinculada à presidência da república, que mais tarde serviria como base para dar origem ao Ministério do Esporte (Veronez, 2005). Este contexto estabeleceu um novo marco regulatório no desenvolvimento da legislação esportiva brasileira, a Lei número 8.672/1993, primeira política geral para o esporte formulada após a Constituição Federal de 1988 (Mezzadri *et al.*, 2015). O ex-atleta de futebol Arthur Antunes Coimbra (Zico) foi nomeado para o cargo de Secretário, por isto a legislação ficou popularmente conhecida como “Lei Zico”.

A nova legislação foi responsável por estabelecer os conceitos e princípios que serviriam como base para o desenvolvimento do esporte nacional, classificando as manifestações esportivas como educacional, de participação ou de alto rendimento (Brasil, 1993). Além disto, também instituiu as fontes de financiamento para o atendimento das demandas relacionadas ao esporte, entre elas, os orçamentos da União, Estados e Municípios, os fundos esportivos, as doações, patrocínios e legados, a Loteria Esportiva Federal, incentivos fiscais estabelecidos em lei, entre outros (Starepravo, 2011).

Ainda na década de 1990, a “Lei Zico” foi revogada pela **Lei número 9.615/1998** (Brasil, 1998). Em função de crises institucionais que envolveram a gestão política, em 1995 outro ex-futebolista, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), foi nomeado para o cargo de Secretário, por isto, a lei ficou conhecida como “Lei Pelé”. De acordo com Starepravo, (2011), a nova legislação representou uma continuação da “Lei Zico” com poucas alterações. A Lei Pelé

buscou proporcionar um Estado menos intervencionista, sem alterar a configuração do financiamento estatal para o esporte de alto rendimento, ou seja, políticas públicas baseadas em transferências monetárias para entidades privadas desenvolverem as ações esportivas (Mezzadri *Et al.*, 2015).

No ano de 2003, através da Medida Provisória nº 103/2003, acontece a criação do Ministério do Esporte (Brasil, 2003). Segundo Almada, Baiocchio Neto e Furtado (2017), é possível considerar que esse ato representou uma mudança da concepção sobre as práticas esportivas no Brasil, tendo em vista que, pela primeira vez, o Estado conseguiu centralizar os interesses desse setor, o que contribuiu para a melhoria do desenvolvimento e administração das ações, projetos e programas de caráter esportivo. Após a construção do Ministério, também se observa que a produção acadêmica sobre os esportes em suas diversas expressões foi ampliada, o que favoreceu a associação da prática esportiva a outros campos de interesse público, como, por exemplo, a educação e a saúde (Almada; Baiocchio Neto; Furtado, 2017).

Em janeiro de 2019, momento que marcou o início do novo mandato presidencial, o Ministério do Esporte foi extinto, ocasionando a incorporação da pasta de esporte à Secretaria Especial do Esporte, dentro do Ministério da Cidadania, nos termos da Medida Provisória nº 870/2019 (Brasil, 2019). No início de 2023, com a nova troca de gestores e partidos políticos à frente da presidência nacional, o esporte voltou a ser promovido ao status de Ministério, por meio da Medida Provisória nº 1.154/2023. Também em 2023, aconteceu a aprovação de uma nova normativa para o esporte brasileiro, a Lei Geral do Esporte, que prevê a verticalização do sistema esportivo nacional. A legislação dispõe sobre a institucionalização e manutenção do Sistema Nacional do Esporte (SINESP), o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE), a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva e o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte (Brasil, 2023). Esse novo modelo de organização possui caráter descentralizado, democrático e participativo, sendo responsável o planejamento, a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, de programas e de ações para o esporte.

Diante das considerações apresentadas, percebe-se que o processo de institucionalização do esporte no Brasil favoreceu, progressivamente, o fomento das diferentes manifestações esportivas. Esse fato ocorreu principalmente após

a Constituição Federal de 1988, quando o acesso a essas práticas passou a ser considerado como um direito social. Compreender a conjectura que envolveu a criação do Programa Segundo Tempo ajuda a compreender a razão pela qual as diretrizes do programa foram pautadas por um ideal democrático, direcionado a proporcionar a prática de atividades esportivas de qualidade para a parcela da população que não tinha acesso a esse direito.

Para melhor entender a forma como o Programa Segundo Tempo foi estruturado para desenvolver suas ações e, conseqüentemente, contemplar seus objetivos e diretrizes, também é importante conhecer determinados conceitos explorados no campo de estudos das políticas públicas. Desse modo, na sequência são apresentadas considerações a respeito dos processos que envolvem o desenvolvimento de um programa esportivo federal.

3.1 As políticas públicas de esporte e os programas governamentais

Um problema social se transforma em uma questão pública a partir do momento que passa a ser considerado como um elemento que necessita de uma administração política (Frey, 2000). No Brasil, pode-se dizer que o conceito adotado para o termo “política” se tornou demasiadamente abrangente, considerando que ele engloba todas as dimensões possíveis do ato de governar (Mezzadri; Moraes e Silva, 2014). Todavia, a literatura acadêmica no âmbito da ciência política revela que o termo pode apresentar dimensões diferentes e complementares entre si.

No campo de conhecimento das políticas públicas, existem diferentes modelos explicativos utilizados para compreender o conteúdo das ações do Estado para a sociedade. Como exemplo, pode-se destacar: a tipologia de Wilson (1983), baseada na relação de custo-benefício da política pública; a tipologia de Gormley (1986), que considera a capacidade que a ação possui em afetar ou chamar atenção do público-alvo e o nível de conhecimento especializado que sua formulação e implementação exigem; a tipologia de Gustafsson (1983), que utiliza como critério o conhecimento e a intenção do gestor em relação a uma determinada ação; e a tipologia de Bozeman e Pandey (2004), que distingue as políticas públicas entre conteúdo técnico e conteúdo político. Em todos os casos, é possível constatar uma influência, em maior ou

menor escala, das contribuições de Lowi (1972), pesquisador considerado como o responsável por causar uma transformação no modo como a relação entre a administração e as ações do estado pode ser compreendida. Lowi indicou que as políticas públicas determinam a dinâmica política, então, os conflitos, coalizões e disputas de poder seriam modificados em função do tipo de política pública (Secchi, 2012). Todavia, Starepravo (2011) aponta que a aplicação das tipologias sobre as políticas públicas no contexto brasileiro é contestável, em função da pouca clareza existente nos processos de formulação e implementação das ações governamentais.

De acordo com Frey (2000), a política pública pode ser compreendida tanto em função das instituições (*polity*), como também dos processos (*politics*) ou dos conteúdos (*policy*), elementos que compõe o que o autor chama de “*policy arena*”. Já nas contribuições do pensamento sistêmico das ciências políticas, influenciadas em parte pelos apontamentos de David Easton na metade do século XX, as políticas públicas são compreendidas como o produto do processo político, provenientes da transformação de inputs (demandas e apoios) em outputs (decisões e ações) (Secchi, 2012). Apesar de não existir uma definição específica para conceituar as políticas públicas, neste estudo elas serão interpretadas como as ações que o Governo Federal desenvolve para responder a um problema de interesse social (Secchi, 2012). Desta forma, aqui se considera o conteúdo político ou “*policy*”, concebido através de programas, projetos, leis, campanhas publicitárias, atuação de uma rede de atores ou pressão de grupos de interesse.

O caminho que leva um problema social a se tornar um conteúdo político pode ser interpretado como o ciclo de formulação das políticas públicas ou “*policy cycle*” (Frey, 2000). De acordo com Mezzadri e Moraes e Silva (2014), esse esquema de interpretação expõe as fases do processo de definição das demandas da sociedade até a avaliação dos resultados que as políticas implementadas obtêm. A separação de etapas contribui para evidenciar ênfases em diferentes momentos do processo, além de orientar o recorte analítico para pesquisas acadêmicas (Nascimento, 1991). Os apontamentos da bibliografia acadêmica oferecem diferentes perspectivas com relação à organização e a nomenclatura das etapas que compõe o ciclo de formulação das políticas públicas (Souza, 2006; Jann; Wegrich, 2007; Secchi, 2012). Em todos os casos,

quatro etapas parecem ser fundamentais: a definição da agenda política, a formulação de políticas e programas, a implementação das ações selecionadas e, por último, a avaliação dos resultados que a política pública obteve (Frey, 2000).

O processo é iniciado quando se identifica uma questão social que pode ser interpretada como um problema público, que necessita da ação do Estado para ser controlado ou solucionado. Após a legitimação da política na agenda, na segunda etapa são desenvolvidas as possíveis soluções para lidar com o problema em questão. Em seguida, os esforços são direcionados à efetivação da ação governamental, parte que envolve a disponibilização dos recursos definidos previamente, na etapa de planejamento. Na última etapa, os esforços empreendidos precisam ser analisados para responder se a ação obteve êxito em solucionar o problema inicial (Jannuzzi, 2011).

Tanto o diagnóstico, como o planejamento, a implementação e a avaliação são imprescindíveis para o processo de formulação das políticas públicas, o qual envolve a participação de diferentes grupos, políticos ou não, em todas as suas etapas (Maoski, 2016). Esse modelo de divisão serviu como base para a organização das etapas de trabalho apresentadas nesta dissertação. Os processos que envolveram a definição e manutenção da agenda política e da formulação do programa foram analisados por meio da perspectiva da gestão, enquanto o diagnóstico de implementação das ações e os mecanismos de avaliação foram trabalhados a partir de suas próprias perspectivas, separadamente. Com isso, inspirado na estrutura organizada na dissertação de Mazzei (2016), o quadro 1 ilustra a organização do conteúdo nas temáticas que este estudo engloba.

Quadro 1: organização do conteúdo nas temáticas de trabalho.

Área de Concentração	Categorias	Aspectos abordados
Programa Segundo Tempo	Gestão	Entrada do tema na agenda política
		Sua participação nessa etapa
		Entraves identificados nessa etapa
		Objetivos e expectativas sobre o PST
	Implementação	Descrição do processo de implementação
		Entraves identificados nessa etapa
		Principais ajustes nessa etapa

		Atuação do ME para resolução dos problemas
	Avaliação	Existência de metodologia para essa etapa
		Importância dessa fase para o PST
		Como essa fase deveria ocorrer
		Descrição dessa fase

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

De acordo com Frey (2000), a discussão teórico-metodológica no âmbito das políticas públicas necessita do levantamento de conceitos fundamentais da ciência política. Isso exige que o pesquisador desenvolva suas ideias relacionando os interesses, valores e normas com os critérios técnicos e financeiros que envolvem a política em questão. Se trata, portanto, de considerar as instituições (*polity*), os processos (*politics*) e o conteúdo (*policy*), para se estabelecer uma análise política (*policy analysis*) (Frey, 2000). Todavia, no contexto brasileiro observa-se que entre os trabalhos acadêmicos produzidos com a intenção de analisar os programas esportivos governamentais, maior parte do conteúdo se baseia na avaliação dos resultados obtidos por programas, projetos e ações já consolidadas (Starepravo, 2011). Até meados da primeira década dos anos 2000, a área de conhecimento das políticas públicas no Brasil era caracterizada pelo baixo acúmulo de conhecimento teórico e pela proliferação de estudos de caso com ausência de pesquisa (Arretche, 1998). Pode-se pensar que isso aconteceu porque os projetos, programas e eventos correspondem ao que são os produtos das políticas públicas, logo, são o que materializam as ações governamentais na sociedade, promovendo a garantia dos direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, esporte, lazer, entre outros.

A operacionalização de um conjunto sistêmico de ações articuladas entre si, realizada pelo governo político na intenção de corresponder a uma demanda específica da sociedade, define o que se pode entender como programa governamental (Jannuzzi, 2014). Pelo fato de possibilitar o envolvimento de diferentes áreas setoriais, arranjos federativos e processos de trabalho, os programas podem ser considerados sistemas complexos, coordenados para que os recursos orçamentários alocados proporcionem resultados ao público-alvo e, conseqüentemente, causem impacto na sociedade (Jannuzzi, 2013).

No decorrer de suas operações cotidianas, os programas governamentais estão sujeitos a enfrentar mudanças significativas em sua estrutura organizacional e até mesmo em suas diretrizes norteadoras (Arretche, 2005). Essas mudanças podem ocorrer em função do contexto político e também do contexto da sociedade, tornando os programas sociais em objetos de pesquisa difíceis de serem tratados (Jannuzzi, 2011). No que remete à área das políticas governamentais de esporte, Starepravo (2011) observa que no Brasil existem diferentes barreiras que dificultam o estabelecimento de ações eficazes, como a predileção pelo esporte de alto rendimento, o assistencialismo atribuído ao esporte e ao lazer, a falta de acesso a equipamentos esportivos, a hierarquização dos direitos sociais, que deixa o esporte entre as últimas demandas da agenda política, entre outros fatores.

Após compreender o modo como as políticas públicas são formuladas e os programas governamentais são desenvolvidos, tendo em vista a existência de uma multiplicidade de áreas de atuação do Estado e as possibilidades para realização de intervenções, também é relevante conceituar os processos que compõem o desenvolvimento de uma política como o Programa Segundo Tempo. Dessa forma, as seções a seguir abordam o tema dos programas governamentais a partir das três perspectivas que este estudo se propõe a estudar: da gestão, da implementação e da avaliação.

3.2 Os processos de gestão

No processo de globalização, o esporte passou a influenciar outros setores da sociedade, movimentando recursos financeiros e meios de comunicação, além de ter se tornado uma pauta para as discussões que envolvem a criação de projetos políticos e programas sociais (Marchi Júnior, 2015). Para acompanhar esse crescimento, as entidades esportivas foram influenciadas a também adotarem novos contornos, modernizando suas estruturas administrativas e adquirindo melhores práticas de gestão (Chagas, 2022). Dessa forma, é possível afirmar que a profissionalização da gestão se tornou uma necessidade para o esporte contemporâneo, considerando que isso pode contribuir para que as entidades esportivas consigam abandonar as

práticas amadoras e, com isso, alcançar melhorias nos resultados de suas ações (Schmidt, 2017).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, novos agentes foram incluídos ao âmbito da administração esportiva no Brasil, proporcionando aos órgãos e entidades uma autonomia organizacional para selecionar seus próprios gestores (Godoy, 2013). Dessa forma, um dos princípios que caracterizou a Constituição Federal de 1988 foi a democratização da gestão pública, no sentido de assegurar a participação de diferentes entidades na formulação e controle das políticas públicas, em todos os níveis da gestão administrativa – federal, estadual e municipal (Brasil, 1988). Como efeito dessa mudança, a configuração na gestão das políticas públicas passou a incluir novos contornos, entre eles, a possibilidade de descentralização das ações ligadas à gestão (Rocha, 2009).

A mobilização das esferas de poder federal, estadual e municipal para construir um sistema que pudesse diferenciar as dimensões de atuação no âmbito da gestão do esporte, indicando quais são as entidades responsáveis pelas demandas de cada instância do poder público, corresponde a uma questão que foi potencializada no contexto brasileiro a partir do ano de 2004, durante a 1ª Conferência Nacional do Esporte, momento no qual as discussões envolviam, entre outras coisas, a democratização do acesso ao esporte, a valorização dos profissionais da área e a consolidação de uma Política Nacional de Esporte. A 2ª Conferência Nacional do Esporte, em 2006, deu continuidade às discussões e deliberações da primeira edição, incentivando a participação popular, ao permitir que a sociedade pudesse contribuir com ideias e sugestões para o desenvolvimento do esporte no país. Já na 3ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2010, ocorreu uma espécie de redirecionamento das ações que vinham sendo planejadas, em função da preparação do Brasil para sediar grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio em 2016. Com isso, a articulação entre as entidades esportivas para sistematizar o trabalho realizado nas diferentes instâncias de poder das entidades esportivas acabou ficando em segundo plano (Godoy, 2013).

Apesar de existirem diferentes definições para sua terminologia, o conceito adotado neste estudo para compreender a perspectiva da gestão considera que o contexto dos programas esportivos envolve estratégias e

práticas de organização e estruturação por parte de todas as instituições responsáveis pela política pública (TCU, 2023). Na conjectura que envolve o Programa Segundo Tempo, é possível encontrar evidências sobre a reprodução dos princípios de gestão democrática na organização de trabalho realizado. Isso porque, os convênios formalizados envolvem o Ministério do Esporte, parte conveniente localizada dentro da esfera de poder do governo federal, e as entidades esportivas das esferas de poder estadual e municipal, parte proponente que resguarda a dimensão prática das ações. Dessa forma, o programa se trata de uma política pública de esporte educacional com gestão descentralizada, que envolve entidades esportivas de diferentes instâncias.

A estruturação de um sistema de gestão descentralizada é justificável no contexto brasileiro, considerando sua extensão territorial e a pluralidade cultural encontrada nas diferentes localidades. Esse modelo de organização segue os pressupostos da construção de um Estado-Rede, em que o Estado precisa estar envolvido na rede de relações dos sujeitos sociais para ser capaz de superar a complexidade dos problemas sociais (Engelman; Oliveira, 2012). Dessa forma, a gestão descentralizada:

permite aumentar a legitimidade dos sistemas políticos, pode, ainda, ser vista como a adequação e a modernização do aparelho de Estado às necessidades emergentes do desenvolvimento regional e local que deve otimizar os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis em benefício das populações e obter maior eficácia na ação governamental [...] A descentralização envolve tanto as instâncias político-institucionais como as administrativas e inclui o repasse integral de atividades e atribuições de um nível central de governo a outro de menor hierarquia (Lima; Queiroz, 2012, p. 73).

Por envolver um esforço expressivo e compilado entre entidades que, por vezes, encontram-se localizadas em esferas de atuação distintas, é possível considerar que o desenho e a operacionalização das políticas públicas de gestão descentralizada são etapas de trabalho caracterizadas por sua complexidade, (Jannuzzi, 2013). A gestão descentralizada de uma política pública requer um equilíbrio nas relações de poder entre as entidades envolvidas, o que se torna uma tarefa difícil em um país que envolve diferentes culturas, que estabelece um sistema de multi-partidarismo e que não possui um mecanismo “legal” que facilite a cooperação entre os entes e a torne legitimamente atuante. No contexto da gestão esportiva brasileira, diagnósticos apontam para uma possível falta de

articulação entre as entidades localizadas nas diferentes esferas de atuação do poder público (Maoski, 2016).

Ao abordar a perspectiva da gestão no Programa Segundo Tempo, este trabalho se refere aos fatores relacionados ao planejamento e a operacionalização das ações realizadas ao longo do histórico de desenvolvimento do programa, no que tange os objetivos estabelecidos para resolução dos problemas identificados e as decisões tomadas para extinção da agenda. Tendo em vista que tanto a etapa de implementação como a etapa de avaliação do ciclo de políticas públicas serão contempladas separadamente, em capítulos específicos construídos a partir de outros pontos de vista, a perspectiva da gestão apresentada envolveu todo o trabalho que antecedeu a parte prática das ações do Programa Segundo Tempo, incluindo os fatores que levaram as mudanças e ajustes nesse contexto durante seu desenvolvimento. É claro que as modificações no desenho planejado ou na operacionalização das ações podem acontecer durante qualquer uma das etapas consideradas pela teoria do agendamento ou ciclo de formulação das políticas públicas (Frey, 2000). Todavia, entende-se que esses dois processos possam causar maior influência sobre as entregas apresentadas pela política pública, caso recebam um melhor tratamento nas etapas que antecedem a consolidação das ações, o que envolve a identificação do problema, a formação da agenda, a criação de alternativas e, por último, as tomadas de decisão.

Nas sessões subsequentes deste capítulo, o conteúdo registrado descreve a dificuldade existente para a implementação e avaliação das ações planejadas nas instâncias superiores de administração pública, principalmente quando essas estão distantes da realidade encontrada nos ambientes de intervenção. Em um cenário ideal, as etapas iniciais do ciclo das políticas públicas precisam estar bem alinhadas para minimizar a exigência de uma flexibilização sobre o desenho planejado, atribuição que necessita de uma articulação efetiva entre os processos de gestão e de implementação das ações.

3.3 Os processos de implementação

Nas etapas propostas pela teoria do agendamento ou ciclo de formulação das políticas públicas (Frey, 2000), os processos de implementação sucedem as

etapas de definição dos temas prioritários a serem tratados pelo Estado, do planejamento da política e da tomada de decisão sobre os objetivos e modelos de abordagem que serão utilizados. A fase de implementação é o momento em que os planos formulados são concretizados, e sua efetivação depende da ação de gestores e instrumentos estatais. As análises nessa fase buscam compreender as diferenças entre o que foi planejado e o que foi executado, bem como o papel dos diferentes agentes envolvidos nesse processo de transformação das políticas públicas (Lotta, 2019). Por essa razão, é comum que essas análises estejam associadas ao trabalho de monitoramento, que envolve ações sistemáticas e contínuas de acompanhamento de uma política, permitindo uma avaliação situacional sobre as fragilidades na execução das ações e possibilitando uma correção rápida para a contemplação dos objetivos (Jannuzzi, 2014).

Os estudos sobre a implementação de políticas públicas surgiram como uma vertente mais recente da análise de políticas públicas, devido à percepção de que havia uma grande distância entre os objetivos concebidos no processo decisório e os resultados efetivamente alcançados pelas políticas (Arretche, 2001). Isso levou os pesquisadores a investigarem os processos de concretização das políticas, tratando da implementação para compreender as decisões tomadas e suas consequências.

No caso do Programa Segundo Tempo, a primeira proposta avaliativa desenvolvida foi baseada em um exame de avaliabilidade sobre o contexto da implementação dos núcleos, desenvolvido por meio de uma abordagem de pré-avaliação, para identificar fatores relevantes que poderiam contribuir ou comprometer o desenvolvimento das ações. Nessa abordagem, identificou-se que fatores como o alto grau de adesão dos parceiros, o apoio da comunidade beneficiada, e a existência de espaços esportivos ociosos poderiam facilitar a realização das ações. Por outro lado, as diferenças no grau de compromisso e condições de execução entre os parceiros do programa, o mal direcionamento nas estratégias de capacitação e a ausência de coordenação nas ações são aspectos que podem dificultar os processos de implementação. Dessa forma, por meio da produção do Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo, foram elencados 16 indicadores de desempenho sobre a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional (Ferreira; Cassiolato;

Gonzalez, 2009), os quais foram utilizados como tópicos de análise dos resultados encontrados pela revisão bibliográfica desta dissertação.

De acordo com Lotta (2019), durante mais de 40 anos de desenvolvimento, a literatura sobre a implementação no campo de conhecimento das políticas públicas passou por quatro gerações. A primeira geração surgiu na década de 70, buscando compreender quais eram as entregas das políticas públicas na dimensão prática. Esses estudos procuravam identificar falhas na implementação e corrigi-las, enfatizando a legitimidade da decisão tomada pelos políticos eleitos para manter a conformidade com o ideal democrático de funcionamento do Estado. A segunda geração, desenvolvida na década seguinte, voltou-se para a implementação em si, descrevendo e analisando o que realmente acontecia durante esse processo, enfatizando as ações desempenhadas no nível dos burocratas de rua. A terceira geração vem nos anos de 1990, propondo-se a entender os processos decisórios contínuos e como isso influenciava a capacidade de previsão das ações na formulação e implementação de políticas públicas. Por último, encontra-se a geração atual, em que a literatura é marcada pela diversidade de modelos e abordagens analíticas, abordando temas como governança, atores estatais e não estatais, arranjos institucionais, processos multinível, capacidades estatais na implementação, entre outros.

Pode-se dizer que esse arco temporal que liga o âmbito da gestão aos primeiros esforços avaliativos, é o local em que os resultados concretos da política pública são produzidos (Secchi, 2012). De acordo com os apontamentos teóricos sobre a temática, existem dois principais modelos que oferecem embasamento para os processos de implementação, os quais se desenvolvem de modos vetorialmente opostos. No modelo Top-Down (de cima para baixo), se estabelece uma separação bem demarcada entre as fases de tomada de decisão e de implementação, atribuindo ao âmbito político o poder de elaboração e decisão da política pública, enquanto a responsabilidade de encontrar meios para os fins estabelecidos fica a cargo do esforço administrativo dos colaboradores que atuam na fase de implementação. Por outro lado, o modelo Bottom-up (de baixo para cima) é caracterizado por permitir que os profissionais que atuam nos setores finalísticos das ações possam se auto organizar para flexibilizar a implementação da política pública. Dessa forma, os

implementadores adquirem uma maior contribuição na prospecção da solução de problemas, para que, posteriormente, os tomadores de decisão optem por legitimar ou não legitimar o que foi realizado. (Secchi, 2012).

Pressman e Wildavsky (1973), considerados pioneiros no campo de estudo da implementação, apontam que nem todas as abordagens de políticas públicas podem ser pensadas em função da implementação, ou seja, algumas ações acabam surgindo ou sendo melhoradas a partir do específico para o geral. Se o planejamento construído na versão inicial da política não pode ser implementado de maneira efetiva, significa que a ação não foi pensada para garantir uma flexibilização que a faça resistir às adversidades encontradas? E se a prática consegue alcançar uma entrega diferente, surgindo em função de uma janela de oportunidade encontrada pelos gestores que atuam nas instâncias finalísticas das ações, algo que demonstre ser produtivo e inovador, esse resultado seria considerado uma falha de implementação? Por essa razão, é necessário se atentar para que os pressupostos sobre a implementação de uma política pública não venham a reforçar a distinção entre o contexto geral e o específico (Spink; Burgos, 2019).

Dentro dessa racionalidade instrumental que organiza as etapas de desenvolvimento de uma política pública com a noção de uma implementação que vai de cima para baixo, ou do geral para o específico, as ações são conectadas a uma noção hierárquica das tomadas de decisões (Colebatch; Hoppe; Nordegraaf, 2010). Todavia, Spink e Burgos (2019) chamam atenção para os possíveis limites deste pressuposto, por considerarem que a política pública pode sofrer influência de uma variedade de fatores, que podem preceder (orçamento, planejamento, diretrizes, direitos) ou suceder (governança) a implementação das ações. Em outras palavras, existe um grande número de elementos capazes de frustrarem os planejamentos desenvolvidos pelos tomadores de decisão.

Por possuir uma natureza mutável e dinâmica, que se dá em função dos contextos locais de intervenção, a implementação pode acabar dificultando o trabalho da avaliação. Por outro lado, a avaliação oferece subsídios para aprimorar os processos de implementação (Lima; D'ascenzi, 2019). Considerando a presença desse desequilíbrio, compreende-se que a responsabilidade em estabelecer a articulação entre o planejamento e a entrega

das ações no contexto de uma política pública demanda habilidades e experiências profissionais do gestor político e das entidades envolvidas. No campo teórico, é possível encontrar indícios sobre problemas ligados a esse ponto na implementação de outros programas esportivos federais, em análises que registraram uma grande demanda de trabalho para uma das partes responsáveis pelo desenvolvimento da política pública (Mazzei, 2016).

De acordo com o contexto apresentado, somente a utilização de metas de implementação como parâmetros para indicar se os resultados alcançados por uma política pública foram bons ou ruins pode acabar gerando avaliações negativas de forma equivocada. Todavia, as experiências proporcionadas pela prática oferecem subsídios para que a implementação possa ser avaliada (Mazzei, 2016), por isso as etapas de implementação e avaliação precisam ser muito bem articuladas.

3.4 Os processos de avaliação

O monitoramento e avaliação são processos fundamentais para o desenvolvimento de um programa governamental, os quais devem ser operacionalizados em conjunto para poder apresentar os efeitos desejados (Marino, 2003). Ambos se tratam de ferramentas analíticas, que se complementam para subsidiar o gestor na operação dos programas sociais, no que se refere às formas de implementação (monitoramento) e aos resultados e efeitos alcançados (avaliação) (Jannuzzi, 2005).

O campo teórico sobre a avaliação de uma política pública revela diferentes concepções acerca desse processo, o que acontece em função da diversidade de modelos conceituais propostos pelas linhas de pesquisa da ciência política, ciências sociais, economia e administração pública (Jannuzzi, 2014). Acontece que cada política pública demanda um conjunto de indicadores específicos à sua operacionalização, o que dificulta a criação de modelos padronizados e replicáveis (Resende, 2013). Apesar disso, de uma maneira geral, é possível considerar que a avaliação compreende análises comparativas, no tempo e/ou território, sobre um ou mais elementos que constituem as políticas públicas (Jannuzzi, 2013).

De acordo com Jannuzzi (2013), existem diferentes sistemas de avaliação para as políticas públicas. Uma forma para classificá-los se baseia na abrangência conceitual de seus objetivos. Em uma perspectiva macroambiental, a avaliação engloba procedimentos técnicos de diferentes áreas para produzir informações sobre o cumprimento dos objetivos dos programas (eficácia), o impacto no contexto social em que as ações acontecem (efetividade) e a correlação entre o custo e a complexidade das intervenções (eficiência). Em uma perspectiva mesoambiental, a avaliação está voltada ao acompanhamento gerencial e analítico de determinado programa, enquanto que na escala microambiental, a ênfase é direcionada aos indivíduos, processos ou produtos específicos da política pública em questão.

Na definição apresentada, a avaliação não se restringe apenas às investigações empíricas que analisam diferentes aspectos de um programa. Ela pode considerar todas as dimensões sobre o problema em questão, levantando informações que o autor considera como questões sociais multideterminadas, por exemplo, a pobreza, desigualdade, desempenho escolar e mortalidade infantil, abrangendo dimensões sociais mais amplas e estruturais (Jannuzzi, 2013). É comum que esses fatores contextuais estejam fora do controle da equipe de planejamento e gestão da política pública, podendo causar influência sobre os resultados obtidos (Trevisan; Bellen, 2008).

Tendo em vista que se tratam de aspectos relacionados, principalmente, à eficácia, efetividade e eficiência dos programas, os esforços neste sentido demandam o trabalho de uma equipe de avaliadores com diferentes formações acadêmicas. Dessa forma, passando a compreender a avaliação dos resultados de uma política pública como o trabalho que acontece em uma perspectiva mais abrangente, este estudo considera a importância de se destacar os procedimentos que são realizados em escala microambiental, como as pesquisas de avaliação acadêmica, que compreendem análises comparativas, no tempo e/ou território, sobre um ou mais elementos que constituem as políticas públicas (Jannuzzi, 2013).

Como citado no tópico anterior, o processo de avaliação sobre as ações do Programa Segundo Tempo foi intensificado após dois anos de sua existência. Em 2005, existia a necessidade de uma proposta avaliativa que pudesse ser aplicada a qualquer programa governamental proposto pelo Plano Plurianual

(PPA) de 2004-2007, uma ferramenta que servisse para qualificar a configuração e a gestão dos programas. No modelo lógico do Programa Segundo Tempo, a pesquisa acadêmica foi escolhida como encaminhamento para estruturar uma proposta de avaliação. O motivo da escolha se deu em função da possibilidade de produzir dados que precedessem avaliações de maior profundidade, por meio de processos de menor custo (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009).

Anos após a produção do Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo, em 2008, um novo mecanismo de avaliação foi formalizado para aperfeiçoar o trabalho que vinha sendo desenvolvido nos Núcleos de Esporte Educacional: a rede das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo. De acordo com Anjos e Andres (2016), pode-se dizer que as equipes representavam um ponto de aproximação entre o Ministério do Esporte e os Núcleos de Esporte Educacional, tendo como objetivo oferecer apoio administrativo e pedagógico para as atividades desenvolvidas. Dessa forma, fariam parte de todo o processo de acompanhamento e monitoramento planejado para o programa, visando potencializar e qualificar as ações ofertadas, em um contexto que historicamente se desenvolveu de forma empírica (Starepravo *et al.*, 2012).

Em sua estrutura, as Equipes Colaboradoras eram compostas por professores e discentes em programas de pós-graduação de diferentes instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil, contando com um coordenador, um vice-coordenador e um número de avaliadores condizente com a demanda de convênios. As equipes eram divididas em sub-regiões espalhadas por todo o país, abrangendo a área de um estado específico ou de um grupo de estados adjacentes (Starepravo *et al.*, 2012). Por se tratar de uma ação administrada por um grupo de agentes qualificados, o trabalho estava direcionado a contribuir para a dimensão pedagógica das atividades que estavam sendo desenvolvidas nos Núcleos de Esporte Educacional, por isso, sua avaliação considerava fatores que iam além do que as constatações provenientes das pesquisas de monitoramento poderiam oferecer, como acontecia no caso do Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do programa, que tinha a intenção de proporcionar uma avaliação menos aprofundada (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009).

Para contemplar a perspectiva da avaliação no desenvolvimento do Segundo Tempo, esta parte do trabalho buscou compreender o modo como os processos foram pensados, estruturados e aplicados para realizar a avaliação de uma política com as dimensões do programa em questão. Nesse sentido, compreendeu-se que a síntese de relatos provenientes das experiências adquiridas pelos professores que atuaram diretamente na organização de trabalho das Equipes Colaboradoras, poderia contemplar os objetivos preestabelecidos.

4 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Nesta sessão do trabalho, encontra-se a apresentação dos resultados obtidos por meio do delineamento de pesquisa da análise documental. A primeira etapa envolveu a construção do histórico legislativo do Programa Segundo Tempo, no qual o conteúdo foi organizado com base na cronologia da promulgação das normatizações selecionadas. A intenção foi construir uma linha do tempo para destacar os ajustes e transformações no planejamento e na operacionalização dos procedimentos que antecederam o início das ações práticas do programa.

4.1 Histórico legislativo do Segundo Tempo

Como introduzido nas considerações iniciais do trabalho, o Programa Segundo Tempo foi criado pelo Ministério do Esporte no ano de 2003, com a prerrogativa de promover a inclusão social através do esporte. Esse fomento às manifestações de esporte educativo e participativo, começou a ser observado no cenário brasileiro a partir da década de 1970, em movimentos que buscavam promover uma difusão da cultura esportiva para a população brasileira, princípios que já eram previstos pela Constituição Federal. Uma das primeiras ações nesse sentido foi inicialmente nomeado como “Esporte para Todos”, movimento que tinha o objetivo de democratizar a prática de atividades físicas e integralizar o esporte não formal ao esporte formal, de modo a oferecer novas formas de atendimento aos cidadãos praticantes (Pereira, 2014).

Na década de 1990, novos projetos direcionados à democratização do acesso às práticas esportivas começaram a surgir no contexto nacional. Como exemplos, o Projeto de Bem com a Vida, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e o Programa Esporte Solidário, foram ações orientadas pelo Plano Plurianual de 1991-1995, no sentido de proporcionar acesso às atividades desportivas e a liberdade da prática individual, sem qualquer tipo de discriminação (Pereira, 2014). Já no século XXI, a criação do Projeto Esporte na Escola teve o objetivo de ofertar práticas de esporte educacional e a formação da cidadania para crianças e adolescente vinculadas

a instituições de ensino, sendo a ação que antecedeu a promulgação do Programa Segundo Tempo. Apesar de suas bases terem sido formuladas a partir da organização de outros programas, o Segundo Tempo alcançou notoriedade pela qualificação da gestão no âmbito administrativo e da fundamentação pedagógica (Athayde, 2009).

4.1.1 Portaria interministerial nº 3.497/2003 – a promulgação do Projeto Segundo Tempo.

Quadro 2: Portaria interministerial nº 3.497/2003.

Identificação do documento	Autores	Assunto	Referência ao Programa Segundo Tempo
<p align="center">Portaria interministerial nº 3.497/2003</p>	<p align="center">Cristovam Buarque; Agnelo Queiroz</p>	<p align="center">Institui o Projeto Segundo Tempo</p>	<p>Art. 1º Instituir o Projeto Segundo Tempo, iniciativa governamental de fomento a prática esportiva, de natureza sócio-educacional, em benefício de estudantes de estabelecimentos de ensino público do Brasil.</p> <p>Art. 2º O Projeto Segundo Tempo será executado por meio de atividades esportivas no contra-turno escolar, como fator de contribuição para o desenvolvimento da escola em tempo integral.</p> <p>Art. 3º Será incentivada a integração do Projeto Segundo Tempo no planejamento escolar dos estabelecimentos de ensino em que for implantado.</p> <p>Art. 4º As atividades físicas e corporais desenvolvidas no Projeto Segundo Tempo deverão evitar a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, contribuindo para inclusão social, desenvolvimento integral do indivíduo e prática da iniciação esportiva.</p> <p>Art. 5º A coordenação do Projeto Segundo Tempo será conjunta</p>

		<p>entre o Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental.</p> <p>Art. 6º O Projeto Segundo Tempo deverá oferecer, pelo menos, uma modalidade esportiva individual e duas de caráter coletivo nas unidades escolares em que for implantado.</p> <p>Art. 7º A participação no Projeto Segundo Tempo não dispensa os alunos das aulas de Educação Física Escolar.</p> <p>Art. 8º Cada unidade escolar contemplada no Projeto Segundo Tempo deverá, em conjunto com a Secretaria de Educação à qual está vinculada, estabelecer meta mínima de atendimento aos alunos.</p> <p>Art. 9º As atividades do Projeto Segundo Tempo deverão ser realizadas no interior das unidades de ensino contempladas ou em espaços físicos esportivos cedidos por terceiros.</p> <p>Art. 10º O Ministério do Esporte será o responsável por disponibilizar os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Projeto Segundo Tempo, por meio do pagamento de bolsa ou ajuda de custo a monitores, implantação de programa de avaliação e capacitação dos agentes incumbidos de monitorar e coordenar o projeto, além do fornecimento de material esportivo, proveniente do projeto "Pintando a Liberdade".</p> <p>Art. 12º As unidades escolares contempladas pelo Projeto</p>
--	--	--

			<p>Segundo Tempo, por intermédio dos Sistemas de Ensino Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, deverão colocar à disposição espaço físico para a prática das atividades, e professor/coordenador das atividades de educação física, com carga horária específica, responsáveis pela coordenação das atividades de monitoramento.</p> <p>Art. 13º A implantação do Projeto Segundo Tempo será ajustada por meio de convênios específicos (p. 19).</p>
--	--	--	--

Fonte: sistematiza pelo autor (2023).

A Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003, instituiu o "Projeto Segundo Tempo," uma iniciativa governamental direcionada a fomentar as práticas esportivas de caráter sócio-educacional, em benefício dos estudantes de estabelecimentos de ensino público no Brasil. Essa ação foi criada com base em diretrizes e preceitos constitucionais que visavam promover o bem-estar físico, saúde, inclusão social e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes. Por essa razão, o primeiro objetivo geral definido no histórico legislativo do programa preconizava a contribuição para o desenvolvimento da escola em tempo integral, executando atividades esportivas no contra-turno escolar.

Já em sua primeira normatização, ficou explícito que uma das maiores características do Segundo Tempo seria o desenvolvimento de um modelo de gestão democrática e descentralização dos recursos, envolvendo ações articuladas por diferentes órgãos do governo federal (Matias, 2012). A princípio, a coordenação do até então Projeto Segundo Tempo foi uma tarefa compartilhada entre o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Dessa forma, os resultados seriam provenientes da coordenação de ações executadas nas áreas da educação, do esporte e do lazer (Pereira, 2014). A viabilização financeira era atribuição do Ministério do Esporte, entidade que ficava responsável por disponibilizar os

recursos necessários para o funcionamento do programa, incluindo o pagamento de bolsas ou ajuda de custo para os monitores, implantação de programas de avaliação e capacitação dos agentes envolvidos na coordenação do projeto, além do fornecimento de material esportivo, provenientes do projeto "Pintando a Liberdade".

Pode-se observar que em sua criação, o Programa Segundo Tempo ainda era tratado como um projeto. Na relação conceitual entre esses dois tipos de políticas públicas, um projeto pode ser interpretado enquanto um esforço temporário, com recursos limitados, tendo como finalidade um resultado único enquanto um programa envolve ações adotadas para solucionar problemas pertinentes à esfera pública da sociedade (Calmon, 2012). Dessa forma, é possível considerar que em sua entrada na agenda política de esportes, a perspectiva sobre o resultado esperado ainda seria menos abrangente.

Percebe-se que as ações do Segundo Tempo haviam sido idealizadas para integrarem o planejamento escolar da instituição de ensino em que aconteceria sua implementação. O desafio para a parte proponente seria manter a continuidade das ações no município, tendo em vista que o modelo de convênio do programa previa um trabalho de 24 meses, que poderiam ser renovados pelo mesmo período, se todas as etapas de trabalho e as demandas burocráticas fossem atendidas. Dessa forma, o esporte seria uma ferramenta complementar, alinhada aos objetivos educacionais da escola para promover uma formação integral do estudante, evitando a seletividade e a hipercompetitividade. As modalidades esportivas que seriam oferecidas eram definidas por cada unidade escolar, com a condição de que contemplassem pelo menos uma modalidade esportiva individual e duas coletivas, para atender às diferentes preferências dos estudantes e possibilitar a prática de esportes variados.

4.1.2 Portarias promulgadas entre 2005 e 2008: as modificações nas diretrizes, base de dados, modelos de implementação e critérios de formalização dos convênios

Quadro 3: Portarias promulgadas entre 2005-2008.

Identificação do documento	Autores	Assunto	Referência ao Programa Segundo Tempo
<p>Portaria nº 32/2005</p>	<p>Agnelo Queiroz</p>	<p>Estabelece normas e diretrizes, com a finalidade de regulamentar a implementação do “Programa Segundo Tempo”.</p>	<p>Considerando que o Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, como instrumento educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida;</p> <p>Considerando que o Programa Segundo Tempo, além de estimular a formação integral dos beneficiados, por meio de projetos relacionados à prática esportiva, contribui para a aptidão física, bem-estar mental, interação, inclusão social e exercício da cidadania;</p> <p>Considerando, ainda, que o Programa Segundo Tempo se destina, prioritariamente, a populações localizadas em áreas de vulnerabilidade social, estudantes da rede básica de ensino, das escolas públicas do País;</p> <p>Art. 1º Estabelecer normas e diretrizes, com a finalidade de regulamentar a implementação do “Programa Segundo Tempo”.</p> <p>Art. 2º O “Programa Segundo Tempo” tem por objetivo:</p> <p>I Propiciar contato com a prática esportiva;</p> <p>II Desenvolver capacidades e habilidades motoras;</p> <p>III Qualificar os recursos humanos profissionais envolvidos;</p> <p>IV Contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social;</p> <p>V Implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no País</p>

			<p>Art. 5° O Ministério do Esporte fornecerá ao Programa Segundo Tempo material esportivo oriundo do Programa Pintando a Liberdade.</p> <p>6° A Secretaria Nacional de Esporte Educacional coordenará as ações do Programa Segundo Tempo, estabelecendo métodos, mecanismos e procedimentos para implementação do Programa (p. 57).</p>
Portaria nº 135/2005	Agnelo Queiroz	Atualização sistemática das bases de dados do Programa Segundo Tempo	<p>Atualização sistemática das bases de dados do Programa Segundo Tempo;</p> <p>Art. 1°. Determinar que os convênios cujo propósito esteja relacionado à implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo, estabeleçam a obrigatoriedade do conveniente cadastrar todos os participantes, em conformidade com os procedimentos disponibilizados pelo Ministério (p. 17).</p>
Portaria nº 167/2006	Orlando Silva	Aprovar os critérios para seleção e formalização de convênios	<p>Art.2 o - Tornar obrigatória, nos convênios firmados para realização de obras no contexto dos programas governamentais sob a responsabilidade desta Pasta, a inclusão de cláusula prevendo, após o término de sua vigência, o compromisso do conveniente de prover a manutenção e conservação das instalações (p. 79).</p>
Portaria nº 183/2006	Orlando Silva	Uniformizar os procedimentos para possibilitar a descentralização de recursos para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União	<p>Art. 1° - A descentralização de crédito orçamentário e o respectivo repasse financeiro de recursos do Orçamento do Ministério do Esporte para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União será efetuada, respectivamente, por meio de Nota de Movimentação de Crédito e Nota de Movimentação Financeira, independentemente do seu objeto, dispensada a celebração de termo de convênio</p>

		<p>ou instrumento congênere, observando-se os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.</p> <p>Art. 2º - A solicitação de recursos será apresentada pelo órgão ou entidade integrante do Orçamento Geral da União interessado, ao Gabinete do Ministro ou diretamente à Secretaria Nacional responsável pelo Programa finalístico, instruída, obrigatoriamente, com a seguinte documentação:</p> <p>I - correspondência do interessado, acompanhada do "Cronograma de Execução e Plano de Aplicação" devidamente assinado, conforme modelo anexo;</p> <p>II - declaração de que os custos apresentados na proposição se encontram compatíveis com os preços de mercado;</p> <p>III - compromisso de apresentar ao Ministério, quando solicitado, informações quanto ao andamento da execução do objeto proposto e, ao final da execução do projeto, independentemente de solicitação, o relatório comprovando a sua execução e a consecução dos objetivos propostos.</p> <p>Art. 3º Após a formalização do processo, compete à Secretaria Nacional responsável pelo Programa finalístico:</p> <p>I - analisar as propostas quanto à conveniência e interesse, verificando a compatibilidade dos custos apresentados com o objeto proposto, a adequação orçamentária, bem como o enquadramento quanto aos objetivos do Programa;</p>
--	--	---

			<p>II - aprovar os pleitos mediante assinatura do "Cronograma de Execução e Plano de Aplicação", indicando nos autos, obrigatoriamente, os seguintes dados: o favorecido, o objeto a ser executado, o subtítulo orçamentário a ser utilizado para a execução da despesa, a natureza da despesa, a fonte de recursos e o valor a ser descentralizado;</p> <p>III - encaminhar os pleitos aprovados à deliberação do Secretário-Executivo;</p> <p>IV - efetuar o monitoramento da execução do objeto, com vistas a assegurar seu fiel cumprimento; e</p> <p>V - examinar o relatório final de execução a ser apresentado pelo órgão ou entidade recebedora dos recursos e proceder à avaliação dos resultados alcançados com a aplicação dos valores descentralizados.</p> <p>Parágrafo único. Em relação aos pleitos referentes à execução de obras de infra-estrutura esportiva, a análise e deliberação da proposta ficam a cargo do Gabinete do Ministro, com o apoio técnico da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. (p. 79).</p>
<p>Portaria nº 200/2007</p>	<p>Orlando Silva</p>	<p>Dispõe sobre o custo referente aos itens "Reforço Alimentar" e estabelece parâmetros balizadores dos preços de passagens aéreas</p>	<p>§1º A ação denominada "reforço alimentar" terá como preço máximo unitário o valor de R\$1,00 (um real).</p> <p>§2º O preço máximo das passagens obedecerá a menor tarifa para o trecho indicado, observado os valores praticados por este Ministério para deslocamento de seus servidores, com base na informação prestada pela Coordenação de Recursos Logísticos" (p. 61).</p>

<p align="center">Portaria nº 137/2008</p>	<p align="center">Orlando Silva</p>	<p>Dispõe sobre a implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo.</p>	<p>Art. 1º Nos convênios cujo objeto seja a implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo, torna-se obrigatório para os convenientes o cadastramento de todos os núcleos, recursos humanos e participantes envolvidos, em conformidade com os procedimentos disponibilizados pelo Ministério do Esporte (p. 65).</p>
---	---	---	---

Fonte: sistematiza pelo autor (2023).

Entre as principais modificações que o Programa Segundo Tempo sofreu durante o desenvolvimento de sua legislação, é possível destacar a distribuição do seu objetivo geral, descrito pela Portaria interministerial nº 3.497/2003, em objetivos específicos. Observa-se que dois anos após sua promulgação, a Portaria nº 32/2005 foi a normatização responsável por estabelecer as normas e diretrizes que regulamentaram a implementação do que passou a ser compreendido como o Programa Segundo Tempo, durante os anos iniciais de seu desenvolvimento.

A partir das primeiras alterações legislativas, pode-se dizer que houve um movimento de aumento sobre as responsabilidades da coordenação do programa na entidade responsável pelo setor finalístico. Isso se justifica frente ao conteúdo da Portaria nº 167/2006, que tornou obrigatória a inclusão de uma cláusula garantindo o compromisso da parte conveniente com a manutenção e conservação das instalações nos convênios que contaram com a realização de obras para a implementação do programa. De modo semelhante, a Portaria nº 137/2008 tornou os convenientes responsáveis pelo cadastramento de todos os núcleos implementados, incluindo recursos humanos e número de alunos beneficiados.

No quadro 3, também se evidenciam diferentes formas de atualização nos procedimentos de gestão visando a melhoria da implementação das ações. Nesse sentido, observam-se mudanças com relação a sistemática das bases de dados que o programa utilizava, aos processos envolvidos na formalização e implementação dos convênios estabelecidos, ao modelo de descentralização de crédito orçamentário e repasses financeiros e aos recursos do Orçamento do

Ministério do Esporte para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União.

Sobre a atualização sistemática das bases de dados do programa, o texto da legislação justificou que esse processo contínuo permitiria uma melhor gestão dos recursos e resultados, garantindo a transparência e a eficiência na implementação das ações. Segundo Engelman e Oliveira (2012), um suporte técnico nesse sentido foi estruturado junto aos professores da Universidade Estadual de Maringá, visando facilitar o desenvolvimento dos processos burocráticos e estabelecer um controle total sobre os procedimentos gerais do programa. Da mesma forma, no que diz respeito à implementação dos convênios do Programa Segundo Tempo, passou a ser obrigatório o cadastro de todos os participantes por parte do convenientes. Pelo que parece, esse procedimento poderia se tratar de um fator determinante para a continuidade dos Núcleos de Esporte Educacional, tendo em vista que o acompanhamento mais preciso dos beneficiados, juntamente a oferta de *feedbacks*, poderia contribuir para uma avaliação mais criteriosa dos resultados alcançados.

O Ministério do Esporte também considerou que a descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro de recursos do Orçamento do Ministério do Esporte para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União seria uma medida relevante para otimizar a gestão dos recursos, além de acelerar o processo de financiamento das ações do Programa Segundo Tempo. De acordo com Matias (2012), as políticas sociais no contexto brasileiro têm uma tendência a serem permeadas pela descentralização de recursos.

Pode-se dizer que o período entre os anos de 2005 e 2008 representou uma fase de reformulação geral de toda a normatização que embasava as ações do Programa Segundo Tempo, durante a primeira década do século XXI. É relevante destacar que todas as alterações legislativas que podem ter causado influência na gestão dos convênios, por parte do Ministério do Esporte, ou dos Núcleos de Esporte Educacional, por parte das coordenações nas escolas e do trabalho das Equipes Colaboradoras, aconteceram entre os anos de 2005 e 2008, período que remete ao primeiro quarto do tempo de existência do programa. Em suma, a abordagem educacional para desenvolver atividades esportivas no contraturno escolar, por meio da formalização de convênios entre o Ministério do Esporte e instituições de ensino estaduais e municipais, resume

a estrutura que foi mantida durante os vinte anos de existência do Programa Segundo Tempo.

4.1.3 O Programa Segundo Tempo no conteúdo dos Planos Plurianuais publicados entre 2004 e 2019

Quadro 4: Planos Plurianuais.

Identificação do documento	Autores	Assunto	Referência ao Programa Segundo Tempo
Plano Plurianual 2004 - 2007	Agnelo Santos Queiroz Filho	Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.	Como exemplo dos programas desenvolvidos para os jovens, o Segundo Tempo pretende democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior (p. 167).
Plano Plurianual 2008 - 2011	Orlando Silva	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades; Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões.	Vivência e Iniciação esportiva Educacional - Segundo Tempo (p. 451).
Plano Plurianual 2012 - 2015	George Hilton	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação (p. 170).
Plano Plurianual 2016 - 2019	Leonardo Picciani	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das	Ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos escolares, por meio de programas sociais, preferencialmente Segundo Tempo , Forças no Esporte, Esporte da Escola no Programa Mais Educação, voltados à formação integral, com ênfase nas áreas em situação de

		desigualdades regionais.	vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais (p. 87).
--	--	--------------------------	---

Fonte: sistematiza pelo autor (2023).

Entende-se que as referências ao Programa Segundo Tempo nos Planos Plurianuais podem ser interpretadas como sinais da intenção do governo em promover o desenvolvimento integral de crianças a adolescente, por meio da democratização do acesso à prática esportiva de caráter sócio educacional. Todavia, frente ao conteúdo registrado no quadro 4, é possível considerar que só a partir do Plano Plurianual 2012-2015, na terceira menção ao programa entre as versões do documento, o direcionamento das ações que deveriam ser tomadas para o desenvolvimento do Segundo Tempo passou a ser registrada de forma mais específica, de modo contrário ao que foi registrado na versão anterior (2008-2011).

Considerando o conteúdo descrito pela Portaria interministerial nº 3.497/2003, é curioso notar que a primeira referência às escolas só começa a ser registrada a partir do Plano Plurianual de 2012–2015. Em sua promulgação, as bases legislativas do Programa Segundo Tempo descrevem ações que deveriam ser enraizadas ao território de ensino, no sentido de integralizar e potencializar o planejamento referente às práticas esportivas e aos conteúdos da Educação Física como um todo. Já no Plano Plurianual 2004-2007, a referência ao programa abrange a garantia de segurança pública para alunos da educação básica e superior, por meio de uma política pública de esporte descentralizadas. Nessa relação, é possível notar que existia uma concepção para o direcionamento das ações, no entanto, a estrutura ainda carecia de uma melhor articulação entre os conceitos adotados para os documentos que instituíram o programa. Esse indício reforça as considerações apresentadas no tópico anterior, sobre o período entre 2005 e 2008 ter englobado a promulgação de normativas que geraram transformações em todos os níveis da organização do trabalho no Programa Segundo Tempo.

Além do fomento às práticas educacionais, na versão publicada entre os anos de 2012–2015 também se sobressai a preocupação pelo estabelecimento

de uma ampliação significativa do alcance do programa. Percebe-se que o foco das ações começou a ser direcionado para a população em situação de vulnerabilidade social, dessa forma, passou a incluir a redução das desigualdades regionais e oferecer oportunidades equitativas de acesso ao esporte, visando que os estudantes de todas as regiões do país tivessem a possibilidade de se beneficiar das múltiplas vivências esportivas proporcionadas pelo Segundo Tempo.

Ao integrar o Programa Segundo Tempo com ações em outras instâncias e em outros formatos, como o Forças no Esporte e o Esporte da Escola no Programa Mais Educação, o Estado pareceu reforçar as intenções de atingir um número expressivo de estudantes em situação de vulnerabilidade social, o que deveria acontecer através da democratização do acesso ao esporte e da continuidade na oferta de políticas esportivas estaduais e municipais. Importante destacar que esse modelo de ações coletivas para atender um propósito comum só foi articulado no texto do Plano-Plurianual 2016-2019. Na versão seguinte, publicada para o período entre 2020-2023, apesar do estabelecer como meta para o esporte a ampliação no atendimento à população por meio de políticas públicas, os únicos programas a que o documento faz referência são o Programa Bolsa Atleta, direcionado as demandas do esporte de formação e alto rendimento, e o Programa de Estações Cidadania - Esporte, para ampliação de infraestruturas esportivas (Brasil, 2023).

4.1.4 Portaria nº 26/2023 – o retorno do Programa Segundo Tempo à agenda política do esporte.

Quadro 5: Portaria nº 26/2023.

Identificação do documento	Autores	Assunto	Referência ao Programa Segundo Tempo
Portaria Nº 26/2023	Ana Moser	Institui os Programas Segundo Tempo - PST, nas modalidades Padrão e Universitário, e aprovar suas Diretrizes.	Art. 1º Instituir os Programas Segundo Tempo - PST, nas modalidades Padrão e Universitário, e aprovar suas Diretrizes. Art. 2º O Programa Segundo Tempo - PST Padrão tem por objetivo democratizar o acesso à

		<p>prática esportiva no país de caráter educacional, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de seus praticantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Art. 3º O Programa Segundo Tempo - PST Universitário tem por objetivo democratizar práticas corporais com caráter educacional e a formação esportiva em ambientes diversificados e com desenvolvimento de trabalhos pedagógicos direcionados, tendo como público-alvo a comunidade universitária das Instituições de Ensino Superior Públicas, Federais, Estaduais e Municipais, prioritariamente o corpo discente.</p> <p>Parágrafo Único. Os núcleos dos Programas Segundo Tempo Padrão e Segundo Tempo Universitário são espaços de convivência social, onde as atividades esportivas são planejadas e desenvolvidas e devem atender às exigências das modalidades a serem ofertadas (p. 47).</p>
--	--	---

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Após ter sido retirado das ações previstas pelo Plano Plurianual do período entre 2020 – 2023, com a nova troca de governo, a Portaria nº 26/2023 reinstalou o Programas Segundo Tempo nas modalidades Padrão e Universitário, além de aprovar suas diretrizes. Pode-se considerar que esse evento representou um marco importante no cenário das manifestações esportivas sócio educacionais brasileiras, tendo em vista que, apesar de ter sofrido uma diminuição em sua demanda de atendimento, o programa ainda se trata da maior política pública federal existente em sua área de atuação.

Conforme estabelecido no Art. 2º, o Programa Segundo Tempo tem como principal objetivo promover uma prática esportiva que seja acessível a todos os participantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Novamente, o texto apresentado pela normativa considerou que as ações são realizadas em função de um objetivo geral mais abrangente, tendo em vista a retirada dos objetivos específicos promulgados pela Portaria nº 32/2005. Dessa forma, a descrição dos objetivos específicos para o período em questão ficou registrado apenas na versão 2023-2026 das diretrizes do Programa Segundo Tempo, documento analisado no próximo tópico deste capítulo. Por sua vez, o Programa Segundo Tempo - PST Universitário, descrito no Art. 3º, tem uma abordagem diferenciada, buscando democratizar práticas corporais com caráter educacional e a formação esportiva em ambientes diversificados, com o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos direcionados. Seu público-alvo é a comunidade universitária das Instituições de Ensino Superior Públicas, Federais, Estaduais e Municipais, principalmente o corpo discente. Ambas as modalidades do Programa Segundo Tempo representam espaços de inclusão e convivência, onde os benefícios da prática esportiva são explorados de forma planejada e alinhada às diretrizes do programa.

4.2 Diretrizes, fundamentos e manuais do Programa Segundo Tempo

Na segunda etapa da análise documental, as estruturas de análise foram sistematizadas a partir das publicações que registraram as diretrizes, os fundamentos e os manuais de estruturação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo. Todos os documentos analisados surgiram a partir do ano de 2008, momento no qual o programa já havia superado a marca de cinco anos de existência. Reforçando a informação citada no capítulo que descreve os encaminhamentos metodológicos do presente estudo, durante a construção do trabalho foram encontrados registros que fizeram referência a uma versão das diretrizes do Programa Segundo Tempo que supostamente teria sido publicada no ano de 2005, porém, não foi possível localizar o arquivo que compreende o conteúdo deste documento.

4.2.1 Diretrizes do Programa Segundo Tempo

Quadro 6: objetivos.

Versão	Conteúdo
2011	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.
2014	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social
2016	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
2018	Democratizar o acesso de crianças e adolescentes aos conteúdos das práticas corporais por meio do esporte educacional de qualidade.
2021	Democratizar o acesso de crianças e adolescentes aos conteúdos das práticas corporais por meio do esporte educacional de qualidade.
2023-2026	Democratizar o acesso estudantes da Educação Básica, às práticas corporais e esportivas, oferecendo núcleos de esporte educacional, visando o desenvolvimento Integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos no contexto ampliado de escolarização.

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Entre os objetivos estabelecidos em cada versão das Diretrizes do Programa Segundo Tempo, percebe-se que as descrições têm em comum a ideia de democratização do acesso ao esporte educacional de qualidade como uma forma de inclusão social para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, visando diminuir os efeitos causados pelas desigualdades encontradas na sociedade. Eles destacam a importância de ocupar o tempo ocioso da população, proporcionando oportunidades de desenvolvimento integral, físico e emocional por meio da prática esportiva.

Basicamente, a única diferença encontrada está localizada na última versão dos objetivos apresentados, em que o texto inclui os adultos em contexto ampliado de escolarização.

Quadro 7: objetivos específicos.

Versão	Conteúdo
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente matriculadas na rede pública de ensino, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; • Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; • Desenvolver valores sociais; • Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde); e • Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania).
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, matriculadas nas escolas públicas, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; • Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; • Desenvolver valores sociais; • Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; e • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde).
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes, preferencialmente matriculadas nas escolas públicas, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; • Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; • Desenvolver valores sociais; • Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; e • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde).

2018	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas corporais que estimulem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; • Estimular os valores sociais e culturais inerentes às práticas corporais; • Ofertar condições pedagógicas adequadas à prática esportiva educacional; • Motivar a promoção de ações intersetoriais que integrem a política esportiva educacional aos demais setores (educação, saúde, cultura, defesa entre outros).
2021	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas corporais que estimulem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; • Estimular os valores sociais e culturais inerentes às práticas corporais; • Ofertar condições pedagógicas adequadas à prática esportiva educacional; e • Motivar a promoção de ações intersetoriais que integrem a política esportiva educacional aos demais setores (educação, saúde, cultura, defesa, entre outros).
2023-2026	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes, jovens e adultos preferencialmente da Educação Básica matriculadas nas escolas públicas, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; • Promover a oferta das atividades valorizando práticas corporais diversificadas; • Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; • Desenvolver os valores sociais e do esporte; • Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde); • Contribuir com o enfrentamento dos altos índices de sedentarismos de nossa população; • Fomentar a inserção na Rede Nacional de Desenvolvimento do Esporte, das instituições e gestões de Esporte e lazer parceiras ao Programa; e • Contribuir para o enfrentamento da violência nos espaços educacionais e coletivos, promovendo a cultura da paz, por meio da prática esportiva.

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Na especificação sobre os objetivos traçados, os textos apresentaram propostas que oferecem práticas esportivas educacionais para crianças, adolescentes e jovens, principalmente da educação básica, matriculados em escolas públicas. As ações propostas visavam criar um ambiente propício para a realização de práticas corporais diversificadas, destacando a importância de

integração com as outras redes de apoio locais, como educação, saúde, cultura e defesa, para uma abordagem intersetorial mais abrangente e eficaz.

Entre as principais diferenças encontradas, é possível destacar as considerações com relação ao foco no público-alvo (rede pública de ensino, crianças, adolescentes, jovens ou adultos). A versão de 2011 destacou que as práticas esportivas educacionais são voltadas prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens matriculados na rede pública de ensino. Já na versão de 2014, o estímulo às práticas esportivas educacionais para crianças, adolescentes e jovens é citado sem a mesma ênfase com relação a prioridade para os matriculados na rede pública de ensino. A última versão é mais abrangente, incluindo também adultos da Educação Básica, com destaque a promoção de atividades diversificadas, o enfrentamento do sedentarismo e o fomento da cultura da paz no enfrentamento da violência nos espaços educacionais e coletivos.

Para além desse ponto, a inclusão ou exclusão da conscientização da prática esportiva e o exercício da cidadania e a abrangência das práticas corporais (somente para crianças e adolescentes ou também para adultos da Educação Básica) também foram temas que sofreram alterações. Em todas as versões, permaneceu a intenção de promover os valores sociais, juntamente a melhoria das capacidades físicas e da qualidade de vida.

Quadro 8: Núcleos de Esporte Educacional.

Versão	Conteúdo
2011	<p>O núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens que, sob orientação de profissionais, desenvolvem atividades esportivas e complementares, tendo como foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades no contraturno escolar para os beneficiados, em espaços físicos específicos às atividades esportivas a serem desenvolvidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados); • Oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1 individual) até os 15 anos completos e a partir desta idade a possibilidade de se ofertar apenas uma modalidade, de acordo com o interesse do beneficiado;

	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana, e de 3 horas diárias ou 3 vezes na semana, e de 2 horas diárias;
2014	<p>É desenvolvido por meio da formalização de convênio entre as entidades públicas e o Ministério do Esporte, com vigência pré-estabelecida de 24 meses, composta de quatro ciclos pedagógicos, onde se aplica a proposta pedagógica do PST com vistas a possibilitar múltiplas vivências esportivas aos beneficiados. O núcleo tem suas atividades desenvolvidas no contraturno escolar em espaços físicos específicos às atividades esportivas definidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de beneficiados – Composto por um grupo de 70 a 100 crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social; • Desenvolvimento das Atividades - Oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1 individual) até os 15 anos completos, a partir desta idade há possibilidade de se ofertar apenas 1 modalidade, de acordo com o interesse dos beneficiados; • Frequência – Oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana, com no mínimo de 3 horas diárias, ou 3 vezes na semana com 2 horas diárias (total de 6h semanais – 24h/aula/mês); • Turmas – Devem ser organizadas com no máximo 35 alunos, ou seja, mínimo de 3 turmas por núcleo; • Carga horária – Atendimento de 20 horas semanais com a presença do Profissional e do acadêmico em tempo integral (3 turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h); • Grade Horária – Cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária), de forma que o professor e o monitor possam atender as 3 turmas em locais distintos.
2016	<p>O núcleo tem suas atividades desenvolvidas no contraturno escolar em espaços físicos específicos às atividades esportivas definidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de beneficiados – Composto por um grupo de 70 a 100 crianças e adolescentes, prioritariamente em escolas públicas em situação de vulnerabilidade social; • Desenvolvimento das Atividades - Oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1 individual) até os 15

	<p>anos completos, a partir desta idade há possibilidade de se ofertar apenas 1 modalidade, de acordo com o interesse dos beneficiados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frequência – Oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana, com no mínimo de 3 horas diárias, ou 3 vezes na semana com 2 horas diárias (total de 6h semanais – 24h/aula/mês); • Turmas – Devem ser organizadas com no máximo 35 alunos, ou seja, mínimo de 3 turmas por núcleo; • Carga horária – Atendimento de 20 horas semanais com a presença do Professor e do Monitor em tempo integral (3 turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h); • Grade Horária – Cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária), de forma que o professor e o monitor possam atender as 3 turmas em locais distintos.
2018	<p>O núcleo de esporte educacional do Programa Segundo Tempo pode ser estabelecido em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados). As atividades são desenvolvidas no contraturno escolar e os espaços físicos devem ser adequados às práticas corporais elencadas na proposta de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de beneficiados por núcleo – 100 crianças e adolescentes. • Desenvolvimento das Atividades – no Programa Segundo Tempo, organiza-se o ensino das práticas corporais a partir da faixa etária dos beneficiados: <ul style="list-style-type: none"> ➤ de 6 a 11 anos: são aplicadas práticas corporais de esportes, ginásticas, danças, lutas, capoeira, práticas corporais de aventura e atividades circenses que visam o ensino do esporte educacional por meio das múltiplas vivências. ➤ de 12 a 14 anos: são desenvolvidas duas práticas corporais, de modo a considerar aquelas que os beneficiados indicarem maior interesse e o fato de que devem ser pautadas nos princípios do esporte educacional. ➤ 15 anos ou mais: o beneficiado poderá optar por apenas uma prática corporal educacional de acordo com o seu interesse pessoal, haja vista o intuito de lhe conferir liberdade de escolha. • Frequência – cada beneficiado deverá participar das atividades com frequência mínima de 2 vezes na semana com mínimo de 3 horas diárias, ou 3 vezes na semana com 2 horas diárias (total de 6h semanais – 24h/aula/mês);

	<ul style="list-style-type: none"> • Turmas – devem ser organizadas 3 turmas por núcleo com 35 alunos no máximo; • Carga horária – atendimento de 20 horas semanais com a presença do professor e do monitor em tempo integral (3 turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h); • Grade Horária – cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária), de forma que o professor e o monitor possam atender às 3 (três) turmas, sendo que cada turma deverá ser atendida 6 horas por semana, em horários diferentes.
2021	<p>O núcleo de esporte educacional do Programa Segundo Tempo pode ser estabelecido em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados). As atividades são desenvolvidas no contraturno escolar e os espaços físicos devem ser adequados às práticas corporais elencadas na proposta de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de beneficiados por núcleo – 100 crianças e adolescentes; • Desenvolvimento das Atividades – no Programa Segundo Tempo, organiza-se o ensino das práticas corporais a partir da faixa etária dos beneficiados: <ul style="list-style-type: none"> ➤ de 6 a 11 anos: são aplicadas práticas corporais de esportes, ginásticas, danças lutas, capoeira, práticas corporais de aventura e atividades circenses que visam o ensino do esporte educacional por meio das múltiplas vivências. Como atividade complementar os jogos como xadrez, dominó, dama e outros. ➤ de 12 a 14 anos: são desenvolvidas duas práticas corporais, de modo a considerar aquelas que os beneficiados indicarem maior interesse e o fato de quem devem ser pautadas nos princípios do esporte educacional. ➤ de 15 anos ou mais: o beneficiado poderá optar por apenas uma prática corporal educacional de acordo com o seu interesse pessoal, haja vista o intuito de lhe conferir liberdade de escolha. • Frequência – cada beneficiado deverá participar das atividades com frequência mínima de 2 vezes na semana com mínimo de 3 horas diárias, ou 3 vezes na semana com 2 horas diárias, ou 5 vezes na semana com 1:10 hora diárias (total de 6h semanais – 24h/aula/mês); • Turmas – devem ser organizadas 3 turmas por núcleo com 35 alunos no máximo; • Carga horária – atendimento de 20 horas semanais com a presença do professor e do monitor em tempo integral (3 turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h); • Grade horária – cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária), de forma que o professor e o monitor possam atender às

	<p>3 (três) turmas, sendo que cada turma deverá ser atendida 6 horas por semana, em horários diferentes.</p>
<p>2023-2026</p>	<p>O núcleo não se refere ao espaço físico onde são desenvolvidas as atividades, mas à sua composição, podendo funcionar em um ou mais espaços físicos, desde que estejam sob a mesma coordenação e tenham como referência a sede do núcleo. Neste caso, o núcleo deverá ter uma base definida, preferencialmente a sede, ou seja, um local onde a equipe de trabalho possa se reunir para organizar suas atividades e que seja referência para os participantes. O núcleo de esporte educacional do Programa Segundo Tempo (PST) - Padrão pode ser estabelecido em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados). As atividades são desenvolvidas no contraturno escolar e os espaços físicos devem ser adequados às práticas corporais elencadas no Projeto Técnico Pedagógico - PTP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de beneficiados: composto por até 100 (cem) estudantes da Educação Básica, que sob a orientação de profissionais e acadêmicos de educação física/Esporte, desenvolvam atividades esportivas. No entanto, em casos justificáveis, o quantitativo mínimo poderá atingir 85% (oitenta e cinco por cento) da meta, ou seja, 85 (oitenta e cinco) atendimentos. • Desenvolvimento das Atividades – Organiza-se o ensino das práticas corporais a partir da faixa etária dos beneficiados: <ul style="list-style-type: none"> • 6 a 11 anos: são aplicadas práticas corporais de esportes, ginásticas, danças, lutas, capoeira, práticas corporais de aventura e atividades circenses que visam o ensino do esporte educacional, por meio das múltiplas vivências. Como atividade complementar os jogos como xadrez, dominó, dama e outros. • 12 a 14 anos: são desenvolvidas duas práticas corporais, de modo a considerar aquelas que os beneficiados indicarem maior interesse e o fato de quem devem ser pautadas nos princípios do esporte educacional. • 15 anos ou mais: o beneficiado poderá optar por apenas uma prática corporal educacional de acordo com o seu interesse pessoal, haja vista o intuito de lhe conferir liberdade de escolha, inclusive de iniciação esportiva. • Frequência – cada beneficiado deverá participar das atividades com frequência mínima de 02 (duas) vezes na semana; • Turmas - Devem ser organizadas com no máximo 35 (trinta e cinco) alunos, ou seja, mínimo de 03 (três) turmas por núcleo; • Carga horária de Trabalho – atendimento de 20 horas semanais tanto para o professor e como para monitor, em que deverão atender 03 (três) turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h);

	<ul style="list-style-type: none">• Grade horária – cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária).
--	---

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

No que remete às diretrizes para o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional, foi possível evidenciar que os objetivos compreendem o oferecimento de atividades esportivas e complementares, preferencialmente em escolas públicas e em situação de vulnerabilidade social, no contra turno escolar. Para tanto, sua implementação requer espaços e estruturas físicas específicas para a prática esportiva, podendo ser nas escolas ou em espaços comunitários. Ressalta-se que os recursos provenientes do Ministério são destinados à compra de materiais esportivos e pagamento de recursos humanos, ficando a cargo do município a estruturação e manutenção dos espaços físicos para o funcionamento dos núcleos, fator que, por vezes, gera dificuldades para a implementação efetiva do modelo de gestão descentralizada (Pereira, 2014).

Em tese, cada beneficiado deveria ter a oportunidade de participar de, no mínimo, três modalidades esportivas (duas coletivas e uma individual) até completar 15 anos, e a partir dessa idade, optar por uma modalidade de acordo com seu interesse. Nas atividades, as turmas deveriam ter, no máximo, 35 alunos, e o atendimento deveriam ser de 20 horas semanais, com o professor e o monitor presentes em tempo integral. Cada núcleo precisaria estruturar uma grade horária para organizar suas atividades.

Uma das principais diferenças encontradas remete a descrição do núcleo. O primeiro texto descreve o núcleo como um grupo de 100 beneficiários que desenvolvem atividades esportivas e complementares sob orientação de profissionais qualificados, não sendo mencionada a preferência por escolas públicas ou vulnerabilidade social. Já na versão de 2014, observou-se uma diminuição sobre a exigência do número de beneficiados, considerando que passou a ser permitido que o núcleo funcionasse com um grupo de 70 a 100 crianças, adolescentes e jovens, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. Sobre este ponto, em 2004 o Tribunal de Contas da União (TCU) já alertava que, embora os núcleos implementados nos anos iniciais

buscassem atender 200 alunos, metade dos convênios atendia menos de 150 (Engelman; Oliveira, 2012). Esse fato, somado a ampliação nos tipos de locais que poderiam receber os núcleos e o público alvo apto a participar das atividades, ajuda a evidenciar os contornos e adequações realizadas pela gestão do programa para que a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional pudesse obter uma continuidade no município.

Outras diferenças também puderam ser evidenciadas referente ao desenvolvimento das atividades, a faixa etária dos beneficiados, a frequência das aulas, a carga horária predeterminada e a matriz de atividades. Todos os textos mencionam a oferta de, no mínimo, 3 modalidades esportivas para os beneficiados até os 15 anos completos. A partir dessa idade, a versão de 2014 permite ofertar apenas uma modalidade, enquanto a versão de 2016 permite uma modalidade ou atividade complementar. Nas edições iniciais, a faixa etária para o ensino das práticas corporais não é mencionada, mas a partir de 2016 as diretrizes passam a escrever o programa Segundo Tempo com atividades específicas para cada faixa etária: de 6 a 11 anos, de 12 a 14 anos e 15 anos ou mais.

4.2.2 Fundamentos do Programa Segundo Tempo

Quadro 9: planejamento e organização do trabalho.

Versão	Conteúdo
2008	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="453 1464 1356 1742">• Mapeamento da realidade: levantar os indicadores de infraestrutura da localidade; levantar o nível econômico dos moradores da localidade, população, homens, mulheres, crianças, adolescentes, assim como o perfil de idade e densidade demográfica; levantar as brincadeiras, esportes praticados, danças e festividades mais frequentes e características do local; verificar se há problemas relacionados a drogas, gangues e delinquência de forma geral; Identificar as características básicas dos alunos, tais como idade e preferências de atividade. <li data-bbox="453 1787 1356 2018">• Estruturação dos objetivos: Especificar conhecimento para assimilação e aplicação na vida cotidiana (o que meu aluno pode levar para sua vida); garantir sequência lógica para compreensão conjunta (organizar os objetivos de maneira que avance para um estágio posterior, garantindo aquisição de informações necessárias para tarefas futuras; garantir a clareza dos objetivos, fazendo com que os alunos percebam que os mesmos são seus (que o aluno se perceba como parceiro na concepção e

desenvolvimento dos propósitos do Núcleo, assim como saiba aonde se pode chegar com o que está sendo perspectivado); oferecer gradatividade nas experiências, tornando o ensino motivante (que o desafio seja mantido para o grupo e sirva como fator estimulante à sua superação); organizar objetivos para verificar resultados que permitam o controle avaliativo (os objetivos devem possibilitar meios de comparação entre início e fim das ações).

• **Critérios para a seleção dos conteúdos:**

- **Validade:** esse critério requer que os conteúdos selecionados sejam não só dignos de confiança, mas também representativos e atualizados. Suponhamos, por exemplo, um núcleo situado numa região periférica em que o futebol é o grande atrativo. Nesse caso será muito importante apresentá-lo como uma alternativa e, também, como pode ser aprimorado pelos praticantes da localidade.
- **Flexibilidade:** os conteúdos já selecionados devem possibilitar modificações, adaptações, renovações e enriquecimentos. Com relação ao exemplo anterior, os conteúdos podem ser dotados de regras e práticas diferentes, de acordo com o local pode-se, inclusive, estimular que as regras sejam refletidas e alteradas de acordo com os interesses dos grupos.
- **Significado:** este critério requer que o conteúdo esteja relacionado às experiências dos participantes. Um conteúdo terá significação para o participante quando, além de despertar o seu interesse, levá-lo, por iniciativa própria, a aprofundar o interesse. Se o Núcleo se localiza numa região em que a prática da Peteca é constante, trabalhar essa temática e suas variações terá significado para os participantes.
- **Possibilidade de elaboração pessoal:** este critério refere-se à recepção, assimilação e transformação da informação pelo próprio participante. De acordo com esse critério ele poderá associar, comparar, compreender, selecionar, organizar, criticar e avaliar o novo conteúdo. Se os participantes têm a prática da Peteca como algo significativo, terão condições de compreender, comparar, transformar, organizar e criticar o conteúdo.
- **Utilidade:** refere-se ao uso dos conhecimentos em situações novas. Este critério estará presente quando conseguirmos harmonizar os conteúdos selecionados para trabalho com as exigências e características do meio social em que os participantes convivem. Os conhecimentos sobre a confecção de pipas só terão utilidade para os participantes se eles puderem utilizá-los no ambiente em que vivem e adaptá-lo as suas necessidades.
- **Viabilidade:** segundo este critério deve-se selecionar conteúdos que possam ser aprendidos dentro das limitações de tempo e recursos disponíveis. Não adianta selecionar uma infinidade de informações e práticas sobre Tênis de Campo, por exemplo, se por falta de tempo, condições e vínculo não for possível transmiti-las aos participantes ou se

	<p>o conteúdo que se pretende apresentar estiver fora do contexto do Núcleo e dos horizontes dos participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interesse: uma das funções dos conteúdos é manter e desenvolver o interesse do aluno em atingir os seus objetivos, podendo assim resolver os seus problemas e atender as suas necessidades pessoais. Os conteúdos selecionados devem refletir profundamente os interesses dos alunos. Pois os interesses servem de base para selecionar os conteúdos das respectivas atividades. • Adequado às necessidades sociais e culturais: os conteúdos devem refletir os amplos aspectos da cultura, tanto do passado quanto do presente, assim como as possibilidades e necessidades futuras. Os melhores conteúdos são aqueles que atendem às necessidades sociais e individuais da pessoa. Pois o aluno está inserido numa sociedade que lhe faz exigências de toda a ordem e lhe impõe obrigações e responsabilidades. Mas esse mesmo aluno é um indivíduo com necessidades pessoais e com objetivos particulares.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto: levar os pais ao entendimento e à participação das ações do Programa Segundo Tempo pode causar uma diferença significativa na valorização das ações desenvolvidas. Assim, procurar organizar e desenvolver ações que estimulem essa interação é fundamental para o sucesso do Núcleo; aproveitar as experiências dos pais em relação ao esporte e à cultura corporal, oportunizando que relatem aos filhos e demais participantes essas vivências. É possível também o desenvolvimento de eventos esportivos com a participação dos pais. • Estruturação dos objetivos: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situações de risco social; oferecer práticas esportivas educacionais estimulando crianças, adolescentes e jovens a manter interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva de qualidade. • Métodos para abordagem do conteúdo: Inclusão e acolhimento; Contextualização; Participação ativa dos alunos, roda, modificação das atividades e das regras dos jogos; A integração do Programa Segundo Tempo ao projeto pedagógico da escola, à família e à comunidade; Diversificação das aulas, dos espaços, dos materiais e das atividades; Coeducação; As regras, os combinados e a indisciplina dos alunos; A prática e as filas; Técnica esportiva; Competições esportivas, ligas pedagógicas ou festivais; Painel de notícias, utilização de vídeos e estímulo à pesquisa;

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Entre os conceitos adotados para o planejamento e organização do trabalho no Programa Segundo Tempo, apresentado pelas duas versões do

documento que estabeleceram os fundamentos pedagógicos para realização das ações, percebe-se que existe uma semelhança na apresentação de determinados conteúdos. Dessa forma, o quadro 9 apresentou o que as duas versões descrevem sobre o contexto de implementação das ações, a estruturação dos objetivos traçados para a abordagem pedagógica e os métodos de seleção do conteúdo trabalho nas intervenções.

No que tange o mapeamento da realidade e a compreensão sobre o contexto em que o Núcleo de Esporte Educacional deve ser inserido, as duas versões tratam de diferentes aspectos do Programa Segundo Tempo, mas ambas consideram a importância da interação e envolvimento da comunidade nas atividades e ações do programa. O primeiro texto enfatiza a importância de conhecer a realidade da localidade em que o programa será implementado, para que as atividades possam ser adequadas às necessidades e características dos beneficiários. Por outro lado, o segundo texto destaca a importância do envolvimento dos pais e como isso pode contribuir para a valorização e sucesso das ações do programa.

Com relação a estruturação dos objetivos traçados, novamente se observa que as duas versões abordam diferentes aspectos. O primeiro destacou a importância de uma estruturação cuidadosa dos objetivos, focada na aprendizagem dos alunos, garantindo que os objetivos sejam claros, sequenciais e motivantes, para permitir a avaliação do progresso alcançado. Já o segundo texto apresentou os propósitos gerais do programa, em uma abordagem mais ampla, destacando a inclusão social, a ocupação do tempo ocioso e o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social.

No último elemento das dimensões apresentadas dos fundamentos pedagógicos, destacam-se os métodos de seleção do conteúdo trabalho nas intervenções. É possível considerar que as duas versões apresentam textos que se complementam, tendo em vista que o primeiro apresenta critérios para selecionar os conteúdos, enquanto o segundo apresenta métodos para abordar os conteúdos selecionados.

Quadro 10: métodos de ensino para o esporte educacional.

Versão	Conteúdo
2008	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Da aprendizagem tática ao treinamento tático</u>: capacidades táticas básicas; jogos de desenvolvimento para a inteligência e a criatividade; estruturas funcionais da educação física. • <u>Da aprendizagem motora ao treinamento técnico</u>: capacidades coordenativas; habilidades técnicas. • <u>O treinamento tático-técnico</u>: treinamento tático; treinamento técnico; treinamento integrado (físico-técnico; físico-tático; físico-técno-tático).
2009	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Dimensão conceitual</u>: conhecer as transformações pelas quais passou a sociedade em relação aos hábitos de vida (diminuição do trabalho corporal em função das novas tecnologias) e relacioná-las com as necessidades atuais de atividade física; conhecer as mudanças pelas quais passaram os esportes. Por exemplo, saber que o futebol era jogado apenas pela elite em seu início no país, que o voleibol mudou as suas regras em função da televisão etc; conhecer os modos corretos da execução de vários exercícios e práticas corporais cotidianas, tais como: levantar um objeto do chão, como se sentar à frente do computador, como realizar um exercício abdominal adequadamente etc. • <u>Dimensão procedimental</u>: Vivenciar e adquirir alguns fundamentos básicos dos esportes, danças, ginásticas, lutas, capoeira. Por exemplo, praticar a ginga e a roda da capoeira; vivenciar diferentes ritmos e movimentos relacionados às danças, como as danças de salão, regional e outras; vivenciar situações de brincadeiras e jogos. • <u>Dimensão atitudinal</u>: valorizar o patrimônio de jogos e brincadeiras do seu contexto; respeitar os adversários, os colegas e resolver os problemas com atitudes de diálogo e não de violência; predispor-se a participar de atividades em grupos, cooperando e interagindo; reconhecer e valorizar atitudes não preconceituosas quanto aos níveis de habilidade, sexo, religião e outras.

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Constatou-se que as duas versões apresentam abordagens diferentes para o tema dos métodos de ensino do esporte educacional. Inicialmente, a descrição estava mais direcionada para os conceitos relacionados à aprendizagem tática e técnica no contexto de educação física e treinamento esportivo. Já na segunda versão, existe uma ênfase sobre a dimensão a aprendizagem em relação a hábitos de vida, mudanças nos esportes e modos corretos de execução de exercícios.

Os dois textos abordam aspectos diferentes da educação física e aprendizagem das práticas esportivas. O primeiro texto focou na progressão da

aprendizagem tática e técnica, relacionada a habilidades específicas para o desempenho esportivo. Já o segundo texto abordou a aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes em relação a hábitos de vida, esportes e práticas corporais cotidianas.

Quadro 11: temas transversais.

Versão	Conteúdo
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura corporal do movimento humano e o esporte educacional; • Inclusão, gênero e deficiência; • Anexos: esportes de raquete; futebol; basquetebol; voleibol; futsal; handebol; atletismo;
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade; • Questões da deficiência e as ações no programa segundo tempo;

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Na última dimensão apresentadas sobre os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo, é possível destacar que diferentes temas transversais são abordados nas duas versões do documentário. O primeiro texto abordou questões mais amplas, como a cultura corporal do movimento humano e a inclusão social, gênero e deficiência no contexto do esporte educacional, além de mencionar diferentes modalidades esportivas. Já o segundo texto focou em aspectos mais específicos, abordando a diversidade de gênero e sexualidade no esporte, além da a inclusão de pessoas com deficiência no programa Segundo Tempo.

4.2.3 Manual de orientações para estruturação dos núcleos de esporte educacional – 2009.

Quadro 12: manual de orientações para estruturação dos núcleos de esporte educacional.

Tema	Conteúdo
-------------	-----------------

vigência dos convênios	O Convênio entra em vigor a partir da publicação no D.O.U, na qual consta a data de assinatura, devendo ser observados os períodos estabelecidos para o planejamento (implantação do projeto), desenvolvimento das atividades/atendimento do público-alvo (Ciclo Pedagógico) e recesso.
estruturação dos projetos	A estruturação do projeto deverá ser realizada em consonância com o estabelecido no Instrumento de Parceria; no Plano de Trabalho aprovado (disponível no SICONV); e nas Diretrizes Norteadoras do Segundo Tempo; durante o referido período de estruturação (de 3 a 4 meses iniciais, conforme o pactuado de acordo com a quantidade de beneficiados e abrangência de atuação), cabe à entidade parceira adotar os procedimentos a seguir [...] Para auxiliar na gestão dos procedimentos supra relacionados, sugere-se a formação de uma Equipe Técnica Administrativa/Pedagógica, específica para esse fim.
organização dos recursos humanos	<p>A contratação dos Recursos Humanos é de responsabilidade exclusiva do Parceiro, o qual deverá obedecer a legislação vigente (federal e local), a carga horária estabelecida pelas Diretrizes Norteadoras do Segundo Tempo e a qualificação exigida para cada função, conforme apresentado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenador-Geral: Profissional de nível superior, com experiência comprovada em Gestão e Administração de Projetos Esportivo-Educacionais; (20h ou 40h/semanais, de acordo com Plano de Trabalho aprovado); • Coordenador-Pedagógico: Profissional de nível superior, Bacharel em Esporte ou Licenciado/Bacharel em Educação Física, com experiência comprovada em Gestão e Administração de Projetos Esportivo-Educacionais; (40h/semanais); • Coordenador (Professor) de Núcleo: Profissional de nível superior, Bacharel em Esporte ou Licenciado/Bacharel em Educação Física; (20horas); • Coordenador Setorial (se for o caso): Profissional de nível superior, Bacharel em Esporte ou Licenciado/Bacharel em Educação Física; (20 horas); • Monitor para atividades esportivas: Estudante de Graduação regularmente matriculado em cursos de Educação Física ou Esporte, preferencialmente aquele que já tenha cursado o correspondente à primeira metade do curso; (20 horas); • Monitor para atividades complementares (se for o caso): Estudante de Graduação regularmente matriculado em cursos das áreas afins às atividades propostas, desenvolvidas nos núcleos, preferencialmente aquele que já tenha cursado o correspondente à primeira metade do curso; (10 horas) • Técnico Administrativo: profissional de nível técnico ou médio com experiência comprovada em atividades técnicas administrativas. (40h). <p>A forma de contratação dos Recursos Humanos fica a critério da entidade, devendo ser observada a legislação vigente. É fundamental que a entidade</p>

	<p>promova o processo seletivo, com ampla divulgação das vagas, garantindo a devida publicidade e apresentando a documentação comprobatória a esta unidade gestora. Atenção especial aos Recursos Humanos que devem ser contratados imediatamente para organização e efetivação das ações estruturais; é imprescindível também que a entidade verifique o período de atuação previsto para cada função, já que nem todos atuam durante toda a execução do convênio, e promova a adequação do cronograma de contratação à previsão do início do atendimento aos beneficiados, evitando assim o pagamento indevido; É recomendável a realização de um Plano de Estruturação, considerando o andamento das demais ações, para a realização do Processo Seletivo e respectiva contratação, evitando gerar expectativa nos Recursos Humanos selecionados, caso haja imprevistos no andamento das demais ações, impossibilitando o início das atividades no tempo previsto. Sugere-se que na seleção seja informado que a contratação não é automática após o encerramento do Processo Seletivo, pois a Ordem de Início dependerá da conclusão desta e demais ações do convênio; da mesma forma, orienta-se estabelecer a vigência do contrato de acordo com a proposta de início do atendimento aos beneficiados, que deve considerar o cumprimento integral das ações de estruturação; A conveniente deverá incluir o procedimento adotado e documentação relativa à contratação dos Recursos Humanos no Sistema de Gestão de Convênios- SICONV.</p>
<p>cadastro dos beneficiados</p>	<p>A senha de acesso ao Sistema do ME, para cadastramento dos dados da Parceria é encaminhada ao e-mail do Coordenador-Geral do Projeto, pelo setor de Gestão da Informação. Em caso de dúvida ou qualquer ocorrência durante o cadastramento, favor entrar em contato pelo endereço eletrônico: central_segundotempo@esporte.gov.br ou pelos telefones (61) -3217-9470. De posse da senha, o Coordenador-Geral deverá entrar na área restrita, no Link Segundo Tempo – Convênios, fazer o cadastramento dos núcleos (espaços físicos), dos recursos humanos e dos beneficiados vinculados a cada núcleo, conforme orientações já especificadas no e-mail enviado oportunamente pela GTINF e posteriormente na Capacitação Gerencial realizada pelo ME; cabe ao parceiro cadastrar e manter atualizadas as informações do Convênio, dos Núcleos, Recursos Humanos e Beneficiados, no Sistema do Segundo Tempo – Convênios, disponibilizado por este Ministério, assim como a responsabilidade da qualidade e veracidade dos dados inseridos no mesmo durante toda a vigência. Todas as alterações aprovadas no decorrer do convênio deverão ser inseridas nos Sistemas Informatizados do ME (SIAPA, SICAPP, cadastramento GTINF); além do cadastro no sítio do ME, todas as ações realizadas durante toda a execução do convênio, especialmente àquelas relativas à execução físico-financeira e períodos de vigência deverão ser registradas/solicitadas no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV pelo responsáveis indicado pela Instituição que dispõem de senha específica para este fim, de acordo com o perfil cadastrado, conforme previsto no Art. 3º da Portaria Interministerial nº 342, de 05/11/2008; caberá à entidade, representado pelo Coordenador Geral, acompanhar e garantir que a execução do convênio se dê por meio do SICONV. Para o devido acompanhamento, deverá solicitar junto à entidade a senha de gestor do Convênio.</p>

<p>liberação de recursos financeiros, esportivos e suplementares</p>	<p>Com vistas a assegurar a execução do objeto pactuado, a primeira parcela dos recursos é depositada na conta bancária vinculada ao convênio, e caberá a Entidade acompanhar a liberação do repasse efetuado por este Ministério; e obrigatória a aplicação dos recursos (repassados pelo ME e da contrapartida quando for o caso) no mercado financeiro, enquanto não utilizados no objeto da parceria; os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio ou do contrato de repasse exclusivamente em instituições financeiras controladas pela União e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:</p> <p>I - em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão e de seu uso for igual ou superior a um mês;</p> <p>II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores;</p> <p>É importante ressaltar que os recursos da “Primeira” parcela deverão ser somados aos da “Segunda” parcela, com a finalidade exclusiva de custeio das ações contempladas no Plano de Trabalho aprovado; contudo, a liberação da segunda parcela, observada a data prevista no cronograma de desembolso, ficará condicionada ao cadastramento integral do convênio no Sítio do ME, a teor do disposto na Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008 (disponível no sítio do Programa – no link Legislação), bem como à emissão da “Ordem de Início”, por este órgão gestor, após o cumprimento dos Procedimentos Preliminares pelo parceiro, analisados por meio da apresentação do 1º Relatório de Acompanhamento, conforme já descrito, bem como a confirmação, por parte da entidade, do efetivo início das atividades; Tendo em vista o requisito estabelecido para o pagamento da segunda parcela, solicitamos o cumprimento das ações no prazo estipulado, conforme o cronograma de execução do convênio, para efetivação do cadastramento no Sítio do ME e demais ações, a fim de evitar atraso no desenvolvimento do projeto e, o que é mais relevante, evitar prejuízos aos beneficiados.</p> <p>Os Kits de Materiais Esportivos e Uniformes contemplados no Plano de Trabalho, considerando a Proposta analisada e aprovada no SICONV, serão encaminhados por esta unidade gestora, no período de estruturação do Convênio, ficando sob a responsabilidade da entidade informar o recebimento por meio de termo específico, encaminhado oportunamente pela Coordenação Geral de Suprimentos e Logística – CGES, a respectiva distribuição e/ou reposição aos espaços físicos dos núcleos, bem como a responsabilidade pelas condições de armazenamento e segurança dos mesmos; os quantitativos pactuados foram definidos, à época da formalização, de acordo com o número de ciclos pedagógico de cada convênio. Orienta-se que a distribuição dos uniformes só deverá ser efetivada após o 2º mês de atividades, de forma a confirmar a efetiva participação dos beneficiados no projeto e, por consequência, evitar o desperdício decorrente de evasão; os kits de Xadrez e Damas serão fornecidos pelo Programa Pintando a Liberdade/Cidadania de acordo com a Proposta analisada e aprovada no SICONV.</p>
---	--

	<p>A aquisição dos Materiais Suplementares deverá ser realizada de acordo com a legislação vigente e as ações previstas no Plano de Trabalho, por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico conforme o estabelecido na Cláusula Segunda, II, do Instrumento de Convênio ou mediante a apresentação de 3 orçamentos com datas posteriores à publicação da parceria, quando for o caso; Incluir o procedimento em campo específico no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV.</p>
<p>infraestrutura</p>	<p>Os espaços físicos selecionados deverão estar cadastrados no Sistema do ME e devidamente preparados para o desenvolvimento das atividades propostas no projeto Básico; ressalta-se a necessidade de padronizar a nomenclatura dos núcleos de acordo com o cadastro do ME, em todos os arquivos e documentos enviados a esta unidade gestora; no entanto, há casos em que a entidade não consegue estruturar todos os núcleos nos espaços inicialmente previstos. Nestes casos, a entidade deverá solicitar por ofício a substituição dos núcleos, com as devidas justificativas, fundamentadas em razões concretas. A entidade deverá apresentar ainda a nova Relação de Núcleos, devidamente assinada pelo Dirigente, fotos ilustrativas dos novos espaços e os termos de Cessão de Uso, caso não seja proprietária dos espaços. E proceder as atualizações nos sistemas informatizados do ME; cabe ressaltar que as substituições deverão se restringir o máximo possível, de forma a garantir as características do projeto inicialmente pactuado. Estas só poderão ser aprovadas, se confirmada a impossibilidade de funcionamento nos locais inicialmente pactuados.</p>
<p>sistema de acompanhamento pedagógico</p>	<p>Após o atendimento de todos os procedimentos da fase de estruturação do projeto, e concedida a Ordem de Início, a Entidade está autorizada a iniciar o atendimento aos beneficiados sendo acompanhada e avaliada por esta unidade gestora; neste sentido, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou - uma rede de acompanhamento constituída por Equipes Colaboradoras (ECs), formadas por profissionais da área da Educação Física vinculados às Instituições de Ensino Superior e/ou Programas de Pós-Graduação das diversas regiões do país e com experiência em projetos esportivos sociais; estas ECs participam de uma estrutura organizacional e administrativa externa ao Ministério do Esporte e têm como atribuição principal realizar o processo de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos Convênios, em conformidade com os ciclos pedagógicos de desenvolvimento das atividades e com as Diretrizes e Pressupostos Pedagógicos do PST, procurando potencializar as ações pedagógicas e administrativas dos núcleos e convênios. Cabe às Equipes Colaboradoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e validar os Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos, utilizando como meio a Plataforma Informática do PST que tem como endereço eletrônico – www.esporte.gov.br/segundotempo/links; • Promover a Capacitação Pedagógica dos Coordenadores Gerais, Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o acompanhamento in loco do desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas dos núcleos com caráter orientador; • Plantão de atendimento aos profissionais dos convênios; <p>Todo acompanhamento é registrado em relatórios sobre as ações que desenvolvem, ou seja, relatórios da análise e acompanhamento dos Planejamentos Pedagógicos do Convênio e Núcleos e das visitas in loco que realizam dentro de cada ciclo pedagógico. Destaca-se que, com base nesses relatórios, as ECs apresentam um Relatório Consolidado que, aliado ao acompanhamento realizado, subsidiarão a SNELIS/ME na tomada de decisões sobre os Convênios.</p>
--	--

Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

O conteúdo do manual de orientações para estruturação do Programa Segundo Tempo detalhou os procedimentos e responsabilidades envolvidas na execução de convênios, abrangendo desde sua vigência até seus procedimentos para acompanhamento pedagógico, além de fornecer orientações importantes para garantir a correta implementação do projeto e o uso adequado dos recursos disponibilizados pelo Ministério do Esporte. Trata-se de um texto técnico e específico, direcionado a gestores e profissionais envolvidos no desenvolvimento dos convênios.

Sintetizando as etapas apresentadas, observa-se que o convênio entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU) com datas de assinatura. Em seguida são estabelecidos períodos para o planejamento, desenvolvimento das atividades/atendimento do público-alvo (Ciclo Pedagógico) e recesso. Na fase de estruturação do projeto, a entidade conveniente precisa elaborar o projeto, mantendo a conformidade com o Instrumento de Parceria, Plano de Trabalho aprovado e Diretrizes Norteadoras do Segundo Tempo. A estruturação pode ocorrer durante um período inicial de 3 a 4 meses, dependendo da quantidade de beneficiados e da abrangência do projeto. Nessa etapa, o documento sugere que a entidade desenvolva a formação de uma Equipe Técnica Administrativa/Pedagógica para auxiliar na gestão do projeto.

Passando para a organização dos profissionais envolvidos, definem-se os perfis de profissionais necessários, suas respectivas qualificações e carga horária, incluindo coordenadores, monitores e técnicos administrativos. A forma de contratação fica a critério da entidade, mas é essencial que um processo seletivo seja realizado, com ampla divulgação das vagas e cumprimento das

legislações vigentes. Na última etapa antes da realização dos repasses, a entidade deve cadastrar os dados da parceria, núcleos, recursos humanos e beneficiados no Sistema do Ministério do Esporte (ME). Todas as ações realizadas durante a execução do convênio devem ser registradas no Sistema de Gestão de Convênios (SICONV).

Feito isso, é possível realizar a Liberação de recursos financeiros, esportivos e suplementares, momento em que os recursos são liberados em parcelas, devendo ser utilizados conforme o Plano de Trabalho aprovado. Em seguida, os kits previstos no Plano de Trabalho são encaminhados pela unidade gestora do programa durante o período de estruturação do convênio. A entidade conveniente fica responsável pelo recebimento, distribuição e segurança dos materiais. Caso seja necessário, a compra de materiais suplementares deve seguir a legislação vigente e as ações previstas no Plano de Trabalho. A modalidade de Pregão Eletrônico é indicada, mas em alguns casos, a apresentação de três orçamentos pode ser considerada.

No que remete a infraestrutura utilizada para implementação dos Núcleos de Esporte Educacional, o manual indicou que os espaços físicos selecionados para o projeto devem estar cadastrados no Sistema do Ministério do Esporte e preparados para as atividades propostas. Substituições de núcleos devem ser justificadas e restritas ao máximo possível. A avaliação sobre a manutenção desses espaços é realizada após a concessão da Ordem de Início, momento em que a entidade pode iniciar o atendimento aos beneficiados, sendo acompanhada e avaliada por Equipes Colaboradoras (ECs). Essas equipes têm como função realizar o Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos Convênios, visando potencializar as ações dos núcleos e convênios.

4.3 Síntese sobre a gestão

Chegando ao final da etapa de trabalho que buscou compreender o desenvolvimento do Segundo Tempo a partir da perspectiva da gestão, percebe-se que alguns fatores encontrados parecem ter gerado adequações e transformações nessa dimensão do programa. O período das alterações legislativas, que antecedeu as ações realizadas para fundamentação pedagógica das ações do Segundo Tempo, evidenciou a necessidade de ajustes

em uma série de fatores que remetem ao planejamento e a gestão das ações, os quais só puderam ser observados após o início de sua implementação. Junto a isso, também parece ter ocorrido um reposicionamento entre os grupos de trabalho envolvidos com o programa, após a criação das Equipes Colaboradoras. Enquanto as Equipes de Coordenação Geral e de Avaliação ficavam responsáveis pelos ajustes necessários para melhoria da implementação das ações nos Núcleos de Esporte Educacional, o Ministério do Esporte tomava conta das demandas burocráticas.

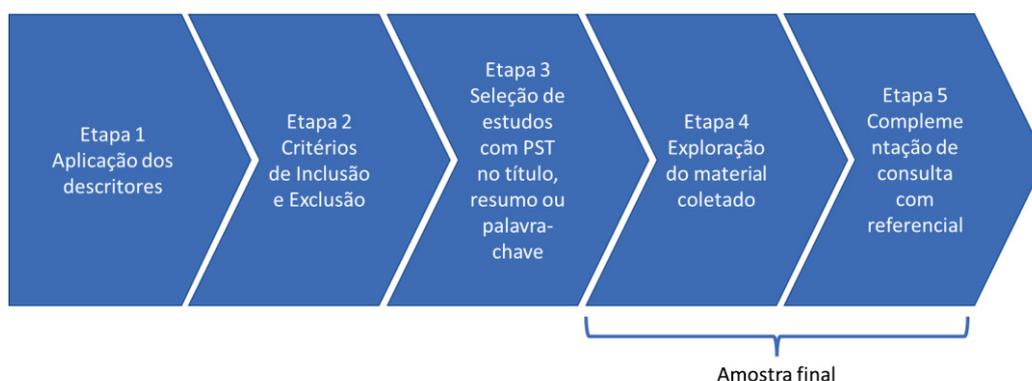
Compreende-se que as transformações apresentadas podem ter surgido em função de uma defasagem ou limitação ligada ao planejamento e a gestão das ações, representando a primeira barreira identificada neste estudo para o desenvolvimento do Segundo Tempo. Essa questão, referente aos ajustes necessários para a continuidade do programa, foi extraída da análise documental, para ser incluída no roteiro de perguntas das entrevistas.

5 DIAGNÓSTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL

A amostra obtida para a revisão bibliográfica envolveu o total de cinquenta e dois trabalhos, sendo quarenta artigos acadêmicos, nove dissertações de Mestrado e três teses de Doutorado. Em todos os casos, os autores buscaram analisar os processos de implementação de um ou mais núcleos de esporte educacional.

A aplicação dos descritores na etapa 1 apresentou em seus resultados um amplo número de estudos. Na etapa 2, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão definidos para a revisão, por meio da ferramenta de filtragem nas bases acadêmicas. Em seguida, na etapa 3 foram selecionados os estudos que apresentam a combinação de duas das três palavras-chave em seu título ou resumo. Os resultados obtidos em cada base de dados foram comparados na etapa 4, para exclusão dos estudos repetidos. Todos os estudos da amostra remanescente foram lidos na íntegra para o desenvolvimento da análise dos dados. Na etapa 5, as referências de cada estudo selecionado foram consultadas, para que estudos registrados em outras bases também pudessem ser incluídos na revisão. Dessa forma, o número final de trabalhos selecionados corresponde à soma das etapas 4 e 5. A figura 2 ilustra o segmento das etapas.

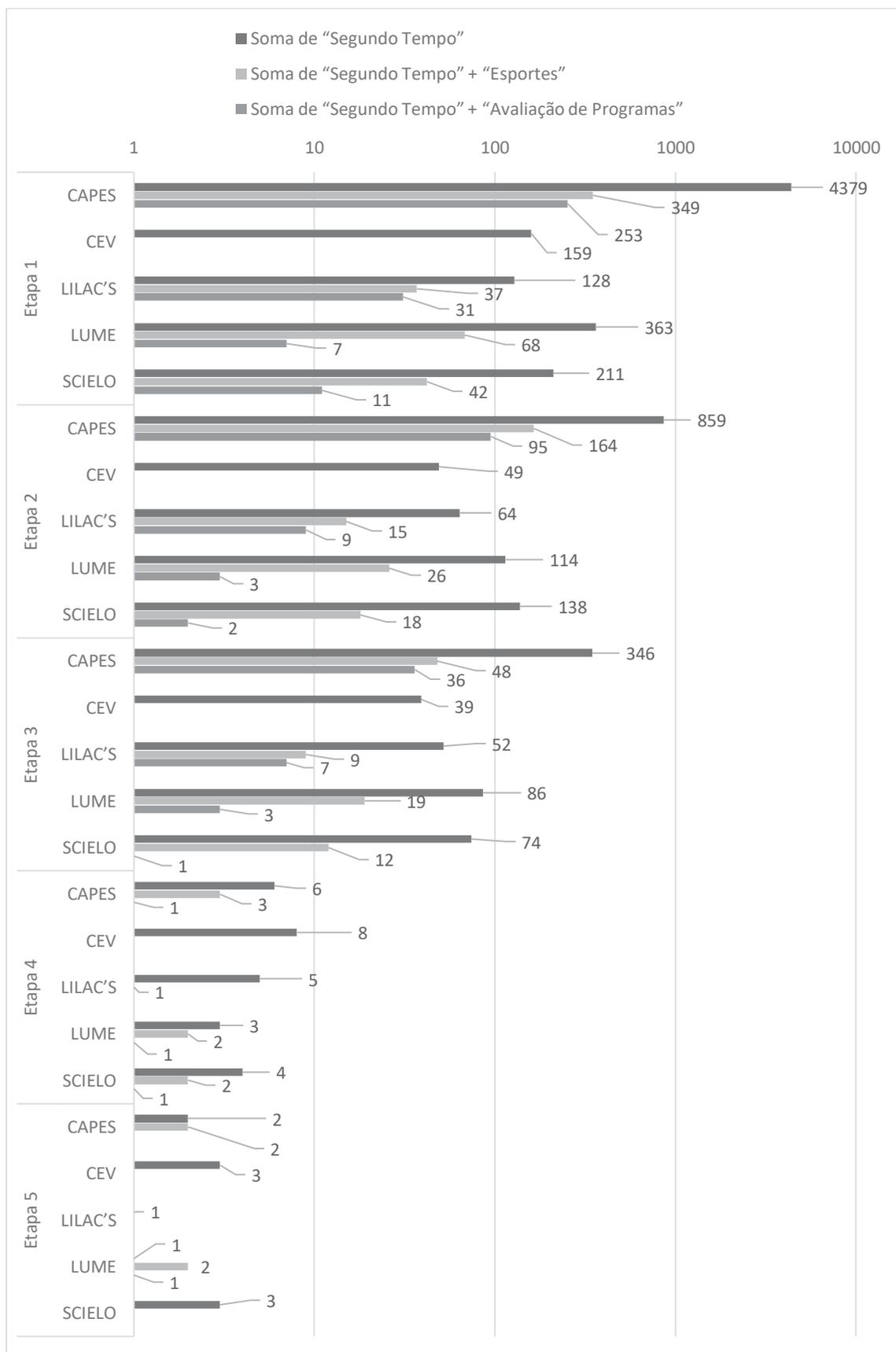
Figura 2: etapas da coleta de dados na revisão bibliográfica.



Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

No gráfico um, estão registrados os dados encontrados em cada etapa da revisão. Para facilitar a visualização sobre as informações, o conteúdo foi organizado em escala logarítmica.

Gráfico 1: resultados encontrados em cada etapa da revisão bibliográfica.

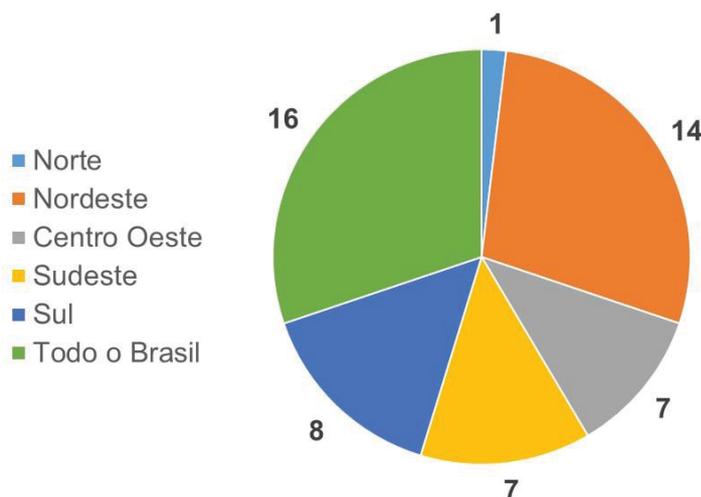


Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

5.1 Caracterização da amostra

A revisão das referências bibliográficas foi a etapa definitiva no processo de construção da amostra obtida pela revisão. Entre os cinquenta e dois trabalhos do grupo selecionado, sete foram retirados da LILAC'S, dez da LUME, dez da SCIELO, catorze dos periódicos da CAPES e onze do CEV, contemplando 33 revistas e eventos científicos das áreas de educação, educação física e sociologia (APÊNCIDE 4). Por meio da análise amostral, foram coletados registros de observações realizadas em núcleos de todas as cinco regiões brasileiras. O gráfico 2 apresenta a distribuição dos estudos com base nas regiões observadas.

Gráfico 2: distribuição dos estudos com base nas regiões brasileiras onde os núcleos foram observados.



Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

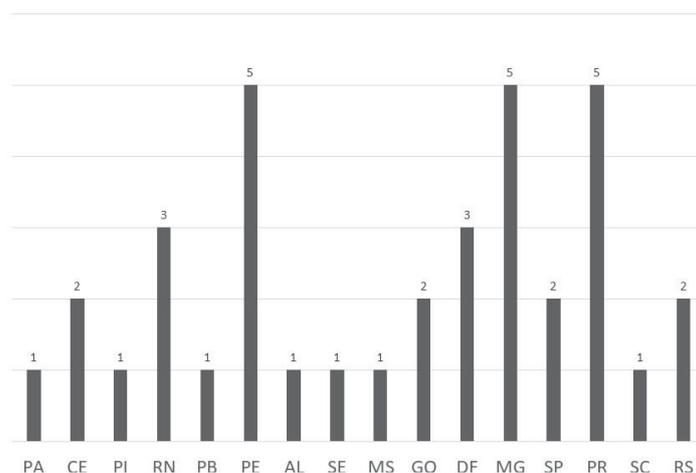
A diferença entre a soma das parcelas apresentadas no gráfico e o número total de estudos na amostra se dá em razão de um dos estudos ter analisado convênios localizados em duas regiões diferentes (Pereira, 2014). Observa-se que a maior parcela dos estudos analisou a implementação do Programa Segundo Tempo em todo território nacional. Entre esse grupo, encontram-se trabalhos que utilizaram macro dados relacionados ao programa, extraídos de

publicações das plataformas governamentais de acesso à informação, juntamente a outros estudos de revisão (Starepravo; Souza, 2010; Athayde; Mascarenhas, 2009; Santos, 2011; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Starepravo *et al.*, 2012; Santos, 2013; Teixeira *et al.*, 2015; Oliveira *et al.*, 2016; Reverdito *et al.*, 2016; Santos, 2016; Guirra; Castellanin Filho, 2017; Santos; Mascarenhas, 2018; Soares *et al.*, 2017; Santos, 2019; Pizani *et al.*, 2020). A segunda maior parcela da amostra destaca o processo de implementação na região Nordeste (Neto; Rodrigues, 2007; Lorenzini; Santos, 2009; Reis, 2011; Araújo *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Costa, 2015; Neto; Santos, Starepravo, 2015; Reis; Oliveira, 2015; Ribeiro e Silva; Silva, 2015; Moura, 2017; Brito, 2018; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020).

No que se refere às outras regiões do país, foi observado que oito estudos analisaram a implementação do Programa Segundo Tempo na região Sul, sendo a única região onde todos os estados foram estudados pelos trabalhos na amostra (Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Possebon; Roos; Saldanha Filho, 2015; Souza, 2015; Caruzzo *et al.*, 2017; Souza *et al.*, 2020). Sete estudos analisaram Núcleos de Esporte Educacional na região Centro Oeste (Athayde, 2009; Athayde; Mascarenhas, 2009; Terra; Mascarenhas, 2010; Pereira, 2014; Ribeiro; Isayama, 2015; Moraes *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2021), mesmo resultado encontrado com relação à região Sudeste (Junior; Amaral, 2008; Rodrigues *et al.*, 2012; Machado; Ribeiro, 2014; Pereira, 2014; Silveira *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2021; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Por último, apenas um estudo analisou o processo de implementação na região Norte (Monteiro, 2010).

Ao contrário do que foi alcançado com relação ao Programa Segundo Tempo nas diferentes regiões nacionais, a amostra não contemplou a utilização de todos os estados brasileiros como objeto de análise para a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional. Os estudos selecionados desenvolveram suas respectivas análises em dezesseis dos vinte e sete estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. O gráfico 3 apresenta os resultados desta distribuição.

Gráfico 3: número de estudos que utilizaram cada estado como objeto de análise.

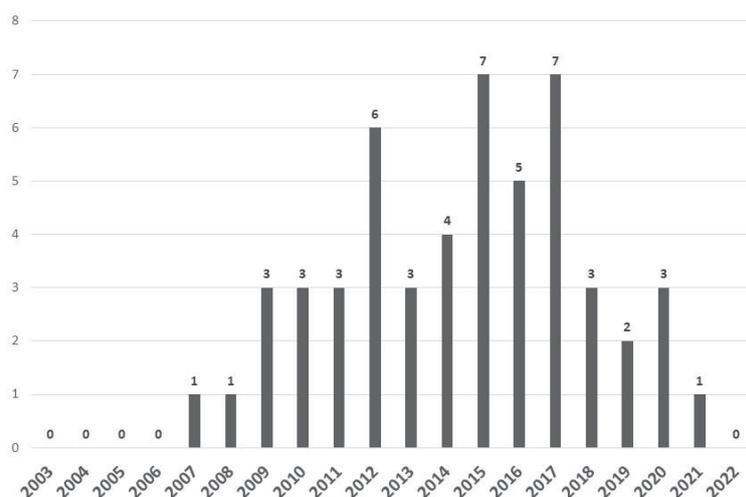


Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Após caracterizar os aspectos geográficos da amostra, também é importante destacar as características que se referem ao recorte temporal formado em função dos estudos selecionados. Na análise, constatou-se que a amostra reuniu estudos publicados em todos os anos entre 2007 e 2021. Ainda assim, considerando o recorte temporal utilizado pelos autores em cada estudo selecionado na amostra, foi possível extrair observações realizadas em todos os anos de existência do Programa Segundo Tempo. Alguns autores optaram por analisar a implementação de um ou mais Núcleos de Esporte Educacional durante um ano específico. Por outro lado, também foram encontrados estudos que observaram a implementação do Programa Segundo Tempo em um período de tempo maior (APÊNDICE 5). Nesse grupo, as justificativas encontradas foram variadas: recorte baseado no tempo de mandato de um ou mais governos políticos (quatro, oito ou doze anos); efeitos da implementação de núcleos que ainda não haviam renovado seus respectivos convênios (aproximadamente dois anos); período em que o programa alcançou a marca de dez anos de duração.

A maior parte dos estudos selecionados foram publicados entre os anos de 2012 e 2017. Após esse período, observa-se a existência de um decréscimo no volume de trabalhos publicados. O gráfico 4 mostra a distribuição da amostra em função do reporte temporal analisado.

Gráfico 4: número de artigos publicados em cada ano.



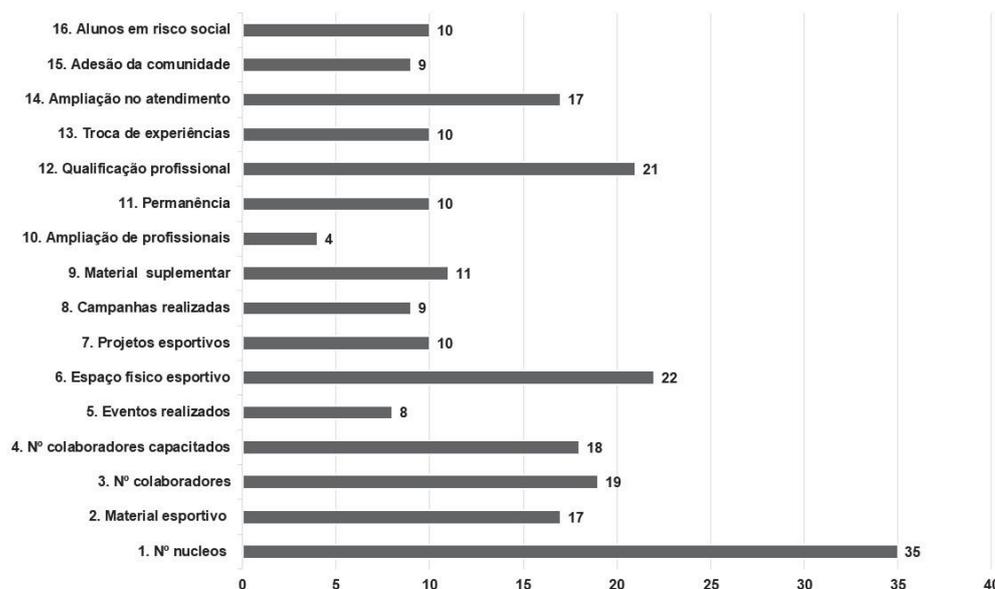
Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

5.2 Categorias de Análise

Os tópicos apresentados a seguir foram desenvolvidos com base na análise de observações semelhantes com relação a cada indicador de desempenho apresentado pelo Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo. O intuito foi reunir apontamentos que considerem diferentes perspectivas sobre o mesmo tema.

Os indicadores localizados em cada um dos estudos da amostra foram organizados em uma tabela, no intuito de proporcionar uma melhor visualização sobre o número de referências que desenvolveram apontamentos relacionados a cada eixo de observação (APÊNDICE 6). No tratamento dos dados, os fragmentos textuais foram extraídos de seus respectivos estudos e organizados em documentos separados, dessa forma, ficou mais fácil correlacionar os argumentos encontrados para sintetizar resultados com maior embasamento teórico. O gráfico 5 apresenta a quantidade de estudos que abordaram cada uma das categorias de análise predefinidas, as quais serão abordadas com maior profundidade na sequência.

Gráfico 5: número de estudos em que cada indicador foi identificado.



Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

5.2.1 Número de núcleos implementados

O primeiro indicador do modelo se refere a taxa de implementação dos núcleos com convênios assinados, tema citado pelos autores em maior parte dos estudos da amostra (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Athayde, 2009; Athayde; Mascarenhas, 2009; Lorenzini; Santos, 2009; Monteiro, 2010; Terra; Mascarenhas, 2010; Reis, 2011; Santos, 2011; Araújo *et al.*, 2012; Colombo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Machado; Ribeiro, 2014; Pereira, 2014; Possebon; Roos; Filho, 2015; Reis; Oliveira, 2015; Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro e Silva; Silva, 2015; Neto; Santos, Starepravo, 2015; Souza, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Reverdito *et al.*, 2016; Santos, 2016; Caruzzo *et al.*, 2017; Moraes *et al.*, 2017; Moura, 2017; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020; Souza *et al.*, 2020).

Entre os registros sobre as entidades convenentes, encontram-se secretarias de esporte estaduais e municipais, organizações privadas sem fins lucrativos e instituições federais de ensino médio e superior. Com relação ao local de implementação das ações, as observações relatam atividades em escolas municipais e estaduais, nas dependências dos *campuses* universitários, nas instalações de organizações não governamentais (ONG'S) e em espaços

públicos urbanos, como ginásios, parques e praças. Desta forma, não foi constatada nenhuma incoerência entre os espaços utilizados pelos núcleos observados e as diretrizes do programa (Oliveira; Perim, 2009).

Sobre a relação do Programa Segundo Tempo com os governos estaduais, observou-se que apesar de sua distribuição ter se espalhado para quase todos os estados brasileiros logo em seu primeiro ano de existência (Athayde, 2009), após a primeira década de implementação do programa, quatro estados ainda não haviam aderido às ações, sendo eles: Roraima, Maranhão, São Paulo e Espírito Santo (Santos, 2016). Tendo em vista que os estados possuem autonomia para aderir aos programas federais ou implementar suas próprias políticas de esporte educacional, é possível que a atuação do programa pudesse gerar uma concorrência com outras ações do próprio estado (Santos, 2016). Por essa razão, não é possível afirmar que esse atraso tenha acontecido em função de uma falta de interesse por parte das entidades estaduais.

A revisão mostrou que, durante os dez primeiros anos do desenvolvimento das ações do programa, apenas o estado do Ceará conseguiu implementar os Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo em todos os seus municípios. Entretanto, em outros casos a descentralização não conseguiu alcançar 10% dos municípios do estado, não havendo nenhum padrão regional aparente para justificar este fenômeno. Dessa forma, foi considerado que a descentralização do programa pelos estados não apresentou um direcionamento claro (Santos, 2016). Alguns autores consideram que este problema de implementação é preocupante para um programa com as proporções do Programa Segundo Tempo, tendo em vista a existência de vazios assistenciais em municípios de diferentes regiões, como, por exemplo, em alguns estados do Norte e do Nordeste. Além disso, a maior parte desses municípios possuem os maiores níveis de vulnerabilidade social (Monteiro, 2010; Neto; Santos; Starepravo, 2015).

No que tange a descentralização proporcionada em função dos convênios solicitados por órgãos municipais, conclusões semelhantes puderam ser observadas. O Programa Segundo Tempo obteve um percentual de descentralização considerável entre os municípios durante a primeira década de sua existência. Em dois anos, o programa já havia sido implementado em 870 municípios, superando a marca de três mil núcleos educacionais e com 336.287

beneficiários registrados (Souza, 2015). Contudo, a meta estipulada de 1.262.406 ainda estava longe de ser atingida (Athayde, 2009), problema que poderia ser agravado em função do mal direcionamento desse processo (Reverdito *et al.*, 2016).

Entre 2003 e 2013, 720 convênios foram firmados entre as prefeituras e o antigo Ministério do Esporte, envolvendo o montante de 498 municípios, considerando que, em 143 casos, foram efetuados dois ou mais convênios. A curva de distribuição deste grupo constatou que 121 municípios possuem entre 100.001 e 500.000 habitantes, e os locais onde a estimativa populacional é superior a 20 mil habitantes têm o maior número de convênios. Para além da densidade populacional, percebe-se que os municípios com os maiores números de convênios também são os que possuem os melhores percentuais de desenvolvimento humano. Dessa forma, foi constatado que o programa enfrentou dificuldades para democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade neste período, tendo em vista que atingiu, maioritariamente, os municípios que apresentam os melhores indicadores sociais e maior quantidade de recursos (Reverdito *et al.*, 2016).

Sobre os convênios firmados entre o Ministério do Esporte e organizações do setor privado, foi possível constatar uma maior influência do conveniente na descentralização do programa entre o período de 2003 a 2007 (Athayde, 2009; Ribeiro; Isayama, 2015; Moura, 2017). Com base nos dados encontrados, observou-se que apenas em Brasília as entidades de direito privado contribuíram com maior influência no processo de implementação do programa. Entre 2003 e 2006, houve participação unânime de entidades de direito privado, distribuídas entre organizações não-governamentais e representantes do sistema s45 (SESC e SESI). Importante ressaltar que, nesse período, o Distrito Federal estava entre os entes federados com o maior número de convênios estabelecidos no país (Moura, 2017).

Com relação aos locais onde os Núcleos de Esporte Educacional observados pela amostra foram implementados, a revisão encontrou um maior número de casos onde o programa utilizou espaços de escolas públicas (municipais e estaduais). Em toda a amostra, apenas um estudo constatou superioridade das instituições de ensino estaduais para a descentralização do programa (Souza, 2015). Nos demais trabalhos, os autores se referiram aos

espaços através do nome da escola ou do bairro (Neto; Rodrigues, 2007; Santos, 2011; Machado; Ribeiro, 2014; Moura, 2017). Também foram encontrados estudos em que os autores não deixaram claro o tipo de local que estava sendo utilizado (Athayde, 2009; Monteiro, 2010; Reis, 2011; Araújo *et al.*, 2012; Colombo *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Ribeiro e Silva; Silva, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Moraes *et al.*, 2017; Ribeiro, 2017; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020).

Os outros dois tipos de espaços nos quais o Programa Segundo Tempo pode ser implementado são nas instituições de ensino superior e nos espaços públicos municipais. Com relação às instituições de ensino superior, a revisão encontrou dois tipos de registros: os Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo implementados nas dependências das instituições de ensino superior, que utilizam alunos de educação física da graduação como monitores e alunos da pós-graduação do mesmo curso como professores e coordenadores; e os núcleos do Programa Segundo Tempo Universitário, em que tanto os colaboradores do núcleo quanto os alunos atendidos pertencem à comunidade universitária (Possebon; Roos; Filho, 2015; Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

Por último, sobre os Núcleos de Esporte Educacional implementados nos espaços públicos municipais, foi possível constatar a utilização de ginásios poliesportivos, parques, centros comunitários e terrenos com campos de futebol. Nesses casos, observou-se que os espaços ocupados se localizavam dentro das comunidades vulneráveis, o que pode vir a ser um benefício para as ações do Programa Segundo Tempo, tendo em vista que representa um fator de aproximação entre o programa e seu público alvo (Júnior; Amaral, 2008; Silva *et al.*, 2019).

5.2.2 Material esportivo adequado à demanda

Com relação ao material esportivo utilizado nos Núcleos de Esporte Educacional, os relatos encontrados na amostra registraram elogios e críticas ao programa (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Athayde, 2009; Reis, 2011; Santos, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Costa, 2015; Reis; Oliveira, 2015; Souza, 2015; Teixeira *et*

al., 2015; Caruzzo *et al.*, 2017; Moura, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2019; Lima; Modenesi, 2020). Pelo que parece, esse indicador tem grande influência sobre a implementação das ações, tendo em vista que, em parte da amostra, sua ausência foi considerada como a principal barreira para o desenvolvimento das atividades nos Núcleos de Esporte Educacional (Junior; Amaral, 2008; Santos, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Souza, 2015; Silva *et al.*, 2019).

De acordo com as observações, a adequação dos materiais para a realização das atividades representa uma dificuldade na democratização do esporte e, conseqüentemente, levanta questionamentos sobre a continuidade do programa, mesmo nos núcleos mais organizados, em que os princípios de gestão democrática são seguidos pelos coordenadores e professores. Por vezes, essa situação exige que o professor exerça um trabalho criativo, utilizando aparelhos alternativos, confeccionados a partir de materiais recicláveis e de baixo custo (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Reis; Oliveira, 2015).

Além de aparentar ser um aspecto fundamental para atingir a demanda de atendimentos, a adequação dos materiais também parece causar influência no alcance da demanda de trabalho. Os relatos indicam que uma deficiência nesse sentido impossibilita a aplicação de algumas modalidades esportivas, o que acaba afetando a organização dos conteúdos dentro do planejamento pedagógico do núcleo (Bezerra, 2014; Reis; Oliveira, 2015). Trata-se de um problema que não é difícil de ser encontrado, tendo em vista que a demanda estabelecida pela proposta do Programa Segundo Tempo, por vezes, sobrecarrega o espaço físico da escola (Souza, 2015). Além disso, também se torna difícil de ser resolvido, já que o governo federal e o município não garantem a compra de materiais além daqueles que compõe o kit esportivo (Souza; Souza; Castro, 2013).

Outro fator preponderante neste viés é a adequação do espaço físico utilizado. As situações precárias encontradas nos núcleos implementados em ambientes escolares são denunciadas em diferentes estudos. Foi constatado que a falta de infraestrutura das escolas públicas representa um problema não apenas para a descentralização do Programa Segundo Tempo, mas também para o desenvolvimento dos conteúdos presentes na grade curricular do estudante (Terra; Mascarenhas, 2010; Souza; Souza; Castro, 2013). Os

argumentos indicam ser comum a utilização de ambientes que se resumem a pátios descobertos com materiais improvisados (Rangel; Miranda; Lara, 2014; Costa, 2015; Moura, 2017). Dessa forma, pode-se dizer que as parcerias com a sociedade civil (“terceiro setor”) surgem como um meio para confrontar o problema com relação à infraestrutura do programa, fazendo com que o Programa Segundo Tempo priorize o escolar, ao invés da escola (Oliveira *et al.*, 2016; Moura, 2017).

Mesmo diante das críticas encontradas, existe uma outra parcela de estudos que registraram observações positivas com relação aos espaços e materiais utilizados na implementação dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Pereira, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Caruzzo *et al.*, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Lima; Modenesi, 2020). A entrega dos kits esportivos pela parte concedente é uma ação bem recebida pela parte convenente, principalmente no caso das escolas públicas, onde o material acaba suprimindo a carência da instituição, sendo utilizado também nas aulas de educação física (Neto; Rodrigues, 2007). A variabilidade de utilização dos materiais ofertados contribuiu para as ações metodológicas, uma vez que possibilita o desenvolvimento das capacidades coordenativas da criança e do adolescente, priorizando o desenvolvimento integral dos beneficiários, além de promover a inserção em determinada modalidade de forma educativa (Teixeira *et al.*, 2015; Caruzzo *et al.*, 2017).

No que se refere ao espaço físico, os apontamentos que indicaram ações bem implementadas destacaram a contribuição das instituições de ensino superior no processo de descentralização do programa (Pereira, 2014; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). As estruturas disponíveis no campus das universidades, ainda que possam não ser as mais completas possíveis, parecem comportar as demandas do Programa Segundo Tempo de forma mais satisfatória, possibilitando ao Núcleo de Esporte Educacional a utilização de espaços como ginásios, salas multiuso, piscinas, campos de gramas, campos de areia, bebedouros, sanitários, entre outros. Em casos específicos, as universidades também suplementaram os materiais utilizados pelo programa, visando ampliar a adesão das comunidades às atividades desenvolvidas (Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

5.2.3 Número de monitores e coordenadores desenvolvendo atividades nos núcleos

O terceiro indicador analisou se o quantitativo de recursos humanos é suficiente para suprir a demanda de trabalho nos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Lorenzini; Santos, 2009; Terra; Mascarenhas, 2010; Colombo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Souza; Souza; Castro, 2013; Bezerra, 2014; Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Ribeiro; Isayama, 2015; Souza, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020; Silva *et al.*, 2021). Nesses estudos, os pesquisadores registraram observações sobre a estrutura organizacional dos colaboradores no desenvolvimento das atividades, considerando seus respectivos cargos, atribuições e níveis de formação.

Como foi visto no capítulo anterior, para cada núcleo que atende entre setenta a cem crianças, são designados um monitor de esporte e um coordenador de núcleo. Houve um equilíbrio entre os registros que relataram bons processos de implementação, em núcleos onde os recursos humanos superaram a proposta do programa (Lorenzini; Santos, 2009; Colombo *et al.*, 2012), e registros de situações mais críticas, em que a equipe de trabalho não era compatível com a demanda de beneficiários (Pereira, 2014). Nesse sentido, foram encontrados casos onde uma equipe de três coordenadores era responsável pelas ações de trinta e sete núcleos (Souza; Souza; Castro, 2013).

A atuação direta dos coordenadores gerais e coordenadores pedagógicos foi registrada em oito trabalhos, envolvendo núcleos implementados em instituições escolares e de ensino superior (Junior; Amaral, 2008; Lorenzini; Santos, 2009; Terra; Mascarenhas, 2010; Kalinoski *et al.*, 2013; Bezerra, 2014; Souza, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Em um dos estudos, foi constatada a falta de mais coordenadores pedagógicos para apoiar o trabalho dos coordenadores de núcleos no município, fator responsável por causar uma sobrecarga nas atribuições dos outros colaboradores (Souza; Souza; Castro, 2013). Além disto, foram localizados registros de profissionais que não atendiam os critérios estabelecidos pelo programa para a ocupação de

determinados cargos. Um dos estudos indicou que entre dez coordenadores pedagógicos, somente um possuía formação de nível superior na área da educação física e experiência pedagógica para coordenação (Souza, 2015). Apenas um estudo registrou uma influência positiva a partir do trabalho dos coordenadores pedagógicos, que optaram por incluir no planejamento dos conteúdos atividades físicas de matriz africana, como a capoeira, o samba e o axé, mesmo que desvinculados do seu contexto histórico e cultural (Rangel; Miranda; Lara, 2014).

Por outro lado, o trabalho dos coordenadores setoriais, coordenadores de núcleos e monitores pôde ser registrado, de forma mais abrangente, em uma parcela maior dos estudos selecionados (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Lorenzini; Santos, 2009; Terra; Mascarenhas, 2010; Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Bezerra, 2014; Pereira, 2014; Souza, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020; Silva *et al.*, 2021).

No que se refere aos coordenadores setoriais e de núcleos, os registros mostram que os profissionais se tratavam de acadêmicos de pós-graduação, especializados nas áreas de Educação Física, Educação, Esporte, Gestão Desportiva e de Lazer, além de professores efetivos de Educação Física vinculados a instituições de ensino superior. O único problema registrado com relação ao papel dos coordenadores de núcleos do Programa Segundo Tempo indicou que, em alguns casos, a figura do coordenador não existiu, de acordo com relatos dos monitores que frequentavam as reuniões de gestão do núcleo (Junior; Amaral, 2008).

Com relação aos monitores, desempenharam essa função estudantes de graduação em Educação Física e Esportes, jovens que cursavam o 2º ou 3º anos do ensino médio (selecionados por meio de instituições de Integração Empresa-Escola) e voluntários discentes em cursos de Educação Física e outras áreas da saúde. De acordo com o observado, a inclusão dos monitores pode beneficiar tanto na formação dos futuros professor, pela possibilidade de inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico das instituições de ensino superior, como também para a operacionalização dos diferentes conteúdos que podem ser ofertados pelos Núcleos de Esporte Educacional (Gonçalves; Silva; Martins, 2018). No entanto, sobre essa questão, dois estudos destacaram que

a falta de monitores capazes de ministrar as atividades esportivas dificultou o desenvolvimento das ações nos núcleos (Rangel; Miranda; Lara, 2014; Souza, 2015).

5.2.4 Número de monitores e coordenadores capacitados atuando nos núcleos

O quarto indicador da matriz apresentada pelo modelo de avaliação metodológica, trata da taxa de capacitação de monitores e coordenadores atuando nos Núcleos de Esporte Educacional. Na amostra, foram encontrados dezoito estudos que registraram a presença ou ausência desses processos (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Araújo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012; Starepravo *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Rangel, Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Caruzzo *et al.*, 2017; Brito, 2018; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Sousa *et al.*, 2020; Pizani *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021).

Entre os registros encontrados nessa categoria de análise, uma parcela de estudos indicou dificuldades no processo de capacitação dos recursos humanos atuando nos Núcleos de Esporte Educacional (Rodrigues *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Rangel, Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Brito, 2018; Silva *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2020; Pizani *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021). Foram encontrados casos onde as capacitações, que deveriam ser ofertadas pelo Ministério, não aconteceram (Rangel, Miranda; Lara, 2014; Sousa *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021). A ausência fez com que entidades regionais, como núcleos e secretarias municipais de educação, assumissem essa demanda, por meio da oferta de cursos gratuitos (Sousa *et al.*, 2020). O mesmo movimento foi observado por parte de ONG's e entidades privadas (Rangel, Miranda; Lara, 2014). Ainda assim, foram encontradas observações sobre Núcleos de Esporte Educacional funcionando com recursos humanos que não possuíam nenhum tipo de formação (Bezerra, 2014; Rangel, Miranda; Lara, 2014; Brito, 2018).

Outro grupo de estudos indicou a existência de lacunas no modelo de capacitação utilizado pelo Programa Segundo Tempo (Rodrigues *et al.*, 2012; Teixeira *et al.*, 2015; Brito, 2018). De acordo com os registros, a capacitação ofertada pelas Equipes Colaboradoras pode não ser o suficiente para preparar

os professores para lidar com a imprevisibilidade da prática nos Núcleos de Esporte Educacional (Rodrigues *et al.*, 2012). Nesse sentido, foram encontrados casos em que, mesmo participando das capacitações, o monitor não conseguiu atender a demanda técnica da atividade que lhe foi solicitada (Reis; Oliveira, 2015). Além disso, em função da demanda de viagens e deslocamento, o acompanhamento das Equipes Colaboradoras pode ter se tornado pouco assíduo (Brito, 2018). Outra crítica se refere ao processo de capacitação “em cadeia”, em que os monitores são ensinados pelos professores das entidades convenientes, tendo em vista que esse modelo também apresentou dificuldades para ser efetivado (Teixeira *et al.*, 2015).

Apesar das limitações apresentadas, a falha no processo de capacitação do Programa Segundo Tempo não foi um problema encontrado em todos os Núcleos de Esporte Educacional (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Araújo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Starepravo *et al.*, 2012; Silveira *et al.*, 2016; Carruzo *et al.*, 2017; Ribeiro, 2017; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Os autores relataram o desenvolvimento de capacitações ofertadas pelo Ministério do Esporte (Araújo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Silveira *et al.*, 2016), ação que foi colocada em prática por meio da produção de materiais didático-pedagógicos e cursos de capacitação, presenciais e a distância, em nível de extensão e especialização. Em um dos casos, esse processo foi considerado como um dos grandes aspectos positivos do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007).

Entre os estudos que analisaram os Núcleos de Esporte Educacional que receberam as capacitações do Programa Segundo Tempo, foram encontrados registros sobre uma influência positiva das Equipes Colaboradoras nesse processo (Ferreira, 2012; Starepravo *et al.*, 2012; Caruzzo *et al.*, 2017). De acordo com as observações, o trabalho realizado por docentes e alunos de pós-graduação, em parceria com os membros da equipe pedagógica dos Núcleos de Esporte Educacional, qualifica e aprimora a formação dos professores e monitores que atuam no Programa Segundo Tempo (Starepravo *et al.*, 2012). A troca de experiência entre profissionais da área de Educação Física em diferentes estágios de formação, também é considerada como um canal de formação continuada que o Programa Segundo Tempo proporciona (Caruzzo *et al.*, 2017).

Essa divergência entre as considerações relacionadas aos processos de capacitação do Programa Segundo Tempo pode ser encontrada no estudo de Ribeiro (2017), que entrevistou um grupo de professores após terem participado de um dos eventos de capacitação. Entre as transcrições, é possível observar relatos de uma vivência proveitosa, formalizada no sentido de ampliar o repertório do professor sobre as atividades que podem ser desenvolvidas nos Núcleos de Esporte Educacional, bem como contribuir para a elaboração do plano de aula. Todavia, também se encontram críticas com relação à organização do processo, em alegações que apontam encontros predominantemente teóricos, com uma alta demanda de conteúdo trabalhado em curto período de tempo. Além disso, alguns justificaram sua presença pelo fato de ser uma obrigação, do contrário, poderiam ter seus contratos rescindidos.

Ainda que as capacitações internas, organizadas pelos colaboradores em seus respectivos Núcleos de Esporte Educacional, também tenham sido encontradas entre os estudos da amostra (Reis, 2011; Silveira *et al.*, 2016), essas ações foram realizadas no sentido de aprofundar o conhecimento dos coordenadores e monitores sobre o funcionamento do Núcleos de Esporte Educacional e o planejamento das aulas, tendo como base os materiais didáticos do Programa Segundo Tempo, mídias comunicativas como livros, eventos, sites de memória, entre outros recursos.

5.2.5 Eventos de esporte educacional realizados

De maneira geral, é possível dizer que a questão dos eventos de esporte educacional realizados pelo Programa Segundo Tempo não é um dos temas mais explorados pelos pesquisadores que analisaram a atuação dos Núcleos de Esporte Educacional. Na amostra, foram encontrados registros sobre o tema em apenas oito estudos (Colombo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2021). Chama atenção o fato dessa categoria de análise só ter sido discutida em estudos publicados no período que engloba a segunda metade da existência do programa.

No que se refere às ações envolvendo diretamente o Programa Segundo Tempo, foram encontrados casos onde os eventos estavam direcionados para

os recursos humanos envolvidos nos Núcleos de Esporte Educacional, incluindo discentes, monitores e alunos (Ribeiro; Isayama, 2015; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2021). Nesse grupo, os registros abordaram a realização de eventos como manhãs de lazer em campus universitários (Gonçalves; Silva; Martins, 2018), oficinas, teóricas e práticas, oferecidas aos monitores esportivos (Silva *et al.*, 2021) e capacitações, modulares e semipresenciais, dirigidas aos professores que atuaram nos Núcleos de Esporte Educacional, a título de especialização em Esporte Educacional (Ribeiro; Isayama, 2015).

Além dos relatos sobre eventos e ações internas, também foi encontrado o caso de um convênio onde os Núcleos de Esporte Educacional realizavam eventos envolvendo as comunidades em que estavam inseridos (Colombo *et al.*, 2012). Nesse estudo, os registros descrevem intervenções multidisciplinares, com a participação de profissionais das áreas do Direito, Engenharia, Psicologia, Medicina, além da Educação Física. Entre essas ações de interação com a comunidade, foram relatados eventos como festas carnavalescas, festas juninas e gincanas escolares. Pouco foi encontrado sobre os pontos negativos do indicador em questão. Somente um estudo registrou como problema a ausência da organização de ações coletivas envolvendo os Núcleos de Esporte Educacional e a comunidade (Rangel; Miranda; Lara, 2014).

5.2.6 Espaços físicos esportivos e equipamentos implantados em áreas de risco social

Em comparação aos outros tópicos analisados, foi localizado um número a cima da média de estudos que registraram observações sobre o local de implementação dos Núcleos de Esporte Educacional (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Athayde; Mascarenhas, 2009; Terra; Mascarenhas, 2010; Reis, 2011; Ferreira, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013; Machado; Ribeiro, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Costa, 2015; Possebon; Roos; Filho, 2015; Neto; Santos; Starepravo, 2015; Reverdito *et al.*, 2016; Santos, 2016; Silveira *et al.*, 2016; Moraes *et al.*, 2017; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2019; Santos, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Silva *et al.*, 2021). As observações indicaram que os núcleos foram implementados,

predominantemente, em locais considerados de risco social. Essa constatação não foi encontrada somente nos estudos que analisaram núcleos implementados nas dependências de instituições de ensino superior. Apesar disso, foram constatadas divergências com relação as condições impostas para o trabalho do Programa Segundo Tempo nos diferentes contextos observados, principalmente, no que tange à infraestrutura utilizada para o desenvolvimento das ações.

Evidências sobre as boas práticas desenvolvidas pelo Programa Segundo Tempo em comunidades vulneráveis foram encontradas em sete estudos (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Ferreira, 2012; Machado; Ribeiro, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Entre esses casos, três são de núcleos que foram implementados em escolas públicas, localizadas em áreas de risco (Neto; Rodrigues, 2007; Ferreira, 2012; Machado; Ribeiro, 2014). Em um desses casos, foi observado que a implementação do Núcleo de Esporte Educacional agregou melhorias para a escola, tendo em vista que a coordenação executou reformas na quadra para receber as atividades do Programa Segundo Tempo. Em contrapartida, o kit de materiais esportivos, entregue pelo Ministério do Esporte, foi utilizado para as aulas de Educação Física, fator que representava uma carência da instituição (Neto; Rodrigues, 2007).

Com relação aos outros casos que registraram boas práticas realizadas pelo Programa Segundo Tempo, os Núcleos de Esporte Educacional estavam implementados em ginásios de esporte (Silva *et al.*, 2019), associações de moradores (Souza; Ferreira; Bezerra, 2019), centros de assistência social (Ferreira, 2012) e espaços públicos como praças, parques e campos (Junior; Amaral, 2008; Rangel; Miranda; Lara, 2014), todos localizados em regiões periféricas de seus respectivos municípios, atendo, em maior quantidade, crianças e adolescentes em risco de vulnerabilidade social. Um desses estudos registrou o caso de um núcleo onde, aparentemente, a integração entre os professores e monitores do Programa Segundo Tempo e a comunidade pôde ser melhor aprofundada. Mesmo com as limitações do local em questão, que, apesar de atender as demandas do Núcleo de Esporte Educacional, ainda carecia de uma melhor em sua estrutura, os monitores tiveram a liberdade de convidar as crianças para participar das atividades diretamente em suas casas (Junior;

Amaral, 2008). Caso parecido foi observado em um Núcleo de Esporte Educacional implementado em uma comunidade quilombola, envolvendo crianças que não tinham acesso à Educação Física escolar (Rangel; Miranda; Lara, 2014).

Assim como as boas práticas foram constatadas pelos pesquisadores, limitações relacionadas ao local de implementação dos espaços físicos e dos equipamentos esportivos também puderam ser encontradas (Athayde; Mascarenhas, 2009; Costa, 2015; Neto; Santos; Starepravo, 2015; Reverdito *et al.*, 2016; Santos, 2016; Terra; Mascarenhas, 2010; Moraes *et al.*, 2017; Ribeiro, 2017; Santos, 2019). Nesse sentido, os argumentos apontam para uma desorganização no processo de implementação do Programa Segundo tempo, visto que parte dos núcleos observados estavam localizadas em instituições e comunidades que, na época, recebiam o atendimento de outros programas estaduais e municipais (Terra; Mascarenhas, 2010). Com base nas diretrizes do Programa Segundo Tempo, seria mais coerente que esse atendimento fosse direcionado para os locais que possuem maior necessidade de acesso às diferentes manifestações esportivas e de lazer (Athayde; Mascarenhas, 2009; Costa, 2015).

Dentro dessa categoria de análise, o mal direcionamento na descentralização do Programa Segundo Tempo foi um dos temas que se repeliu. Evidências sobre essa barreira no processo de implementação foram encontradas em estudos que, em sua metodologia, realizaram o cruzamento entre as observações nos Núcleos de Esporte Educacional e dados provenientes de indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (Neto; Santos; Starepravo, 2015; Reverdito *et al.*, 2016; Santos, 2016; Moraes *et al.*, 2017; Santos, 2019). Aparentemente, houve um predomínio da implementação de Núcleos de Esporte Educacional em municípios que apresentam os melhores indicadores sociais e maior amplitude das estruturas burocráticas (Reverdito *et al.*, 2016; Moraes *et al.*, 2017). Como efeito deste problema, observa-se que a desigualdade regional na oferta do esporte educacional acabou sendo ampliada (Santos, 2016; Santos, 2019), ocasionado o aparecimento de vazios assistenciais, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Neto; Santos; Starepravo, 2015).

Com relação aos registros sobre os Núcleos de Esporte Educacional implementados fora dos locais de risco social, todos abordaram a utilização da infraestrutura de instituições de ensino superior nas ações do Programa Segundo Tempo (Reis, 2011; Possebon; Roos; Filho, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2021). Mesmo indo contra uma parte das diretrizes do programa, a implementação nessas instituições se justifica em função da infraestrutura e dos equipamentos disponíveis (Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

5.2.7 Projetos esportivos, financiados com recursos do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente

O sétimo indicador remete a utilização dos recursos armazenados no Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente, uma política instituída na década de 1990 com o objetivo de captar e aplicar recursos para ações destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, em função de contribuições provenientes de deduções fiscais, recursos orçamentários da União, aplicações dos governos e organismos, entre outras fontes de recursos (Brasil, 2023). Com relação ao tema, foram encontradas considerações em dez estudos da amostra utilizada (Junior; Amaral, 2008; Terra; Mascarenhas, 2010; Ferreira, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Ribeiro; Isayama, 2015; Neto; Santos, Starepravo, 2015; Moura, 2017; Santos; Mascarenhas, 2018; Ribeiro, 2017).

De modo geral, foi possível observar um predomínio das considerações que indicaram a ausência de projetos esportivos promovidos pelos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo (Junior; Amaral, 2008; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Neto; Santos, Starepravo, 2015; Santos; Mascarenhas, 2018; Ribeiro, 2017). Mesmo nos casos onde esses projetos aconteceram, não foi possível encontrar nenhuma informação a respeito da utilização de recursos do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente (Ferreira, 2012; Ribeiro; Isayama, 2015).

Parte das observações encontradas citou as ações realizadas no Projeto Recreio nas Férias (Ribeiro, 2012; Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro, 2017), uma política que, de maneira semelhante ao Programa Segundo Tempo, visa

democratizar o acesso de crianças e adolescentes a espaços propícios para a prática de atividades de lazer e vivências lúdicas, durante o período das férias escolares. Desta forma, ambos os projetos podem ser desenvolvidos em um município de forma articulada, sem que as ações se sobreponham. Apesar desses registros, não foi localizado nenhum indício sobre o uso de recursos provenientes do Fundo Nacional para a Criança e ao Adolescente.

A amostra envolveu estudos onde outros programas esportivos públicos eram ofertados no município observado, paralelamente à execução do convênio do Programa Segundo Tempo, contudo, não foram localizadas informações a respeito dos recursos utilizados para desenvolvimento dessas outras ações (Terra; Mascarenhas, 2010; Ferreira, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013). Observou-se que esse tipo de registro pode evidenciar a falta de critérios para a descentralização no processo de implementação dos convênios do Programa Segundo Tempo, podendo vir a se tornar uma barreira para a execução das ações, caso aconteça uma sobreposição dos horários das atividades (Terra; Mascarenhas, 2010; Souza; Souza; Castro, 2013).

Ainda no que refere às questões de financiamento, relatos sobre as barreiras encontradas para manter os Núcleos de Esporte Educacional em atividade podem ajudar a compreender a dificuldade observada para a implementação desse indicador nas ações do Programa Segundo Tempo. Seja pela falta de reservas orçamentárias municipais, que pode ser utilizada para complementar o financiamento dos convênios e dar continuidade a outras políticas esportivas no âmbito municipal (Rangel; Miranda; Lara, 2014), pela situação de vulnerabilidade encontrada nos municípios menores, com população inferior à 50 mil habitantes, que não possuem instrumentos fiscais para emularem programas esportivos federais que exigem contrapartidas (Neto; Santos, Starepravo, 2015), ou pela falta de recursos para investir na infraestrutura dos locais onde as atividades acontecem (Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro, 2017).

5.2.8 Campanhas realizadas

Referente às campanhas realizadas pelos Núcleos de Esporte Educacional, assim como observado no indicador que tratou dos eventos de

esporte educacional, as considerações foram encontradas em um grupo específico dos estudos na amostra (Neto; Rodrigues, 2007; Colombo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Brito, 2018; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Silva *et al.*, 2021). O conteúdo encontrado nessas duas categorias trata de aspectos semelhantes, contudo, compreende-se que as campanhas são ações que ocorrem durante um determinado período de tempo, no sentido de fazer com que as diferentes partes interessadas se sintam integradas ao desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Por outro lado, os eventos englobam as ações que contêm data, local, condutor, público e infraestrutura predefinidos, para transmitir um conceito ou uma ideia geral para os participantes.

Embora não represente a maioria da amostra analisada, a parcela dos estudos que registrou o desenvolvimento de campanhas entre as atividades dos Núcleos de Esporte Educacional fez referência a boas ações que envolveram alunos, professores e a comunidade. As observações sobre a utilização das campanhas como meio de divulgação para o Programa Segundo Tempo se repetiram, abordando a confecção e divulgação de folders em escolas regulares e especiais de diferentes municípios, em complemento a eventos como palestras informativas, festas temáticas e passeios educacionais (Kalinoski *et al.*, 2013; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). As estratégias de divulgação também abrangeram outras plataformas, por meio da disponibilização de vídeos postados no Youtube e nos portais de instituições de ensino superior (Ferreira, 2012; Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

No que remete às campanhas realizadas fora dos territórios de ensino, os registros apresentaram casos onde as intervenções envolvendo a comunidade fizeram parte da estratégia utilizada para a implementação do Programa Segundo Tempo. Por um lado, as reuniões puderam ampliar a união entre os moradores e a equipe pedagógica, em comunidades que não possuíam outras organizações coletivas (Rangel; Miranda; Lara, 2014; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Por outro lado, as intervenções também tinham a intenção de minimizar a evasão dos alunos, envolvendo uma espécie de “resgate” realizado pelos monitores ao visitar a casa das crianças ausentes, para convidá-los a retornar a participar das ações nos Núcleos de Esporte Educacional (Colombo *et al.*, 2012; Silva *et al.*, 2021). Apenas um estudo relatou a ausência de ações semelhantes

no convênio observado, alegado a falta de divulgação do Programa Segundo Tempo perante a comunidade escolar (Neto; Rodrigues, 2007).

5.2.9 Núcleos abastecidos com material esportivo e suplementar

Nessa categoria foram destacadas as observações sobre os materiais que podem ser considerados como suplementares dentro das ações desenvolvidas pelo Programa Segundo Tempo, tendo em vista que, conforme verificado no capítulo anterior, o kit enviado ao convênio contempla quatro modalidades esportivas, sendo o futebol, voleibol, basquetebol e handebol, além de outros materiais que permitem a prática de jogos e brincadeiras. Desta forma, apesar do segundo indicador da matriz proposta pelo Modelo de Avaliação Metodológica também tratar do abastecimento de material esportivo nos Núcleos de Esporte Educacional, as observações destacadas nesta categoria abordam outro ponto de análise sobre a implementação das ações (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Reis, 2011; Colombo *et al.*, 2012; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

Indo de acordo com os resultados encontrados sobre o segundo indicador, a maior parte dos estudos apresentou considerações alegando a falta de suplementação de materiais esportivos nos Núcleos de Esporte Educacional (Reis, 2011; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015). Foi encontrado um caso onde o material não foi considerado pelos pesquisadores como sendo adequado à infraestrutura e ao contexto no qual o Núcleo de Esporte Educacional estava inserido. As crianças não se sentiam estimuladas a utilizar os materiais esportivos, preferindo praticar as atividades do cotidiano da sua comunidade, como pescar, nadar e brincar com pipas (Rangel; Miranda; Lara, 2014). Em outra situação, o estudo destaca o desenvolvimento de práticas de ginástica geral que precisaram utilizar materiais reciclados ou de baixo custo (Reis; Oliveira, 2015).

A outra parte dos estudos que registrou a utilização de materiais esportivos suplementares nos Núcleos de Esporte Educacional destacou a prática de uma variedade de outras atividades esportivas e exercícios físicos, como dança, ginástica rítmica, exercícios como bolas bobath, atividades cênicas, xadrez, tênis

e atletismo (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Foi possível observar que em nenhum dos casos os autores registraram a intervenção da coordenação do programa ou do Ministério do Esporte/Ministério da Cidadania para a suplementação dos materiais esportivos que os núcleos receberam. Sobre esse ponto, só foram encontradas considerações indicando a contribuição de instituições de ensino superior, que recebiam as ações dos Núcleos de Esporte Educacional (Neto; Rodrigues, 2007; Colombo *et al.*, 2012; Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

5.2.10 Ampliação de profissionais atuando na área do esporte educacional

Chegando ao tópico que remete a ampliação de profissionais atuando no Programa Segundo Tempo, ficou evidente que, entre todas as categorias de análise, este é o indicador menos referenciado pelos estudos selecionados na amostra (Colombo *et al.*, 2012; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Souza *et al.*, 2020). Nos registros, encontram-se evidências sobre Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo Universitário, que, devido à boa aderência por parte da comunidade universitária, ampliou o número de profissionais atuando na equipe pedagógica do núcleo em questão (Gonçalves; Silva; Martins, 2018).

Pensando em outro sentido pelo qual a ampliação de profissionais também pode ser compreendida, encontramos estudos que observaram Núcleos de Esporte Educacional que desenvolveram intervenções multidisciplinares, contando com a atuação de profissionais de outras áreas, como História e Pedagogia (Souza *et al.*, 2020). Além disso, em um Núcleo de Esporte Educacional de um convênio do Programa Segundo Tempo Universitário, também foram encontrados registros de ações ofertadas para a comunidade acadêmica em parceria com estagiários de outros campos do conhecimento, como Direito, Engenharia, Psicologia e Medicina (Colombo *et al.*, 2012).

5.2.11 Aumento do interesse e permanência das crianças e adolescentes no programa

Foi localizado um total de dez estudos que registraram fatores determinantes para a permanência das crianças e dos adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Esporte Educacional (Neto; Rodrigues, 2007; Athayde; Mascarenhas, 2009; Lorenzini; Santos, 2009; Monteiro, 2010; Reis, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Possebon; Roos; Filho, 2015; Ribeiro; Isayama, 2015; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019).

Entre aquilo que se pode considerar como um fator facilitador, observamos que os Núcleos de Esporte Educacional implementados nas instalações de instituições de ensino superior parecem ter obtido bons resultados no que se refere a permanência do aluno nas ações do Programa Segundo Tempo, fator que pode estar ligado a aspectos como qualidade da infraestrutura, disponibilidade de materiais e segurança durante a prática (Lorenzini; Santos, 2009; Possebon; Roos; Filho, 2015). Além disso, ações como o fornecimento de alimentação, o intercâmbio com outros núcleos através de competições esportivas, o desenvolvimento do projeto Recreio nas Férias e as vivências inspiradas em práticas esportivas diversificadas, são outros fatores favoráveis citados pelos pesquisadores (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Ribeiro; Isayama, 2015; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019).

Com relação aos fatores que podem dificultar a permanência do aluno nas ações do Programa Segundo Tempo, os registros apontam que essa questão pode estar relacionada com a abordagem pedagógica aplicada no desenvolvimento dos Núcleos de Esporte Educacional. Entre os estudos da amostra, foram encontrados casos onde os professores não seguiam as diretrizes pedagógicas do Programa Segundo Tempo, resumindo às atividades em práticas esportivas de determinadas modalidades (Monteiro, 2010). Outro fator é a acessibilidade para alunos que residem em regiões mais afastas, tendo em vista que a falta de transporte foi relatada como a principal limitação para os Núcleos de Esporte Educacional (Rangel; Miranda; Lara, 2014). Por fim, o modelo de conveniamento adotado pelo Programa Segundo Tempo também recebeu críticas, por afetar diretamente a continuidade do programa em determinadas regiões. De acordo com os pesquisadores, o período não é suficiente para que o Núcleo de Esporte Educacional seja efetivamente implementado dentro de uma comunidade (Athayde; Mascarenhas, 2009).

5.2.12 Melhoria da qualificação dos profissionais e monitores dos núcleos do Programa Segundo Tempo

Como foi observado com relação ao número de monitores e coordenadores capacitados atuando nos núcleos, a melhoria da qualificação dos profissionais e monitores atuando nos Núcleos de Esporte Educacional é um indicador de implementação discutido na maior parte dos estudos que observaram as atividades desenvolvidas pelo Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Reis, 2011; Colombo *et al.*, 2012; Ribeiro, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012; Starepravo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Pereira, 2014; Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro e Silva; Silva, 2015; Reis; Oliveira, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Caruzzo *et al.*, 2017; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Lima; Modenesi, 2020; Pizani *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021). Para diferenciar o conteúdo descrito nessa categoria com a categoria número quatro (número de monitores e coordenadores capacitados atuando nos núcleos) e, dessa forma, evitar a apresentação de resultados repetidos, nesse momento serão considerados os registrados que citam mecanismos, ferramentas e ações de capacitação que vão além do previsto nas diretrizes do programa.

Observa-se que parte dos processos de qualificação encontrados nos Núcleos de Esporte Educacional se baseou em reuniões para discussão de problemas, proposições e as diretrizes do programa e do planejamento pedagógico, no sentido de suplementar as ações do Programa Segundo Tempo em locais onde ocorreu maior adesão da comunidade (Reis, 2011; Colombo *et al.*, 2012; Reis; Oliveira, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Cada caso adequou os procedimentos de acordo com suas especificidades, planejamento reuniões com periodicidade semanal (Silveira *et al.*, 2016), quinzenal (Colombo *et al.*, 2012), mensal (Silva *et al.*, 2021) e semestral (Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Da mesma forma, também foram encontrados casos com atividades assistemáticas, em função de encontros esporádicos de formação (Reis, 2011; Reis; Oliveira, 2015).

Nos encontros citados a cima, além do grupo de trabalho envolvido como os Núcleos de Esporte Educacional, foram localizados registros sobre a

participação de professores de instituições de ensino de nível superior (Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Em outro caso, a prefeitura do Município ampliou a equipe de colaboradores nos núcleos por meio de concursos públicos para contratação de estagiários, que também participaram das capacitações (Junior; Amaral, 2008). Com relação ao conteúdo trabalhado, os temas abrangeram: as metodologias de ensino, a avaliação das aprendizagens e o trato com situações problema (Silveira *et al.*, 2016); o impacto do programa na vida profissional dos monitores esportivas, didática, currículo e outras disciplinas dentro do programa, o contexto de formação contínua e coletiva que se desenvolve e a oportunidade de exercer a prática pedagógica por meio da relação entre ação-reflexão-ação (Silva *et al.*, 2021); contato com a literatura da área (Reis; Oliveira, 2015); estudo de textos, vídeos e apresentações sobre referenciais ligados a temas de modalidades específicas (Reis, 2011).

Em um caso específico, os Núcleos de Esporte Educacional contaram com uma colaboração extra para as ações do programa, a partir de um contrato firmado entre o Ministério do Esporte e a Fundação Universidade de Brasília (FUB/UNB) para promoção de capacitações, modulares e semipresenciais, dirigida aos professores. Além disso, posteriormente, o mesmo convênio também estabeleceu parceria com o Instituto Ayrton Senna para a qualificação dos Recursos Humanos envolvidos (Ribeiro; Isayama, 2015).

A ausência da promoção de espaços para formação continuada também foi presenciada entre os estudos da amostra (Ribeiro e Silva; Silva, 2015; Pizani *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2020). De acordo com os apontamentos encontrados, esse é um fator passível de desencadear outros problemas no desenvolvimento dos Núcleos de Esporte Educacional como, por exemplo, o desconhecimento por parte dos estagiários sobre o planejamento pedagógico, planos de aula inexistentes ou não disponibilizados, promoção de atividades que não correspondem ao projeto e ações não compatíveis com a infraestrutura do núcleo (Pizani *et al.*, 2020).

5.2.13 Promoção da troca de experiência entre os participantes do programa

Os registros sobre as trocas de experiência entre as diferentes partes que podem estar envolvidas nos Núcleos de Esporte Educacional, foram localizados

nos estudos que encontraram bons processos de implementação durante suas observações (Neto; Rodrigues, 2007; Lorenzini; Santos, 2009; Colombo *et al.*, 2012; Reis; Oliveira, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Ribeiro, 2017; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020; Silva *et al.*, 2021). Sendo assim, nenhum estudo registrou a falta de espaços para a promoção da troca de experiência entre os participantes do programa.

Entre o conteúdo analisado, foram encontrados: espaços de sociabilização entre comunidades acadêmicas, em Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo Universitário (Gonçalves; Silva; Martins, 2018); entre alunos de diferentes convênios durante eventos interescolares, oficinas e festivais (Neto; Rodrigues, 2007; Lorenzini; Santos, 2009; Reis; Oliveira, 2015; Silveira *et al.*, 2016), entre os próprios professores e monitores, por meio de reuniões de trabalho para discutir os problemas encontrados no núcleo (Silveira *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2021); entre professores e alunos no mesmo núcleo, em rodas de conversa e na elaboração das intervenções desenvolvidas em grupo (Colombo *et al.*, 2012; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020); e entre professores, durante os ciclos de capacitações oferecidos pelo Programa Segundo Tempo (Ribeiro, 2017).

Percebe-se que os espaços para trocas de experiências favorecem o trabalho desenvolvido nos núcleos, podendo contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos alunos sobre práticas corporais consideradas não convencionais (Silveira *et al.*, 2016). Outros fatores positivos são a ampliação da amizade entre as crianças e a noção de responsabilidade em atuar com seus pares (Reis; Oliveira, 2015). Além disso, frente às considerações de uma professora que trabalhava em duas escolas simultaneamente, onde apenas uma recebia as atividades do Programa Segundo Tempo, também é possível considerar que esse indicador favorece o trabalho do professor, uma vez que proporciona diálogos entre os professores de Educação Física da escola (Silveira *et al.*, 2016).

5.2.14 Ampliação e melhoria da capacidade de atendimento de crianças e adolescentes em áreas de risco social

Na categoria que envolveu a ampliação e a melhoria no atendimento do Programa Segundo Tempo, voltaram a ser encontrados registros divergentes sobre a capacidade dos Núcleos de Esporte Educacional atingirem esse indicador em sua implementação (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Athayde, 2009; Santos, 2011; Kalinoski *et al.*, 2013; Santos, 2013; Souza; Souza; Castro, 2013; Bezerra, 2014; Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Possebon; Roos; Filho, 2015; Ribeiro; Isayama, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Silveira *et al.*, 2016; Moura, 2017; Santos; Mascarenhas, 2018; Lima; Modenesi, 2020).

Aspectos que favoreceram a ampliação do atendimento oferecido pelos Núcleos de Esporte Educacional foram verificados nos locais que possibilitaram: melhoria na estrutura física da escola que recebeu o núcleo do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Lima; Modenesi, 2020); atendimento de alunos com déficit intelectual, dificuldades físicas e/ou motoras significativas (Kalinoski *et al.*, 2013; Teixeira *et al.*, 2015); oferecimento de alimentação após as atividades do programa (Moura, 2017); possibilidade de inserção no mercado de trabalho, na área de educação física (Lima; Modenesi, 2020); oferta de programas esportivos e oficinas temáticas, incorporadas à matriz curricular da instituição de ensino (Ribeiro; Isayama, 2015; Silveira *et al.*, 2016); e parcerias com entidades públicas e privadas para suplementação de recursos e capacitação de recursos humanos (Junior; Amaral, 2008; Santos, 2013; Ribeiro; Isayama, 2015).

Por outro lado, nesse viés também foram encontradas observações sobre fatores que restringem o atendimento do programa. Observa-se que a baixa adesão de municípios de menor classe populacional, considerados de maior vulnerabilidade, por razões burocráticas e/ou falta de recursos, representa uma variável que pode interferir na descentralização dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo (Santos; Mascarenhas, 2018). Além desse, também foram citados como fatores limitantes: diminuição de impactos climáticos sobre os alunos durante as práticas (exposição ao sol, frio elevado ou índice pluviométrico) (Santos, 2011); problemas na estrutura física do núcleo, possibilitando a evasão (Moura, 2017); problemas na entrega de materiais e na remuneração de outros funcionários da instituição de ensino que também contribuíam nas atividades do programa, como as merendeiras escolares

(Moura, 2017); familiares não permitindo a participação das crianças nas atividades do núcleo (Rangel; Miranda; Lara, 2014); descumprimento do planejamento ou dos critérios definidos para o programa, seja por parte dos alunos (Bezerra, 2014) ou dos professores (Souza; Souza; Castro, 2013); reforço alimentar de baixa qualidade ou não oferecido (Athayde, 2009; Pereira, 2014); e ausência de transporte para crianças localizadas em comunidades afastadas (Pereira, 2014; Possebon; Roos; Filho, 2015).

Um argumento encontrado sobre a ampliação do atendimento no Núcleo de Esportes Educacional é a influência causada sobre a permanência dos alunos na instituição de ensino, observada por meio da diminuição da evasão escolar (Athayde, 2009; Moura, 2017). Além disso, de acordo como depoimento de coordenados do programa, a oferta de alimentação pode ser considerada como um dos principais motivos da permanência, fator que faz permanecer a visão assistencialista do Programa Segundo Tempo (Moura, 2017).

5.2.15 Adesão ao programa por famílias de comunidades pobres

De acordo com os estudos na amostra, a adesão dos familiares à participação dos alunos no Programa Segundo Tempo representou um elemento subjetivo para o desenvolvimento das ações, sendo um fator facilitador quando a implementação acontece em integração com a comunidade (Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Ribeiro, 2017; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019) ou uma barreira quando não permitem sua participação no planejamento das intervenções (Junior; Amaral, 2008; Athayde; Mascarenhas, 2011; Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Moura, 2017).

Nos contextos onde foi identificada a participação da família nas ações dos Núcleos de Esporte Educacional, os autores alegaram que houve uma melhoria dos níveis de conhecimento dos alunos, além do controle de estresse, ansiedade e frustrações, diminuição de preconceito, melhoria de motivação e autoestima, o que facilitou o aprimoramento das relações entre os participantes (Kalinoski *et al.*, 2013). Todavia, esse contexto não foi uma unanimidade entre os Núcleos de Esporte Educacional.

A falta de discussões foi considerada uma dificuldade para a implementação do programa em determinados municípios (Athayde; Mascarenhas, 2011;

Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014). Em alguns casos, apesar dos núcleos possibilitarem o acompanhamento da família, eles não exerciam influência sobre as estratégias utilizadas, não permitindo a análise sobre as diretrizes previstas nos documentos oficiais (Pereira, 2014; Moura, 2017). Em outras situações, os pais não deixavam as crianças participarem das ações do Programa Segundo Tempo em função da falta de transporte e da distância da sua residência com relação ao núcleo (Rangel; Miranda; Lara, 2014), ou por refutar a questão do convívio das meninas com os meninos no mesmo espaço (Junior; Amaral, 2008).

5.2.16 Crianças e adolescentes expostos a situações de risco social, praticando regularmente esporte educacional no tempo ocioso

Para a última temática, o indicador proposto pelo Modelo Lógico de Avaliação Metodológica considera a participação de crianças e adolescentes expostos a situações de risco social nas atividades do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Terra; Mascarenhas, 2010; Monteiro, 2010; Kalinoski *et al.*, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Gonçalves; Silva; Martins, 2018; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020).

Considerando as diretrizes do Programa Segundo Tempo, predominaram os registros sobre as atividades que atenderam crianças e adolescentes residentes de comunidades com os maiores índices de maior vulnerabilidade social. Apenas um estudo indicou não haver uma predominância de beneficiados nessa situação (Gonçalves; Silva; Martins, 2018). Entre os outros registros, observou-se um maior atendimento do público alvo estabelecido nas diretrizes do programa, promovendo a diminuição à exposição dos participantes a riscos sociais (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Terra; Mascarenhas, 2010; Monteiro, 2010; Kalinoski *et al.*, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019; Lima; Modenesi, 2020).

De acordo com o que foi observado, esse atendimento, atua para remediar os problemas sociais através da promoção de práticas esportivas, todavia, também pode reforçar a concepção de esporte como uma via salvacionista para a sociedade (Terra; Mascarenhas, 2010). Dessa forma, as ações contribuíram

para o atendimento de crianças, jovens e até mesmo adultos (Rangel; Miranda; Lara, 2014) residentes de comunidades carentes.

5.3 Síntese sobre a implementação

Concluindo a análise sobre os diferentes indicadores de desempenho, os autores destacaram problemas relacionados principalmente ao direcionamento na descentralização do programa (Monteiro, 2010; Neto; Santos; Starepravo, 2015; Reverdito *et al.*, 2016; Moraes *et al.*, 2017). Por esse motivo, essa questão foi escolhida para compor o roteiro de perguntas das entrevistas semiestruturadas. Outros fatores encontrados em diferentes situações problemáticas de implementação foram a entrega dos materiais esportivos (tanto dos kits como também aqueles destinados às atividades suplementares) e a adequação da infraestrutura dos espaços físicos (Junior; Amaral, 2008; Santos, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Souza, 2015; Silva *et al.*, 2019).

As barreiras relatadas com menor ênfase remetem aos casos em que: ocorreu a sobreposição de ações esportivas no município (Terra; Mascarenhas, 2010; Ferreira, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013); ocorreram dificuldades na gestão e continuidade dos convênios (Rangel; Miranda; Lara, 2014; Neto; Santos, Starepravo, 2015; Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro, 2017); os professores não seguiam as diretrizes pedagógicas do Programa Segundo Tempo, resumindo às atividades em práticas esportivas de determinadas modalidades (Monteiro, 2010); não houve acessibilidade para alunos que residem em regiões mais afastas, destacando que, em casos determinados, a falta de transporte foi relatada como a principal limitação para as ações do programa (Rangel; Miranda; Lara, 2014); a família dos beneficiados não foi envolvida pelo planejamento das ações estratégicas utilizadas (Pereira, 2014; Moura, 2017); o reforço alimentar era de baixa qualidade (Souza; Souza; Castro, 2013).

Com relação aos aspectos facilitadores para a implementação, os argumentos coletados destacaram a parceria com instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil e do terceiro setor (Neto; Rodrigues, 2007; Colombo *et al.*, 2012; Gonçalves; Silva; Martins, 2018), bem como a

implementação dos Núcleos de Esporte Educacional em locais de vulnerabilidade social (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Ferreira, 2012; Machado; Ribeiro, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019) e a adesão dos familiares (Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Ribeiro, 2017; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019).

O fornecimento regular de alimentação, o intercâmbio com outros núcleos através de competições esportivas, o desenvolvimento do projetos e campanhas esportivas e as vivências inspiradas em práticas esportivas diversificadas foram outros fatores que facilitaram a implementação do Programa Segundo Tempo (Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Ribeiro; Isayama, 2015; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Ao final da etapa de trabalho que corresponde à perspectiva sobre a implementação do programa, o diagnóstico pôde contribuir para que outros fatores de influência para o desenvolvimento do programa fossem agregados aos resultados obtidos até então.

6 ANÁLISE SOBRE OS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Tratando dos fatores que facilitaram ou dificultaram o desenvolvimento na avaliação do trabalho realizado nos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, o capítulo 6 considerou o conteúdo proveniente das entrevistas semiestruturadas. O primeiro tópico apresenta os registros obtidos por meio das falas dos representantes da Coordenação geral e da Equipe de Avaliação, enquanto o segundo engloba as explicações dos coordenadores das Equipes Colaboradoras.

6.1 Coordenação do Programa Segundo Tempo

Na primeira parte da análise das entrevistas, foram consideradas as falas dos gestores que atuaram na Equipe de Coordenação Geral e na Equipe de Avaliação do Programa Segundo Tempo. Diferente das Equipes Colaboradoras, a demanda de trabalho para as Equipes de Coordenação e Avaliação corresponderam a todo território nacional. A Equipe de Coordenação Geral era responsável pelo trabalho de todas as Equipes Colaboradoras, no que remete a divisão das tarefas, das equipes e dos territórios, enquanto a Equipe de Avaliação tratava dos conteúdos trabalhados nas capacitações e os critérios considerados nos Relatórios de Avaliação para as visitas in loco. Por esta razão, considera-se que suas experiências com relação aos processos de avaliação do Programa Segundo Tempo diferem das experiências dos gestores que coordenaram as Equipes Colaboradoras.

Mantendo a ordem das temáticas elaboradas para a entrevista piloto, as primeiras questões abordaram o histórico dos entrevistados enquanto colaboradores do Programa Segundo Tempo. Sobre o período de atuação e os cargos ocupados durante sua passagem, o representante da Coordenação Geral alegou que esteve diretamente envolvido na criação das equipes colaboradoras.

A partir de 2007, quando começou todo um processo de pensar o Programa Segundo Tempo e reestruturá-lo pedagogicamente, para avançar com ele. Estive até 2018, 2019, mas já com menos intensidade. [...] eu era coordenador pedagógico do programa, chefe das Equipes Colaboradoras. Eu criei toda a estrutura do Programa

Segundo Tempo, as equipes e tudo mais (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

A fala do entrevistado indica uma possível ruptura ou ponto de mudança no desenvolvimento das ações do Programa Segundo Tempo. De acordo com as informações, sua participação foi requerida no ano de 2007, durante um momento de reestruturação que englobou a criação das Equipes Colaboradoras e a publicação dos fundamentos pedagógicos do programa. O entrevistado não informou quais fatores envolveram sua entrada, mas evidencia que essa foi uma ação pensada para desenvolver a metodologia que vinha sendo utilizada. Além disso, com base nas afirmações apresentadas, é possível estimar o tempo de existência das Equipes Colaboradoras (2007 a 2019), mesmo que o início e o fim deste período não tenham sido regulamentados por normativas específicas.

Ao contrário do representante da Coordenação Geral, que alegou ter trabalhado exclusivamente na Equipe de Coordenação Geral durante seu tempo de contribuição para o programa, o representante da Equipe de Avaliação indicou ter atuado em diferentes instâncias, trazendo informações que ajudaram a compreender os eventos que sucederam a criação das Equipes Colaboradoras.

Eu comecei a fazer parte entre 2010 e 2011, mais ou menos. Iniciei como coordenador de uma equipe colaboradora no Rio de Janeiro, junto com outra equipe que a [CITADO 1] coordenava. Depois de um longo tempo como coordenador da Equipe Colaboradora, ficamos só com uma equipe no Rio de Janeiro e eu fui montar uma nova equipe para pensar um desenho de avaliação. Começamos um ano antes do término do segundo mandato do governo Dilma. Nós montamos uma equipe realmente de avaliação, que trabalhou pesado durante um ano, um ano e pouco. Discutindo com as demais equipes, com a gestão, com todas as instâncias que administravam o programa, para discutir exatamente qual eram as entregas do Programa Segundo Tempo para a sociedade. E aí nós fizemos um modelo, chegamos a fazer um teste do modelo. Mas aí o governo Dilma caiu quando a gente ia fazer a implementação do desenho da avaliação de forma amostral em nível nacional [...] quando entra o governo Temer, há uma redução drástica das equipes. As Equipes Colaboradoras foram reduzindo, só ficou basicamente o Forças do Esporte, que era o Segundo Tempo nas escolas militares, né? Então, foi mais ou menos isso. (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Pensando na cronologia dos fatos apresentados até este momento, é possível considerar que o processo de crescimento do número de Equipes Colaboradoras, que aconteceu em função do aumento na demanda de trabalho

do Programa Segundo Tempo, pode ter durado cerca de oito anos. Isto porque o ano que antecedeu o término do mandato presidencial da ex-presidente Dilma Rousseff corresponde à 2015, logo, considerando também o que relatou o representante da Coordenação Geral, a perspectiva é que esse período tenha ocorrido entre 2007 e 2015. Na fala do representante da Coordenação Geral, ele descreveu seu ponto de vista sobre o trabalho das Equipes Colaboradoras:

Dentro da lógica do que nós queríamos, a equipe colaboradora é uma equipe que vai colaborar com o sujeito que está lá na ponta. As filosofias tinham que ser passadas por intermédio do material pedagógico que nós criamos e das estruturas que nós tínhamos com as Equipes Colaboradoras. Elas, por sua vez, deveriam trabalhar com esses profissionais que estavam na ponta (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Complementando as informações apresentadas na fala do representante da Equipe de Coordenação Geral, também foi possível encontrar uma descrição semelhante na argumentação desenvolvida pelo representante da Equipe de Avaliação.

A Equipe Colaboradora era uma equipe de monitoramento que tentava dar feedbacks baseados na pedagogia. Não é sobre a aula, é sobre a organização da aula junto aos professores. Controlavam se o lanche estava sendo distribuído, se os núcleos estavam funcionando (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Com as definições apresentadas, compreende-se como os diferentes grupos de trabalho envolvidos na etapa de avaliação do Programa Segundo Tempo se organizavam para fazer com que a metodologia planejada pudesse ser assimilada e aplicada nos Núcleos de Esporte Educacional. A estrutura era composta por três níveis de trabalho, na qual a Equipe de Coordenação Geral e a Equipe de Avaliação ficavam mais próximas do âmbito da administração política, as Equipes Colaboradas articulavam as demandas requeridas pelo Ministério ao trabalho realizado nos núcleos e, no setor finalístico das ações, professores e monitores aplicavam a abordagem definida pelas instâncias superiores.

Em um segundo momento, após a ampliação das Equipes Colaboradas e da divisão das demandas territoriais em todo o país, começou-se a pensar sobre a criação de outras instâncias de articulação dentro do programa, para construir

um desenho de avaliação que pudesse evidenciar as entregas das ações nos Núcleos de Esporte Educacional, o que levou a criação da Equipe de Avaliação.

Nessa Equipe de Avaliação, nós passamos a perguntar qual era a grande entrega do Segundo Tempo. Aí nós chegamos à conclusão que a grande entrega era uma pedagogia de educação para o esporte. A Entrega, então, é a qualidade da aula e do treinamento que nós dávamos ao professor da ponta, então a gente passou a ter como meta medir qual era a distância entre a prática do professor no núcleo em relação à pedagogia Segundo Tempo. Por isso nós criamos um curso de capacitação e um modelo de avaliação. A primeira coisa que nós íamos fazer antes da capacitação dos docentes era uma espécie de pré-teste de conhecimentos da pedagogia. Aí a segunda etapa seria a aplicação do curso de capacitação, que não era a nossa equipe que dava, as Equipe Colaboradoras faziam isso. Tiveram vários modelos em EAD, presencial, etc. Nos reaplicaríamos depois de um tempo o mesmo teste que nós aplicamos no pré-teste. Para observar se a capacitação aumentava ou não o grau de conhecimento dos professores em relação à pedagogia. Então, esse era um pacote de avaliação [...] nós fizemos o teste em alguns núcleos, né? Para testar o instrumento. E foi interessante que as vezes tinha pouco efeito. Em alguns núcleos surtiu efeito, mas eu não posso te afirmar porque a gente não conseguiu trabalhar com isso em termos amostrais. A ideia era ter um cálculo amostral na totalidade dos núcleos por regiões e aplicar para ver (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Na conjectura apresentada, as ações da Equipe de Avaliação preconizavam a dimensão pedagógica do Programa Segundo Tempo, por considerar que uma abordagem metodológica de qualidade poderia beneficiar tanto os alunos contemplados pelo programa, como também os profissionais que atuavam nos Núcleos de Esporte Educacional. A partir daí surgem os primeiros processos de capacitação, um trabalho que era estruturado pelos membros da Equipe de Avaliação e entregue pelas Equipes Colaboradoras.

Juntamente aos testes que deveriam ser aplicados no início e ao final do processo, as capacitações faziam parte do primeiro pacote de avaliação formulado para o Programa Segundo Tempo. Essa preocupação inicial com a aptidão dos profissionais atuando nos núcleos para lidar com o esporte em uma abordagem educacional, também foi justificada na fala do representante da Coordenação Geral:

Por quê? Porque o nosso profissional ainda é frágil. Não estou culpabilizando o profissional, mas ele não tem muito compromisso com a proposta. A gente tem muitos relatos valorizando bastante o Programa Segundo Tempo, mas a gente sabe muito bem que as fragilidades acontecem dentro dessa do “rola a bola”, né? [...] não era para dar nenhum curso de graduação para ele, era apenas um

nivelamento, já era um profissional qualificado, né? Então olha, a gente só quer que você preste atenção na questão da inclusão, né? Nas questões de gênero, na questão do esporte formativo, da variabilidade de atividades na data da atividade. Do companheirismo e explicaram o espírito rico que o esporte tem para ensinar os valores, as crianças, né? [...] a gente não queria que ele fosse lá para fazer treinamento ou preparar atleta, né? Se ele pudesse descobrir algum atleta, aí ele poderia encaminhar, mas ele tinha que atender aos 100% do grupo, né? (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Segundo o representante da Equipe de Avaliação, o pacote completo não pôde ser testado em todo território brasileiro por conta dos eventos que envolveram a administração política nacional após o ano de 2015. Com relação a essa falta de tempo hábil para verificar a efetividade do método planejado, o representante da Coordenação Geral também destacou que:

Isso acabou acontecendo mais no final do programa, uma avaliação mais pedagógica que nós acabamos produzindo, mas deu muito pouco tempo para a gente levantar dados, né? Mesmo com isso, nós oficializamos esses instrumentos pedagógicos. Não foi possível que nós acabássemos fazendo essa avaliação como um todo, apenas deixamos os instrumentos para que a gente pudesse verificar o quanto a qualidade das aulas estão se desenvolvendo, por meio de uma auto avaliação, inclusive das pessoas que estavam à frente do programa na no dia a dia (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Na explicação sobre a sua entrada no Programa Segundo Tempo, o representante da Equipe de Avaliação também começou a falar sobre a organização do trabalho dentro da equipe e suas demandas com relação aos processos de capacitação, justamente o assunto que representa a segunda temática definida para o roteiro de perguntas. No que remete a perspectiva da Equipe de Coordenação Geral sobre o tema em questão, a entrevista pôde apurar que:

A nossa equipe era a equipe central, que ficava mais em Brasília. De lá nós coordenávamos todo o trabalho em nível nacional. As nossas Equipes Colaboradoras eram responsáveis por verificar os processos de capacitação. Obviamente que nós recebemos todos os relatórios, a gente sabia como que as coisas estavam andando. Nós estruturamos todas essas capacitações e atuamos nas capacitações. Obviamente, nem sempre contou comigo, mas as equipes eram responsáveis por aquilo que nós determinávamos que eles deveriam fazer. A gente tinha uma avaliação do desempenho das Equipes Colaboradoras, né? Então, administrativamente a gente sabia quantas reuniões eles faziam, qual a qualidade do material que as equipes tinham produzido, tinha também um retorno deles sobre o desempenho dos núcleos e dos convênios que nós tínhamos lá na ponta. Aí, gradativamente a gente foi aprimorando todo o processo, para que se tornasse cada vez

mais eficiente. Então nós produzimos todo o material pedagógico que era trabalhado durante o processo das capacitações [...] na verdade, não eram capacitações, eram formações. A gente chamava para um momento de nivelamento com a política que a gente queria e com as ações filosóficas e pedagógicas idealizadas para o programa, para que o professor que fosse atuar e o monitor que fosse atuar lá na ponta, entendesse que o Segundo Tempo trabalha com um esporte de formação, esporte integrador. A gente esperava que fosse inclusivo, e não seletivo (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Na colocação apresentada pelo representante da Equipe de Coordenação Geral, ele traz para o seu grupo a realização de um trabalho administrativo e de supervisão sobre as ações tomadas pelas outras equipes, mantendo a coerência com relação às outras informações levantadas. Ao afirmar que “nós estruturamos todas essas capacitações e atuamos nas capacitações [...] nós produzimos todo o material pedagógico que era trabalhado” (COORDENAÇÃO GERAL), pode-se pensar que ele estivesse se referindo a uma demanda de trabalho que, teoricamente, seria de responsabilidade da Equipe de Avaliação. Todavia, o entrevistado em questão esteve envolvido, de fato, na autoria do material que embasava toda a dimensão pedagógica do programa, o qual foi publicado no ano de 2009.

Todo o material que a gente produziu pedagogicamente era detalhado durante as capacitações, nas formações que a gente oferecia, todo mundo tinha acesso a esse material. Na verdade, o Brasil todo tem acesso a esse material, ele é disponibilizado nos sites, né? Tanto do Ministério quanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ele é disponível gratuitamente para todo mundo. Tanto é que os últimos materiais nossos serviram de base para a BNCC. Quando nós tivemos um convênio muito grande com o Ministério da educação. A proposta do Programa Segundo Tempo foi a mais valorizada dentro do processo (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Para além dos processos de capacitação e da criação do material pedagógico, na entrevista com o representante da Equipe de Avaliação foi possível ter acesso a informações sobre uma outra dimensão do processo avaliativo, que não chegou a ser consolidado na prática. No modelo planejado, haviam outros dois pacotes que compunham o processo de avaliação que estava sendo desenvolvido para o Programa Segundo Tempo, contando com instrumentos validados academicamente, mas que não puderam ser testados em larga escala.

A segunda coisa que nós estávamos trabalhando era o pacote de observação de aulas, no qual nós montamos uma formação para quem fossem os avaliadores. Os avaliadores tinham que observar uma aula padrão do Segundo Tempo, então nós treinávamos algumas equipes de avaliadores. Fizemos até um trabalho em Volta Redonda com isso, para eles usarem um instrumento de observação de aula. Esse instrumento tinha 23 indicadores, tentava mapear as principais características da pedagogia do Segundo Tempo, do ponto de vista didático, dos conceitos e conteúdos mais importantes para a pedagogia do Segundo Tempo. Nessa ficha de avaliação você tinha uma escala, uma descrição do que é a presença, presença parcial e ausência do indicador de observação. Você imagina que se a gente fizesse um trabalho amostral ou de senso no Segundo Tempo, nós poderíamos ter isso no Brasil inteiro, porque essa ficha de observação era matematizada. Por trás nós tínhamos os cálculos, nós tínhamos pesos diferentes para cada indicador, esse instrumento foi construído com todas as Equipes Colaboradoras [...] se a gente tivesse conseguido aplicar em termos nacionais, eu poderia te dizer, por exemplo, “na região norte, a maioria dos professores não introduz a aula, começa a aula diretamente”. Eu teria elementos para repensar a capacitação e saber onde reforça as coisas [...] poderia dizer que as aulas contemplam 70, 80% ou 90% de todos os indicadores da pedagogia e do modelo didático do Segundo Tempo. Então esse era o pacote de observação de aula, seriam observações de 2 ou 3 aulas. Essas equipes não seriam as mesmas Equipes Colaboradoras, seriam equipes reunidas para avaliar o programa [...] a ficha das Equipes de Avaliação observaria a qualidade das aulas, como o material era usado em função da aula. A ideia seria medir o que o programa entrega, o que o governo central entrega, além de material, além de recursos. O governo central entrega capacitação e um modelo pedagógico (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

No modelo idealizado pelo planejamento da Equipe de Avaliação, a produção de uma análise avaliativa pelas Equipes Colaboradoras não seria o procedimento mais indicado, tendo em vista que o trabalho de uma equipe fixa, responsável pelos convênios de um território específico, daria espaço para a criação de vínculos que poderiam enviesar o processo avaliativo. Dessa forma, a ideia seria organizar equipes de avaliadores temporários que passariam por um treinamento envolvendo os exercícios avaliativos previamente planejados. Ainda assim, continuaria existindo uma Equipe de Avaliação central, em uma instância superior, para definir e readequar os critérios de avaliação com o passar do tempo. Também se observa, pela primeira vez, a menção sobre o uso de indicadores no sistema das Equipes Colaboradoras, ferramenta que embasou a primeira tentativa de sistematização de um modelo de avaliação para o programa, produzida em 2006 pelo IPEA. Esmiuçando os aspectos que envolveram a organização do trabalho das Equipes de Coordenação e de

Avaliação, é possível encontrar pontos similares nas diferentes propostas avaliativas.

Juntamente aos pacotes de avaliação e de observação das aulas, o representante da Equipe de Avaliação também cita uma terceira etapa do modelo avaliativo, o pacote de percepção dos beneficiados sobre as entregas do Programa Segundo Tempo.

O terceiro pacote era de percepção dos alunos em relação aos valores e aprendizagem que eles tinham no segundo tempo, nós tínhamos um instrumento Internacional que foi validado e traduzido para o Brasil. Né? Era o terceiro pacote da nossa avaliação. Esse pacote incluía a aplicação de um questionário para os pais, para verificar a satisfação, o que os pais observaram de mudança ou não dos alunos no Segundo Tempo. Então, a gente já avaliava a percepção dos alunos e a percepção dos pais. A efetividade da capacitação e a qualidade das aulas. Então, o Programa Segundo Tempo entregava todo um modelo pedagógico, um modelo de capacitação, modelo que a gente foi avaliar fundamentalmente se a capacitação tinha efetividade e se a capacitação se refletia na qualidade das aulas. Isso considerando a outra ponta, né? Que são os alunos. Já que a gente não tem o controle da adesão, que seria um dado indireto, saberíamos se eles gostam, se eles estão validando ou invalidando o programa. Eram outras possibilidades de avaliação, diferente daquele modelo que o grupo da [CITADO 2] fez em 2006 (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Se na segunda etapa do processo avaliativo planejado pela Equipe de Avaliação o pacote de observação apresentava aspectos semelhantes ao modelo proposto pelo IPEA, nessa parte da conversa o entrevistado cita uma outra proposta avaliativa pensada para o sistema das Equipes Colaboradoras, a qual, segundo ele, não foi contemplada pelo Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo. O representante da Equipe de Avaliação não deixa claro qual equipe seria responsável por essa etapa do processo avaliativo, mas reforça a preocupação que seu grupo de trabalho tinha em evidenciar as entregas do programa para a sociedade.

Ao citar o Modelo Lógico de Avaliação Metodológica produzido pelo IPEA, tornou-se oportuno perguntar o que mais o representante da Equipe de Avaliação sabia com relação a este material, e se em algum momento ele foi tomado como referência para o trabalho das Equipes Colaboradoras.

A gente conheceu, a gente leu esse material. Não só esse material, como o material do Ministério público todo sobre avaliação de políticas públicas. Nós tivemos acesso a ele sim, mas nós julgamos que aquele modelo não trabalhava o que nós queríamos. Quando você vai fazer

uma Avaliação de política pública, qual é a principal coisa que você faz? Perguntar qual foi a entrega. Então, aquele desenho de avaliação, embora bem feito, tinha um problema na nossa leitura. Eu lembro que a gente leu, estudou, mas ele tinha um problema de não fazer a pergunta básica, o que o programa entregava? Você pode dizer assim, ali se entrega a adesão dos alunos às aulas do núcleo, os alunos têm uma frequência alta, então o programa tem efetividade. Mas nós não podíamos avaliar isso, porque esse dado não existia. Esse dado não tinha precisão. Entendeu? A gente começou a estudar formas de ser eletrônico, mas não tinha precisão. O relatório é fantástico, mas a gente viu que aquilo não se aplicava ao atual estágio do programa e como a gente vinha de uma equipe colaboradora, a perguntar era, o que que a gente pode avaliar e qual é a principal entrega do programa? (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Nessa parte da conversa com o representante da Equipe de Avaliação, foi possível compreender com maior precisão a diferença entre o trabalho realizado pelas duas equipes que estiveram envolvidas com a etapa de avaliação do Programa Segundo Tempo. Na perspectiva dos gestores envolvidos após a criação das Equipes Colaboradoras, o material produzido pelo IPEA estaria direcionado à realização de um monitoramento sobre a implementação, ou pré-avaliação, do trabalho desenvolvido nos Núcleos de Esporte Educacional. Nesse sentido, a matriz dos indicadores de desempenho poderia contribuir para o desenvolvimento de uma análise sobre a entrega de materiais, o nível de capacitação dos recursos humanos envolvidos ou a relação quantitativa entre o número de convênios e núcleos implementados pelo Brasil. Contudo, essa análise não conseguiria evidenciar as entregas do programa enquanto uma política pública de fomento às práticas esportivas educacionais.

Chegando ao último tema definido para o roteiro de perguntas, a parte final de ambas as entrevistas abordaram as barreiras e os facilitadores encontrados durante o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, começando pelo conteúdo que pôde ser extraído das etapas anteriores do trabalho. Seguindo a mesma ordem aplicada na entrevista piloto, a primeira pergunta considerou o fator da continuidade para as ações desenvolvidas nos Núcleos de Esporte Educacional. Sabendo que a duração dos convênios tinha o período de dois anos, e considerando os argumentos anteriores sobre a dificuldade dos gestores esportivos municipais em lidar com os processos burocráticos do programa, foi questionado se esse período seria suficiente para o desenvolvimento de todas as etapas envolvidas na política pública em questão

e se isso afetava a continuidade das ações de alguma forma. Sobre esse assunto, o representante da Coordenação Geral disse:

Sempre limitou, isso sempre foi um problema. Numa gestão pública em nível nacional se tem muitas exigências burocráticas, porque infelizmente, se não existir essa exigência burocrática, o dinheiro não vai chegar até onde tem que chegar. E com a criança lá na ponta, ele sai no meio do caminho, então, infelizmente, esse tipo de prática precisa ser revisitado e reorganizado no nosso programa em termos de gestão, em termos de avaliação. Na gestão pública, um município só vai acabar tendo dinheiro depois que ele estiver com as suas contas em dia. Infelizmente, os municípios não têm as suas contas em dia, ou eles têm problemas na saúde, ou eles têm problemas na educação, ou eles têm um outro problema na habitação. Aí essas normativas que o Ministério exige acaba comprometendo a liberação da verba. Ou seja, ele era contemplado, o Ministério do Esporte destinava para ele um determinado dinheiro e esse dinheiro ficava contingenciado. Ele sai do bolo central do nosso programa e fica guardadinho para ele a partir do momento que ele entrega todos esses documentos. O que acabava acontecendo? Ficava um ano, dois anos, e o camarada não dava conta de fazer essas coisas. Aí a gente acabava perdendo no Ministério do esporte esse dinheiro, porque esse dinheiro, depois contingenciado, não voltava mais ao Ministério do esporte. Ele voltava para o bolo central do órgão federal, né? Do Ministério da fazenda. Ou seja, a gente perdeu muito dinheiro que acabou não sendo utilizado pelas nossas crianças por conta de uma má gestão que esses municípios tinham [...] é óbvio que tem falhas, né? O Ministério poderia se preparar melhor para fazer um meio de campo para facilitar essa condição do conveniamento. Qualificar melhor os seus parceiros e oferecer um acompanhamento mais de perto. Mas não é fácil, exige uma estrutura bastante grande, porque o nosso país é muito grande, não é? Nós temos mais de 5300 municípios no país e a grande parcela deles é muito frágil no que diz respeito à gestão (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

A fala do entrevistado descreve uma situação na qual o outro lado do convênio necessitava do repasses de recursos do Ministério para poder dar início ao desenvolvimento das ações. Para tanto, além de cumprir com todas as demandas burocráticas envolvidas na implementação do Programa Segundo Tempo, o município também deveria estar em regularidade com o restante de seus débitos, o que parece ter sido um problema para as gestões mais vulneráveis.

A política do Programa Segundo Tempo era uma política indutora, não permanente. Ela serviria como uma política para estimular os municípios e os estados a enxergarem o valor que o esporte tem para integração e para inclusão das crianças. Eles utilizavam isso num determinado período político, mas na hora que estava chegando no final, que eles tinham toda uma burocracia para dar continuidade, as vezes existindo até mesmo a necessidade de injetar dinheiro do próprio município ou do estado, eles abandonavam a proposta. Pelo menos foi

essa a percepção que nós tivemos ao longo de mais de doze, treze anos à frente do programa. Infelizmente, dentro das políticas públicas, a gente sabe muito bem que nem sempre há uma continuidade dessas ações quando não se tem uma verba. O gestor utiliza, mas depois que ele precisa dar a continuidade com as verbas do próprio município, eles isolam. Eles não dão esse fator de continuidade. É um problema sério que a gente tem no país, né? Lá em 2007 a gente fazia convênio com ONGs, né? Então as ONGs davam uma continuidade um pouco maior, entretanto, com uma série de problemas administrativos que essas ONGs tiveram, foi cortado (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Em tese, seria conveniente para o gestor de esporte estadual ou municipal estabelecer um convênio com o Programa Segundo Tempo e administrar o recurso entregue pelo Ministério para dar início ao planejamento das suas próprias ações esportivas, ao invés de desenvolver todo o desenho de uma política pública de esporte começando do zero, processo que envolveria, entre outras coisas, a captação do próprio recurso para o desenvolvimento das ações.

De acordo com o representante da Coordenação geral, esperava-se que a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional fomentasse a formulação de outras políticas públicas destinadas ao esporte educacional, para fazer com que a cultura esportiva pudesse ser integrada na formação da criança e do adolescente enquanto cidadãos em sociedade. Todavia, a realidade encontrada revela um certo otimismo na idealização do programa, tendo em vista que as ações planejadas esbarram nas práticas de gestão administrativas do poder público, principalmente dentro da esfera municipal. Diante das dificuldades encontradas, o simples fato de fazer com que o programa chegasse a ser implementado nos municípios mais vulneráveis e de difícil acesso pareceu ser significativo para os gestores entrevistados.

Na verdade, é como o [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL] dizia, era um programa que se trocava a roda do caminhão com ele trafegando na estrada. Então o programa foi tendo várias reformulações, gerou materiais de várias naturezas. Esse é um outro problema quando você monta uma política pública em alguns países. É muito legal você propor a política, mas você não avalia a implementação dessa política? No Brasil nós temos um problema, na verdade em vários países, não só aqui. Os programas são idealizados sem que esteja associado a um pacote de avaliação. Tanto é que o pacote de avaliação do Programa Segundo Tempo vai surgir quase no final do programa, Né? Ou seja, você tinha monitoramento e era uma espécie de avaliação interna, mas você vê que o próprio nome da equipe se chamava Equipe Colaboradora. O desenho ideal é você propor a política e ter um pacote de avaliação independente para monitorar e para avaliar a política, quando você propõe e que sejam equipes. No nosso caso, era uma Equipe de Avaliação de dentro.

Então nós queríamos medir se o trabalho da política do segundo tempo tinha efetividade ou não (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Outra possível barreira, detectada antes do início da realização das entrevistas, remete ao do direcionamento na descentralização dos convênios e dos Núcleos de Esporte Educacional. Começando pela fala do representante da Equipe de Coordenação Geral, constatou-se que:

O que acontece é que esses municípios que têm maior vulnerabilidade, não é só uma vulnerabilidade da sua população, mas da sua gestão também. Então, o que a gestão central poderia fazer? Ela própria criar mecanismos que pudesse fazer uma gestão mais compartilhada e preparar melhor esses municípios. Nós criamos políticas, inclusive, de capacitação dos gestores municipais, que era o sistema de conveniamento. O governo central lançou uma plataforma onde todos os convênios deveriam estar incluídos dentro dessa plataforma. Os municípios tinham que fazer os seus cursos de formação para poder colocar todos os seus possíveis convênios dentro dessa plataforma. Isso gerou um problema, mas eu acredito que era um problema necessário para que todo o controle fosse realmente feito de forma adequada. Os municípios mais deficitários tinham muitas dificuldades em relação a essas questões naquele período, né? Da questão da informática, do seu quadro de pessoal para poder organizamos formações a nível nacional, para que eles pudessem minimamente pleitear o convênio. Se a gente conseguisse que os gestores municipais se atentassem para a importância de valorizar um processo de conveniamento, talvez fosse mais fácil (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Na fala do representante da Equipe de Coordenação Geral, fica claro que existia uma preocupação em fazer com que as ações fossem direcionadas de forma a atender os locais de maior vulnerabilidade no país, entretanto, percebe-se que essa tarefa extrapolava os limites do trabalho que poderia ser desenvolvido pela Equipe de Coordenação Geral do Programa Segundo Tempo. A consolidação dos convênios também dependia do trabalho dos gestores esportivos que atuavam no âmbito estadual ou municipal, os quais, por vezes, não possuíam a expertise necessária para resolver as questões burocráticas que envolviam todo o processo. Compreende-se que a capacitação dos gestores envolvidos nessa instância demanda um trabalho que não corresponde às atribuições da coordenação do programa. Nesse sentido, a fala do representante da Equipe de Avaliação reforça a argumentação.

Os núcleos tinham que desempenhar sua própria gestão, era muito difícil ter o controle da frequência dos alunos. Isso era um dos

problemas para avaliação, porque você poderia medir o nível de aderência ou de adesão dos alunos aos núcleos. Isso ajudaria muito a pensar o que tinha de efetividade em termos nacionais, em termos regionais. Era impossível ter essa documentação porque, por mais que o desenho do programa exigisse um controle de frequência, isso na diversidade do território nacional, na diversidade dos núcleos, era impossível. Porque você chegava, por exemplo, vamos pegar a cidade de Três Rios. Você chegava em Três Rios e o cara dizia: “o núcleo 35 está funcionando de 8 às 11 da manhã”. Você chegava lá, às vezes não tinha o núcleo funcionando, ou chegava e tinham pouquíssimos alunos (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

No trecho da entrevista, é possível encontrar outros fatores que agregam complexidade para os modelos de gestão descentralizada. Se um grupo não consegue dar conta do trabalho que remete à sua instância de atuação, isso se torna um problema para toda a organização do trabalho. Dessa forma, por mais que o desenho avaliativo planejado pela Equipe de Avaliação contemplasse todas as dimensões de trabalho no Programa Segundo Tempo, não seria possível garantir a existência de uma consonância entre o trabalho realizado por todas as equipes envolvidas.

Além dos problemas que tangem a descentralização dos convênios e a continuidade das ações nos Núcleos de Esporte Educacional, o representante da Equipe de Avaliação conta que os problemas envolvendo a contrapartida dos convenientes também são encontrados com relação à infraestrutura selecionada para implementação do programa.

O problema nesses programas é que você não tem um padrão mínimo de infraestrutura para funcionar. O programa dava material de qualidade, o problema é que você dá a bola de basquete e o professor vai para um terreno baldio, que não tem com a bola quicar com constância. Você da rede de voleibol, mas nem sempre tem o poste. O programa não tinha a contrapartida que se exigia dos municípios, e os nossos municípios são muito variados em termos de condições socioeconômicas, não tinha um padrão mínimo da infraestrutura para funcionamento do Segundo Tempo. Não quer dizer que não tinham aulas excelentes e bons trabalhos em locais descampados, em locais precários. Mas aí você tem que jogar com a qualidade e com a dedicação daquele professor. Ou seja, é mais difícil. Você imagina que alguns núcleos funcionavam tipo onze da manhã. Um professor tinha que se deslocar com água, com lanche, então tem todo um problema de logística nesse tipo de programa. Era difícil ter algum tipo de estabilidade em termos climáticos. O mesmo em termos de segurança. Esse é um dos problemas do monitoramento da política, porque ela não tinha um padrão mínimo de infraestrutura para funcionar. Então, o desenho da política era caro e barato ao mesmo tempo. Porque ele não investia em infraestrutura, que é o mais caro, né? Ele investiu em capacitação docente, em capacitação dos núcleos, em capacitação da gestão dos núcleos. Essa era o direcionamento, ele dava dinheiro,

capacitava e monitorava. É essa a ideia do programa (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

Por último, um problema relatado por ambos os entrevistados dessa categoria de análise diz respeito a demanda de trabalho dos professores contratados para atuar nos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo.

O professor tem uma grande parcela dentro desse processo. As aulas, sempre as mesmas coisas. Falta de um evento culminante, falta de um trabalho mais qualificado junto com as crianças, por mais que a gente tenha feito todo um trabalho na qualificação, então, a gente só tinha profissional graduado trabalhando no curso. Né? No trabalhando junto com as crianças. Tínhamos os monitores, que ficavam a serviço desse profissional para colaborar, então a gente já entendia que o nosso processo de formação era apenas um nivelamento (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Além das colocações apresentadas pelo entrevistado da Coordenação Geral, a explanação do representante da Equipe de Avaliação complementou a percepção sobre as dificuldades que envolvem o trabalho docente nos Núcleos de Esporte Educacional.

Inicialmente, o contrato dos professores foi mudado, com uma espécie de complementação salarial. E aí o professor dava o Segundo Tempo, às vezes dentro da aula de educação física, era uma forma de melhorar o salário do professor. Então você tem mais problema desse tipo, do ponto de vista pedagógico é fantástico, do ponto de vista das relações profissionais, ele é um tipo de programa que torna precário o trabalho docente. Os professores eram entusiasmados, coisa e tal, mas a gente sabe que as pessoas tinham alta dificuldade. Por quê? Porque, como a remuneração é muito baixa, quando o professor arruma alguma coisa melhor, sai. Então, esse foi o mesmo problema de outra política pública do governo, PT, que foi o “Mais Educação”. Nós estudamos isso, era uma forma de ter dinheiro na escola. Mas era um programa precarizado, no qual as oficinas funcionavam com trabalho voluntário, entre aspas, né? Na verdade, não era voluntário, era um estagiário. Docentes que não estavam totalmente inseridos no mercado, assim que pinta alguma coisa no mercado, sai. Né? E aí, a única vantagem para a escola que ela tinha um dinheiro direto do “mais educação” para ela comprar impressora, montar a infraestrutura básica que nós não temos na escola. O Programa Segundo Tempo não é a mesma coisa, porque ele atuava em cooperação com as escolas. E nem sempre ele precisava estar vinculado a alguma escola, mas ele teria que atender os alunos no contra turno escolar. Então, o Segundo Tempo pegava os professores no seu horário ocioso, funcionava como um bico para professores recém-formados. Então o programa é muito complexo, não

é? Ele foi mudando muitas coisas no processo. Porque chegou à conclusão que botava muito dinheiro na capacitação e a prefeitura dava pouca contrapartida. Então era melhor que a prefeitura arrumasse o local. A vantagem desse primeiro modelo de capacitação é que quem entrava na capacitação ia até o final. Depois que as capacitações passaram a ser feitas a partir das prefeituras, nós tínhamos um problema. O cara está na sua cidade e diz, olha, eu vou ter que dar uma aula, vou voltar. Aí você tinha um problema de negociação, de gestão muito mais complexo, é complicado (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Após descrever a perspectiva dos gestores que atuaram na Coordenação Geral e na Equipe de Avaliação do Programa Segundo Tempo sobre a etapa de avaliação das ações desenvolvidas nos Núcleos de Esporte Educacional, foi possível compreender, de forma mais aprofundada, como o programa se desenvolveu após a criação das Equipes Colaboradoras. A partir do estabelecimento de uma fundamentação pedagógica para direcionamento das ações, é possível perceber um aumento na preocupação com os processos de avaliação sobre a implementação dos convênios, considerando a necessidade de se verificar se o conteúdo entregue nas instâncias finais da organização do programa estava de acordo com as demandas solicitadas pelo Ministério. Na segunda categoria de análise, considera-se a perspectiva dos gestores que atuaram como Coordenadores das Equipes Colaboradas do Programa Segundo Tempo.

6.2 Coordenadores das Equipes Colaboradoras

Na análise sobre as entrevistas junto aos representantes das Equipes Colaboradoras, buscou-se encontrar uma perspectiva mais aproximada da realidade sobre a articulação dos fatores que envolveram o processo avaliativo planejado para o Programa Segundo Tempo. Se na sessão anterior as entrevistas proporcionaram um maior aprofundamento sobre as informações que correspondem ao processo de construção de uma modelo avaliativo, com os entrevistados selecionados para a segunda categoria a atenção esteve direcionada para compreender como a avaliação se conjecturava nas instâncias finalísticas do programa.

Seguindo a mesma organização do roteiro de perguntas desenvolvido para os representantes das equipes de Coordenação e Avaliação, inicialmente os entrevistados foram questionados sobre a forma como eles começaram a trabalhar no programa.

Eu participei desde o início da implantação das equipes, penso que isso se deu por volta de 2009. A partir daí eu fiquei vinculado ao programa sempre como membro da Equipe Colaboradora [...] sou professor da Universidade Federal do Amazonas, hoje aposentado. Naquela altura, professor efetivo, né? Fui contatado pelo professor [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL], eu não o conhecia, ele me explicou muito rapidamente qual era o perfil do programa, quais eram os objetivos e, no caso, qual seria a minha função se eu aceitasse o convite para participar do que naquela altura já se chamava Equipe Colaboradora. A princípio era pedagógico, depois passou a ser pedagógico e administrativo, ao longo da vigência dos convênios. Logo a seguir, eu aceitei (ECNORTE).

Comecei em 2008, quando estavam se organizando as Equipes Colaboradoras. Quem estava à frente de mobilizar essas Equipes Colaboradoras era o professor [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL]. Uma das pessoas que ele confiou aqui no Nordeste foi o professor [CITADO 1], professor aqui da UFRN. Foi a partir dele que o [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL] chegou até mim (ECNORDESTE).

Minha relação com o Segundo Tempo começa em 2007 e se estende até Final de 2012, ou começo de 2013. Eu estava acabando o doutorado naquela época, quando eu fui convidado pelo professor [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL] para pensar o Programa Segundo Tempo. Ele já existia, a ideia era reconfigurar. Nós começamos a pensar o que poderíamos fazer para modificar a forma de operação do Segundo Tempo. E aí nós começamos a conversar um pouco sobre isso, né? Surgiu a necessidade de ampliarmos nosso grupo de pessoas. Nós começamos a produzir alguns textos, que se tornaram depois referência de base de formação para a capacitação do pessoal do Segundo Tempo. Desse grupo de 2007, a gente chegou até um formato de capacitação em 2008 em que nós capacitamos muitas pessoas, 150, 200 pessoas. Essas pessoas vieram a formar as chamadas Equipes Colaboradoras (ECCENTRO-OESTE).

Nós ingressamos no Segundo Tempo por volta de 2007. Na época, existia um programa chamado esporte solidário. O seu modelo de convênio foi aproveitado para ampliar um pouquinho mais a atuação do Programa Segundo Tempo. A partir desse momento, a criança ou adolescente que estivesse matriculado na escola, poderia participar por meio de ONGs, prefeituras e governo de estado. Aí o programa passou a ser um programa não para o esporte escolar, mas para os escolares. Quando aconteceu essa mudança, houve a necessidade de se criar uma proposta pedagógica. E aí as universidades, capitaneados na época pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul E do Rio Grande do Norte, estabeleceram uma parceria com diversas universidades, entre elas a minha. E aí nós somos convidados a participar desse processo (ECSUDESTE).

Em outubro de 2008 eu estive em Brasília, quando eu recebi uma ligação. Eu atendi, era o professor [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL] me convidando para participar, para conhecer o material Segundo Tempo. Eu peguei todo material que tinha lá para ler, A professora que coordenava a gestão era a assessora do secretário nacional. Ela indicou meu nome e eles me chamaram (ECSUL).

Ao realizar o cruzamento das informações, em meio ao histórico de desenvolvimento do Programa Segundo Tempo é possível caracterizar o período entre 2007 a 2009 como a etapa de construção das Equipes Colaboradoras. Na fala do entrevistado ECCENTRO-OESTE, encontram-se indícios sobre um crescimento vertiginoso do programa naquela época, o que gerou processos de capacitação profissional em massa. Esse crescimento se justificou em função da demanda que o território brasileiro impõe, tornando necessário que as Equipes Colaboradoras fossem divididas a partir da definição de regiões de atuação.

Pensando em garantir que o planejamento pudesse ser replicado com a mesma qualidade nas diferentes regiões, observa-se que os gestores à frente da coordenação do programa utilizaram sua rede de contatos no campo acadêmico no intuito de selecionar pessoas de confiança para atuarem na coordenação das Equipes Colaboradoras. Sobre este ponto, é possível destacar que quatro dos cinco entrevistados foram convidados a participar do Programa Segundo Tempo pelo entrevistado que representou a Equipe de Coordenação Geral, o que corrobora com as afirmações apresentadas na sessão anterior deste capítulo. Entre os critérios de seleção evidenciados, parece que a predileção colocada era por doutores que lecionavam nos cursos de Educação Física de instituições públicas de ensino superior. Para além de coordenar as ações dentro de suas equipes, esses gestores também representavam novos pontos de articulação para a estrutura de gestão descentralizada que vinha sendo utilizada pelo programa.

Outro elemento perceptível a partir das falas iniciais é o caráter de transformação adotado para as ações efetuadas no período de criação das equipes colaboradoras. Parte dos entrevistados indicaram que o programa: “já existia, a ideia era reconfigurar. Nós começamos a pensar o que poderíamos fazer para modificar a forma de operação do Segundo Tempo” (ECCENTRO-OESTE); “quando aconteceu essa mudança, houve a necessidade de se criar uma proposta pedagógica” (ECSUDESTE). É possível considerar que esses

argumentos correspondem a um período transitório, que aconteceu a partir da fundamentação pedagógica construída para subsidiar as ações do programa.

No que remete aos fatores que envolveram o histórico de atuação dos entrevistados no Programa Segundo Tempo, foi registrado:

Nós fomos da equipe colaboradora 01, que ficava responsável pelos estados da região norte. Mais precisamente, era o Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e a parte noroeste do Pará. A Equipe Colaboradora 02 também ficava responsável por uma parte do Pará, mas por questões de logística, a parte noroeste e sudoeste do Pará ficava sob a nossa responsabilidade (ECNORTE).

Me tornei coordenador da Equipe Colaboradora que dava conta de Pernambuco, Alagoas, e uma parte do Ceará. Estava tudo em construção, eu fiquei de 2008 a 2014 por aí, sempre como coordenador ou vice coordenador de Equipe Colaboradora. Os números das Equipes Colaboradoras variavam durante esses anos, porque só fazia sentido ter Equipe Colaboradora, territorialmente falando, se houvesse demanda para atuação de convênios naquele território. Num primeiro momento, eu acho que nós éramos 8 ou 10. Chegamos a ter 20 e alguma coisa (ECNORDESTE).

Eu fui uma das pessoas que trabalhava na capacitação. Lá em 2008, todos nós éramos responsáveis pelos textos autorais que serviriam de base para a capacitação. Contribuí primeiro nessa parte de organização da proposta de produção de material para capacitação, depois como coordenador de Equipe Colaboradora que acompanhava núcleos do Programa Segundo Tempo. Nós acompanhamos núcleos do Programa Segundo Tempo aqui no estado de Mato Grosso, em Rondônia, no Piauí e em Tocantins. Obviamente que aquela suntuosidade toda que o programa teve ali nos anos de 2009, 2010, foi diminuindo. As Equipes Colaboradoras praticamente deixaram de existir, e aí a nossa equipe parou também de atuar (ECCENTRO-OESTE).

Isso foi no ano de 2007, houve uma capacitação para definir as primeiras metas. A ideia das Equipes Colaboradoras surge na perspectiva de fazer uma aproximação maior dos núcleos do Programa Segundo Tempo. Lá atrás de 2007, a gente observava um distanciamento muito grande. O governo federal tinha uma dificuldade de acompanhamento. Quer dizer, você manda foto, manda relatório, mas é diferente você ter uma visita de alguém que chegue para auxiliar. Eu acredito que tenha começado no estado do Paraná, mas a gente tinha a incumbência de trabalhar com os convênios do estado de São Paulo, porque no primeiro momento não houve o conveniamento de uma Universidade Paulista. Eu fiquei na Equipe Colaboradora durante uns 4 anos, depois passei a trabalhar na equipe pedagógica. E aí fui para a equipe central, auxiliar o professor [EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL] na coordenação pedagógica (ECSUDESTE).

Fiquei até o final de 2016. Houve uma grande diminuição das equipes, o próprio programa teve uma redução drástica, uma descontinuidade. Quais cargos eu ocupei? Eu fui consultora, um comitê pequeno de pessoas que pensou toda a questão do Programa Segundo Tempo. Eu fiz produção do material, pensando a política pública para o

paradesporto ou do esporte para pessoas com deficiência dentro do Programa Segundo Tempo. Eu também fui coordenadora da equipe colaboradora 17. A 17 era Curitiba e região metropolitana, além de todo o estado de Santa Catarina (ECSUL).

Frente aos relatos apresentados, é possível entender a forma como a divisão territorial foi construída durante o desenvolvimento do trabalho das Equipes Colaboradoras. Todos os entrevistados relataram que suas respectivas equipes atendiam regiões localizadas em estados diferentes, o que se justificou em função de questões logísticas e de mobilidade das equipes. Nenhum dos relatos aponta para existência de um planejamento estratégico para que o programa fosse adequado às variações que aconteciam na demanda de trabalho. Na verdade, os argumentos apontam que existiu um curto espaço de tempo entre o período dedicado a capacitação de profissionais para atender o aumento da demanda de convênios, que aconteceu entre 2007 e 2009, e o momento de diminuição das Equipes Colaboradoras, já em 2016. Essa volatilidade entre a formação e a despesa de profissionais ilustra a fala do representante da Equipe de Avaliação, ao alegar que no Programa Segundo Tempo “se trocavam as rodas com o carro em movimento” (EQUIPE DE AVALIAÇÃO), ou seja, a estrutura era modificada com as ações em andamento.

Outro ponto evidenciado a partir dos históricos remete a integralização dos profissionais selecionados ao processo de reconstrução do programa. É nítido que existia uma responsabilidade sobre a coordenação dos colaboradores na equipe, a divisão da demanda de trabalho e a resolução de questões operacionais. Todavia, o motivo da escolha por esses profissionais, principalmente do primeiro grupo que começou em 2007, se deu pelo potencial que cada um tinha para contribuir na construção do conteúdo que seria trabalhado nas capacitações, que mais tarde originariam capítulos de livros e materiais pedagógicos publicados pelo programa.

Passando para a segunda temática do roteiro de perguntas, os questionamentos direcionaram os entrevistados a explicar como as demandas de trabalho eram organizadas pelas Equipes Colaboradoras.

A Equipe Colaboradora tinha como função básica a capacitação das pessoas que iriam trabalhar nos convênios, com a supervisão e o acompanhamento pedagógico. A princípio era pedagógico, depois passou a ser pedagógico e administrativo. Eu posso falar nisso dividindo em 2 aspectos. Nós éramos responsáveis pelas capacitações

dos profissionais que faziam parte dos convênios firmados, por conta disso, eu procurei convidar colegas meus da faculdade, que já tinham um trabalho reconhecido em cada tema abordado nas capacitações. Então eu tentei montar a equipe justamente com pessoas que já tinham uma certa esperteza em cada tema. Quanto ao que diz respeito ao acompanhamento dos convênios, nós buscávamos dividir a equipe por questões de disponibilidade, iam sempre 2 ou 3 membros da equipe fazer as avaliações nos núcleos, dependendo da disponibilidade (ECNORTE).

A princípio, era para ser um trabalho pedagógico, por isso se pegavam pesquisadores do campo sócio-pedagógico da educação física para fazer esse acompanhamento. Só que começou a se perceber muitos problemas administrativos, o próprio Ministério não tinha como avaliar e acompanhar. Naquele momento eles adensaram o trabalho daqueles colaboradores. Primeiro nós éramos requeridos e o convênio era pactuado, ele era formalizado e chegava para gente em umas planilhas de Excel. Ao chegar, nós víamos quantos núcleos esse convênio demandava, se precisaria de mais ou menos avaliadores, isso era negociado junto as questões mais técnicas. Depois disso começava o trabalho de aprimoramento da equipe colaboradora, para depois a aprovação do projeto pedagógico do convênio. A proposta pedagógica precisava seguir totalmente as diretrizes, mas geralmente não chegava tão redondo, mesmo o convênio já sendo pactuado. Num segundo momento, fazíamos isso também com os núcleos, porque os núcleos também têm que ter uma proposta pedagógica. Quando isso se encerrava, os núcleos já estavam aprovados para começar a funcionar. Uma vez por semestre, mais ou menos, nós tínhamos as visitas em loco, que era a verificação. A primeira visita era pactuada, nós avisávamos, mas as outras visitas eram surpresas, para pegar como as coisas estavam acontecendo. Nós fazíamos por estratificação, então se o convênio tinha até 5 núcleos, nós íamos em 100%, se tinha até 10, nós íamos até 60%, etc. Esse planejamento era da equipe colaboradora, de quando e onde visitar, mas as janelas eram pautadas pelo Ministério e pela coordenação pedagógica. Nós enviávamos nosso planejamento ao Ministério, aí eles providenciavam o campo da logística, diária, aluguel de carro, passagem de avião, (ECNORDESTE).

Na minha equipe, cada uma das pessoas assumia a responsabilidade de ministrar uma dessas palestras para os coordenadores nas regiões em que a gente estava. Aí, como responsabilidade deles, uma formação em cadeia. Então, nós formávamos os membros das equipes, as equipes formavam os coordenadores de núcleos e os coordenadores de núcleo formavam os monitores. Acho que uma vez a cada 2 meses, a cada 3 meses, nós íamos até os núcleos para acompanhar o funcionamento. Eu, chefe de equipe, ou os membros da minha equipe, um de nós ia até esse núcleo, ficava lá um período do dia, conversava com o coordenador e o monitor, perguntava se eles tinham passado pela capacitação e o que tinham entendido. Assistíamos às aulas para observar se aquilo que ele estava fazendo estava dando conta de atender o que nós preconizávamos na gestão central do PST. Então, nós fazíamos uma estratificação e tentávamos recolher o maior número de informações possíveis do núcleo para ter uma visão muito mais ampla do funcionamento do núcleo, nós não ficávamos na capital. Nós íamos para todas as regiões que tinham (ECCENTRO-OESTE).

A gente tinha uma função de visitante primeiro, para compor os projetos pedagógicos, ajudar os convênios e os coordenadores de

núcleo a acompanhar os projetos, para depois observar in loco. A gente acabava tendo também uma função de fiscalização, mas a gente preferia a conotação de uma Equipe Colaboradora mesmo, que fosse lá para colaborar com o andamento pedagógico, mas a gente acabava fiscalizando também. Foi muito difícil quebrar essa conotação da equipe, eles entendiam que a gente estava lá fiscalizando a parte pedagógica, e a ideia não era essa, era uma ideia de orientação, mas também se cobravam alguns aspectos fundamentais (ECSUDESTE).

A nossa responsabilidade era fazer todo o contato com os núcleos, montar as capacitações, fazer toda a logística de espaço. Inscrições. A gente foi aperfeiçoando, no início fazíamos a capacitação sem que os coordenadores de núcleo tivessem tido acesso ainda aos núcleos. Então, nesse início a maioria dos coordenadores nem sabiam que eram seus núcleos, o que nos fez pensar que seria mais interessante eles entrarem primeiro para conhecerem sua realidade, porque aí eles já vinham para a capacitação com todo o conhecimento do seu núcleo, era muito mais produtivo e significativo. É claro que a gente não podia estar indo o tempo todo, mas as visitas in loco aconteciam, foi feito em Curitiba, por exemplo, e na região metropolitana. Eu dava umas incertas, para ver se estava tudo funcionando, porque quando a gente avisava, eles se preparavam para nossa recepção. Nós tivemos várias reuniões, não era algo que a gente fazia a distância e depois largava (ECSUL).

Pode-se dizer que as atribuições delegadas às Equipes Colaboradoras se dividiam em duas categorias: demandas dos processos de capacitação e demandas com relação à gestão dos núcleos. Os relatos evidenciam que, com relação a segunda categoria mencionada, o trabalho tomou proporções maiores do que havia sido planejado inicialmente. Na fala dos entrevistados ECNORTE e ECNORDESTE, encontram-se argumentos que ilustram essa colocação. Pelo que parece, os convênios demonstravam dificuldades para realizar a gestão dos núcleos, mesmo após o processo de capacitação. Com isso, as demandas sobre a gestão dos núcleos, que no primeiro momento envolveriam o trabalho de monitoramento, a realização das avaliações in loco e o repasse dos relatórios de avaliação às instâncias superiores do programa, também agregou características de uma consultoria administrativa.

Aprofundando a discussão sobre os fatores que remetem diretamente a avaliação dos convênios e dos núcleos, os entrevistados relataram:

Essa ferramenta de avaliação era uma coisa Informatizada, nós tínhamos um formulário de avaliação que nós fazíamos nas visitas, nós chamávamos isso de relatórios consolidados. Quando nós voltávamos dessas visitas, nós preenchíamos esse formulário. Eles faziam parte de um grande banco de dados, nós éramos 13 Equipes Colaboradoras, ou 16, não sei se o número exato era esse, alimentando essa plataforma e gerando novos dados para a equipe central do Programa Segundo Tempo, que faziam uma análise desses dados para poder

entender o tipo de aderência, quais eram as maiores carências, onde estavam as maiores dificuldades. Claro que não era só isso, mas eu me lembro que muito desse relatório consolidado era colocado dentro dessa ferramenta. Isso gerava os microdados, que geravam macro informações e essas macros informações serviam para uma auto avaliação do programa. Então houve esse passo adiante, porque desde o início do nosso trabalho nós já começamos a trabalhar nessa perspectiva de criar e alimentar esse banco de dados para uma, vamos dizer assim, avaliação mais qualitativa da aderência da política pública, não só da quantidade de atendimento (ECNORTE).

Nós escrevíamos os relatórios, tinha um instrumental longo, eu me lembro que eram 17 páginas no sistema que a gente ia marcando sim, não, ou talvez, era um instrumento não somente pedagógico, também administrativo. Existia ainda um outro espaço, que era o espaço de recomendações. O relatório ia para o Ministério, só que nem sempre esses feedbacks chegavam até os convênios. Então, se a gente tinha um relatório muito negativo da primeira visita, ia deixar os restantes dos meses todos de execução sem esse feedback, né? O programa foi aprimorando essa possibilidade de construção de relatórios de recomendação para os convênios (ECNORDESTE).

Como a nossa avaliação era feita de uma forma frequente, nós produzíamos muitos relatórios de avaliação a respeito do funcionamento do núcleo, né? E aí os núcleos recebiam informações referentes a ajustes que eles deveriam proceder no funcionamento do núcleo, que iam desde aspectos pedagógicos a gestão administrativa do núcleo. Nós encaminhávamos para a equipe gestora do Programa Segundo Tempo, que encaminhava isso para o Ministério do Esporte na época, para que ele pudesse pedir ajustes para o ente que estava vinculado ao programa. Em casos em que os ajustes não eram feitos, os convênios não eram renovados (ECCENTRO-OESTE).

Quando os coordenadores recebiam os seus núcleos, eles tinham que produzir um projeto pedagógico. O projeto pedagógico vinha para nossa avaliação por e-mail, depois a gente via os pontos que estavam faltando de capacitação. E aí eu me lembro que em 2010, 2011, se pensou num programa de computador, onde os coordenadores inseriam os dados do programa e nós fazíamos a avaliação por etapas dentro do sistema. Eu me lembro que eram 7 professores, se não me engano, cada um num computador, ficávamos fazendo o projeto pedagógico com eles no computador, nós chamamos de mutirão de processos de projeto pedagógico, lá em 2009, 2010. Com o programa isso ficou mais fácil (ECSUL).

Percebe-se que a avaliação realizada pelas Equipes Colaboradoras teve dois elementos técnicos principais para a sua operacionalização. O primeiro era o documento intitulado como “Avaliação in loco”, ferramenta que precedeu o início da utilização de um software citado pelos entrevistados, sendo utilizada desde o início do trabalho das Equipes Colaboradoras. Nesse modelo, o documento era dividido em vinte tópicos relacionados a atuação do programa, indo de sua identificação/divulgação no município até a verificação sobre a entrega de alimentos, materiais e uniformes, finalizando com a apresentação do

parecer pelo avaliador. A partir do momento que o programa aderiu a utilização de um sistema online, os dados começam a ser repassados às instâncias superiores por meio do “Relatório Consolidado”, documento que seria uma versão refinada da Avaliação in loco. Esse segundo modelo já estava inserido no software em questão e, após um processo de refinamento, passou a englobar treze categorias avaliativas.

Ainda que melhorado, esse segundo modelo também recebeu aprimoramentos em meio a sua utilização, quando passou a permitir que os avaliadores pudessem incluir seus feedbacks na ferramenta, os quais chegavam aos núcleos sem que fosse necessário aguardar o processo que envolvia a resposta das instâncias superiores do programa, que poderia se estender por meses, de acordo com a fala do entrevistado ECNORDESTE. Mais uma vez, é perceptível a ocorrência de aprimoramento de processos em andamento, o que se soma as evidências sobre questões que poderiam ter sido discutidas durante a etapa de planejamento.

A maior parte do conteúdo reunido sobre o tema da divisão de trabalho nas Equipes Colaboradoras remete à aspectos de gestão e logística. No que se refere a divisão das demandas dos processos de capacitação, os entrevistados alegaram também ter desempenhado essa função, entretanto, as explicações sobre o assunto foram apresentadas de forma mais sucinta. O entrevistado ECNORTE cita a divisão do conteúdo em temáticas que seriam trabalhadas nas diferentes capacitações, o que o levou a reunir um grupo de profissionais especializados em diferentes linhas de pesquisa. O entrevistado ECCENTRO-OESTE não cita a utilização do mesmo critério para a montagem de sua equipe, mas também explica que cada colaborador ficava responsável por ministrar uma das capacitações. Nesse sentido, apenas os entrevistados ECNORDESTE e ECSUL conseguiram apresentar, com mais detalhes, o desenvolvimento desses processos no seu contexto de trabalho:

Um dos elementos para ter ordem de início era a capacitação. Essas capacitações às vezes envolviam mais de um convênio, a gente aglutinava os municípios menores. A gente ficava de 2 a 3 dias imerso nesse processo, me lembro que quando começou, eu cheguei a passar 35 dias fora de casa, porque eu ia pulando de cidade em cidade, fazendo formação. As formações eram de 3 dias. Foi um momento que a gente botou a bola no chão para discutir com o Ministério como isso poderia ser readequado. Depois desse primeiro movimento, a gente

começou a fazer de forma mais escalonada, e aí começou também a redimensionar as capacitações, as formações eram organizadas pelos temas dos materiais didáticos. É importante dizer que as formações acompanhavam o momento histórico político da possibilidade de existência daquela política pública. Eu me lembro que a gente modificou o modelo de capacitação nesse período, entre 2008 e 2014, umas 3 ou 4 vezes (ECNORDESTE).

Em 2009, nós fizemos as capacitações de forma presencial, nós éramos em 40, 45 profissionais de todo o país. Nós viajamos o Brasil todo, fazendo capacitação presencial com equipes de 8 pessoas. Então, nós tínhamos reuniões, íamos de cidade em cidade. Eu cheguei a ficar um mês fora de casa. Porque a capacitação durava 3 dias, 4 dias. Depois é que nós chegamos num modelo regionalizado (ECSUL).

As explicações sobre o período de crescimento do número das Equipes Colaboradoras foram de encontro com os apontamentos levantados na primeira categoria de análise das entrevistas. A maior densidade dos processos de capacitação ocorreu entre os anos de 2007/2008 até 2014/2015. Com base no que foi relatado, o primeiro grupo de trabalho selecionado teve sua capacitação no ano de 2007. No ano seguinte, esse mesmo grupo trabalhou na capacitação dos gestores que chegaram para a segunda turma. Em determinado momento havia, simultaneamente, a formação de profissionais direcionados para atuar nas equipes colaboradoras, enquanto outros eram preparados para trabalhar diretamente nos Núcleos de Esporte Educacional. Esse crescimento acelerado sobrecarregou a demanda de trabalho dos colaboradores envolvidos nos primeiros anos das capacitações, fazendo com que, em determinado momento, fosse necessário realizar uma reunião de replanejamento para as ações.

Finalizando as questões do segundo tema incluído no roteiro de perguntas, o momento de explicações sobre os processos de capacitação foi aproveitado para fala sobre o Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo, desenvolvido pelo IPEA no ano de 2006. Apenas o entrevistado ECSUDESTE indicou ter conhecido o documento, enquanto os outros alegaram nunca ter acessado ou utilizado o modelo em questão para pensar o conteúdo trabalhado em suas capacitações.

Eu sei desse movimento, eu estudei no doutorado, mas eu não me lembro dos detalhes para te dizer a verdade, eu me lembro de algumas características dessa avaliação. Realmente, me parecia que era mais em função dos números de participantes mesmo. Então a ideia era que se tivesse mais participantes, não havia uma análise muito qualitativa. Mas eu não vou entrar em detalhes porque eu não me lembro realmente. Claro que analisar números sempre é mais fácil, e o que eu me lembro dessa avaliação do IPEA é de que eram números. Não

havia uma proximidade com os núcleos, né? E com os convênios. Então, e aquilo que eu falei no começo. No papel cabe tudo, mas avaliar uma política pública é muito difícil. A partir de 2010, tínhamos uma equipe específica para isso, né? O quanto que isso melhorou a comunidade? O quanto isso melhorou a vida das crianças e dos adolescentes? É realmente muito difícil você avaliar impacto, é praticamente impossível. A oferta do esporte melhorou a vida das crianças ou deu uma opção que eles não tinham antes, acho que isso o Programa Segundo Tempo cumpriu. Agora, não houve também uma avaliação mais criteriosa disso (ECSUDESTE).

Na entrevista junto ao representante da Equipe de Avaliação, o gestor desenvolveu seus argumentos com base no termo “entrega”, referindo-se a aquilo que o Segundo Tempo estava produzindo para os lugares onde os núcleos eram implementados. Já na entrevista com o representante ECSUDESTE, a explanação remete a uma relação de quantidade/qualidade, indicando ser essa a principal diferença entre os dois modelos avaliativos desenvolvidos na história do programa.

Passando para a última temática do roteiro definido, os entrevistados foram abordados sobre quais fatores poderiam ser considerados facilitadores ou barreiras em todo o processo que envolveu o trabalho das Equipes Colaboradoras. Para iniciar, foram colocadas as duas barreiras identificadas nas etapas anteriores da dissertação, começando pela questão da continuidade das ações nos convênios formalizados:

Eu penso que a parte da gestão municipal não tinha essa familiaridade com as questões burocráticas de fazer um convênio, eles só entravam. Eles não tinham gasto com mais nada, todo o resto era responsabilidade do governo federal. Então, eu imagino que o entrave era mais deles conseguirem dominar as questões burocráticas para efetivamente firmarem os convênios. Além disso, tem também uma questão de gestão gerencial, uma dificuldade não pela falta de habilidade, mas de experiência mesmo, para fazer o convênio acontecer, porque quando isso acontecia, o convênio efetivamente funcionava (ECNORTE).

Quebrar isso em 2 anos é possível, você consegue ter ali a primeira capacitação, quando você vai fazer a segunda visita, começa a perceber o aumento de crianças no núcleo, o aumento de professores, uma proposta pedagógica. Mas é pouco tempo, 2 anos era considerado pouco tempo. O problema é que essa renovação não acontecia automaticamente, quando acabava um convênio, era preciso prestar conta do que ele gastou. Ele precisava fazer um novo projeto, chama de renovação, mas fecha o projeto e começa outro. Então, não dá para dizer que a descontinuidade era o maior problema, mas essa descontinuidade era muito prejudicial (ECSUDESTE).

A questão do processo avaliativo em 2 anos, ele foi pensado para isso. Um processo de preparação de 2 ou 3 meses de preparo e depois a execução. Claro, o ideal era que o projeto talvez durasse mais, mas tudo isso também foi pensado a partir de experiências. Por exemplo, nós chegamos à conclusão de que a proposta não podia ser para 200 crianças, que o ideal fosse para 100 crianças, porque ninguém chegava a 200. Nós tínhamos em algumas cidades projetos sócio-esportivos concomitantes, tinha o programa Segundo tempo, o projeto da prefeitura, um projeto do Sesc ou do Senac. Então as crianças estavam em atividade, mas elas estavam em outros lugares (ECSUL).

Observa-se que as dificuldades enfrentadas no âmbito da gestão municipal são associadas à origem do problema em questão. Nas perspectivas apresentadas, o período predefinido de dois anos, realmente, não era suficiente para que as etapas de trabalho pudessem demorar muito tempo para serem cumpridas, ainda assim, se entendia que o tempo disponibilizado era suficiente, considerando que o gestor municipal conseguisse dar conta das demandas atribuídas a ele. Todavia, essa não era a realidade encontrada em todos os convênios firmados, o que acabava por atrapalhar o andamento das ações nos Núcleos de Esporte Educacional, proporcionando a existência de atrasos na distribuição dos materiais e nos procedimentos licitatórios para garantia do reforço alimentar.

Com relação aos problemas relacionados a descentralização do programa em determinadas regiões de país, os entrevistados relataram:

Em relação a questão do alcance, esse certo ineditismo de uma ação nessa área do esporte, criou um monte de desconfianças e de dificuldades para aquelas pessoas que estavam à frente das gestões municipais ou estaduais. Então, eu acho que o alcance dele foi mais difícil nos municípios com menores índices de IDHM por conta da própria configuração política e geográfica desses municípios. Político, porque isso foi tomado muito mais por esse lado, ficava submetido ao pensamento político de uma gestão. As vezes nem precisava mudar o governo, bastava mudar um secretário. Se o secretário que entrava não entendia aquilo como uma ação de Estado, isso também criava uma expectativa muito grande de descontinuidade. E geográfico, porque geralmente esses municípios são os mais apartados dos grandes centros. Aqui no Norte isso tem um peso ainda maior, no Amazonas, por exemplo, não há estradas, a gente faz os deslocamentos intermunicipais em barcos, com durações de dias, então isso onerava muito do ponto de vista da continuidade. (ECNORTE).

Dentro do que eu vivi, o Programa Segundo Tempo foi o programa que teve mais alcance. Eu me lembro de visitar núcleos em que eu tinha que atravessar currais, foi uma dificuldade para chegar lá logisticamente, mas depois eu até fiquei encantado com o que eles desenvolviam lá com tão pouca formação (ECNORDESTE).

Eu não sei se essa seria a afirmação correta a se fazer, de que a descentralização favoreceria locais que têm uma melhor condição de desenvolvimento. Eu visitei muitos núcleos no interior, em cidades pequenas, muito pobres, mas o Segundo Tempo chegava lá. Eu acho que a questão maior é o problema de você não ter lá na ponta deste processo alguém que consiga fazer uma boa gestão. Eu comecei no Segundo Tempo lá em São Paulo, visitei muitos núcleos em cidades ricas do interior, ali nas proximidades de Campinas, Americana, Jaguariúna, enfim, cidades em que de fato você tem secretarias de esporte ou secretarias de educação que tem uma melhor forma de organização do trabalho. O recurso chega lá e o cara sabe usar bem. Numa cidade do interior do Mato Grosso, do Piauí, do Amazonas, da Bahia, do Ceará, muitas vezes você tem pessoas que não tem formação em educação física, que não tem formação alguma em alguns casos. Eles têm dificuldade de gerenciar os recursos muito mais pela dificuldade deles, do ponto de vista da formação humana e da formação pessoal. E aí, o que que acontece? Por exemplo, ele tem um recurso X para comprar alimentação e a prefeitura recebe um recurso Y para preparar o lanche. Só que a prefeitura, muitas vezes, não tem quem prepare o lanche, ela tem que comprar de um terceiro, e aí ela gasta mais dinheiro com isso do que comprando os insumos para preparar o lanche e distribuir lá no núcleo. Ela gasta mais e oferece um produto de menor qualidade (ECCENTRO-OESTE).

A questão da descentralização é uma característica Governamental no Brasil, você atribui funções aos entes administrativos que compõem o modelo administrativo nacional. Então, a gente tinha basicamente a noção de que os recursos chegavam. Não havia uma dificuldade de receber esses recursos, havia sim uma burocracia bastante grande. Mas os recursos invariavelmente chegavam. A gente não recebia queixas dos convênios, à medida que o programa foi perdendo força, aí começaram a ter a queixas de recursos que não chegaram. Na questão administrativa, havia uma capacitação para os gestores também, então eles recebiam instruções de como gastar o dinheiro, de como fazer as licitações de compra e tudo mais (ECSUDESTE).

Depende da implantação dos núcleos, por exemplo, digamos que uma determinada cidade era muito rápida, porque o gestor era muito rápido, havia uma vontade política. Então nesses casos era possível fazer um acompanhamento e um processo avaliativo melhor. Foi difícil fazer porque houve morosidade no processo, não da nossa parte, talvez mais da parte do gestor (ECSUL).

Assim como aconteceu com relação aos entrevistados da primeira categoria de análise, a questão da má descentralização foi, de certa forma, contestada durante as argumentações. Os colaboradores não negam que existiu um problema relacionado ao direcionamento da descentralização dos convênios, mas indicam que isso se deu por conta de fatores que estavam fora do âmbito de atuação da gestão do Programa Segundo Tempo e das Equipes Colaboradoras. Entre as justificativas, foram mencionados aspectos sobre a influência de gestores políticos estaduais e municipais, que nem sempre demonstravam disposição ou aptidão para lidar com as burocracias e o controle

financeiro, demandas que estavam atreladas aos repasses recebido pelos convênios. Os fatores geográficos também foram considerados, tendo em vista que as especificidades de cada região proporcionavam dificuldades para o planejamento logístico. Todavia, analisando a fala dos entrevistados, esse problema não pareceu ter causado tanta influência quanto as dificuldades encontradas no trabalho desempenhado pelos gestores estaduais e municipais.

Ao desenvolverem sua resposta, o entrevistado ECCENTRO-OESTE também acabou abordando os problemas relacionados ao direcionamento da descentralização do programa. Em sua colocação, ele transmite a ideia de que o despreparo por parte dos gestores que atuavam no setor finalístico do programa, principalmente na esfera municipal do poder público, poderiam afetar tanto o direcionamento da descentralização como também a continuidade das ações. Durante o desenvolvimento do presente trabalho, o conteúdo sobre cada barreira ou facilitador encontrado foi analisado separadamente, visando garantir uma ordem lógica para apresentação dos resultados encontrados. Contudo, é importante ressaltar que todos esses fatores foram extraídos de observações e registro de um trabalho prático, em um espaço no qual as eventualidades poderiam acontecer simultaneamente. Por essa razão, é possível considerar que, no caso do Programa Segundo Tempo, a identificação e o refinamento sobre um determinado ponto de articulação da organização de trabalho, poderia contribuir para a resolução de diferentes problemas.

No que tange aos outros fatores que influenciaram o trabalho das Equipes Colaboradoras, uma questão repetida em diferentes entrevistas remete a questões provenientes do próprio processo de capacitação.

Quando nós chegávamos lá, as pessoas que vinham até nós, para receber as capacitações, não tinham formação com nível superior completo, mas eram pessoas ligadas à área do esporte (ECNORTE).

Os coordenadores de núcleo não eram formados em educação física, mas isso foi justificado junto ao Ministério. Os monitores estudantes nem conseguiram ser capacitados, de tão distante que era esse espaço (ECNORDESTE).

Tinha lá nas diretrizes do programa que o coordenador precisa ser formado em educação física e os monitores estudantes de educação física. Às vezes eu chegava em alguns lugares e não tinha monitor, estudante e nem professor formado. Por quê? Porque a cidade não tinha sequer faculdade perto, tinha que andar 300, 400 km. Então quem você pegava? Alguém que tinha alguma vinculação com esporte, que

estava ali à disposição e tinha interesse em ajudar, era assim que funcionava em muitos lugares do interior (ECCENTRO-OESTE).

Diante das considerações apresentadas, percebe-se que, além da dificuldade em fazer com que os Núcleos de Esporte Educacional fossem implementados nos municípios de determinadas regiões, também existia a complexa tarefa de proporcionar que os profissionais envolvidos nesses núcleos pudessem receber as capacitações do programa. Como mencionado anteriormente, nos municípios menores e mais afastados dos grandes centros, era comum que os processos de capacitação aglutinassem os convênios de diferentes locais em uma mesma região. Pode-se compreender a razão pela qual esse critério foi adotado, tendo em vista que o desenvolvimento de um trabalho mais específico nesse sentido proporcionaria um aumento significativo no trabalho das Equipes Colaboradoras, o que demandaria a formação e contratação de mais profissionais, além do investimento que seria necessário para atender todas as questões logísticas.

Outro fator que pode ter gerado empecilhos para a avaliação do Programa Segundo Tempo, principalmente nos anos iniciais do processo de fundamentação pedagógica das ações, refere-se à abordagem que os gestores dos Núcleos de Esporte Educacional utilizavam para trabalhar os conteúdos esportivos durante as intervenções.

A nossa chegada era muito difícil, muito impactante. Havia ali uma desconfiança, então a gente primeiro tentava ganhar confiança dos convênios, dos núcleos. Quando chegava o primeiro relatório, invariavelmente, não era muito bom. A pedagogia, a forma de ver o esporte de alto rendimento como modelo, acabava atrapalhando um pouco o desenvolvimento desses convênios. A proposta do programa era participativa, para que se desenvolvesse o esporte de uma forma lúdica e participativa, que ninguém ficasse de fora, que não houvesse um sistema seletivo. Então, o primeiro impacto foi a gente tentar convencer de que esse modelo precisava ser mudado (ECSUDESTE)

Um dos maiores desafios que nós enfrentamos ao longo de todo o projeto é que o Programa Segundo Tempo não era uma escolinha de esportes. Nós sofremos demais com isso. Nós queríamos trabalhar sempre 3 modalidades, e no início era muito comum você chegar no lugar e tem só futsal para meninos, só vôlei para as meninas. Lá no início, nós tivemos muitos embates desse tipo, porque eles vinham com a ideia de que poderiam fazer o que quisesse. Quando eles viam que tinha um modelo, tinha que fazer planejamento, tinha que trazer a grade horária, muitos desistiram, porque não era o que eles queriam fazer. Qual foi a mudança de 2003 para 2008? Justamente o Ministério. O que se falava era que Ministério do esporte queria deixar de ser

balcão de entrega do dinheiro para ser gerido do jeito que o município quisesse. Então, era para que o próprio governo federal tivesse uma proposta, foi isso que o Programa Segundo Tempo produziu. Então, ele tinha que fazer a gestão de acordo com a proposta do projeto. Não era raro você chegar e ter escolinha de futsal rolando. Aí você tem que chamar o professor, dizer que não é aquilo, aí você fala com o coordenador geral, você explicava, etc. Na Equipe Colaboradora, todos nós tínhamos clareza do que é que nós tínhamos que enfrentar, escolinha tem aí em todo lugar, projeto sócio esportivo tem essa questão maior, tem uma proposta diferente. Repito que eu não sou contra a escolinha, mas a proposta é diferente (ECSUL).

Nesse ponto, temos a influência das manifestações esportivas de alto rendimento, que em suas práticas reproduzem, entre outras coisas, o sentimento de competitividade nos participantes. No âmbito da educação física escolar, assim como em qualquer área que desenvolve práticas esportivas educacionais, a competitividade pode servir como um fator motivacional para fazer com que os participantes se interessem pelas práticas ofertadas. Por outro lado, é comum que a competitividade também proporcione situação de seletividade e exclusão. Os entrevistados não negam que as práticas desenvolvidas pelos modelos das escolas de esporte sejam capazes de trabalhar valores com as crianças e adolescente, ou que elas não possuem uma fundamentação pedagógica para conduzir sua prática. O que se contesta é que esse modelo se enquadra nas características das manifestações de formação, em que o trabalho envolve processos de treinamento e a especialização do praticante dentro de uma modalidade., enquanto a proposta do Segundo Tempo se preocupa em estabelecer atividades nas quais todos os alunos sintam-se à vontade para participar, aderindo a experimentação de práticas tradicionais e alternativas.

Outras duas questões pontuais também foram colocadas como fatores limitantes da atuação não só das equipes colaboradoras, como de todo o Programa Segundo Tempo. Primeiro, com relação as infraestruturas que recebiam os Núcleos de Esporte Educacional e as redes de apoio municipal, o entrevistado ECCENTRO-OESTE destacou que:

Em cidades do interior, onde o núcleo funcionava dentro de escola, eu tinha quadra, eu tinha material guardado num lugar específico. Porém, tinham cidades do interior que as práticas funcionavam numa quadra pública, em que você tinha que dividir o espaço com outras pessoas, com marginais que muitas vezes ocupam esses espaços como ponto de droga. Então, as cidades do interior têm dificuldade pela própria escassez de mão de obra, do serviço público que não chega da forma devida nesses lugares. Eu cheguei em locais que o aluno estava

jogando descalço e só de short, porque a camiseta do núcleo o pai estava usando, porque o tênis a mãe usava para ir trabalhar, então você tinha toda uma situação de vulnerabilidade social que impactava no funcionamento do núcleo, enquanto em centros em capitais ou em regiões mais desenvolvidas isso não acontecia. Então essa é a questão da gestão descentralizada. Havia acompanhamento nosso, mas como é que eu vou falar para o pai, ó, tira sua camiseta e dá para o teu filho poder jogar. Não, eu tenho que trabalhar, eu preciso andar 10 km para chegar no meu trabalho. Então são essas questões que envolvem muito mais do que simplesmente a prática do esporte. Então, as redes de apoio que precisavam existir para funcionamento do programa, não existiam (ECCENTRO-OESTE).

Na conjectura apresentada, ao citar a questão da vulnerabilidade o entrevistado não se refere às comunidades ou bairros localizados dentro dos municípios, como acontece nos grandes centros urbanos. A vulnerabilidade, nesse caso, corresponde a uma situação na qual todo o município em questão está inserido. Observa-se que o fator da falta de infraestrutura adequada limitava a atuação dos Núcleos de Esporte Educacional, mas que, na maioria dos casos, isso era consequência de uma má gestão do próprio município, que não somente deixava de cumprir com as demandas do Programa Segundo Tempo, como também apresentava dificuldades em manter o funcionamento das outras redes de apoio municipal (segurança, educação, saúde, trabalho, etc).

Por último, o entrevistado ECSUDESTE argumentou sobre as mudanças que ocorreram no programa em função de problemas ligados ao repasse de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos.

No início, os recursos chegavam para as prefeituras ou para os governos dos estados, que repassavam aos municípios. Também chegavam para organizações não governamentais, né? Na verdade, essas organizações acabaram sendo algumas delas um foco de corrupção, né? Eram umas organizações ligadas a partidos políticos. A gente tinha uma dificuldade às vezes de chegar nesses stakeholders, porque eles entendiam que resolveriam tudo politicamente, né? A gente não tinha nenhum ELO político ali, né? Nossa função era pedagógica, então nós não estamos ali preocupados com questões políticas. Então as ONGs tiveram essa dificuldade. Depois, no avançar do programa, os convênios com Organizações não governamentais foram extintos, né? Ficaram só parcerias com os municípios e estados (ECSUDESTE).

Apesar do entrevistado não apresentar nenhuma referência cronológica, sabe-se que em determinado período da atuação do Segundo Tempo foi decidido, por ordem do Ministério ou decisão da equipe gestora, que as ONG's seriam incluídas entre as entidades aptas a estabelecer convênio com o

programa. Diferente do que foi relatado com relação as entidades estaduais e municipais de esporte, nesse caso o problema de gestão parece ter surgido não pela falta de experiência ou habilidade política, mas sim em função de práticas antiéticas dos gestores envolvidos, fator que permeia os casos de corrupção.

6.3 Síntese sobre a avaliação

Após a realização da análise sobre o conteúdo obtido nas entrevistas semiestruturadas, este capítulo finaliza a apresentação dos resultados encontrados em função dos encaminhamentos metodológicos predefinidos. A partir da perspectiva dos entrevistados, foi possível coletar indícios sobre novos fatores que podem ter influenciado o desenvolvimento dos processos de avaliação do Programa Segundo Tempo.

Entre as barreiras encontradas na perspectiva de avaliação, o tema que mais se repetiu foi a dificuldade enfrentada pelos gestores locais e colaboradores dos convênios em desempenhar a gestão de seus recursos e suas demandas burocráticas. Quando as barreiras detectadas nos capítulos anteriores foram levantadas para discussão, ambas foram atreladas a esse fator. Os entrevistados relataram que em função das dificuldades enfrentadas pelos gestores da parte proponente dos convênios, a demanda de trabalho das Equipes Colaboradoras passou a envolver não apenas a capacitação dos recursos humanos e monitoramento dos núcleos, como também o serviço de consultoria administrativa.

Um ponto interessante relatado pelos representantes foi a desconexão entre o trabalho das Equipes Colaboradoras e o primeiro modelo avaliativo pensado para o Segundo Tempo. Apesar de representar um ponto de mudança que pode ser considerado como positivo no desenvolvimento do programa, esses relatos corroboram com a ideia da existência de barreiras na etapa de transição entre a gestão e a avaliação da política pública. Para além das questões apresentadas, outros registros também indicaram dificuldades provenientes da demanda excessiva de trabalho dos professores contratados para atuar nos Núcleos de Esporte Educacional do Segundo Tempo, aos modelos pedagógicos desalinhados com a proposta do programa (escolinhas de esporte), a falta de infraestruturas que recebiam os núcleos e das redes de apoio

municipal e aos problemas ligados ao repasse de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos. Durante as entrevistas, não foram levantados muitos argumentos abordando especificamente o que seriam fatores facilitadores para a avaliação do programa. O que se pôde compreender é que a ausência dessas barreiras facilitaria o trabalho como um todo.

7 DISCUSSÃO

Após a conclusão das etapas da análise interna sobre os resultados obtidos pela pesquisa, os dados levantados por meio dos três encaminhamentos metodológicos aplicados no estudo foram relacionados, com o intuito de estabelecer uma reflexão acerca do desenvolvimento do Programa Segundo Tempo a partir das três diferentes perspectivas de análise e, dessa forma, indicar quais fatores representaram facilitadores ou barreiras para o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.

7.1 A perspectiva da gestão

Observando o processo de formação da estrutura de gestão do Segundo Tempo, foi possível compreender que o programa passou por diversas modificações para ser adaptado às necessidades e desafios encontrados ao longo dos anos de seu desenvolvimento. Essa movimentação está em conformidade com a tendência que compreende que as políticas públicas podem alcançar melhores resultados em função da melhoria dos seus processos de gestão (Chagas, 2022).

Entre os anos de 2005 e 2008, pode-se dizer que existiu uma fase de reformulação geral sobre as normatizações do programa, o que evidenciou uma busca pelo aprimoramento de sua estrutura e abordagem educacional. Isso porque, as alterações legislativas que causaram maior influência na gestão dos convênios ou dos Núcleos de Esporte Educacional aconteceram durante esse período, remetendo ao primeiro quarto da existência do programa. Nesse sentido, foram encontradas modificações legislativas ligadas a diferentes aspectos do planejamento e da gestão do programa: da sistemática das bases de dados que o programa utilizava; dos processos envolvidos na formalização e implementação dos convênios estabelecidos; do modelo de descentralização de crédito orçamentário e repasses financeiros; dos recursos do orçamento do Ministério do Esporte para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União.

O fato da Portaria nº 32/2005, normatização responsável por estabelecer as normas e diretrizes que regulamentaram a implementação do Segundo

Tempo, só ter sido promulgada dois anos após o início da implementação do programa, pode ter gerado uma barreira para a sua continuidade, que começou a gerar problemas no momento em que as ações passaram da fase de planejamento para a fase prática. Esse argumento é reforçado pelo atraso para o estabelecimento dos fundamentos pedagógicos e do manual de orientação para estruturação dos Núcleos de Esporte Educacional, os quais só foram publicados 5 e 10 anos após o início da implementação das ações, respectivamente. De acordo com Frey (2000), apesar do modelo da *policy cycle* considerar que o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, na prática os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa sequência. Isso vale especialmente para programas políticos mais complexos que se baseiam em processos interativos, cuja dinâmica é alimentada por relações mútuas dos atores envolvidos.

Os registros coletados nas entrevistas indicaram que, para além das alterações legislativas que aconteceram entre 2005 e 2008, é possível dizer que essa fase de reestruturação se estendeu até o ano de 2009, com a criação das Equipes Colaboradoras e a publicação dos materiais de diretrizes e fundamentos pedagógicos do Segundo Tempo. De acordo com os entrevistados, esse momento envolveu um processo de capacitação profissional em massa entre os anos de 2007 e 2009, no qual existiu um curto espaço de tempo dedicado à capacitação de profissionais para atender o aumento da demanda de convênios, caracterizando um trabalho denso e acelerado. O representante da Equipe de Coordenação Geral mencionou ter participado diretamente desse processo, no entanto, não foram fornecidos detalhes sobre os motivos que levaram a essa reestruturação. Sobre esse período, o representante da Equipe de Avaliação destacou que “era um programa que se trocava a roda do caminhão com ele trafegando na estrada. Então o programa foi tendo várias reformulações, gerou materiais de várias naturezas” (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

No estudo de Maoski (2016), a autora escreve sobre a dificuldade de se implementar uma política pública em que a gestão fica compartilhada entre entidades de diferentes esferas do âmbito governamental, como a União, os estados e os municípios. No caso do Programa Segundo Tempo, o que se observa são diferentes grupos de trabalhos se relacionando dentro e fora dessas esferas administrativas. Essa situação abriu espaço para que cada grupo ou

entidade desenvolvesse seu trabalho com base em conceitos diferentes para as ações do programa, promovendo uma indefinição de papéis, fator que caracteriza a falta de articulação dentro de um sistema esportivo (Maoski, 2016).

A partir do 2008, as ações começaram a ser respaldadas por uma fundamentação teórica melhor desenvolvida, o que gerou a publicação de duas versões do livro de fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo. Ambas as versões reconheceram a necessidade de uma melhor compreensão sobre a diversidade de contextos nos quais os Núcleos de Esporte Educacional poderiam ser implementados, enfatizando a importância da interação com a comunidade e a adaptação das atividades às necessidades dos beneficiários. A atualização sistemática das bases de dados foi destacada como uma medida que contribuiu para a melhoria da gestão dos recursos e resultados, tornando o programa mais eficiente e transparente (Oliveira; Perim, 2009). Esse processo contou com a obrigatoriedade sobre o cadastramento de todos os participantes dos convênios, fator considerado por Engelman e Oliveira (2012) como sendo importante para o sucesso do programa, por permitir um acompanhamento mais preciso dos beneficiados e uma avaliação mais criteriosa dos impactos alcançados. Conseqüentemente, isso teria acarretado um aumento sobre as responsabilidades da coordenação do programa na entidade responsável pelo setor finalístico. Todavia, durante as entrevistas o representante da Equipe de Avaliação relatou que “não podíamos avaliar isso, porque esse dado não existia. Esse dado não tinha precisão [...] A gente começou a estudar formas de ser eletrônico, mas não tinha precisão.”. Ao confrontar as duas informações, pode-se concluir que a ferramenta de fato existiu, no entanto, não é possível indicar a efetividade alcançada pela utilização dessa ferramenta.

Entre as Diretrizes do Segundo Tempo, foram encontradas modificações com relação aos objetivos gerais, no que remete a ampliação do público alvo, envolvendo a inclusão de adultos em contexto ampliado de escolarização. As maiores modificações estiveram relacionadas com a dinâmica de funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional. Uma das principais mudanças foi o direcionamento das ações para a população em situação de vulnerabilidade social, buscando reduzir desigualdades regionais e oferecer oportunidades equitativas de acesso ao esporte. Também foram feitos ajustes sobre a meta de beneficiados, que no início considerava um grupo de 100 alunos desenvolvendo

atividades esportivas e complementares sob orientação de profissionais qualificados, quantidade que posteriormente precisou ser readequada para que o núcleo funcionasse com um grupo de, no mínimo, 70 beneficiados. As alterações apresentadas corroboram com a ideia de que existia uma concepção bem estabelecida para o direcionamento das ações do Segundo Tempo, no entanto, a estrutura ainda carecia de uma melhor articulação entre os conceitos adotados para os documentos que instituíram o programa. Isso tornou necessário que diferentes mudanças fossem realizadas para garantir a continuidade da política pública, tanto em sua legislação como em suas diretrizes, o que acabou envolvendo toda a sua estrutura de gestão.

De acordo com o material analisado, a integralização do Segundo Tempo com ações em outras instâncias baseadas em princípios semelhantes, como nos programas Forças no Esporte, Esporte da Escola e Programa Mais Educação, representava o interesse do Estado em atingir um número expressivo de estudantes em situação de vulnerabilidade social, o que deveria acontecer através da democratização do acesso ao esporte e da oferta de múltiplas vivências esportivas. Todavia, de acordo com o representante da Equipe de Avaliação, após a queda do governo Dilma e entrada do governo Temer, “As Equipes Colaboradoras foram reduzindo, só ficou basicamente o Forças do Esporte, que era o Segundo Tempo nas escolas militares” (EQUIPE DE AVALIAÇÃO).

É possível que esse período de diminuição no atendimento do programa tenha tido relação com movimentações no âmbito político, tendo em vista que o Segundo Tempo foi uma política lançada pelo governo PT, o qual vinha sendo representado na presidência do país até aquele momento. Essa observação está de acordo com os apontamentos de Arretche (2006) sobre as mudanças significativas que acontecem nas operações cotidianas dos programas governamentais, por influência do contexto político ou social. Além disso, também evidencia as dificuldades sobre a gestão descentralizada de programas federais em um sistema de multi-partidarismo que não possui um mecanismo “legal” para facilitar a cooperação entre os entes (Jannuzzi, 2013).

Na versão do Plano Plurianual 2020-2023, apesar do estabelecer como meta para o esporte a ampliação no atendimento à população por meio de políticas públicas, os únicos programas a que o documento fez referência foram

o Programa Bolsa Atleta, direcionado as demandas do esporte de formação e alto rendimento, e o Programa de Estações Cidadania - Esporte, voltado para a ampliação de infraestruturas esportivas. Em 2023, com o partido retomando o protagonismo na gestão presidencial, o Segundo Tempo foi reintegrado pela Portaria nº 26/2023, logo, espera-se que ele apareça entre os programas do Plano Plurianual 2024-2027.

Os resultados encontrados sobre a perspectiva da gestão do Programa Segundo Tempo também servem como subsídio para discutir se a realização de um trabalho mais efetivo nas etapas iniciais da formulação do Programa Segundo Tempo poderia ter diminuído a necessidade de tantas modificações durante sua fase de implementação. Além disso, destaca-se o processo de reformulação acelerada que envolveu o processo de fundamentação pedagógica do programa, que sobrecarregou o trabalho dos professores que constituíram as primeiras Equipes Colaboradoras do Segundo Tempo e não excluiu a necessidade de ajustes nas versões de suas diretrizes publicadas posteriormente. Também foi observada a importância da integralização das ações com as outras redes de apoio municipal, como educação, saúde, cultura e defesa, para uma abordagem intersetorial mais abrangente e eficaz.

7.2 A perspectiva da implementação

No que remete ao diagnóstico sobre a implementação, desenvolvido por meio da revisão bibliográfica, observou-se que a descentralização do programa pelos estados não apresentou um direcionamento claro. Foi constatado que após dez anos de implementação, apenas o estado do Ceará conseguiu implementar os Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo em todos os seus municípios. Em outros casos, a descentralização não alcançou 10% dos municípios do estado, não demonstrando um padrão regional aparente para justificar este fenômeno. Nesse sentido, também foram localizados relatos indicando que a implementação do programa enfrentou dificuldades em alcançar municípios de regiões mais vulneráveis, o que levantou preocupações sobre a democratização do acesso ao esporte educacional e a ocorrência de vazios assistenciais (Monteiro, 2010; Neto; Santos; Starepravo, 2015). Percebe-se que os municípios que implementaram o maior número de convênios também

possuíam os melhores percentuais de desenvolvimento humano. Aparentemente, esse foi um dos fatores que geraram dificuldades para a democratização do acesso ao esporte educacional de qualidade, tendo em vista que as ações atingiram, maioritariamente, os municípios que apresentam os melhores indicadores sociais e maior amplitude das estruturas burocráticas (Reverdito *et al.*, 2016; Moraes *et al.*, 2017).

No âmbito do esporte, não existe uma referência que possibilite desenvolver comparações com o Programa Segundo Tempo acerca do direcionamento da descentralização em ações de gestão descentralizada. Todavia, na área da saúde reside uma das maiores e mais prestigiadas políticas públicas desenvolvidas em território brasileiro, a qual também utiliza o modelo de gestão descentralizada: o Sistema Unificado de Saúde (SUS). Apesar de envolver um outro setor da rede de proteção social e de possuir uma proporção de atuação superior à do Segundo Tempo, é possível observar que o desenvolvimento do SUS contou com diferentes fases de implementação, as quais também foram caracterizadas por dificuldades e readequações (Oliveira; Couto, 2019).

Por meio da Constituição Federal de 1988, a diretriz prioritária para o início da implementação do SUS foi a descentralização dos serviços em geral e a municipalização dos serviços de atenção básica. Todavia, ainda não existia uma definição sobre o papel de cada ente federado, o que deixou os estados e os municípios com ampla autonomia para a implementação dos núcleos, caracterizando a fase da descentralização autonomista. Nesse primeiro momento, os repasses financeiros eram condicionados à produção do serviço pelo prestador, fator que favorecia os estados e municípios que já possuíam infraestruturas instaladas e penalizava as unidades federativas que não o tivessem (Arretche, 2005). Essa diferença gerou uma baixa adesão dos municípios brasileiros ao SUS até o ano de 1993, o que gerou alterações sobre a Norma Operacional Básica (NOB) do Ministério da Saúde, entre os anos de 1991 e 1996. Com os ajustes, a descentralização pelos municípios brasileiros passou de 22% para 63% em um período de, aproximadamente, 5 anos (Oliveira; Couto, 2019). Ainda que essa melhora tenha existido, a massificação sobre a aderência ao SUS ocorreu somente a partir de 1998, com a transformação do Piso Assistencial Básico (PAB) em Piso de Atenção Básica e a criação do PAB

Variável, que era formado por recursos específicos para a implementação de programas prioritários do Ministério da Saúde nos municípios (Arretche, 2005). Os recursos federais só poderiam ser repassados às unidades federativas que implementassem os programas de acordo com as determinações do gestor nacional do sistema, forma de financiamento que caracterizou a fase da descentralização dirigida do SUS (Oliveira; Couto, 2019).

No caso apresentado, os problemas com relação ao direcionamento da implementação foram solucionados com a garantia de recursos destinados à cooperação entre municípios e o governo federal. Entretanto, Oliveira e Couto (2019) destacam que, apesar da descentralização ter acontecido de fato, as desigualdades regionais permaneceram gritantes. Dessa forma, é possível dizer que os problemas de direcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional não são de exclusividade do Programa Segundo Tempo. Mesmo na conjectura de um programa com os recursos necessários para o estabelecimento de um sistema envolvendo todas as unidades federativas em território nacional, a descentralização envolve uma série de fatores subjetivos que remetem a realidade de cada estado e município. Ainda é possível destacar, com base nos apontamentos de Arretche (2005), que o SUS também enfrentou um processo de “descentralização autonomista”, em função da falta de definição do papel dos gestores envolvidos. Essa situação se assemelha tanto ao que Maoski (2016) pôde levantar a respeito do sistema que engloba os entes federativos do esporte de alto rendimento nacional, como também aos apontamentos obtidos pelo presente estudo no contexto do Programa Segundo Tempo.

A adequação e suplementação dos materiais esportivos para a realização das atividades (Junior; Amaral, 2008; Santos, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Souza, 2015; Silva *et al.*, 2019) como a inadequação das infraestruturas utilizadas (Terra; Mascarenhas, 2010; Souza; Souza; Castro, 2013) são exemplos de uma barreira que foi destacada pelos estudos na revisão bibliográfica e reforçadas pelos representantes das entrevistas semiestruturadas. Compreende-se que ambas são apontadas como fatores que geram dificuldade para a democratização do esporte por meio das ações do programa, principalmente nos municípios mais precários (Junior; Amaral, 2008; Santos, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Souza, 2015; Silva *et al.*, 2019).

No caso dos materiais esportivos, esse cenário proporcionou a ocorrência de situações nas quais as crianças precisavam utilizar materiais reciclados e improvisados, do contrário, não poderiam praticar determinados esportes, sendo um fator desestimulante para os alunos (Reis, 2011; Ferreira, 2012; Ribeiro, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015). A falta de equipamentos esportivos para o desenvolvimento de ações eficazes no âmbito das políticas públicas esportivas também foi observada por estudos de revisão, que tomaram como objeto de investigação o sistema esportivo nacional e a atuação de projetos esportivos em comunidades carentes (Abramovay *et al.*, 2003; Leão, 2005; Starepravo, 2011; Souza; Castro; Vialich, 2012). No caso das infraestruturas inadequadas, destacaram-se as situações em que o núcleo estava implementado em instituições de ensino públicas, por representar um problema tanto para a implementação do Programa Segundo Tempo como também para o desenvolvimento dos conteúdos presentes na grade curricular do estudante (Terra; Mascarenhas, 2010; Souza; Souza; Castro, 2013).

Na fala dos entrevistados, os relatos citaram locais que não tinham as condições adequadas para a prática esportiva, o que dificultava o trabalho dos professores e a qualidade das aulas, já que “você dá a bola de basquete e o professor vai para um terreno baldio [...] não tinha a contrapartida que se exigia dos municípios, e os nossos municípios são muito variados em termos de condições socioeconômicas” (EQUIPE DE AVALIAÇÃO). Essas situações de escassez de mão de obra do serviço público eram evidenciadas principalmente nos municípios mais afastados, em que “as práticas funcionavam numa quadra pública, onde você tinha que dividir o espaço com outras pessoas, com marginais que muitas vezes ocupam esses espaços como ponto de droga” (ECCENTRO-OESTE).

O cenário apresentado agrega novos indícios que caracterizaram a existência de falhas entre as etapas de planejamento e implementação do programa. Considerando que o modelo adotado para os processos de implementação do Programa Segundo Tempo segue uma lógica Top-Down (de cima para baixo), é possível que a decisão mais adequada não seria pensar as ações em função da implementação dos núcleos, mas sim tomar como base os bons resultados obtidos nos contextos específicos para promover ajustes no

âmbito geral. Isso porque, as diferentes fontes pesquisadas indicaram um desalinhamento entre as expectativas colocadas sobre as ações do Programa Segundo Tempo, no sentido de potencializar as manifestações de esporte educacional e, ao mesmo tempo, diminuir as situações de vulnerabilidade social, e o trabalho que era possível ser realizado diante da falta de recursos e infraestruturas disponibilizados para a implementação dos Núcleos de Esporte Educacional. De acordo com Gomes (2019), existem casos em que o desenho institucional pensado na fase de formulação da política pública não reconhece o comportamento dos agentes e, conseqüentemente, de seus efeitos na realidade, sendo essa uma característica da vertente bottom-up. Nesse modelo, compreende-se que a implementação na prática é afetada por diferentes fatores que, por vezes, não são considerados pela vertente top-down, como as interações, os interesses, as decisões e visões de mundo.

Entre as demais barreiras encontradas, parte das considerações indicou a sobreposição de programas esportivos públicos, ofertados paralelamente à execução do convênio do Programa Segundo Tempo (Terra; Mascarenhas, 2010; Ferreira, 2012; Souza; Souza; Castro, 2013). Esse tipo de registro evidencia a falta de critérios para a descentralização no processo de implementação dos convênios do Programa Segundo Tempo, podendo vir a se tornar uma barreira para sua execução.

Assim como aconteceu na etapa de análise documental, a continuidade das ações efetuadas pelo Segundo Tempo também foi um problema detectado pela revisão bibliográfica. Nesse caso, a dificuldade foi atrelada a: falta de reservas orçamentárias municipais, que pode ser utilizada para complementar o financiamento dos convênios (Rangel; Miranda; Lara, 2014); situações de vulnerabilidade nos municípios com população inferior à 50 mil habitantes, que não possuem instrumentos fiscais para emularem programas esportivos federais que exigem contrapartidas (Neto; Santos, Starepravo, 2015); falta de recursos do município para investir na infraestrutura dos locais de implementação do programa (Ribeiro; Isayama, 2015; Ribeiro, 2017).

No que remete aos facilitadores para a implementação do Programa Segundo Tempo, assim como aconteceu com relação a perspectiva sobre a gestão do programa, foram encontradas considerações indicando a contribuição de instituições de ensino superior que receberam as ações dos Núcleos de

Esporte Educacional (Neto; Rodrigues, 2007; Colombo *et al.*, 2012; Gonçalves; Silva; Martins, 2018). As estruturas disponíveis no campus das universidades, ainda que não fossem as mais completas possíveis, pareceram comportar as demandas do Programa Segundo Tempo de forma mais satisfatória, possibilitando ao Núcleo de Esporte Educacional a utilização de espaços como ginásios, salas multiuso, piscinas, campos de gramas, campos de areia, bebedouros, sanitários, entre outros. Nesse sentido, as parcerias com entidades da sociedade civil (“terceiro setor”) também surgiram como um meio para confrontar os problemas relacionados aos equipamentos, infraestrutura e processos de capacitação dos convênios (Oliveira *et al.*, 2016; Moura, 2017).

Em diferentes estudos foram encontradas observações que indicaram um predomínio sobre a implementação dos núcleos em locais considerados de risco social (Neto; Rodrigues, 2007; Junior; Amaral, 2008; Ferreira, 2012; Machado; Ribeiro, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Silva *et al.*, 2019; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Em um desses casos, foi observado que a implementação do Núcleo de Esporte Educacional agregou melhorias para a escola, tendo em vista que a coordenação executou reformas na quadra para receber as atividades do Programa Segundo Tempo. Em contrapartida, o kit de materiais esportivos, entregue pelo Ministério do Esporte, foi utilizado para as aulas de Educação Física, fator que representava uma carência da instituição (Neto; Rodrigues, 2007).

Outro possível facilitador remete a integração das ações dos núcleos com a comunidade, tendo em vista que em alguns contextos a participação da família nas ações contribuiu para a melhoria dos níveis de conhecimento dos alunos, além do controle de estresse, ansiedade e frustrações, diminuição de preconceito, melhoria de motivação e autoestima, o que facilitou o aprimoramento das relações entre os participantes (Colombo *et al.*, 2012; Kalinoski *et al.*, 2013; Ribeiro, 2017; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019). Esse facilitador também foi encontrado por outros estudos acerca das ações desenvolvidas por projetos esportivos de caráter social (Souza; Castro; Vialich, 2012). Além disso, ações como o fornecimento de alimentação, o intercâmbio com outros núcleos através de competições esportivas, o desenvolvimento do projeto Recreio nas Férias e as vivências inspiradas em práticas esportivas diversificadas, são outros fatores favoráveis observados pelos pesquisadores

(Neto; Rodrigues, 2007; Reis, 2011; Souza; Souza; Castro, 2013; Ribeiro; Isayama, 2015; Souza; Ferreira; Bezerra, 2019).

7.3 A perspectiva da avaliação

A última perspectiva observada envolveu a análise sobre o desenvolvimento do modelo avaliativo definido para o Programa Segundo Tempo. Constatou-se que tanto a Equipe de Coordenação Geral como a Equipe de Avaliação foram responsáveis por trabalhar com as Equipes Colaboradoras em todo o território nacional. Enquanto a Equipe de Coordenação Geral cuidava da divisão de tarefas, dos colaboradores e dos territórios, a Equipe de Avaliação tratava dos conteúdos das capacitações e dos critérios de avaliação das visitas in loco. A entrevista revelou que o período de atuação das Equipes Colaboradoras ocorreu entre 2007 e 2019, embora não tenha sido regulamentado por normativas específicas.

As entrevistas confirmaram que o direcionamento da descentralização dos convênios e a continuidade das ações nos municípios mais vulneráveis, barreiras localizadas nas etapas de trabalho anteriores, estiveram entre os principais desafios enfrentados durante o desenvolvimento do programa. Nota-se que ambos poderiam estar atrelados, em maior ou menor escala, ao trabalho dos gestores esportivos que atuavam no âmbito estadual ou municipal, os quais, por vezes, não possuíam a experiência necessária para resolver as questões burocráticas que envolviam todo o processo.

Os apontamentos bibliográficos indicam a possibilidade de os gestores municipais não estarem preparados para lidar com as demandas burocráticas e financeiras de um programa federal, ou não possuírem uma equipe de profissionais qualificados para atender a operacionalização das demandas específicas de uma política pública, o que compromete a continuidade das ações (Resende, 2013). Outros estudos também relacionaram as dificuldades apresentadas no desenvolvimento de políticas públicas esportivas a falta de planejamento e pessoal especializado nos órgãos estatais responsáveis pelo esporte nos municípios (Starepravo, 2011; Mezzadri *et al.*, 2015).

Os entrevistados relataram que os municípios com maior vulnerabilidade social também apresentavam defasagens “da sua gestão [...] o que a gestão

central (do Programa Segundo Tempo) poderia fazer? Ela própria criar mecanismos que pudesse fazer uma gestão mais compartilhada e preparar melhor esses municípios” (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL). Nesse sentido, estabelecia-se o seguinte dilema: a parte conveniente necessitava do repasses de recursos do Ministério para poder dar início ao desenvolvimento das ações. Para tanto, além de cumprir com todas as demandas burocráticas envolvidas na implementação do Programa Segundo Tempo, o município também deveria estar em regularidade com o restante de seus débitos, o que pode ser um problema para as gestões mais vulneráveis.

A partir da vivência nas Equipes Colaboradoras, os coordenadores relataram que “ a parte da gestão municipal não tinha essa familiaridade com as questões burocráticas de fazer um convênio, eles só entravam. Eles não tinham gasto com mais nada, todo o resto era responsabilidade do governo federal” (ECNORTE). Dessa forma, “ uma determinada cidade era muito rápida, porque o gestor era muito rápido, havia uma vontade política. Então nesses casos era possível fazer um acompanhamento e um processo avaliativo melhor” (ECSUL). O problema estaria, então, no fato de “não ter lá na ponta deste processo alguém que consiga fazer uma boa gestão” (ECCENTRO-OESTE). Além disso, o alcance do programa também era afetado pelos fatores logísticos e geográficos, como relatado pelo representante ECNORTE “Aqui no Norte isso tem um peso ainda maior, no Amazonas, por exemplo, não há estradas, a gente faz os deslocamentos intermunicipais em barcos, com durações de dias, então isso onerava muito do ponto de vista da continuidade”.

Os problemas relatados pelos entrevistados também remeteram ao tempo que era ofertado para realização das etapas burocráticas dos convênios. De acordo com o representante da Equipe de Avaliação, “Os núcleos tinham que desempenhar sua própria gestão [...] por mais que o desenho do programa exigisse um controle de frequência, isso na diversidade do território nacional, na diversidade dos núcleos, era impossível (EQUIPE DE AVALIAÇÃO). Justificou-se que esse fator “sempre limitou [...] Numa gestão pública em nível nacional se tem muitas exigências burocráticas [...] se não existir essa exigência burocrática, o dinheiro não vai chegar até onde tem que chegar” (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL). Dessa forma, se um grupo não consegue dar conta da demanda de trabalho que remete à sua instância de atuação, isso pode se

tornar um problema para toda a organização do trabalho, sendo esse um dos fatores que agrega complexidade para os modelos de gestão descentralizada. Além disso, também pode acarretar no desperdício dos recursos destinados ao esporte nacional, uma vez que “Ficava um ano, dois anos, e o camarada não dava conta de fazer essas coisas [...] esse dinheiro, depois contingenciado, não voltava mais ao Ministério do esporte” (EQUIPE DE COORDENAÇÃO GERAL).

Frente aos argumentos expostos, observa-se que os principais problemas colocados pelos representantes giraram em torno de um desequilíbrio nas relações entre os grupos de trabalho envolvidos no Programa Segundo Tempo, fator que ocasionava o aumento da demanda de trabalho para as Equipes Colaboradoras e problemas para os gestores municipais na manutenção e continuidade dos Núcleos de Esporte Educacional. Dessa forma, a autonomia da gestão no setor finalístico da política pública, que representa uma das principais justificativas para a utilização do modelo de gestão descentralizada nos programas federais desenvolvidos em países com larga extensão territorial, acabou sendo comprometida em função de uma má delimitação de papéis. Essa autonomia com ausência de uma devida adequação dentro de um sistema pré-determinado de funções, pode representar o principal problema para a articulação entre os entes federados envolvidos em uma determinada política pública (Maoski, 2016).

Partindo do princípio que a atribuição de uma responsabilidade funcional para o esporte pode ter um impacto positivo sobre uma política esportiva federal (Houlihan; Green, 2008), compreende-se que os objetivos definidos para o Programa Segundo Tempo direcionam suas ações para promover a diminuição dos efeitos causados pelas situações de vulnerabilidade social. Para tanto, Maoski (2016), ao discutir os apontamentos de Pearson (1995) e Abrucio (2005), destaca que o entrelaçamento entre os níveis de governo, bem como sobre as dimensões de sua atuação, representa uma regra básica para que as áreas sociais possam ser contempladas em função de suas necessidades, de maneira eficiente. Nesse sentido, a constatação de um certo consenso na fala dos entrevistados, indicando que, de modo geral, os problemas ocorriam por conta das dificuldades dos gestores municipais, aponta para uma desarticulação entre os grupos de trabalho e, conseqüentemente, uma barreira para o Programa Segundo Tempo.

No âmbito da política esportiva brasileira, um dos grandes problemas encontrados é a ausência de mecanismos de balizem a política esportiva de maneira efetiva (MAOSKI, 2016). Essa desarticulação entre os entes federativos, que também são evidenciados nos grupos de trabalho investigados, poderia não ser um problema caso existisse um sistema que pudesse oferecer mecanismos para auxiliar na condução da política pública. No caso do Programa Segundo Tempo, o desenho planejado contava que as Equipes Colaboradoras pudessem desempenhar essa função por meio dos processos de capacitação, no entanto, as dificuldades para que essa meta fosse contemplada foram encontradas por meio de todas as perspectivas analisadas: nas alterações das diretrizes do programa, nos estudos da revisão bibliográfica e nos relatos dos representantes entrevistados. Nesse sentido, o que se pode questionar é se a raiz do problema estaria atrelada ao trabalho desempenhado pelos profissionais das Equipes Colaboradoras ou se o modelo de implementação Top-down tornou a estrutura de trabalho incompatível com a demanda existente.

Outro aspecto abordado foi sobre os recursos humanos envolvidos no programa. O processo de capacitação conduzido pelas Equipes Colaboradoras era um dos elementos necessários para a ordem de inícios das ações nos Núcleos de Esporte Educacional, as quais poderiam envolver mais de um convênio, em função do agrupamento de municípios menores. Em conformidade com os resultados encontrados sobre outros aspectos do Programa Segundo Tempo, as capacitações também precisaram ser readequadas com o passar dos anos. “Eu me lembro que a gente modificou o modelo de capacitação nesse período, entre 2008 e 2014, umas 3 ou 4 vezes” (ECNORDESTE). No início, esse processo acontecia sem que os coordenadores de núcleo “tivessem tido acesso ainda aos núcleos [...] a maioria dos coordenadores nem sabiam como eram seus núcleos, o que nos fez pensar que seria mais interessante eles entrarem primeiro para conhecerem sua realidade” (ECSUL).

Durante as capacitações, os membros das Equipes Colaboradoras eram submetidos a ficar: “de 2 a 3 dias imerso nesse processo [...] cheguei a passar 35 dias fora de casa. [...] Foi um momento que a gente botou a bola no chão para discutir com o Ministério como isso poderia ser readequado” (ECNORDESTE); “Eu cheguei a ficar um mês fora de casa. Porque a capacitação durava 3 dias, 4 dias. Depois é que nós chegamos num modelo regionalizado” (ECSUL). Isso

resultou em processos de capacitação e formação para um grande número de pessoas que se tornaram parte das chamadas "Equipes Colaboradoras". Ainda assim, foram encontrados casos em que as capacitações que deveriam ser ofertadas pelo Ministério não aconteceram, sinalizando dificuldades no processo de capacitação dos recursos humanos atuando nos Núcleos de Esporte Educacional (Rodrigues *et al.*, 2012; Bezerra, 2014; Rangel, Miranda; Lara, 2014; Reis; Oliveira, 2015; Souza, 2015; Teixeira *et al.*, 2015; Brito, 2018; Silva *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2020; Pizani *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021). Em alguns casos, a quantidade de profissionais disponíveis não era suficiente para atender à demanda dos núcleos, o que prejudicava o desenvolvimento das atividades esportivas. (Junior; Amaral, 2008; Souza; Souza; Castro, 2013; Pereira, 2014; Rangel; Miranda; Lara, 2014; Souza, 2015). Também existem registros sobre núcleos em que os monitores, mesmo participando das capacitações, não conseguiram atender a demanda técnica das atividades (Reis; Oliveira, 2015). Outra crítica se refere ao processo de capacitação "em cadeia", no qual os monitores são ensinados pelos professores das entidades convenientes, tendo em vista que esse modelo também apresentou dificuldades para ser efetivado (Teixeira *et al.*, 2015).

O rápido crescimento do programa trouxe outros desafios de logística. A divisão territorial foi feita de forma estratégica para atender diferentes regiões do Brasil, mas não parece que houve um planejamento estratégico adequado para lidar com as variações na demanda de trabalho ao longo do tempo. Com isso, o trabalho das Equipes Colaboradoras, que deveria ser essencialmente pedagógico, começou a envolver "problemas administrativos, o próprio Ministério não tinha como avaliar e acompanhar. Naquele momento eles adensaram o trabalho daqueles colaboradores" (ECNORDESTE).

Ao conversar sobre as capacitações, também foram levantadas questões relacionadas a primeira proposta avaliativa para o programa, o Modelo Lógico de Avaliação Metodológica, produzido pelo IPEA. Com isso, foi possível compreender com maior precisão a diferença entre o trabalho realizado pelas duas equipes que estiveram envolvidas com a etapa de avaliação do Programa Segundo Tempo. O material produzido pelo IPEA estaria direcionado à realização de um monitoramento sobre a implementação, ou pré-avaliação, do trabalho desenvolvido nos Núcleos de Esporte Educacional. Nesse sentido, a

matriz dos indicadores de desempenho poderia contribuir para o desenvolvimento de uma análise sobre a entrega de materiais, o nível de capacitação dos recursos humanos envolvidos ou a relação quantitativa entre o número de convênios e núcleos implementados pelo Brasil. Contudo, essa análise não conseguiria evidenciar as entregas do programa enquanto uma política pública de fomento às práticas esportivas educacionais, o que evidencia a desconexão entre os dois modelos avaliativos.

Dentro do modelo lógico, o grupo de avaliação também introduziu os conceitos de impactos (efeitos diretos) e efeitos indiretos. O impacto seria a mudança direta associada ao alcance do resultado final do programa, envolvendo fatores como o desenvolvimento de valores sociais, melhorias das capacidades físicas e habilidade motoras dos participantes, melhoria da qualidade de vida e a diminuição da exposição aos riscos sociais (Ferreira; Cassiolato; Gonzalez, 2009). Contudo, pela fala do representante da Equipe de Avaliação, é possível considerar que esses conceitos podem ser discutíveis. Primeiro pelos resultados serem difíceis de mensurar em função da sua efetividade. Além disso, esses conceitos são formulados com base no que se espera que o programa poderia entregar (novamente, uma característica do modelo Top-down), ao invés de questionar o que o programa entrega de fato.

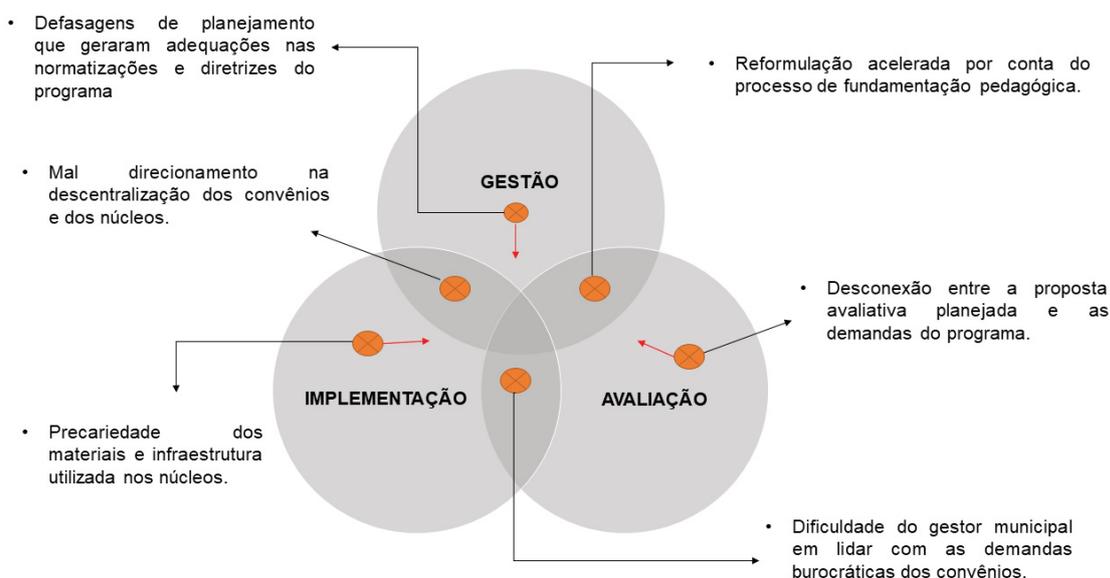
Entre os coordenadores das Equipes Colaboradoras, apenas o entrevistado ECSUDESTE indicou ter conhecido o documento, enquanto os outros alegaram nunca ter acessado ou utilizado o modelo em questão para pensar o conteúdo trabalhado em suas capacitações. Na entrevista junto ao representante da Equipe de Avaliação, o gestor desenvolveu seus argumentos com base no termo “entrega”, referindo-se a aquilo que o Segundo Tempo estava produzindo para os lugares onde os núcleos eram implementados. Já na entrevista com o representante ECSUDESTE, a explanação remete a uma relação de quantidade/qualidade, indicando ser essa a principal diferença entre os dois modelos avaliativos desenvolvidos na história do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da análise contextualizada do material coletado e a triangulação dos resultados obtidos por meio de cada uma das três perspectivas, fica claro que algumas barreiras se sobressaem entre os fatores que influenciaram o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo ao longo de seus 20 anos de existência. Por mais que alguns facilitadores tenham sido detectados durante o estudo, pode-se dizer que eles apareceram de maneira mais isolada e sem grande aprofundamento. Todas as perspectivas analisadas apontaram para a necessidade de adaptações no programa, para melhor atender às demandas sociais e políticas.

Respeitando as especificidades, particularidades e adequações encontradas em cada perspectiva de análise, para manter a conformidade com o que determina a metodologia da triangulação de dados, os resultados obtidos pela realização dos encaminhamentos metodológicos selecionados foram relacionados para destacar os possíveis pontos de interseção encontrados no estudo.

Figura X: barreiras detectadas nas perspectivas de análise sobre o Programa Segundo Tempo.



Fonte: sistematizado pelo autor (2023).

Na perspectiva da gestão, foram constatadas possíveis defasagens relacionadas ao planejamento das ações, que acabaram por influenciar o desenvolvimento das etapas subsequentes da *policy cycle*. O período das alterações legislativas, que antecedeu as ações realizadas para fundamentação pedagógica das ações do Programa Segundo Tempo, evidenciou a necessidade de ajustes em uma série de fatores que remetem ao trabalho de planejamento da política pública. Nesse sentido, é possível discutir se a realização de um trabalho mais efetivo nas etapas iniciais da formulação do Programa Segundo Tempo poderia ter diminuído a necessidade de tantas modificações durante sua fase de implementação. Percebe-se a existência de uma concepção para o direcionamento das ações, no entanto, a estrutura ainda parecia carecer de uma melhor articulação entre os conceitos adotados para os documentos que instruíam o programa, refletindo aspectos de uma fase de planejamento.

Na interseção entre a gestão e a implementação, ressalta-se a questão do mal direcionamento na descentralização dos convênios e dos Núcleos de Esporte Educacional. Observou-se que a descentralização do programa pelos estados não apresentou um direcionamento claro, além de apresentar dificuldades em alcançar municípios de regiões mais vulneráveis, o que levantou preocupações sobre a democratização do acesso ao esporte educacional.

Na perspectiva da implementação, uma barreira que causou influência sobre as outras dimensões do programa foi a precariedade ou indisponibilidade de materiais, equipamentos e infraestruturas esportivas utilizadas para a realização das atividades. Esse fator foi apontado como um empecilho para a democratização do esporte, especialmente nos municípios mais vulneráveis. A entrega dos kits esportivos foi considerada como uma ação fundamental no processo de implementação do programa, principalmente no caso das escolas públicas, tendo em vista que o material entregue pelo programa supriu parte das carências apresentadas pela instituição, sendo utilizado também nas aulas de educação física. Do mesmo modo, a infraestrutura dos espaços utilizados, na maior parte dos casos, de escolas públicas e estaduais, foi apontada como uma situação problemática para a dinâmica do Segundo Tempo, já que, em muitos casos, os ambientes eram precários e não comportavam as demandas do programa.

Na interseção entre a implementação e a avaliação, as dificuldades encontradas remeteram ao trabalho desempenhado pela parte proponente ao lidar com os recursos e as demandas burocráticas do convênio. Os apontamentos indicam que esse fator pode estar diretamente relacionado aos problemas encontrados com relação ao direcionamento da descentralização do programa. Observou-se que, por vezes, os gestores esportivos que atuavam no âmbito estadual ou municipal não possuíam a expertise necessária para resolver as questões burocráticas que envolviam todo o processo. Nesse sentido, a parte conveniente necessitava do repasses de recursos do Ministério para poder dar início ao desenvolvimento das ações, contudo, além de cumprir com todas as demandas burocráticas envolvidas na implementação do Programa Segundo Tempo, o município também deveria estar em regularidade com o restante de seus débitos, o que parece ser um problema para as gestões mais vulneráveis. Os problemas encontrados nessa interseção também remetem ao tempo ofertado para realização das etapas burocráticas dos convênios. O não cumprimento das demandas burocráticas nos prazos estabelecidos poderia causar o desperdício dos recursos destinados ao esporte nacional, uma vez que o recurso acabava sendo perdido, já que, depois de contingenciado, não poderia voltar para o Ministério do esporte.

Na perspectiva da avaliação, destaca-se a desconexão entre os modelos avaliativos propostos durante o desenvolvimento do programa. Foi possível compreender que o material produzido pelo IPEA estaria direcionado à realização de um monitoramento sobre a implementação, ou pré-avaliação, do trabalho desenvolvido nos Núcleos de Esporte Educacional, um tipo de análise que não conseguiria evidenciar as entregas do programa enquanto uma política pública de fomento às práticas esportivas educacionais. Por essa razão, o Ministério do Esporte identificou a necessidade de uma reformulação sobre essa proposta avaliativa. A demanda que antes estava sobre a responsabilidade de um instituto de planejamento de políticas públicas em geral, passou então a ser atribuída a um grupo que envolvia docentes-pesquisadores das instituições de ensino superior, formados e atuando na área da Educação Física, para repensar as ações nesse sentido.

Por último, as barreiras encontradas na interseção entre a avaliação e a gestão envolvem as adequações provenientes do processo acelerado de

fundamentação pedagógica do Segundo Tempo, visando a garantia sobre a continuidade das ações do programa. As mudanças nas diretrizes da política pública precisaram ser apontadas pelos professores que atuavam diretamente nos grupos de trabalho das Equipe Colaboradoras. Com isso, esperava-se estabelecer uma articulação entre as dimensões políticas e pedagógicas, fator que poderia proporcionar uma aproximação entre o setor finalístico e as instâncias superiores dentro da organização de trabalho do programa. Esse processo fez com que o desenho planejado para o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional fosse periodicamente ajustado, o que agregava complexidade para o trabalho desempenhado pela parte proponente dos convênios e, conseqüentemente, ampliava ainda mais as demandas de trabalho sob responsabilidade das Equipes Colaboradoras. As tarefas, que deveriam ser essencialmente pedagógicas, começaram a envolver as questões administrativas, gerando um adensamento do trabalho em questão.

Como limitações encontradas na realização do estudo, é necessário destacar as dificuldades impostas ao objetivo de se analisar um programa com as dimensões do Programa Segundo Tempo. Apesar dos esforços desempenhados para a criação de um diagnóstico sobre a implementação das ações, o recorte utilizado representa uma pequena parcela de todos os Núcleos de Esporte Educacional estabelecidos pelo programa durante seus 20 anos de existência. No mesmo sentido, as entrevistas foram direcionadas aos professores que estiveram diretamente ligados aos processos de avaliação feito pelas Equipes Colaboradoras. Todavia, como foi registrado, a construção dessa ferramenta avaliativa envolveu inúmeros professores espalhados pelas instituições de ensino superior do país.

A análise sobre o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo revela um programa dinâmico e em constante evolução. Ao longo dos anos, o programa passou por diversas modificações, buscando se adaptar às necessidades e desafios enfrentados, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso ao esporte educacional. Embora o programa tenha apresentado vantagens significativas, como atender a um número expressivo de estudantes e promover a inclusão social, também foram identificados desvantagens e obstáculos durante seu desenvolvimento. Apesar dos desafios, o Programa Segundo Tempo demonstrou resultados positivos em alguns casos,

especialmente quando houve investimentos e contribuição das redes de apoio estaduais e municipais para melhorar a infraestrutura e a equipe de profissionais dos núcleos.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, M; ANDRADE, E. R; NETO, M. F; CASTRO, J. P. M. Avaliação do Programa Abrindo Espaços na Bahia. Brasília: UNESCO: Observatório de Violências nas Escolas, Universidade Católica de Brasília, UNIRIO, 2003.

ABRUCIO, F. L. Diagnóstico geral das administrações públicas estaduais. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004.

ALMADA, V. E; BAIOCCHIO NETO, P; FURTADO, B. A. Desafio da governança esportiva brasileira: o caso da Rede Nacional de Treinamento. Revista do Servido Público, Brasília, DF, v. 68, nº 1, 2017.

ANJOS, A. A; ANDRES, S. S. Programa Segundo Tempo: diálogos com as equipes colaboradoras. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ARAÚJO, A. C; CAVALCANTI, L. M. B; TASSITANO, R. M; LACERDA, E. P; TENÓRIO, M. C. M. Formação e atuação pedagógica no Programa Segundo Tempo: reflexões sobre o fazer cotidiano do professor. Florianópolis: Motrivivência, p. 40–58, 2012.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre a avaliação. In: RICO, E. M. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-41.

ARRETCHE, M. Federalismo e democracia no brasil: a visão da ciência política norte-americana. São Paulo: São Paulo em Perspectiva (Impresso), v. 15, p. 23-31, 2001.

ARRETCHE, M. Perspectivas de uma Agenda para a Política Social Brasileira. Belo Horizonte: Teoria & Sociedade – Universidade Federal de Minas Gerais, p. 44-55, 2005.

ATHAYDE, P. F. Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos. Brasília: dissertação (mestrado em educação física), Universidade de Brasília, 2009.

ATHAYDE, P. F; MASCARENHAS, F. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. São Paulo: Rev. Digital. 2009.

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F. Descentralização de políticas sociais: limites para a consolidação de uma gestão democrática do Programa Segundo Tempo. In: XIV Congresso brasileiro de ciências do esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2011, Porto Alegre/RS.

AXINN, W. G; Lisa D. PEARCE, L. D. Mixed Method Data Collection Strategies. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

BEZARRA, J. C. Reflexões sobre o dito e o feito nas intervenções pedagógicas no Programa Segundo Tempo. Natal, RN: dissertação (mestrado em educação física), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

BORBA, J. A; MURCIA, F. D. R. Oportunidades para Pesquisa e Publicação em Contabilidade: Um Estudo Preliminar sobre as Revistas Acadêmicas de Língua Inglesa do Portal de Periódicos da CAPES. *Brazilian Business Review*, Vitória, v.3, n.1, p. 88-103, jan/jun., 2006.

BOZEMAN, B; PANDEY, S. K. Public management decision making: effects of decision content. *Public administration Review*, v. 64, n. 5, p. 553-565, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 ago. 1977.

BRASIL. Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2003.

BRASIL. Gestão do Fundo Nacional para Criança e Adolescente (FNCA). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/fnca>. Acessado em: 20 mai., 2023.

BRASIL. Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 abr. 1941.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p. 9379, 7 set. 1993.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 112, 15 jun., 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.794-8, de dezembro de 1998. Altera as Leis nº 6368, de 21 de outubro de 1976, e 8112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção Especial, p. 1, 1 jan. 1998.

BRASIL, Medida provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jan. 2019.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Portal da Secretaria Especial do Esporte, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte>. Consultado em: 25 ago., 2022.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011. Brasília: DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2014. Brasília: DF, 2014.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2016. Brasília: DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2018. Brasília: DF, 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2021. Brasília: DF, 2021.

BRASIL. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2023-2026. Brasília: DF, 2023.

BRASIL. Ministério do esporte. Manual de orientações para Estruturação: Programa Segundo Tempo. Secretaria Nacional de Esporte Educacional Programa Segundo Tempo, 2009.

BRASIL, Ministério do Esporte. Programa Segundo Tempo, 2018. Consultado em: 25 mai., 2022.

BRASIL, Ministério do Esporte. Programas do Ministério do Esporte, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/programa-segundo-tempo-pst>. Consultado em: 25 mai., 2023.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2008-2011: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2012-2015: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2016-2019: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília, 2016.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano plurianual 2020-2023: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília, 2020.

BRASIL, Portaria nº 32, de 2005. Estabelece normas e diretrizes, com a finalidade de regulamentar a implementação do “Programa Segundo Tempo”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Portaria nº 135, de 2005. Atualização sistemática das bases de dados do Programa Segundo Tempo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Portaria nº 167, de 2006. Aprovar os critérios para seleção e formalização de convênios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Portaria nº 183, de 2006. Uniformizar os procedimentos para possibilitar a descentralização de recursos para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Portaria nº 200, de 2007. Dispõe sobre o custo referente aos itens “Reforço Alimentar” e estabelece parâmetros balizadores dos preços de passagens aéreas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Portaria nº 137, de 2008. Dispõe sobre a implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Portaria nº 26, de 2023. Institui os Programas Segundo Tempo - PST, nas modalidades Padrão e Universitário, e aprovar suas Diretrizes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

BRASIL, Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003. Institui o Projeto Segundo Tempo, iniciativa governamental de fomento à prática esportiva, de natureza sócio educacional, em benefício de estudantes de estabelecimentos de ensino público do Brasil. Diário Oficial da União, p. 19, seção 1, 2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Glossário de gestão de riscos da governança pública. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/gestao-de-riscos/glossario.htm#:~:text=Gest%C3%A3o%20%E2%80%93%20estruturas%20respons%C3%A1veis%20pelo%20planejamento,interessadas%20\(TCU%2C%202014\)](https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/gestao-de-riscos/glossario.htm#:~:text=Gest%C3%A3o%20%E2%80%93%20estruturas%20respons%C3%A1veis%20pelo%20planejamento,interessadas%20(TCU%2C%202014).). Acessado em: 25 de ago., 2022.

BRITO, M. J. C. Validade e confiabilidade do protocolo de observação de aula do programa segundo tempo. Recife: dissertação (mestrado em educação física), Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

BUENO, L. Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. São Paulo: tese (Doutorado em Administração Pública e Governo), Fundação Getúlio Vargas, 2008. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2493/72040100444.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

BURGOS, F; SPINK, P. K. Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua. In: LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019, p. 99-127.

CALMON, P. Curso de Formação para o cargo de Analista de Planejamento. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012.

CARUZZO, A; MENEGASSI, V; MATA, J. P; KAUANA, A; STAREPRAVO, F. A. Programa segundo tempo: potencialidades e fragilidades. Rio de Janeiro: Arquivos em movimento – Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.13, p.54-63, 2017.

CHAGAS, A. M. D. Responsabilidade social em entidades esportivas brasileiras: as confederações de atletismo, canoagem, ginástica, judô e voleibol – as primeiras no ranking de financiamento público. Curitiba: dissertação (mestrado em educação física), Universidade Federal do Paraná, 2022.

COLEBATCH, H.; HOPPE, R.; NOORDEGRAAF, M. Understanding policy work. In: COLEBATCH, H.; HOPPE, R.; NOORDEGRAAF, M. (Org.). Working for policy. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 11-35.

COLOMBO, B. D; EUZÉBIO, C. A; ORTIGARA, V; SILVA, M. B; CORREA, F. C; CARDOSO, A. L. O programa segundo tempo: uma política pública para emancipação humana. Florianópolis: Motrivivência, p. 12–23, 2012.

COSTA, M. L. F. Apontamentos sobre Educação Integral, Programa Mais Educação, Programa Segundo Tempo e Educação Física Escolar. Natal: dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

DA COSTA, L. Diagnóstico de educação física e Desportos no Brasil. Brasília: CDRH-MP/ DEF-MEC, 1971.

DRAIBE, S. M. Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. CEPAL: projeto “reformas de políticas para aumentar a efetividade do Estado na América Latina”, 1992.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2009.

DULCI, O. S. Avaliação de programas sociais: desafios e potenciais na construção de um sistema de informações. Caderno de Estudos 13, 2012.

ELIAS, N; DUNNING, E. A Busca da Excitação: Desporto e Lazer no Processo Civilizacional, 1986.

ENGELMAN, S OLIVEIRA, A. A. B. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. Revista de Educação Física (UEM): Maringá, v. 23, n. 4, p.543-552, out. 2012.

FERREIRA, H; CASSIOLATO, M; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009.

FERREIRA, L. Gestão da informação na administração pública: Avaliação do sistema de acompanhamento pedagógico e administrativo do programa Segundo Tempo. Novas Edições Acadêmicas, 2012.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2000.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GODOY, L. O sistema nacional de esporte no brasil: revelações e possíveis delineamentos. Tese (Doutorado em Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

GOMES, S. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. In: LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019, p. 39-67.

GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: MARQUES, E. C.; TORRES, H. G. (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais, São Paulo: Senac, 2005.

GONÇALVES, V. L; SILVA, D. S; MARTINS, J. C. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. Brasília: Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 27, p. 150-163, 2018.

GORMLEY Jr., W. T. Regulatory issue networks in a Federal system. Polity, v. 18, p. 595-620, 1986.

GUIRRA, F. J. S; CASTELLANI FILHO, L. Segundo tempo – forças no esporte: a expansão do esporte de alto rendimento como legado dos jmms. In: XX Congresso brasileiro de ciências do esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2017, Curitiba/PR.

GUSTAFSSON, G. Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of power. Policy sciences, v. 15, n. 3, p. 269-287, 1983.

HOULIHAN, B; GREEN, M. Comparative elite sport development-systems, structures and public policy. Oxford: Elsevier, 2008.

JANN, W; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: FISCHER, F. et al. (Ed.). Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods. Boca Raton: CRC Press, 2007.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e políticas públicas, n. 36, 2011.

JANNUZZI, P. M. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 5, 2013.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e Referenciais de quem a realiza. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014.

JORDAN Z, PITTMAN P. A short history of a big idea. Melbourne, The Joanna Briggs Institute, 2006.

JUNIOR, P. C. N; AMARAL, S. C. F. Esporte e Política Pública: o caso do Segundo Tempo em Campinas. In: 1º Encontro da Associação Latinoamericana de Estudos Socioculturales del Desporto (ALESDE), 2008, Curitiba/PR.

KALINOSKI, A. X; JUNG, L; HAX, G; MARQUES, A; XAVIER, G. Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo na ESEF – UFPel. Florianópolis: Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v.18, p. 236-241, 2013.

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Esporte educacional no programa segundo tempo: uma construção coletiva. Journal of Physical Education, Maringá, PR, v. 27, 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, J. A. C. Considerações sobre o projeto escola aberta: perspectivas para uma agenda de lazer. Recife: dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional, 2005.

LIMA, L. L; D'ASCENZI, L. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In: In: LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019, p. 127-153.

LIMA, M. V. S; MODENESI, T. V. Histórias de transformação nas vidas dos usuários do programa segundo tempo (pst) de jaboatão dos guararapes, Pernambuco. São Paulo: Revista Educação UNG-SER, v. 15, 2020.

LIMA, L. D; QUEIROZ, L. F. N. O processo de descentralização e regionalização do SUS no contexto do pacto pela saúde. In: In. MACHADO, C. V; BAPTISTA, T. W. F; LIMA, L. D. Políticas de saúde no Brasil: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012. p. 229-251.

LOCKWOOD C, PORRITT K, MUNN Z, RITTENMEYER L, SALMOND S, BJERRUM M, LOVEDAY H, CARRIER J, STANNARD D. Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. In: Aromataris E, Munn Z (Editors). JBI Manual for Evidence Synthesis. JBI, 2020.

LORENZINI, A. R; SANTOS, A. L. F. Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco: uma experiência interinstitucional e interdisciplinar. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2009, Salvador/BA.

LOWI, T. J. American business, public policy, case studies, and political theory. World Politics, v. 16, p. 298-310, 1972.

LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019.

MACHADO, C. F. S. S; RIBEIRO, S. P. Programa segundo tempo – sete lagoas /MG. In: V Congresso sudeste de ciências do esporte, 2014, Lavras/MG.

MAOSKI, A. P. C. B. A (Des) articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no brasil, no paraná e em Curitiba. Curitiba: tese (Doutorado em educação física), Universidade Federal do Paraná, 2016.

MARCHI JÚNIOR, W. O esporte “em cena”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. Curitiba: the journal of the latin american socio-cultural studies of sport, v. 5, n. 1, p.46–67, 2015.

MARINO, E. Diretrizes para avaliação de projetos e programas de investimento social privado: estudo da aplicabilidade dos standards de avaliação de programas definidos pelo The Joint Committee of Standards for Educational Evaluation em programas e projetos de investimento social privado. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MATIAS, W. B. A política esportiva do governo lula: o programa segundo tempo. Belo Horizonte: revista Licere, v. 16, 2012.

MAZZEI, L. C. Judô de alto rendimento: fatores organizacionais que influenciam o sucesso esportivo internacional. São Paulo: tese (doutorado em educação física e esporte). Universidade de São Paulo, 2016.

MENESES, A. F. P; D'ANTONA, A. O; FUENTES-ROJAS, M. Triangulação de métodos: estratégia metodológica na pesquisa interdisciplinar sobre o cuidado às pessoas vivendo com HIV/AIDS. Campinas: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 10, 2018.

MEZZADRI, F. M; MORAES E SILVA, M. Desenvolvimento de um método para a pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. In: MEZZADRI, F. Políticas públicas e esporte. São Paulo: Fontoura, 2014, p. 15-33.

MEZZADRI, F. M; MORAES E SILVA, M; FIGUÊROA, K. M; STAREPRAVO, F. A. Sport Policies in Brazil. International Journal of Sport Policy and Politics, 7:4, 655-666, 2015.

MINAYO, M. C. S; ASSIS, S. G; SOUZA, E. R. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MONTEIRO, V. H. L. Projeto segundo tempo: o fanzine e a leitura do esporte em bairros violentos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v. 8, p. 10-15, 2010.

MORAES E SILVA, M. Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918). Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MORAES, P. M; NICOLAU, P. S; MELO, F. G; CARNEIRO, K. T. PAES, R. R; REVERDITO, R. S. O programa segundo tempo na região centro-oeste: continuidade e estrutura burocrática do esporte nos municípios. Brasília: Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 25, 2017.

MOURA, E. J. L. O Programa Segundo Tempo no Contexto Alagoano: a Ilusão Neoliberal da Inclusão Social Através do Esporte. Rio de Janeiro: tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, B. A reforma universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política pública para o ensino superior. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NETO, L. G. S; RODRIGUES, A. M. S. Projeto segundo tempo - implantação na unidade escolar paulo ferraz em teresina-PI. In: 2º Encontro de Educação Física e Áreas Afins, 2007, Teresina/PI.

NETO, M. S. S; SANTOS, E. S; STAREPRAVO, F. A. Programa segundo tempo e o vazio assistencial na região nordeste. Porto Alegre: Revista Movimento, v. 21, 2015.

OLIVEIRA, A B; PERIM, G. (Org.). Fundamentos pedagógicos para o programa segundo tempo. Brasília: Ministério do Esporte. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2008.

OLIVEIRA, A B; PERIM, G. (Org.). Fundamentos pedagógicos para o programa segundo tempo. Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B.; RINALDI, B. C; CASTILHO, T. F; KRAVCHYNCHYN, C; BARBOSA-RINALDI, I. P; REPPOLD FILHO, A. R. Formação continuada em projetos de programas sociais esportivos: um estudo de caso. Porto Alegre: Revista Movimento, v. 22, p. 901-915, 2016.

OLIVEIRA, V. E; COUTO, C. G. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. In: LOTTA, G. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019, p. 67-99.

PEREIRA, D. A. A. Avaliação do programa segundo tempo esporte adaptado. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2014.

PEARSON, A. Balancing the evidence: incorporating the synthesis of qualitative data into systematic reviews. JBI Report, v. 2, p. 45-65, 2004.

PIZANI, J; BARBOSA-RINALDI, I. P; KRAVCHYCHYN, C; TEIXEIRA, F. C; REPPOLD FILHO, R; OLIVEIRA, A. A. Acompanhamento e assessoria pedagógica do programa segundo tempo do ministério do esporte. Maringá: Journal of Physical Education , v. 3, 2015.

POSSEBON, M; ROSS, S. N. M; FILHO, M. F. S. Atitude de universitários em relação à continuidade da prática de atividades de esporte e lazer ante o termino do programa segundo tempo universitário. In: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2015, Vitória/ES.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. Implementation. Berkeley: University of California Press, 1973.

RANGEL, R; MIRANDA, A. C. M; LARA, L. M. Política pública de esporte e lazer no feixo: experiências de pesquisa em uma comunidade quilombola no paraná. Belo Horizonte: Revista Licere, v. 17, 2014.

REIS, L. N. Esporte educacional: uma proposta gímnica para o Programa Segundo Tempo no Estado do Ceará. Maringá: dissertação (Mestrado em educação física), Universidade Estadual de Maringá, 2011.

REIS, L. N; OLIVEIRA, A. A. B. A ginástica no programa segundo tempo: desafios e possibilidades da prática em programas sociais. Campinas: conexões (UNICAMP), v. 13, 2015.

RESENDE, L. M. Monitoramento e avaliação do Proinfância: uma proposta metodológica. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

REVERDITO, R. S; GALATTI, L. R; LIMA, L. A; NICOLAU, P. S; SCAGLIA, A. J; PAES, R. R. O programa segundo tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema. Maringá: Journal of Physical Education, v. 27, 2016.

RIBEIRO, S. P. O lazer na política pública de esporte: uma análise do programa segundo tempo. Belo Horizonte: dissertação (mestrado em lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

RIBEIRO, S. P. Compreensões do lazer pelos coordenadores de núcleo do programa segundo tempo: mediações implicadas nas capacitações do programa. Belo Horizonte: tese (doutorado em lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RIBEIRO, S. P; ISAYAMA, H. F. O lazer na política pública de esporte: uma análise do Programa Segundo Tempo. Brasília: Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 23, p. 103-116, 2015.

RIBEIRO E SILVA, T; SILVA, C. F. Reflexões Sobre o Trato com o Conhecimento Esporte no Programa Segundo Tempo no Município de Jaboatão dos Guararapes/pe. In: XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2015, Vitória/ES.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. São Luís: Revista Pós Ciências Sociais, 2009.

RODRIGUES, H. A; RUFINO, L. G. B; JÚNIOR, O. M. S; COUTINHO, S. S. O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. Florianópolis: Motrivivência, V. 38, p. 108–122, 2012.

SANTOS JÚNIOR, O. Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTOS, E. S. Análise do desempenho do Programa Segundo Tempo de 2005 a 2009: o papel dos partidos, da capacidade fiscal e do ambiente institucional em sua difusão. Porto Alegre: tese (doutorado em educação física), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, E. S. Ambiente institucional e difusão do programa segundo tempo: uma análise do desempenho de 2005 a 2010. Goiânia: Pensar a prática, v. 16, 2013.

SANTOS, E. S. Governo do estado e descentralização do programa segundo tempo. Goiânia: Pensar a Prática, v. 19, 2016.

SANTOS, E. S. Descentralização do Programa Segundo Tempo e Níveis de Desenvolvimento Humano (IDH). LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 22, p. 207–224, 2019.

SANTOS, E. S.; STAREPRAVO, F. A. Análise da capacidade fiscal per capita na descentralização do programa segundo tempo/me junto aos municípios. Porto Alegre: Revista Movimento, v. 24, p. 1097-1110, 2018.

SCHMIDT, J. Professionalism in Management and Performance in Sports Organizations. Kwartalnik Ekonomistów i Menedżerów, v. 46, p. 87–99, 2017.

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, M. J. C.; LEITE, T. R. H.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, P. P. C.; RODRIGUES, E. A. P. C.; BRITO, A. F. Uso de drogas em adolescentes participantes do projeto segundo tempo em João Pessoa-PB: importância do esporte e da família. Brasília: Revista brasileira de ciência e movimento, v. 27, p. 130-138, 2019.

SILVA, D. S.; DONADON, P. V. B. S.; SALERNO, M. B.; D'AURIA, B. B.; GONÇALVES, L. L. Desenvolvimento profissional docente no programa segundo tempo universitário na universidade federal de mato grosso do sul. Rio Grande do Sul: Revista Movimento, v. 27, 2021.

SILVEIRA, G. C. F.; CAMPOS, T.; FREITAS, A. F. S.; ALBANEZ, N. C. Educação física escolar e programa segundo tempo: uma experiência de articulação curricular no centro pedagógico/ufmg. Goiânia: Pensar a Prática, v. 19, 2016.

SOARES, A. J. G.; BRITO, M. J. C.; SANTOS, T. M.; OLIVEIRA, A. A. B.; CARDOSO, M. S.; VIEIRA, J. L.; COSTA, L. C. A.; DAMASCENO, V. O. Concepção e validação do protocolo de observação de aula (POA) do programa segundo tempo. Maringá: Journal of Physical Education, v. 28, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: Sociologias – vol. 8, nº 16, 2006.

SOUZA, D. P. O programa segundo tempo no Mais Educação: entre documentos e discursos: o caso dos profissionais de ponta grossa – Paraná. Ponta Grossa: dissertação (mestrado em ciências sociais), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E.; VIALICH, A. L. Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo. Florianópolis: Revista Brasileira de Ciência e Esporte, v. 34, p. 761-774, 2012.

SOUZA, M. M. F. G.; FERREIRA, A. B. M.; BEZARRA, L. D. R. Relato de experiência: a implantação do núcleo mãe luiza do programa segundo tempo paradesporto - Natal/RN. In: XXI Congresso brasileiro de ciências do esporte. Colégio Brasileiro de Ciências no Esporte, 2019, Natal/RN.

SOUZA, D. P; PAULA, E. F; JUNIOR, C. R. O; ANTUNES, A. C. As representações sociais sobre o esporte para os profissionais do programa Segundo Tempo no Mais Educação: o 'social' em evidência. Santa Maria: Revista Kinesis, v. 38, 2020.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. São Paulo: Einstein, v. 8, 2010.

SOUZA, A. P. P; SOUZA, D. L; CASTRO, S. B. E. Barreiras e facilitadores para a implementação do programa segundo tempo: um estudo de caso. Goiânia: Pensar a prática, v. 16, 2013.

STAREPRAVO, F. A; SOUZA, J. Reflexões sobre o programa segundo tempo no interior do gtt de políticas públicas do CBCE. In: V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 2010, Itajaí/SC.

STAREPRAVO, F.A. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico. Tese (Doutorado em Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; RINALDI, I. P. B.; PIZANI, J.; SERON, T. D.; TEIXEIRA, R. T. S.; OLIVEIRA, A. A. B. As equipes colaboradoras do programa segundo tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. Revista Motivivência, Florianópolis, SC, v. 24, ed. 39, p. 129-141, 2012.

STAREPRAVO, F. A. Caracterizando o subcampo político/burocrático do esporte e lazer no brasil. In: MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas e Esporte. Várzea Paulista: Editora Fontoura – ed. 1, 2014.

TEIXEIRA, F. C; KRAVCHYCHYN, C; RINALDI, I. P. B; OLIVEIRA, A. A. B. Desenvolvimento de um projeto social esportivo: estudo de caso no âmbito do programa segundo tempo. Cuiabá: Revista Corpoconsciência, v. 19, 2015.

TERRA, A. M; MASCARENHAS, F. O programa segundo tempo e suas implicações para a educação física escolar em Goiânia: um estudo de caso. In: IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte, 2010, Brasília/DF.

TREVISAN, A. P; BELLEN, H, M. V. Avaliação de políticas públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. Rap: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p.529-550, 2008.

TUBINO, M.J.G. O esporte no Brasil. São Paulo: Ibrasa, 1996.

VERONEZ, L.F.C. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

WHOLEY, J. S; HATRY, H. P; NEWCOMER, K. E. Handbook of Practical Program Evaluation, 2004.

WILSON, J. Q. American government: institutions and policies. Lexington MA, DC: Heath & Co., 1983.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Kaio Júlio Zamboni (aluno de pós-graduação), pesquisador da Universidade Federal do Paraná, convido o(a) senhor(a) XXXXXXXX a participar de um estudo intitulado “20 Anos de Programa Segundo Tempo: identificando as barreiras e facilitadores para a gestão, implementação e avaliação de uma política descentralizada”. Esta pesquisa é importante porque contribui para a compreensão dos aspectos determinantes para o desenvolvimento esportivo, tanto naquilo que é destacado pelos principais pesquisadores do meio acadêmico quanto o que ocorre na prática, visto que se preocupa em dialogar com ambos por meio da pesquisa de campo.

a) O objetivo desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, com base na sua gestão governamental, na implementação de seus núcleos de esporte educacional e nos seus mecanismos de avaliação metodológica.

b) As entrevistas serão previamente marcadas em um horário combinado entre pesquisador e participante. A aplicação do questionário/entrevista será através do aplicativo *Teams*. Caso algum dos participantes opte por realizar em outro lugar, será solicitado que se garanta uma sala com privacidade e instalações suficientemente adequadas. As entrevistas serão gravadas e transcritas por meio das ferramentas disponibilizadas pelo software utilizado. O material será usado para os propósitos dessa pesquisa e poderá ser utilizado em pesquisas complementares em função dos resultados obtidos.

c) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado a ordem moral, emocional ou espiritual durante a realização de alguma pergunta. Entretanto, vale ressaltar que ante a qualquer constrangimento e inquietação cessará de imediato o questionário e/ou entrevista ficando a cargo do participante a continuidade e validação do que tiver sido realizado. Além disso os entrevistadores serão instruídos quanto ao posicionamento frente às entrevistas.

d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem impedir o completo êxito do projeto, estando adstritos às falhas dos equipamentos eletrônicos, quando da gravação ou por erro humano. Além disso, como anteriormente citado, podem existir riscos não mensuráveis de ordem moral, emocional ou espiritual durante a realização de alguma pergunta.

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: contribuir para a compreensão dos aspectos determinantes para o desenvolvimento esportivo, colaborando tanto para nortear a implementação de políticas públicas voltadas ao esporte no país, quanto para analisar o êxito das mesmas, a possibilidade de gerar subsídios para que futuramente outros órgãos, de estabelecerem programas que auxiliem no desenvolvimento esportivo brasileiro, em sua manifestação de rendimento, educacional e de participação, e compreender de que forma aconteceu o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, considerando sua gestão governamental, a implementação de seus núcleos de esporte educacional e seus mecanismos de avaliação metodológica, visando identificar possíveis lacunas nas políticas públicas que utilizam o modelo de gestão descentralizada. Embora, nem sempre você seja diretamente beneficiado por sua participação neste estudo.

f) Os pesquisadores Fernando Renato Cavichioli, Telefone: (41) 3360-4322, e-mail cavicca@hotmail.com, Kaio Júlio Zamboni, Telefone: (41) 998994470, kaiojulio1997@gmail.com, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados de segunda a sexta-feira, entre as 10hrs e 16hrs, no endereço físico institucional do Departamento de Educação Física – DEF, da UFPR – Campus Centro Politécnico, Jardim das Américas, Curitiba - PR, na sala da secretaria do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE). O laboratório situa-se no segundo andar do prédio do Departamento de Educação Física da UFPR, e intitula-se: Secretaria IPIE.

g) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Fernando Renato Cavichioli – orientador). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**).

i) O material obtido – questionários, gravações das entrevistas – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa, dentro de 5 anos.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como por exemplo, transporte, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, mantendo o sigilo das informações cedidas.

l) O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e pesquisas da Universidade Federal do Paraná, CAAE nº 88770618.4.0000.0102, parecer nº 5.414.934. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) Autorizo (), não autorizo (), o uso de minha imagem e áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a realização de transcrições para posterior análises.

Eu, XXXXXXXXXX li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

[Curitiba, xx de xxxx de 2023]

[Assinatura do Participante da Pesquisa]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A ENTREVISTA PILOTO

Primeira etapa: histórico do entrevistado durante o período que atuou como colaborador do programa.

1. Qual foi o seu primeiro contato? Foi através de quem? Foi, em qual função? Durante quanto tempo você contribuiu para o programa? Por quais funções você passou e com o que que você trabalhou exatamente assim, sabe?
2. Como que era a relação e a organização de trabalho dentro da Equipe Colaboradora? Como as demandas eram divididas e como vocês se dividiam para atender as regiões que vocês cuidavam?
3. Vocês encontraram alguma dificuldade em ter acesso alguma região específica?

Segunda etapa: organização do trabalho dentro das Equipes Colaboradoras e nos eventos de capacitação.

4. Os materiais que você utiliza na capacitação eram documentos produzidos pela própria Equipe Colaboradora?
5. Você chegou a participar dos dois formatos de capacitação, presencial e online?
6. Qual era o público que participava das capacitações? Somente coordenadores dos núcleos ou os monitores e professores também participavam?

Terceira etapa: barreiras e facilitadores para o desenvolvimento e avaliação do Programa Segundo Tempo.

7. Com relação ao modelo de conveniamento adotado pela gestão do Programa Segundo Tempo, o período de 24 meses era o suficiente para a continuidade das ações do programa, no sentido de que pudessem ser implementadas, avaliadas e, caso necessário, readequadas?
8. Na revisão de literatura deste trabalho, foi possível encontrar considerações a respeito de uma possível falha no direcionamento do

processo de descentralização do programa. Você acredita que o programa conseguiu democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade?

9. Ao trabalhara nas Equipes Colaboradores, você chegou a conhecer o Modelo Lógico de Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo? Ele foi utilizado em alguma capacitação?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA A ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA

Primeira etapa: histórico do entrevistado durante o período que atuou como colaborador do programa.

1. Qual foi seu primeiro contato com o Programa Segundo Tempo?
2. Durante quanto tempo você trabalhou no programa?
3. Quais cargos ocupou?
4. Quais eram suas atribuições?
5. Como acontecia o processo de organização do trabalho?
6. Qual era a sua proximidade com as atividades desenvolvidas nos núcleos de esporte educacional?

Segunda etapa: organização do trabalho dentro das equipes colaboradoras e nos eventos de capacitação.

7. Você atuou nas capacitações que o programa ofereceu para os gestores nos núcleos de esporte educacional?
8. Qual a sua perspectiva sobre este processo avaliativo?
9. Você acredita que este método possa ter gerado resultados significativos para a continuidade do programa?
10. Você teve acesso ao Modelo lógico para Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo, produzido pelo IPEA?
11. Os indicadores de desempenho do modelo lógico eram utilizados pelos membros das Equipes Colaboradoras para avaliar a atuação dos núcleos de esporte educacional?
12. Você sabe dizer se o Modelo Lógico para Avaliação Metodológica do Programa Segundo Tempo era disponibilizado para os gestores dos núcleos educacionais?
13. O modelo era utilizado nas capacitações dos gestores?

Terceira etapa: barreiras e facilitadores para o desenvolvimento e avaliação do Programa Segundo Tempo.

14. Com relação ao modelo de conveniamento adotado pela gestão do Programa Segundo Tempo, o período de 24 meses era o suficiente para a continuidade das ações do programa, no sentido de que pudessem ser implementadas, avaliadas e, caso necessário, readequadas?
15. Na revisão de literatura deste trabalho, foi possível encontrar considerações a respeito de uma possível falha no direcionamento do processo de descentralização do programa. Você acredita que o programa conseguiu democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade?
16. Com base na sua experiência com os processos de avaliação do Programa Segundo Tempo, quais fatores podem ser considerados como barreiras ou facilitadores desse processo?

APENDICÊ 4 – BASES E REVISTADOS DOS ESTUDOS NA AMOSTRA
SELECIONADA PARA A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Base de Dados	estudos	Modelo de trabalho	Revista/Evento	Referências
LILAC'S	7	Artigo	NEPEF	KALINOSKI et al., 2013
		Artigo	ALESTE	RANGEL; MIRANDA; LARA, 2014
		Artigo	XVI CONBRACE	SILVEIRA et al., 2016
		Artigo	XVI CONBRACE	MORAES et al., 2017
		Artigo	UFB	GONÇALVES; SILVA; MARTINS, 2018
		Artigo	IV CONCOCE	SILVA et al., 2019
		Artigo	CSCE	PIZANI et al., 2020
LUME	10	Artigo	UNICAMP	ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009
		Artigo	XVII CONBRACE	LORENZINI; SANTOS, 2009
		Artigo	UFRS	TERRA; MASCARENHAS, 2010
		Artigo	UEM/UEL	ATHAYDE; MASCARENHAS, 2011
		Artigo	Motrivivência	POSSEBON; ROOS; FILHO, 2015
		Artigo	Motrivivência	RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2015
		Artigo	Motrivivência	OLIVEIRA et al., 2016
		Artigo	Motrivivência	GUIRRA; FILHO, 2017
		Tese	UEL	SANTOS, 2011
		Tese	UFMG	RIBEIRO, 2017
SCIELO	10	Artigo	RBAFS	JUNIOR; AMARAL, 2008
		Artigo	Pensar a Prática	Araújo et al., 2012
		Artigo	Pensar a Prática	RODRIGUES et al., 2012
		Artigo	Licere	REVERDITO et al., 2016
		Artigo	RBCE	SANTOS; STAREPRAVO, 2018
		Artigo	UFRN	SILVA et al., 2021
		Dissertação	UFV	FERREIRA, 2012
		Dissertação	XIX CONBRACE	SOUZA, 2015
		Dissertação	XIX CONBRACE	MOURA, 2017
		Tese	UNICAMP	RIBEIRO, 2012

CAPES	14	Artigo	Movimento	NETO; RODRIGUES, 2007
		Artigo	Corpoconsciência	STAREPRAVO; SOUZA, 2010
		Artigo	Ciência e Movimento	COLOMBO et al., 2012
		Artigo	UEPG	STAREPRAVO et al., 2012
		Artigo	UFRN	REIS; OLIVEIRA, 2015
		Artigo	Pensar a prática	SANTOS; STAREPRAVO, NETO, 2015
		Artigo	Movimento	SANTOS, 2016
		Artigo	journal of physical education	SOARES et al., 2017
		Artigo	Pensar a Prática	SANTOS, 2019
		Artigo	Ciência e Movimento	LIMA; MODENESI, 2020
		Dissertação	XX CONBRACE	ATHAYDE, 2009
		Dissertação	Movimento	BEZERRA, 2014
		Dissertação	journal of physical education	COSTA, 2015
		Dissertação	FAPERJ	BRITO, 2018
CEV	11	Artigo	UFMG	MONTEIRO, 2010
		Artigo	UERJ	SANTOS, 2013
		Artigo	Ciência e Movimento	SOUZA; SOUZA; CASTRO, 2013
		Artigo	Ciência e Movimento	MACHADO; RIBEIRO, 2014
		Artigo	UFPE	RIBEIRO; ISAYAMA, 2015
		Artigo	Licere	TEIXEIRA et al., 2015
		Artigo	XXI CONBRACE	CARUZZO et al., 2017
		Artigo	journal of physical education	SOUZA; FERREIRA; BEZERRA, 2019
		Artigo	Revista Educação	SOUZA et al., 2020
		Dissertação	Kinesis	REIS, 2011
		Dissertação	Movimento	PEREIRA, 2014

APÊNDICE 5 – RELAÇÃO ENTRE O ANO DE PUBLICAÇÃO E O RECORTE
TEMPORAL UTILIZADO PELOS ESTUDOS NA AMOSTRA SELECIONADA
PARA A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANO	AUTORES	RECORTE TEMPORAL
2007	NETO; RODRIGUES	2004
2008	JUNIOR; AMARAL	2006
2009	LORENZINI; SANTOS	2005-2007
	ATHAYDE; MASCARENHAS	2003-2006
	ATHAYDE	2003-2006
2010	TERRA; MASCARENHAS	2010
	STAREPRAVO; SOUZA	2005
	MONTEIRO	2009
2011	ATHAYDE; MASCARENHAS	2011
	SANTOS	2005-2009
	REIS	2011
2012	RODRIGUES et al.	2011
	Araújo et al.	2008-2009
	STAREPRAVO et al.	2012
	COLOMBO et al.	2010-2012
	FERREIRA	2011
	RIBEIRO	2003-2005/2007-2011
2013	KALINOSKI et al.	2012
	SANTOS	2005-2009
	SOUZA; SOUZA; CASTRO	2012
2014	RANGEL; MIRANDA; LARA	2008-2011
	MACHADO; RIBEIRO	2014
	BEZERRA	2012
	PEREIRA	2012
2015	POSSEBON; ROOS; FILHO	2014
	RIBEIRO; SILVA; SILVA	2012-2015
	REIS; OLIVEIRA	2003-2014
	NETO; SANTOS; STAREPRAVO	2003-2012
	TEIXEIRA et al.	2012
	RIBEIRO; ISAYAMA	2003-2005/2007-2014
	SOUZA	2012
	COSTA	2015
2016	SILVEIRA et al.	2007-2015

	OLIVEIRA et al.	2015
	REVERDITO et al.	2003-2013
	SANTOS	2003-2012
2017	MORAES et al.	2003-2016
	GUIRRA; FILHO	2017
	SANTOS; STAREPRAVO	2003-2012
	SOARES et al.	2017
	CARUZZO et al.	2016
	RIBEIRO	2015
	MOURA	2003-2014
2018	GONÇALVES; SILVA; MARTINS	2012-2016
	SILVA et al.	2012
	BRITO	2018
2019	SANTOS	2003-2012
	SOUZA; FERREIRA; BEZERRA	2019
2020	PIZANI et al.	2007-2011
	LIMA; MODENESI	2012-2016
	SOUZA et al.	2015
2021	SILVA et al.	2017-2019

APÊNDICE 6 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO PROGRAMA
SEGUNDO TEMPO ENCONTRADOS EM CADA ESTUDO DA AMOSTRA

Referência	INDICADORES															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Neto; Rodrigues, 2007	x	x	x	x		x		x	x		x	x	x	x		x
Junior; Amaral, 2008	x	x	x			x	x		x			x		x	x	x
Lorenzini; Santos, 2009	x		x								x		x			
Athayde; Mascarenhas, 2009	x					x					x					
Athayde, 2009	x	x												x		
Terra; Mascarenhas, 2010	x		x			x	x									x
Starepravo; Souza, 2010																
Monteiro, 2010	x										x					x
Athayde; Mascarenhas, 2011															x	
Santos, 2011	x	x												x		
Reis, 2011	x	x		x		x			x		x	x				
Rodrigues et al., 2012	x			x								x				
Araújo et al., 2012	x			x												
Starepravo et al., 2012				x								x				
Colombo et al., 2012	x		x		x			x	x	x		x	x		x	
Ferreira, 2012	x		x	x	x	x	x	x	x							
Ribeiro, 2012	x				x				x			x				
Kalinoski et al., 2013			x					x	x			x		x	x	x
Santos, 2013														x		
Souza; Souza; Castro, 2013		x	x			x	x		x		x			x		
Rangel; Miranda; Lara, 2014		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x
Machado; Ribeiro, 2014	x					x										
Bezerra, 2014	x		x	x										x		
Pereira, 2014	x	x	x									x		x	x	
Possebon; Roos; Filho, 2015	x					x					x			x		
Ribeiro; Silva; Silva, 2015	x											x				
Reis; Oliveira, 2015	x	x		x					x			x	x			

Neto; Santos; Starepravo, 2015	x					x	x										
Teixeira et al., 2015	x	x		x								x		x			
Ribeiro; Isayama, 2015	x		x		x		x				x	x		x			
Souza, 2015	x	x	x														
Costa, 2015		x				x											
Silveira et al., 2016			x	x		x						x	x	x			
Oliveira et al., 2016																	
Reverdito et al., 2016	x					x											
Santos, 2016	x					x											
Moraes et al., 2017	x					x											
Guirra; Filho, 2017																	
Santos; Starepravo 2018							x							x			
Soares et al., 2017																	
Caruzzo et al., 2017	x	x		x								x					
Ribeiro, 2017	x		x		x	x	x					x	x		x		
Moura, 2017	x	x					x							x	x		
Gonçalves; Silva; Martins, 2018	x	x	x		x	x		x	x	x		x	x				x
Silva et al., 2019	x	x		x		x											x
Brito, 2018				x				x									
Santos, 2019						x											
Souza; Ferreira; Bezerra, 2019	x		x	x		x		x			x		x		x	x	
Pizani et al., 2020				x								x					
Lima; Modenesi, 2020	x	x	x									x	x	x			x
Sousa et al., 2020	x			x								x					
Silva et al., 2021			x	x	x	x		x		x		x	x				